



Direitos Negados

A Violência contra a Criança e o Adolescente no Brasil

Para cada criança
Saúde, Educação, Igualdade, Proteção
FAZENDO A HUMANIDADE AVANÇAR

unicef 



*A capa é a reprodução de um grafite
feito por um adolescente interno
do Complexo Brás, da FEBEM-SP*

As opiniões e análises que integram a presente obra são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do UNICEF.

Direitos Negados

A Violência contra a Criança e o Adolescente no Brasil



Brasília, 2006
2ª edição

Organização:



Organização



Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Marie-Pierre Poirier

Representante do UNICEF no Brasil

Escritório da Representante do UNICEF no Brasil

SEPN 510 – Bloco A – 2º andar – Brasília, DF – 70750-521

www.unicef.org.br – brasilia@unicef.org

Coordenação da Publicação

Helena Oliveira, Oficial de Projetos do UNICEF

Produção Editorial



Cross Content Comunicação

www.crosscontent.com.br – contatos@crosscontent.com.br

Projeto Gráfico e Direção de Arte

Cristiano Rosa

Diagramação

Célia Rosa, José Dionísio Filho, Kelven Frank e Nicéia Lombardi

Edição

Andréia Peres (coordenação), Aline Falco, Cristina Yamazaki, Míriam Scavone e Patrícia Andrade

Colaboração

Agnes Godoy e Andréia Sadi

Revisão de Texto

Rita Del Monaco, Rosimeire Ribeiro e Regina Pereira

Fotos

Nair Benedicto (capa), Daniela Picoral (foto da página 54) e Ratão Diniz/Imagens do Povo/Observatório de Favelas (foto da página 70)

Pré-Impressão

Elite Fotolito Digital

Impressão

Gráfica Positiva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Direitos negados: a violência contra a criança e o adolescente no Brasil/[organização Fundo das Nações Unidas para a Infância: coordenação Helena Oliveira]. – 2. ed. – Brasília, DF: UNICEF, 2006.

Bibliografia.
ISBN 85-87685-06-6
ISBN 978-85-87685-06-3

1. Adolescentes e violência – Brasil 2. Crianças e violência – Brasil I. Fundo das Nações Unidas para a Infância. II. Oliveira, Helena.

06-7843

CDD-363.32083

Índice para catálogo sistemático:

1. Violência contra a criança e o adolescente: Problemas sociais

363.32083

Comitê Técnico para a Violência (2004-2006)

Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI)
Veet Vivarta (2004-2005)



Associação Nacional dos Centros de Defesa da
Criança e do Adolescente (ANCD)
Enza Mattar (2004-2005)

CEAFRO – Programa de Educação e Profissionalização
para a Igualdade Racial e de Gênero
Vilma Reis (2006)

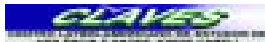


Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESC/UCAM)
Silvia Ramos (2004-2005)

Centro de Justiça Global
Sandra Elias de Carvalho (2004-2005)

Centro de Referência à Infância e Adolescência (CRIA)
Antonio Augusto Pinto Jr. (2004-2005)

Centro de Referência, Estudos e Ações sobre
Crianças e Adolescentes (CECRIA)
Karina Figueiredo e Shirley B. B. Bochi (2004-2005)



Centro Latino-Americano de Estudos de Violência
e Saúde Jorge Careli (CLAVES/FIOCRUZ)
Kathie Njaine e Simone Gonçalves de Assis (2004-2005)

Coordenação das Organizações Indígenas
da Amazônia Brasileira (COIAB)
Gersem Baniwa (2004-2005)

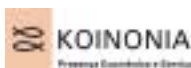


Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança
Daniela Rodrigues (2004-2005)



Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção
do Delito e Tratamento do Delinqüente (ILANUD)
Karyna Sposato e Laura Mattar (2004-2005)

Instituto Sedes Sapientiae
Dalka Ferrari (2004-2005)



KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
Jorge Atilio Iulianelli (2004-2005)

Laboratório de Estudos da Criança (LACRI/USP)
**Cristiano da Silveira Longo, Maria Amélia Azevedo
e Viviane N. de Azevedo Guerra (2004-2005)**



Núcleo de Estudos da Violência (NEV)
Guilherme Almeida (2004-2005)

Observatório de Favelas do Rio de Janeiro
Jailson de Souza e Silva (2004-2005)



Organização das Nações Unidas para a Educação,
a Ciência e a Cultura (UNESCO)
Marta Avancini e Miriam Abramovay (2004-2005)

Organização Internacional do Trabalho (OIT)
Renato Mendes (2006)



Painel Consultivo do Estudo Global (Crianças e Jovens
em Violência Armada Organizada – COAV/Viva Rio)
Luke Dowdney (2004-2005)

Save the Children Reino Unido
Nara Menezes (2004-2005)



Save the Children Suécia
Denise Stuckenbruck (2004-2005)

Agradecimentos

A todos os autores dos capítulos, que contribuíram para a realização desta publicação.

À Maria Amélia Azevedo e Vivane N. de Azevedo Guerra por terem cedido as imagens do Concurso de Desenho Infantil “Crescer Sem Palmada”, realizado em março de 2003, pelo LACRI/IPUSP, em colaboração com 108 equipes de alunos(as) do X TELELACRI.

À Sonia Koehler por ceder um desenho que faz parte da sua tese de doutorado.

A Marcos Diniz da Silva, o Ratão Diniz, ex-aluno da Escola de Fotógrafos Populares do Observatório de Favelas e, atualmente, um dos fotógrafos do Imagens do Povo.

À equipe e às residentes da Associação Lua Nova, que cederam uma boneca do projeto Criando Arte, de profissionalização e geração de renda, para ilustrar um capítulo.

À equipe do Educação e Etnia, do Centro de Cultura Luiz Freire, de Pernambuco, por ceder o desenho de uma criança indígena que participou de uma oficina do projeto sobre violência. O centro trabalha com a perspectiva de construir uma proposta pedagógica específica diferenciada e intercultural com os povos indígenas.

À Maria Carolina Rubinato, Amanda Madoenho e Juliana Bertolini, que cederam desenho feito por um interno da Unidade Ipê 22, do Complexo Raposo Tavares, FEBEM-SP, para a revista *Conheça o Outro Lado da Febem*, trabalho de conclusão de curso de Comunicação Social da Universidade Anhembi Morumbi, em São Paulo.

À Cláudia Renata Guiomar dos Santos, Luciano Miranda e equipe do CEDECA-Emaús, que cederam desenho de uma criança que participou de oficina do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil Doméstico da entidade.

À Beatriz Caitana da Silva, representante dos adolescentes e jovens que participaram da Consulta Nacional, e Gilbert Scharnik pela ilustração feita com exclusividade para essa publicação.

Índice

Apresentação	11
Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes	
Um cenário em (des)construção	14
Violência nas Escolas	
O bê-á-bá da intolerância e da discriminação	28
Violência Sexual	
Um fenômeno complexo	54
Violência na Mídia	
Excessos e avanços	70
Violência nas Comunidades e nas Ruas	
Até quando?	96
Violência Institucional	
Quando o Estado agride a criança	116
Violência nas Áreas Rurais	
Crianças e jovens: as principais vítimas	140
Violência contra a Criança e o Adolescente Indígena	
Truculência e intolerância étnica	150
Violência Racial	
O massacre dos jovens-homens-negros	160
Violência no Trabalho	
Crianças e adolescentes em atividades perigosas	180
Consulta Nacional sobre a Violência contra a Criança e o Adolescente	
Um processo de construção coletiva	194

APRESENTAÇÃO

Analisar a violência contra a criança e o adolescente não é tarefa fácil. Seja por ela ocorrer sob as mais diferentes formas, em várias fases da vida, seja por estar presente em espaços e lugares distintos de socialização. Por isso, a violência apresenta um desafio que nos obriga constantemente a dividi-la em suas várias faces para melhor compreendê-la e, ao mesmo tempo, seguir juntando-as, para recuperar a compreensão do todo, ampliando assim as chances de enfrentamento do problema.

Nesse sentido, o UNICEF incentivou um grupo de profissionais e pesquisadores brasileiros – ligados a universidades, centros e institutos de pesquisas, agências internacionais e centros de defesa – a organizar um documento com textos sobre as várias formas de violência contra crianças e adolescentes no país. Esse projeto inspirou-se no contexto internacional da preparação – por iniciativa do secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan – do primeiro estudo abrangente e global das Nações Unidas sobre a violência contra a criança e o adolescente e as formas de superação do problema. O estudo foi apresentado por seu coordenador, o especialista independente brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro, à Assembléia Geral das Nações Unidas em outubro de 2006.

Sem a preocupação de ineditismo nas abordagens, este relatório foi concebido para reunir produções, enfoques e dados que refletissem os vários debates sobre violência no país. *Direitos Negados – A Violência Contra a Criança e o Adolescente no Brasil* foi planejado e organizado seguindo a estrutura do Estudo Global, analisando tipos de violência e locais de ocorrência.

O principal objetivo desta publicação é debater recomendações e propostas para enfrentar a violência contra crianças, além de pretender dar expressão, no contexto in-

ternacional, ao potencial analítico brasileiro sobre as diferentes manifestações da violência contra a criança e o adolescente no país.

Para a produção deste documento, o UNICEF convidou as seguintes instituições, que durante dez meses (de outubro de 2004 a agosto de 2005) se reuniram para discutir as linhas de análise e abordagem para a elaboração do livro: ANCED, ANDI, CECRIA, CEsEC, CLAVES/FIOCRUZ, COAV/Viva Rio, COIAB, ILANUD, KOINONIA, LACRI, NEV, Observatório de Favelas, Save the Children Reino Unido, Save the Children Suécia e UNESCO. Em 2006, CEAFFRO e OIT também passaram a integrar o grupo.

Esse grupo, reunido pelo UNICEF, integrou um Comitê Técnico para a Violência, que debateu as principais preocupações e abordagens sobre violência contra crianças em diferentes lugares e situações. Em agosto de 2005, alguns desses especialistas reuniram-se com representantes do governo e de organizações da sociedade civil para uma Consulta Nacional sobre a Violência contra a Criança e o Adolescente. Durante três dias, foram discutidos os temas e apresentadas recomendações concretas e práticas para o enfrentamento do problema. A Consulta Nacional confirmou o envolvimento do governo brasileiro e da sociedade civil no contexto internacional de mobilização das Nações Unidas para a elaboração do Estudo Global sobre a Violência contra a Criança.

A primeira edição de *Direitos Negados*, publicada em 2005, teve como função inspirar os participantes da Consulta Nacional e ajudar a construir propostas para reduzir a violência contra crianças e adolescentes no país. São discutidas a violência nas famílias, nas escolas, na mídia, na comunidade e nas ruas, nas instituições, nas áreas rurais, a violência sexual e a violência sofrida por crianças indígenas. Um ano depois, apresentamos esta segunda edição, que inclui capítulos sobre violência contra adolescentes negros nos espaços urbanos e violência no trabalho, além do relatório da Consulta Nacional com as principais recomendações, segundo os tipos de violên-

cia. A publicação reitera a proposta da edição anterior: apresentar muitos exemplos de experiências e recomendações, sem esquecer de contemplar o olhar da criança sobre o tema.

É por esse motivo que crianças e adolescentes que estavam, naquele momento, vivenciando situações de violência descritas nos textos são os autores de imagens, fotos e desenhos que abrem os capítulos desta edição. O UNICEF agradece de forma especial a todos que propuseram essa idéia e também aos que aceitaram colaborar.

Cientes do risco das escolhas, consideramos este relatório apenas um ponto de partida para o diálogo com profissionais e estudiosos interessados em debater as soluções para um caminho mais integrado e uma visão mais orgânica da violência contra a criança e o adolescente.

Marie-Pierre Poirier

Representante do UNICEF no Brasil



Um cenário em (des)construção

Apesar das enormes dificuldades, a luta pela (des)construção da violência doméstica contra a criança e o adolescente está em marcha no Brasil

Por Maria Amélia Azevedo, coordenadora do Laboratório de Estudos da Criança (LACRI/IPUSP), e Viviane N. de Azevedo Guerra, pesquisadora do LACRI/IPUSP.

Colaboraram: Cristiano da Silveira Longo, bolsista CNPq junto ao LACRI, Simone Gonçalves de Assis, do CLAVES, Antonio Augusto Pinto Jr., do CRIA/UNISAL, e Dalka Ferrari, do CNRVV, do Instituto Sedes Sapientiae

Atualmente, 40,16% da população brasileira tem de 0 a 19 anos. Apesar da grandeza desse dado, o país integra o triste contingente das nações que não possuem estatísticas confiáveis relacionadas ao fenômeno da violência doméstica contra os jovens, ao lado de países como Equador, Bangladesh, Paquistão e Tunísia. Os dados são esparsos, fragmentários, quase episódicos. Dizem respeito mais à incidência e quase nunca à prevalência. Cobrem a realidade de algumas modalidades do fenômeno (violência física e sexual), enquanto outras continuam maquiavelicamente ocultas (violência psicológica e negligência). Mesmo a violência doméstica fatal, aquela que leva a criança ou o jovem à morte, recebe outras denominações e acaba encoberta.

Diante desse quadro, a construção do perfil contemporâneo da violência doméstica contra crianças e adolescentes no país tem de se apoiar em dados de pesquisa, assim como em relatos de casos, depoimentos e outras fontes. O retrato emergente revela um fenômeno extenso, grave, desigual e endêmico.

“Eu quero a morte, porque esta é a pior educação que os pais podem dar para as crianças”, diz Igor, de 11 anos, autor do desenho extraído do Concurso de Desenho Infantil do LACRI, em 2003

Um fenômeno de grande extensão

Considerando que o Brasil não mantém estatísticas oficiais sobre casos notificados de violência doméstica contra crianças e adolescentes, assim como não realiza estudos sistemáticos sobre incidência e prevalência do fenômeno e que o tradicional complô de silêncio sempre cercou essa modalidade de violência, o Laboratório de Estudos da Criança (LACRI), ligado ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, começou, a partir de 1996, a investigá-la de modo mais sistemático.

Por ser um país de grande territorialidade, torna-se muito difícil realizar levantamentos baseados em probabilidades. Por isso, a entidade optou por executar estudos possibilísticos com a participação anual de equipes que vêm realizando o Telecurso de Especializa-

O que é e quais as formas de violência doméstica contra a criança e o adolescente

Violência doméstica contra crianças e adolescen-

tes: atos e/ou omissões praticados por pais, parentes ou responsável em relação à criança e/ou adolescente que, sendo capaz de causar à vítima dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica, implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância. Isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

Fonte: Azevedo, M.A. & Guerra, V.N.A. Violência Doméstica na Infância e na Adolescência, SP, Robe, 1995.

Violência física: toda ação que causa dor física numa criança, desde um simples tapa até o espancamento fatal.

Fonte: Azevedo, M.A. & Guerra, V.N.A. Violência Doméstica na Infância e na Adolescência, SP, Robe, 1995.

Violência sexual: configura-se como todo ato ou jogo sexual, relação hétero ou homossexual, entre um ou mais adultos (parentes de sangue ou afinidade e/ou responsáveis) e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente uma criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou outra pessoa. Ressalte-se que em ocorrências desse tipo a criança é sempre vítima e não poderá ser transformada em ré.

Fonte: Azevedo, M.A. & Guerra, V.N.A. Violência Doméstica na Infância e na Adolescência, SP, Robe, 1995.

Violência fatal: atos e/ou omissões praticados por pais, parentes ou responsáveis em relação à criança e/ou adolescente que, sendo capazes de causar-lhes dano físico, sexual e/ou psicológico, podem ser considerados condicionantes (únicos ou não) de sua morte.

Fonte: Azevedo, M.A. & Guerra, V.N.A. Infância e Violência Fatal em Família, SP, Iglu, 1998.

Negligência: representa uma omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se quando os pais (ou responsáveis) falham em termos de alimentar, de vestir adequadamente seus filhos etc. e quando tal falha não é o resultado de condições de vida além do seu controle. A negligência pode se apresentar como moderada ou severa. Nas residências em que os pais negligenciam severamente os filhos observa-se, de modo geral, que os alimentos nunca são providenciados, não há rotinas na habitação e, para as crianças, não há roupas limpas, o ambiente físico é muito sujo, com lixo espalhado por todos os lados. As crianças são, muitas vezes, deixadas sozinhas por diversos dias, chegando a falecer em conseqüência de acidentes domésticos, de inanição. A literatura registra, entre esses pais, um consumo elevado de drogas ilícitas e de álcool e uma presença significativa de desordens severas de personalidade.

Fonte: Azevedo, M.A. & Guerra, V.N.A. Infância e Violência Fatal em Família, SP, Iglu, 1998.

ção na Área da Infância e Violência Doméstica, o TELELACRI, um curso de educação continuada ministrado à distância. Há um formulário-padrão de coleta de dados que, após treinamento, é aplicado pelas equipes a instituições das suas respectivas localidades. As informações recolhidas referem-se à incidência do fenômeno em suas várias modalidades: violência física, sexual, fatal e também aquela que se dá por pura omissão, a negligência.

Claro que a violência verificada nas denúncias é apenas a ponta do iceberg das incontáveis agressões cometidas contra crianças e adolescentes em qualquer sociedade. Há muitos casos não notificados e o número deles depende do tamanho do complô de silêncio, do qual muitas vezes participam profissionais, vizinhos, parentes, familiares e até a própria vítima. Por isso, não basta pesquisar apenas a violência doméstica denunciada. É preciso estudar também a sua prevalência para que se possa ter uma idéia aproximada das dimensões da cifra oculta. Ou seja, de quantos casos acabam fora das estatísticas.

A prevalência pode ser pesquisada ou estimada. O LACRI decidiu estimá-la para uma das modalidades de violência doméstica: a sexual. O critério utilizado foi proposto por Finkelhor:¹ 20% das mulheres e 10% de homens teriam sido vítimas de violência sexual antes dos 18 anos. As informações já disponíveis estão organizadas em um banco de dados em www.usp.br/ip/laboratorios/lacri, no link Estatísticas Brasileiras.

No período de 1996 a 2004, a negligência aparece como a violência mais freqüentemente notificada, o que demonstra a tese defendida por alguns historiadores brasileiros de que há uma cultura camuflada do abandono infantil no país (*veja quadro abaixo*).

Na ausência de critérios consolidados internacionalmente² sobre a gravidade direta da violência doméstica contra crianças e adolescentes, optamos por estimá-la a partir da pesquisa qualitativa de casos que acompanhamos em todo o Brasil, com a colaboração dos estudantes do TELELACRI. Eles tiveram que buscar exemplos de casos graves ocorridos em seus municípios no ano 2000. Os casos encontrados dão clara noção da crueldade e da periculosidade desse mal ainda considerado banal no nosso cotidiano.

Modalidade de Violência	Incidência Pesquisada									Número total de casos notificados	
	Doméstica	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003		2004
Violência Física		525	1.240	2.804	2.620	4.330	6.675	5.721	6.497	6.066	36.478
Violência Sexual		95	315	578	649	978	1.723	1.728	2.599	2.573	11.238
Violência Psicológica		0	53	2.105	893	1.493	3.893	2.685	2.952	3.097	17.171
Negligência		572	456	7.148	2.512	4.205	7.713	5.798	8.687	7.799	44.890
Violência Fatal		-	-	-	-	135	257	42	22	17	473
Total		1.192	2.064	12.635	6.674	11.141	20.261	15.974	20.757	19.552	110.250

¹ Esse critério foi definido com base em levantamentos significativos, realizados nos Estados Unidos e Canadá. Cf. Finkelhor, D. *Sourcebook on Child Sexual Abuse*. Newbury Park, CA; Sage Publications, 1986.

² Do ponto de vista internacional, a manutenção de registros oficiais de morte devido à violência doméstica é um fato: 55% dos 21 países europeus pesquisados para o trabalho *World Perspectives on Child Abuse* (6ª edição/2004) mantêm esse tipo de registro, assim como 36% dos 11 países africanos pesquisados. “Além de documentar as mortes por violência doméstica, alguns países criaram equipes para conduzir investigações aprofundadas acerca das circunstâncias da morte”. Fonte: Daro, D. *World Perspectives on Child Abuse*, ISPCAN, 2004, 6ª edição.

Conseqüências para o desenvolvimento

Para entender como se processa no âmbito psicológico do adolescente a vivência com diferentes formas de violência, o estudo *Labirinto de Espelhos: A Formação da Auto-Estima na Infância e Adolescência*, da doutora em Saúde Pública Simone de Assis, coordenadora-executiva do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (CLAVES), investigou durante dois anos consecutivos (2002 e 2003) estudantes do curso diurno das 7ª e 8ª séries do ensino fundamental e 1º e 2º anos do ensino médio de escolas públicas e particulares do município de São Gonçalo na região metropolitana do Rio de Janeiro, que conta com 309.216 crianças e adolescentes entre 0 e 19 anos.

Os resultados deixam claro a elevada freqüência com que a violência ocorre no âmbito da família e das pessoas próximas aos adolescentes. Quase um quinto desses jovens

A negligência aparece como a violência mais freqüentemente notificada, o que demonstra a tese de que há uma cultura camuflada do abandono infantil no país

sofre agressões severas, que envolvem chutes, mordidas, espancamento e até ameaças com arma de fogo ou faca. Quanto à violência psicológica, cerca de metade dos adolescentes convive com ela direta ou indiretamente. Os adultos os humilham, não os elogiam quando agem corretamente e não os estimulam para os desafios que precisam enfrentar. Também quase um quinto desses adolescentes já passou por experiências sexuais traumáticas ou perturbadoras; já testemunhou violência sexual sofrida por algum membro da família; já teve medo de sofrer violência sexual quando um dos pais estava sob efeito de álcool ou drogas; e já se envolveu em relação sexual com os pais.

Ficou constatado que adolescentes que sofreram maus-tratos familiares sofrem mais episódios de violência na escola, vivenciam mais agressões na comunidade e transgridem mais as normas sociais, fechando assim um círculo de violência. Eles também têm menos apoio social, menor capacidade de resiliência e uma baixíssima auto-estima. A violência psicológica, por sua vez, mostrou-se mais presente entre aqueles com menos resiliência – capacidade de seguir em frente superando as dificuldades impostas pela vida, essencial para o desenvolvimento pessoal e para uma boa qualidade de vida do indivíduo consigo mesmo e com a sociedade. Percebe-se, assim, como essa forma de violência pouco valorizada pela sociedade é capaz de fragilizar a posição do adolescente e dos futuros adultos no mundo.

A pesquisa constatou também que adolescentes de diferentes padrões socioeconômicos estão igualmente submetidos à violência familiar praticada por pais e irmãos, re-

forçando a introjeção da violência nas relações familiares como estratégias de comunicação e resolução de conflitos, histórica e culturalmente arraigadas na sociedade.

A desigualdade na violência doméstica

A violência incide desigualmente sobre crianças e adolescentes, em função de idade, pobreza, gênero, etnia e outros fatores. Embora não existam dados sistemáticos para todas essas condições, alguns estudos realizados levam a reflexões. A pesquisa *A Ponta do Iceberg*, realizada pelo LACRI, com números referentes à violência notificada, demonstrou um aumento crescente de notificações – o que não significa que esteja ocorrendo mais violência. Também mostra que existem vítimas de ambos os sexos, embora as do feminino sejam a maioria, o que está de acordo com a literatura científica internacional (veja quadro abaixo).

Síntese de Violência Sexual Doméstica Notificada					
Ano	Sexo		Total	Sem Informação	Total
	Masculino	Feminino			
1996	8	68	76	19	95
1997	7	80	87	228	315
1998	18	174	192	386	578
1999	113	536	649	0	649
2000	192	786	978	0	978
2001	350	1.373	1.723	0	1.723
2002	326	1.402	1.728	0	1.728
2003	522	2.077	2.599	0	2.599
2004	589	1.984	2.573	0	2.573
Total	2.125	8.480	10.605	633	11.238

Entre as parcelas da população infantil tratadas com mais violência, destacam-se as crianças com deficiência física ou mental. Segundo Viviane Nogueira de Azevedo Guerra, estudos científicos internacionais³ vêm demonstrando que essas crianças são mais vulneráveis à violência doméstica do que as demais. Adultos com deficiência, que foram vítimas de violência doméstica em sua infância ou de violência perpetrada por terceiros, colocaram, por exemplo, que as suas dificuldades de mobilidade física ou sua incapacidade para a defesa pessoal contribuíram para que o quadro de violência se instalasse e se perpetuasse.

Existe em relação a esse aspecto não só uma resistência da vítima como uma incredulidade dos profissionais e até mesmo pouca vontade de investir seriamente na ques-

³ Petré, A. K.; Nomura, B. (coord.) *Crianças com Deficiência e o Abuso Sexual – Estudo Exploratório no Peru e no Paraguai*. Save the Children Suécia, Escritório do Peru, 2002; Platt, D. & Shemmings, D. *Making Enquiries into Child Abuse and Neglect – Partnerships with Families*. Brighton: Pennant Professional/NSPCC Series, 1996; Wescott, H. *Abuse of Children and Adults with Disabilities*. Londres: NSPCC, 1993.

tão. Os estudos internacionais demonstram que as oportunidades de tratamento para o problema oferecidas às vítimas com deficiências são, em geral, mais restritas, uma vez que demandam profissionais treinados para a abordagem conjunta de dois fenômenos: a deficiência e a violência. Assim, implicam maiores recursos financeiros, além evidentemente da necessidade de que os serviços se conscientizem da importância do estabelecimento de medidas de proteção à infância.

Para Viviane Guerra, o que se depreende do panorama internacional é que existem preconceitos e discriminações importantes, sendo que a opressão enfrentada pelas crianças com deficiência deve ser desafiada e os seus direitos de cidadania resgatados. Medidas de proteção efetiva dessas vítimas devem ser adotadas, e os adultos encarregados de prover o seu bem-estar precisam atuar de forma a não sonegar esses direitos.

Um fenômeno enraizado no país

A violência relacionada à infância faz parte da cultura brasileira, mas não há registros históricos comprovando esse fato. A escassez de dados obrigou-nos a uma incursão pela literatura brasileira, a fim de se buscar evidências indiretas sobre a ocorrência de violência de natureza física contra crianças e adolescentes. As muitas faces desse fenômeno estão vividamente descritas em relatos autobiográficos que nos legaram escritores brasileiros.

No livro *Mania de Bater – A Punição Corporal Doméstica de Crianças e Adolescentes no Brasil*, de Maria Amélia Azevedo e Viviane Azevedo Guerra (Iglu, 2001), é citado o levantamento feito por Maria Helena Palma Oliveira, *Lembranças do Passado: A Infância na Vida dos Escritores Brasileiros* (USF, 2001). Ela identificou 536 escritores ao longo dos 500 anos de nossa história, distribuídos por diversos períodos literários. Apenas 47 deixaram autobiografias. Desses, 43 enfocaram a própria infância, e desse grupo, 14 narraram episódios de espancamento. Os episódios de punição corporal relatados ocorreram 30 a 80 anos atrás. Se permaneceram vivos por tanto tempo em suas lembranças, é porque as marcas foram profundas, como reafirma Graciliano Ramos, no emblemático episódio “Um Cinturão”, do livro *Infância*:⁴ “As minhas primeiras relações com a justiça foram dolorosas e deixaram impressão. Eu devia ter quatro ou cinco anos...”.

Mesmo admitindo que a memória humana é sempre uma reconstrução e jamais uma reprodução, impossível negar autenticidade aos episódios rememorados. Daí porque eles, se são testemunhos de vida, são também esforços de alcançar uma inteligência do passado vivido como criança, numa certa família, numa certa sociedade, num certo tempo. As lembranças dos escritores são documentos privilegiados para compreender a infância brasileira de outrora, um mundo no qual a punição corporal dos filhos pelos pais era uma espécie bem concreta de “mania pedagógica”.

Esses escritores falam de um tempo em que bater nos filhos era extremamente frequente e quase sempre sinônimo de surrá-los com cipó, chicote, corda, cinturão, chinelo, relho, rebenque, côvado ou até mesmo com escova de roupa. Também era sinônimo de pancadas na cabeça (croques, cascudos, cocorotes e piparotes), bem como de puxões e torções de orelha, tapas e palmadas. Tratava-se da resposta punitiva por ex-

⁴ Ramos, G. *Infância*. Rio de Janeiro, Record, 1995:29.

celência para travessuras, choros, rebeldia, desatenção na escola. Podia ser uma prática vingativa e despótica, funcionando absurdamente como verdadeiro dispositivo de tortura física e psicológica. Contraditoriamente ao que se poderia supor, a punição corporal nem sempre despertou na vítima sentimentos de raiva e injustiça. Em alguns casos, chegou a ser considerada não apenas necessária, mas abençoada. Bater nos filhos era uma prática suportada não apenas pela tradição, mas, às vezes, por uma firme convicção em sua eficácia pedagógica.

Todas essas características são indicativas de um tempo no qual a punição corporal dos filhos pelos pais era considerada absolutamente natural, ainda que acarretasse dor física e mental às crianças. Exatamente por ser considerado um direito dos pais, nenhum escritor chegou a considerá-la uma prática violenta, podendo e devendo ser abolida.

É interessante observar que os escritores estudados viveram sua infância em nove estados brasileiros do Nordeste, três do Sudeste e dois do Sul, num período que coincide com a emergência da República (últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX). Embora o interesse literário autobiográfico pela infância tenha surgido no Romantismo, é a partir do Realismo que as várias facetas do cotidiano familiar, inclusive as práticas de punição corporal, são, finalmente, reveladas.

Tapa educa?

Pesquisas realizadas a partir do final do século passado confirmaram que a violência física contra crianças e adolescentes continua sendo muito freqüente no Brasil contemporâneo. O estudo de Simone Gonçalves de Assis, *Crianças, Violência e Comportamento: Um Estudo em Dois Grupos Sociais Distintos* (1992), buscou reconhecer a prevalência de violência física pesquisando 1.328 adolescentes, estudantes de escolas públicas e particulares, do município de Duque de Caxias (RJ).

Nessa investigação, descobriu-se que o pai era o agressor dos filhos em uma proporção um pouco mais ampla entre os adolescentes que freqüentavam a escola pública em relação à particular, o mesmo podendo-se dizer quanto à violência materna. Comparando pai e mãe, descobriu-se que havia um número maior de casos imputados à conduta violenta materna entre os jovens estudantes, tanto de escolas públicas quanto particulares.

Estudos em destaque

O LACRI reuniu os mais significativos estudos brasileiros produzidos nas últimas três décadas sobre violência doméstica contra crianças e adolescentes. São 402 livros, monografias, teses, estudos acadêmicos, documentos de instituições oficiais, artigos e sites. O levantamento verificou que o tema passou a ganhar mais espaço e notoriedade na comunidade científico-acadêmica e entre os profissionais

das áreas de Saúde, Educação e Direito a partir da década de 1990. Além do aumento do interesse em se pesquisar o fenômeno, o LACRI constatou que a indexação das publicações em bases de dados eletrônicas contribuiu para maior divulgação e acesso aos trabalhos, fazendo circular a informação entre os pesquisadores, gerando assim a disseminação em rede do assunto.

Outro estudo (Marques, 1986),⁵ realizado com um grupo de 43 mães de uma favela da zona sul do Rio de Janeiro, constatou a aceitação generalizada da punição física, sendo que 41,9% declarou ter maltratado os filhos. Dessas, 23,3% reconheceram ter lhes ferido em alguma época e 27,9% disseram que usaram, algumas vezes, objetos duros para discipliná-los. Esses dados indicam que esse tipo de punição é comumente utilizado como prática educativa.

Alguns estudos brasileiros indicam, ainda, que a violência física é a mais comumente praticada e/ou notificada em certas localidades. Uma investigação no Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos à Infância e Adolescência (CRAMI) – Campinas, de março de 1988 a março de 1992, encontrou 1.220 casos confirmados de violência doméstica,

Adolescentes que sofreram maus-tratos familiares sofrem mais episódios de violência na escola, vivenciam mais agressões na comunidade e transgridem mais as normas sociais

sendo que a física ocorreu em 43,1% dos casos. O abandono e negligência foi responsável por 23,5%, a violência psicológica por 16,4%, e a sexual por 7,7%.⁶

Consultando-se também o suplemento Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-1988), no período de um ano, é possível verificar que, em todo o país, mais de um milhão de pessoas se declararam vítimas de violência física. Desse total, 20% são crianças e adolescentes, sendo 61% meninos e 39% meninas, na faixa etária de 0 a 17 anos. Dezoito por cento dos casos estão relacionados a agressões de parentes, sendo que, sob tais circunstâncias, as meninas sofreram mais violência do que os meninos. Enquanto as crianças pardas foram mais agredidas por parentes, as brancas o foram por pessoas desconhecidas.⁷

É importante salientar que ainda temos de avançar muito para estabelecer estatísticas mais aprofundadas sobre esse fenômeno. Os números, por mais falhos que sejam, podem nos orientar a encontrar políticas de atendimento compatíveis com o problema. Só recentemente o Brasil começou a encarar essa questão. Em 1984, saiu o primeiro livro sobre o tema: *Violência de Pais Contra Filhos: Procuram-se Vítimas*, de Viviane Nogueira de Azevedo Guerra (Editora Cortez). Daí para a frente, surgiram outras publicações e o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990 marcam o princípio de uma luta mais consistente contra esse fenômeno.

⁵ Marques, M.A.B., *An Exploratory Study on Violence Against Children in a Favela in Rio de Janeiro*. New York: Columbia University, 1986. (Tese de Doutorado)

⁶ Deslandes, S.F. *Maus-Tratos na Infância: Um Desafio para o Sistema Público de Saúde. Análise da atuação do CRAMI – Campinas*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ensp, 1993. (Dissertação de Mestrado em Saúde Pública)

⁷ *Crianças e Adolescentes. Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, v.4, 1992.

Os pontos críticos para enfrentar a realidade

Embora há décadas se lute para acabar com a violência doméstica contra crianças e adolescentes, vários pontos ainda precisam ser enfrentados com maior eficiência. O primeiro deles é o descompromisso da universidade, especialmente nos cursos de Saúde, Educação, Justiça, Ciências Sociais etc., quanto à compreensão e eliminação do fenômeno. O resultado disso é a sua naturalização e banalização no cotidiano de todos nós e a convivência pacífica dos profissionais com uma realidade, no mínimo trágica e ultrajante, da infância e da adolescência.

Vale a pena lembrar uma pesquisa realizada pelo LACRI, em 1991, com estudantes do primeiro e do último ano⁸ dos cursos de Pedagogia, Psicologia, Medicina, Direito, Odontologia, Serviço Social, História e Enfermagem,⁹ para fazer uma avaliação sobre o grau de compreensão e a prioridade que a universidade dá a esse assunto. Foram feitas diversas perguntas a estudantes que fatalmente terão de lidar um dia com essa questão. A maioria das respostas indicou lacunas ou impropriedades. Muitas vezes eles explicam os problemas sociais não como decorrentes das condições materiais de existência, mas, sim, como produto de patologias individuais geralmente hereditárias. Buscam nos genes a resposta para o fracasso escolar, seja para a pobreza, seja para a criminalidade.

As famosas teorias sobre a vítima também apareceram nos discursos dos alunos. Fala-se em ninfetas demoníacas, por exemplo. É o modelo da patologização social, que apresenta uma forma de explicar o fenômeno culpando não mais o agressor ou a vítima, mas a família, especialmente a pobre, que seria portadora de déficits culturais, educacionais, morais. De qualquer forma, o modelo explicativo continua tendo a doença como metáfora: não mais doença inata, herdada por alguns indivíduos, mas doença social, doença da pobreza.

No discurso de muitos alunos evidencia-se a crença na cultura da pobreza como fator determinante para ocorrer, por exemplo, o incesto pai-filha. Aceitar isso seria admitir tacitamente que todas as famílias pobres seriam famílias incestogênicas, o que não é verídico. São explicações ideologizantes porque mascaram o fato de que o fenômeno está longe de ser uma exceção, algo que só existe no universo dos psicopatas e dos pobres. Muito pelo contrário. É amplo e irrestrito, e nenhuma classe social, nenhum credo religioso ou etnia estão imunes.

A leitura das respostas dos alunos evidenciou algumas das reações perversas que o profissional pode ter face ao incesto pai-filha. Elas vão desde a aprovação até o simples lavar as mãos (não faria nada), a “empurroterapia” até a completa falta de senso ético (depende do lado que me contratar, neutralidade etc.).¹⁰

Esse cenário de descompromisso exige que a temática da violência doméstica contra a criança e o adolescente seja parte obrigatória dos currículos de graduação de certos cursos universitários. Os profissionais precisam estar capacitados para entender o problema e ajudar as vítimas.

⁸ A opção pelo primeiro e último ano deveu-se ao interesse em verificar se, num período de quatro a cinco anos, houve alguma modificação significativa na formação dos alunos.

⁹ Como a USP não dispõe de um curso de Serviço Social, a pesquisa foi aplicada neste curso ministrado pela PUC-SP.

¹⁰ Azevedo, M.A. *op. cit.*, 1992.

Boas notícias

Apesar de todas as dificuldades, há iniciativas muito bem-sucedidas no combate à violência doméstica contra crianças e adolescentes. Conheça algumas delas:

Ministério da Saúde: notificação obrigatória

O órgão governamental instituiu a Portaria GM/MS 1968/2001, que dispõe sobre a notificação obrigatória de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes aos Conselhos Tutelares. É um compromisso do setor de saúde para com a população brasileira de não ser omisso diante da violência. Nesse sentido, destaca-se a implantação do Plano Nacional de Prevenção das Violências e Promoção da Saúde e a implementação de 62 Núcleos de Prevenção das Violências nos estados e municípios (Portaria MS/GM 936, 19/05/04).

CNRVV: pólos de prevenção

A implantação de pólos de prevenção é uma das principais ações do Centro de Referências às Vítimas da Violência (CNRVV), do Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo. Está voltada para a sensibilização, a mobilização e a instrumentalização da população contra a violência doméstica. Os núcleos fazem oficinas de prevenção com crianças e adolescentes e com pais e responsáveis. Em agosto de 2006, o CNRVV contava com 22 pólos. Atualmente, investe na ampliação e no fortalecimento das parcerias, visando a uma rede de serviços articulados que cubra as diferentes e complexas exigências de atendimento e encaminhamento da criança e do adolescente vitimizados, de sua família e do agressor. O projeto conta com o apoio da WCF e a parceria da Fundação Abrinq.

Sociedade de Pediatria: capacitação de médicos

O Núcleo de Estudos da Violência contra Crianças e Adolescentes da Sociedade de Pediatria de São Paulo tem promovido cursos de capacitação para profissionais da área da saúde e da educação lidarem com o problema e participar das estratégias de prevenção.

Conexão Médica: programa no ar

Criada em 2001, essa empresa promove a conexão entre centros médicos e universitários de todo o país e até fora dele, promovendo uma interação nunca antes vista no país. Ela possui um canal que fica 24 horas no ar e, por meio dele, foi exibido o programa Crescer sem Palmada – pela Abolição da Punição Corporal Domés-

tica de Crianças e Adolescentes. Contou com a participação de médicos, estudiosos do tema da violência contra crianças, jovens vitimizados por esse problema e adultos que já vivenciaram essa terrível experiência.

LACRI: capacitação de profissionais e mudança na lei

O Laboratório de Estudos da Criança (LACRI) tem realizado a capacitação de profissionais por meio do Telelacri, curso de educação continuada ministrado à distância. De 1994 a 2005, ele já formou 5.398 profissionais no Brasil, Peru e Argentina. A entidade também realizou em 2003 o concurso de desenho infantil Crescer sem Palmada, do qual participaram 8.640 crianças e adolescentes de 9 a 12 anos. Também desenvolve uma campanha nacional com o objetivo de aprovar o Projeto de Lei nº 2.654, de 2003, que propõe uma reforma legal no Brasil para abolir a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes. O projeto foi aprovado por unanimidade em todas as comissões da Câmara dos Deputados, mas até o início de setembro de 2006 ainda não havia seguido para o Senado. Antes disso, o plenário deve analisar se aceita os recursos dos deputados Jair Bolsonaro (PP-RJ), Neucimar Fraga (PL-ES) e outros contra a lei. A luta mundial pela abolição de castigos imoderados e moderados (inclusive o famigerado tapinha no bumbum) já é vitoriosa em 11 países: Suécia/1979; Finlândia/1983; Dinamarca/1983; Noruega/1987; Áustria/1989; Chipre/1994; Letônia/1998; Croácia/1999; Alemanha/2000; Israel/2000 e Islândia/2003.

CRIA: pesquisas e diagnóstico

Sediado em Guaratinguetá (SP), desde 1999 o Centro de Referência à Infância e Adolescência (CRIA) desenvolve projetos de intervenção clínica, pesquisa e prevenção da violência doméstica contra a criança e o adolescente. Sempre a partir de um referencial psicanalítico, faz atendimento individualizado e oficinas terapêuticas com as vítimas e os agressores, encaminhados à entidade pelo Conselho Tutelar. Na área de pesquisa, desenvolve, em parceria com o LACRI e com o Laboratório de Saúde e Psicologia Clínica Social da USP, um instrumento de diagnóstico de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica. Também realizou pesquisa sobre a representação do Conselho Tutelar pelas crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica atendidas pelo CRIA.

Recomendações

O relato oferecido permite afirmar que ainda são muitos os desafios a enfrentar e inúmeros os nós na direção de um país chamado infância, no qual crianças e adolescentes possam crescer sem violência no seio da família ou fora dela. Para que isso seja possível, porém, há necessidade de assumirmos alguns compromissos.

Antes de tudo, os direitos das crianças devem ser efetivamente considerados direitos humanos, para que a violência sobre essa fatia da população seja reconhecida como uma séria violação dos mesmos e um dos principais problemas do Brasil a esse respeito no âmbito das Comissões Internacionais de Direitos Humanos.¹¹

Essa problemática também terá de estar inclusa nas políticas públicas brasileiras nos níveis federal, estadual e municipal, com a necessária e correspondente priorização orçamentária.

Ao mesmo tempo, o movimento de iniciativas públicas e privadas de combate a esse mal deve contar com o fortalecimento de levantamentos de dados representativos e confiáveis, para assegurar sua ampliação e aprofundamento controlados. Além disso, devem-se apoiar projetos e intervenções com indispensável qualidade técnico-científica e preferencialmente articulados em redes.

As iniciativas envolvendo ações qualificativas de protagonismo infanto-juvenil e todas aquelas destinadas a abolir a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes merecem total apoio. Só assim deixará de ser verdade a triste notícia apontada pelo Comitê dos Direitos da Criança, da ONU, sobre o relatório do Brasil em termos do cumprimento da Convenção. Em outubro de 2004, ele expressou sua preocupação com a constatação de que não há leis que proíbam essa prática adotada em escolas e na família. O Comitê recomendou que o governo brasileiro coibisse explicitamente esse tipo de atitude e colocasse na mídia campanhas educativas para os pais falando sobre as alternativas para levar disciplina à criança.

Uma recomendação valiosa é a criação de uma central nacional que congregue todas as informações relativas a notificações de violência doméstica contra crianças e adolescentes, permitindo o monitoramento sobre o andamento dos processos e a vigilância sobre os agressores. Essa central não deve descartar iniciativas já existentes no Brasil, como o programa Aviso por Maus-Tratos Contra Crianças e Adolescentes (APOMT), ligado ao Ministério Público do estado de Santa Catarina. As vítimas precisam ser ouvidas e suas informações devem ser usadas para reflexões e criações de políticas. Para isso, os profissionais precisam estar mais capacitados. Daí a necessidade de incluir a discussão sobre esse triste fenômeno na grade curricular de diferentes cursos universitários. As linhas de capacitação que já existem, aliás, merecem ser fortalecidas.

As pesquisas e a criação de centros de referência que atendam vítimas de violência é a última recomendação, assinalando-se que sempre deve-se atentar aos condicionantes culturais e sociais atrelados ao fenômeno.

¹¹ Isso não ocorreu no Relatório de 1997 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CEJIL) conforme *Relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos: Crianças e Adolescentes*, RJ, CEJIL: Suécia, Save the Children, 2004, pág. 13.

A violência contra crianças e adolescentes na legislação brasileira

ANO	LEGISLAÇÃO	ARTIGOS
1988	Constituição Federal (05 de outubro)	<p>Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.</p> <p>§ 8º. O Estado assegurará a assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.</p> <p>Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.</p> <p>§ 4º. A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.</p>
1990	Convenção dos Direitos da Criança	Brasil ratifica a Convenção dos Direitos da Criança de 20/11/1989 (Cf. art. 19.1) em 26/01/1990.
	Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069 de 13 de julho)	<p>Art. 5. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.</p> <p>Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.</p> <p>Art. 18. É dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.</p> <p>Art. 232. Submeter criança ou adolescente a vexame ou a constrangimento.</p> <p>Art. 233. Revogado pela Lei da Tortura. Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a tortura:</p> <p>Pena: reclusão de 1 a 5 anos.</p> <p>§ 1º. Se resultar lesão corporal grave:</p> <p>Pena: reclusão de 2 a 8 anos.</p> <p>§ 2º. Se resultar lesão corporal gravíssima:</p> <p>Pena: reclusão de 4 a 12 anos.</p> <p>§ 3º. Se resultar morte:</p> <p>Pena: reclusão de 15 a 30 anos.</p> <p>Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escolar ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de maus-tratos contra criança ou adolescente.</p> <p>Art. 263. Agrava a penalidade para maus-tratos (art. 136 do Código Penal). *</p> <p>* Maus-tratos: Art. 136. Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina:</p>

ANO	LEGISLAÇÃO	ARTIGOS
1990		<p>Pena: detenção de 2 meses a 1 ano ou multa;</p> <p>§ 1º. Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave:</p> <p>Pena: reclusão de 1 a 4 anos.</p> <p>§ 2º. Se resulta morte:</p> <p>Pena: reclusão de 4 a 12 anos.</p> <p>§ 3º. Aumenta-se a pena de um terço se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 anos.</p> <p>Fonte: Código Penal – Decreto-Lei nº 2.848 de 07/12/1940.</p>
	<p>Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072 de 25 de julho)</p>	<p>a. Altera o art. 263 do Estatuto da Criança e do Adolescente no caso das penas impostas aos crimes de estupro, atentado violento ao pudor.</p> <p>b. Altera também os artigos 213 e 214 do Código Penal de 1940, ficando assim estatuído:</p> <p>Estupro: reclusão de 6 a 10 anos.</p> <p>Atentado violento ao pudor: reclusão de 6 a 10 anos.</p> <p>c. Se da violência resultar lesão grave ou morte, as penas serão as seguintes acrescidas de metade (respeitado o limite superior de 30 anos) se a vítima estiver em condições de violência presumida pelo art. 224 do CP (for menor de 14 anos, alienada ou débil mental).</p> <p>c1. Se resultar lesão corporal grave: reclusão de 8 a 12 anos.</p> <p>c2. Se resultar morte: reclusão de 12 a 25 anos.</p>
1997	<p>Lei da Tortura (Lei nº 9.455 de 07 de abril)</p>	<p>Art. 1º. Constitui crime de tortura:</p> <p>II – Submeter alguém sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.</p> <p>Pena: reclusão de 2 a 8 anos.</p> <p>§ 2º. Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de 1 a 4 anos.</p> <p>§ 4º. Aumenta-se a pena de um sexto até um terço:</p> <p>II – Se o crime é cometido contra criança, gestante, deficiente e adolescente.</p> <p>Revoga art. 233 do ECA.</p>
2002	<p>Código Civil (Lei nº 10.406 de 10/01/2002)</p>	<p>Art. 1634. Compete aos pais, quanto à pessoa dos filhos menores:</p> <p>VII. Exigir que lhes prestem obediência, respeito e os serviços próprios de sua idade e condição.</p>
2004	<p>Lei nº 10.886, de 17 de junho (acrescenta parágrafos ao Código Penal, criando o tipo especial denominado “Violência Doméstica”)</p>	<p>O Art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos 9º e 10º:</p> <p>§ 9º. Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade:</p> <p>Pena: detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano.</p> <p>§ 10º. Nos casos previstos nos §§ 1º a 3º deste artigo, se as circunstâncias são as indicadas no § 9º deste artigo, aumenta-se a pena em 1/3 (um terço). (NR)</p>



O bê-á-bá da intolerância e da discriminação

A escola, por excelência o local dedicado à educação e à socialização da criança e do adolescente, transformou-se em cenário de agressão, autoritarismo e desrespeito mútuo. São lições que jamais poderiam estar nessa cartilha

Por Miriam Abramovay, secretária executiva do Observatório Ibero-Americano de Violências nas Escolas; Marta Avancini, pesquisadora da UNESCO, e Helena Oliveira, oficial de projetos do UNICEF

O fenômeno da violência no cenário escolar é mais antigo do que se pensa. Prova disso é o fato de ele ser tema de estudo nos Estados Unidos desde a década de 1950. Porém, com o passar do tempo, ele foi ganhando traços mais graves e transformando-se em um problema social realmente preocupante. Hoje, relaciona-se com a disseminação do uso de drogas, o movimento de formação de gangues – eventualmente ligadas ao narcotráfico – e com a facilidade de portar armas, inclusive as de fogo. Tudo isso tendo como pano de fundo o fato de que as escolas perderam o vínculo com a comunidade e acabaram incorporadas à violência cotidiana do espaço urbano. Enfim, deixaram de ser o porto seguro para os jovens estudantes.

Aluno de 15 anos retrata o professor como uma figura mitológica que causa medo. O desenho faz parte da tese de doutorado da pedagoga Sonia Koehler (veja texto na página 37)

Sinal dos tempos, até o foco dos estudos atuais difere do dos antigos. Antes, esse tipo de violência era tratado como simples questão disciplinar. Depois, passou a ser analisado como delinqüência juvenil. Hoje, é percebido de maneira bem mais ampla, sob perspectivas que expressam fenômenos como a globalização e a exclusão social. Diante disso, as análises precisam ser mais profundas e não se restringir às transgressões praticadas por estudantes ou violências nas relações entre eles.

Várias pesquisas no Brasil têm buscado o mapeamento desse fenômeno, assim como as causas e os efeitos sobre os alunos, os professores e o corpo administrativo e técnico das instituições de ensino. Embora sejam estudos ainda incipientes, por focarem, em sua maioria, situações regionais ou localizadas, os resultados obtidos apontam os principais tipos de violência.

Os primeiros estudos brasileiros datam da década de 1970, quando pedagogos e pesquisadores procuravam explicações para o crescimento das taxas de violência e crime. Na década de 1980, enfatizavam-se ações contra o patrimônio, como as depredações e as pichações. Já na maior parte da década de 1990, o foco passa a ser as agressões interpessoais, principalmente entre alunos.

Nos últimos anos do século XX e nos primeiros anos do século XXI a preocupação com a violência nas escolas aumentou e tornou-se questionável a idéia de que as origens do fenômeno não estão apenas do lado de fora da instituição – ainda que se dê ênfase ao problema do narcotráfico, à exclusão social e às ações de gangues.

A maioria dos estudos de larga escala, realizados ao longo dos últimos anos pelos principais organismos internacionais, procurou explorar os contextos violentos que emergiam no ambiente escolar, a percepção de atores internos e externos, regionalidades e o tamanho dos municípios. Um aspecto inovador é o foco nas representa-

O que é violência escolar

O que é caracterizado como violência escolar varia em função do estabelecimento, de quem fala (professores, diretores, alunos etc.), da idade e provavelmente do sexo. Não existe consenso em torno do seu significado.

Professor de Ciências da Educação, o especialista Bernard Charlot amplia o conceito, classificando-o em três níveis: violência (que inclui golpes, ferimentos, roubos, crimes e vandalismos, e sexual), incivildades (humilhações, palavras grosseiras e falta de respeito) e violência simbólica ou institucional compreendida, entre outras coisas, como desprazer no ensino, por parte dos alunos,

e negação da identidade e da satisfação profissional, por parte dos professores.

Os termos para indicar a violência também variam de um país para outro. Nos Estados Unidos, diversas pesquisas usam *delinqüência juvenil*. Na Inglaterra, alguns autores defendem que o termo *violência na escola* só seja empregado no caso de conflito entre estudantes e professores ou em relação a atividades que causem suspensão, atos disciplinares e prisão.

Apesar das diferenças entre os países, há um consenso quanto ao fato de que não é só a violência física que merece atenção. Outros tipos de violência podem ser traumáticos e graves.

ções das crianças e dos adolescentes que estudam nas escolas analisadas. Os conceitos de violência verbal, simbólica, racial e psicológica foram exaustivamente analisados, sempre no contexto da escola.

Forças de dentro e de fora

Para entender o fenômeno da violência nas escolas, é preciso levar em conta fatores externos e internos à instituição de ensino. No aspecto externo, influem as questões de gênero, as relações raciais, os meios de comunicação e o espaço social no qual a escola está inserida. Entre os fatores internos, deve-se levar em consideração a idade e a série ou o nível de escolaridade dos estudantes, as regras e a disciplina dos projetos pedagógicos das escolas, assim como o impacto do sistema de punições e o comportamento dos professores em relação aos alunos (e vice-versa) e a prática educacional em geral.

Segundo alguns autores, como o educador Eric Debarbieux, um dos fundadores do Observatório Europeu de Violência Escolar, na Universidade de Bordeaux, a escola está mais vulnerável a fatores e problemas externos, como o desemprego e a precariedade da vida das famílias nos bairros pobres. No livro *La Violence à l'École: Approches Européennes* ele menciona ainda o impacto da massificação do acesso à escola, que passa a receber jovens afetados por experiências de exclusão e de participação em gangues. Esses fatores externos de vulnerabilidade se somam àqueles decorrentes do aumento das condutas inadequadas ou não usuais na escola.

Embora os fatores externos tenham impacto e influência sobre a violência escolar, é preciso reconhecer que dentro da própria escola existem possibilidades de lidar com as diferentes modalidades de violência e de construir culturas alternativas pela paz, adotando estratégias e capital próprios. O Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência (UNICEF), por exemplo, entende que a questão da violência nas escolas deve ser tratada sob a perspectiva da garantia de direitos e da qualidade da educação. Isso significa que as escolas, assim como os serviços de saúde, a assistência social, os Conselhos Tutelares e outros mecanismos e instituições, são vistas como “agentes protetores” das crianças e dos adolescentes. Ou seja, têm um papel estratégico na defesa dos direitos dessa faixa etária.

O contexto nacional

O debate sobre os fatores externos e internos, associados à violência no ambiente escolar, é bastante controverso e delicado, pois a tendência é enfatizar os primeiros, o que amenizaria a responsabilidade do sistema escolar, tanto diante do próprio fenômeno quanto do seu enfrentamento. O ideal, porém, é não isolar um único fator como possível causa ou antecedente. Prefere-se, em lugar disso, identificar conjuntos ou ambientes favoráveis à violência. Por isso, além de enfoques multidimensionais, vários autores defendem a importância da abordagem transdisciplinar, com a contribuição da sociologia, da ciência política, da psicologia, das ciências da educação e da justiça criminal.

Entre as pesquisas brasileiras, a Pesquisa Nacional Sobre Violência, Aids e Drogas nas

Escolas, que resultou no livro *Violência nas Escolas*,¹ publicado em 2002 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), é um dos estudos mais abrangentes. A análise recorreu a enfoques multidimensionais, nos quais se aponta um conjunto de fatores como provável causa da violência, sejam eles internos ou externos. Ela adotou uma concepção ampla de violência, incorporando não só a idéia de sevícia, de utilização da força ou intimidação, mas também as dimensões socioculturais e simbólicas do fenômeno. Segundo essa idéia, a violência escolar sempre resulta da interseção de três conjuntos de variáveis independentes: o institucional (escola e família), o social (sexo, cor, emprego, origem socioespacial, religião, escolaridade dos pais, status socioeconômico) e o comportamental (informação, sociabilidade, atitudes e opiniões).

Os alunos e membros do corpo técnico-pedagógico que participaram da pesquisa da UNESCO afirmam que é nas cercanias da escola que mais ocorrem situações violentas. Eles também apontam a vizinhança como um dos cinco principais problemas da escola. Apesar disso, um quinto dos alunos e um quarto do corpo pedagógico asseguram que as dependências da instituição são ainda mais violentas do que o seu entorno, o que descaracteriza o ambiente escolar como espaço confiável e protegido.

Entre os problemas apontados no entorno, alguns ganham destaque. É o caso da precariedade da sinalização e da insegurança no trânsito. A falta de equipamentos fundamentais nas vias de trânsito de acesso explica o significativo número de atropelamentos dos membros da comunidade escolar. Em muitas ruas onde estão situadas as escolas, não há semáforo, passarela, faixa de travessia para pedestres nem guarda controlando o trânsito. Além disso, em alguns bairros, a segurança fica comprometida no período noturno devido à iluminação deficiente.

O acesso a bebidas alcoólicas é reconhecidamente um motivador da violência. Em 63% das escolas observadas verificou-se que os alunos freqüentam bares ou botequins próximos à escola, algumas vezes desviando do seu trajeto e faltando às aulas. Esses estabelecimentos são freqüentados por grupos ou turmas que, quando consomem bebidas alcoólicas, podem se envolver em práticas violentas.

A falta de segurança também é apontada, apesar de não existir consenso em relação à conveniência da vigilância policial. Muitos acreditam que seria ainda pior. É importante atentar para o fato de que as opiniões variam conforme a imagem que se tem dos policiais. Os inspetores escolares, por exemplo, defendem a idéia. Já os alunos, que não confiam na polícia, afirmam que a escola deve resolver sozinha seus problemas. A relação entre alunos e policiais é delicada, principalmente porque alguns estudantes dizem temer a polícia. Já alguns policiais reclamam da falta de respeito por parte dos alunos.

Tanto os estudantes quanto o corpo técnico-pedagógico concordam ao apontar como

¹ O estudo, coordenado por Miriam Abramovay e Maria das Graças Rua, foi realizado em 13 capitais (Goiânia, Cuiabá, Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Maceió, Salvador, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Florianópolis e Porto Alegre) mais o Distrito Federal. Ao todo, 33.655 alunos de escolas públicas e privadas, dos turnos diurno e noturno, responderam aos questionários. Como a amostra é expandida, os dados correspondem a 4.663.301 alunos das localidades pesquisadas. Também responderam aos questionários 3.099 professores e 10.225 pais. Além da pesquisa quantitativa, foi realizada uma qualitativa, que consistiu na realização de entrevistas, grupos focais e observação de campo com todos os atores sociais envolvidos.

um dos maiores problemas, em muitas escolas, a formação de gangues ou o tráfico de drogas no espaço escolar ou no seu entorno, levando a um total clima de insegurança. Isso fragiliza a autoridade dos responsáveis pela ordem na escola a tal ponto que eles ficam imóveis, com receio de sofrer represálias. Em vários depoimentos dessa pesquisa, ressalta-se a presença do tráfico. Em muitos casos, os traficantes usam vendedores ambulantes e até alunos para a venda e distribuição de drogas. São os chamados “aviões”. As gangues, por sua vez, interferem na vida da escola de várias formas: ameaças a alunos, demarcação de territórios onde uns podem entrar e outros não, atos de vingança, clima de tensão e outras barbaridades.

A pesquisa da UNESCO revelou aspectos curiosos em relação ao ambiente escolar. O primeiro está relacionado à estrutura física do estabelecimento, em geral separado do entorno por muros, cercas e grades. Significativa parcela dos alunos critica a qualidade do ambiente físico, principalmente as salas de aula, os corredores e pátios, embora ainda

Apesar de algumas escolas serem mais flexíveis e aceitarem o diálogo, há diversos exemplos de abuso de poder por parte da instituição

assim afirmem gostar da escola em que estudam. Os locais que os alunos preferem são a cantina ou a lanchonete, a biblioteca, e, quando há, o centro de informática, o ginásio de esportes, o laboratório e o pavilhão de artes.

As relações sociais na escola

A observação local direta efetuada pelos pesquisadores mostrou que aproximadamente um terço dos alunos exibe comportamento indisciplinado. Quando se trata de gazer ou matar aulas, os percentuais são bastante significativos. Em geral, as escolas impõem regras a quem vive no seu cotidiano, sobretudo aos alunos. Dentre elas, provocam reações mais imediatas as relacionadas à observância do horário das aulas, ao uso do uniforme, à identificação e às práticas permitidas ou proibidas no espaço escolar. Na maioria das escolas há regras referentes a todos esses aspectos, mas não ocorre o consenso da própria comunidade escolar em relação a elas.

Um bom exemplo é a proibição de fumar, regra comum especialmente no período diurno. O aluno não pode fumar, mas o diretor, o professor e demais funcionários estão liberados. Parece muito injusto. Os alunos se queixam de que os próprios adultos quebram as regras. Apesar de algumas escolas serem mais flexíveis e aceitarem o diálogo, há diversos exemplos de abuso de poder por parte da instituição, que impõe regras sem margens de defesa ou possibilidades de contra-argumentação por parte dos jovens. Em síntese, as regras são indispensáveis à ordem escolar, mas chamam a atenção para o tipo de coerção

a que são submetidos para alcançar tal fim. Segundo Debarbieux, dos problemas que se colocam hoje entre os docentes e o corpo escolar em geral, emergem, prioritariamente, as formas de contestação da própria ordem escolar, que se manifestam como incivildades, como uma violência mais evidenciada ou como comportamento de rejeição.

Os comportamentos negativos são combatidos com punições específicas. Como, na maioria das vezes, elas são estipuladas de forma arbitrária, a escola pode ser um lugar privilegiado do exercício da violência simbólica, praticada pelo uso de sinais de poder que falam por si sós, sem a necessidade da força física, nem de armas, nem do grito. São medidas que silenciam protestos, exercidas não só de um estudante para outro, mas ainda na relação entre professor ou diretor e aluno. Nas transgressões mais graves, como pichações e vandalismo, por exemplo, o jovem tanto pode ser transferido quanto expulso ou levado à delegacia acompanhado pelos pais. As medidas mais drásticas são defendidas, por exemplo, pelos inspetores. Os alunos, porém, tecem duras críticas às punições.

A primeira delas refere-se ao tratamento diferenciado que é dispensado a alguns, já que os tais “queridinhos da diretoria” nunca são punidos severamente. A segunda crítica refere-se ao exagero das ameaças de punição, comportamento que leva ao descrédito. Ocorre, ainda, que essa atitude tem sido tão banalizada que deixa de ser tida como sanção.

Há escolas que adotam castigos alternativos, que podem ser tão ou mais severos que os habitualmente utilizados, pois costumam levar a situações de humilhação e constrangimento. Vários alunos reclamam da falta de critérios e de abusos de poder por parte da escola na imposição de punições, como podemos ver no relato de um aluno de uma escola pública de Maceió: “Foi um fato que eu achei um tanto errado [sobre] as regras daqui do colégio. Um rapaz e uma moça que estavam se beijando aqui (...). No caso só se adverte. [Mas] tomaram uma suspensão de uma semana. Ao contrário de uns que usam drogas, lança-perfume, e tomaram uma punição de dois dias”.

Existem, ainda, os casos de não-aplicação das punições previstas nas normas escolares. Segundo membros do corpo discente, isso pode ocorrer por diversas razões, como a inoperância e a omissão da direção da escola. Mas, geralmente, é a pressão dos pais que está por trás da impunidade.

O que mais desagrada na escola

É muito importante diagnosticar o que leva os alunos e membros do corpo técnico-pedagógico a apreciar ou não a escola onde estudam ou trabalham. Aproximadamente 80% dos alunos responderam que gostam da instituição. Ainda assim, apontam vários aspectos que os desagradam. O espaço físico é o item mais citado. Nas capitais pesquisadas, uma média de quatro a cada dez alunos critica a sala de aula, os corredores, o pátio. Um segundo item que desagrada aos estudantes é a secretaria e a diretoria. Eles também dizem não gostar da maioria dos alunos, das aulas e de grande parte dos professores (*veja quadro O que a Escola Tem de Pior*).

O fato de os alunos dizerem que não gostam da maioria dos seus colegas leva a um questionamento da idéia de que a escola é um espaço de convívio social prazeroso entre jovens. Isso generaliza uma situação de desconforto e desconfiança e fragiliza os laços afetivos entre os membros da classe. Quanto às relações com os colegas, os alunos alegam desunião e falta de solidariedade, observando que é comum a falta de coleguismo

e diálogo. Formam-se grupos fechados, as panelinhas, que impedem a aproximação de outros colegas. Essa ausência de empatia e solidariedade entre os estudantes acaba se estendendo a outras relações, como a que liga professores e alunos.

Finalmente, fica claro que as relações entre os alunos influenciam a permanência na escola, porque ali eles desfrutam de convivência social e se ligam afetivamente uns aos outros. Já os professores são apontados como objeto de desgosto por uma parcela dos estudantes. Entre os motivos, está o fato de os docentes estigmatizá-los de várias formas. Muitos alunos sentem-se discriminados e incomodados pelo fato de outros receberem tratamento diferenciado e privilegiado.

Esses dados levantam uma pergunta crucial: que escolas são essas em que parcelas significativas dos alunos não gostam de seus colegas? Pistas bastante úteis para responder a essa indagação encontram-se nos dados obtidos a partir da consulta a alunos e membros do corpo técnico-pedagógico, sobre os principais problemas da escola.

De sua parte, os estudantes apontam como os maiores problemas da escola os “alunos desinteressados e indisciplinados”, as “carências materiais e humanas” e os “professores incompetentes e faltosos”. Já a equipe técnico-pedagógica da escola cita como os três principais problemas as carências materiais e humanas, a existência de estudantes desinteressados e indisciplinados e o desinteresse dos pais. Chama a atenção o fato de que os alunos desinteressados e indisciplinados tenham sido mencionados como problema tanto pelos estudantes quanto pelos membros da equipe técnica.

Uma possível explicação para o desinteresse dos alunos parece ser o conteúdo programático das aulas. Há alunos que demonstram desconhecimento sobre a utilidade de um conteúdo ou o avaliam como instrumento importante só para um futuro distante. É

O que a Escola Tem de Pior					
Capitais	O que não gostam (%)				
	Do espaço físico (salas de aula, corredores)	Da secretaria, da direção	Da maioria dos alunos	Das aulas	Da maioria dos professores
Distrito Federal	48	36	32	29	25
Goiânia	47	27	27	23	24
Cuiabá	39	30	33	24	21
Manaus	43	32	31	19	23
Belém	50	35	24	19	20
Fortaleza	40	37	34	21	27
Recife	45	40	33	26	22
Maceió	38	28	42	20	25
Salvador	46	36	39	24	26
Vitória	46	30	27	30	26
Rio de Janeiro	49	28	28	23	20
São Paulo	41	35	36	26	24
Florianópolis	41	38	33	34	29
Porto Alegre	45	29	30	31	25

Fonte: Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, UNESCO, 2001.

curioso o depoimento obtido em uma escola privada do Rio de Janeiro: “Geografia é uma parada (...) que não bate. Pra mim, tem gente que quer aprender geografia no colégio (...) quem vai ser professor, mais nada. Meu pai mesmo fala que algumas coisas você vai usar. Agora, raiz quadrada, não sei o que mais, só se for professor de matemática (...). Dependendo da profissão, você não vai usar matemática em nada”.

Os jovens sentem-se sobrecarregados com tantas matérias, reclamam da monotonia das aulas e, ao mesmo tempo, da falta de acesso a temas e cursos que realmente lhes interessam. Os dados apontados por eles trazem à tona a discussão sobre a atribuição de culpas e responsabilidades no processo educacional. Enquanto os alunos se reconhecem sem interesse e como causadores de problemas disciplinares, os professores não se sentem responsabilizados pelo fracasso escolar, atribuindo a culpa aos alunos e à família, bem como às precárias condições de trabalho.

Muitos alunos informaram manter relações satisfatórias com os professores, que são seus principais interlocutores depois dos colegas, sejam essas relações cordiais ou não

Alguns membros do corpo pedagógico afirmam que o maior problema da escola é a indisciplina, a falta de respeito, de responsabilidade, de educação que deveria ter sido recebida em casa. Alguns professores não apontam os responsáveis por essa situação, mas dizem que a indisciplina é causada pela falta de limites. Em contrapartida, alguns pais entrevistados julgaram que a indisciplina resulta do fato de que é uma escola enfadonha, com professores que não se preparam, não estão interessados em dar aula, querem mais é se livrar das aulas e trabalham com programas caducos.

O professor na berlinda

Muitos alunos informaram manter relações satisfatórias com os professores, que são seus principais interlocutores depois dos colegas, sejam essas relações cordiais ou não. Os estudantes valorizam aqueles que os incentivam a continuar os estudos, que demonstram interesse por eles e preocupação com o seu desempenho, que dão conselhos, dialogam e são amigos. A atenção e o diálogo são ressaltados pelos alunos, criando momentos de descontração nas aulas, facilitando a aproximação entre eles. Dialogar, para os alunos, significa falar sobre assuntos que despertam o interesse deles, conversar, trocar opiniões sobre as principais decisões a serem tomadas nas escolas.

A falta de comunicação entre professores e alunos causa muita revolta nos estudantes, independentemente da idade ou da série em que se encontram. É possível que essa atitude afete a auto-estima dos jovens, incomodados com o fato de serem ignorados.

Há uma forte crítica aos professores cuja preocupação se restringe ao repasse de conteúdo, sem interesse em interagir com a turma.

A situação dos mestres na sala de aula também é desconfortável, pois muitos sentem na pele a falta de respeito. Esse quadro agrava-se nas escolas da rede privada, onde há alunos que acham que, pelo fato de pagarem o estudo, têm o direito de enfrentar funcionários e professores. Em alguns casos, comportam-se de maneira autoritária, humilhando ou insultando o professor ou, em casos extremos, utilizando-se do poder ou do prestígio dos pais para forçar a demissão daquele de quem não gostam.

Já os diretores são elogiados pelos alunos quando possibilitam o diálogo, dão conselhos e se envolvem com os jovens por diferentes motivos. As qualidades que mais reconhecem no comandante da instituição são a comunicabilidade, a disponibilidade para atender a reivindicações e a flexibilidade para lidar com as situações. Para os pais, o diretor deve ser reconhecido por atitudes que demonstrem sua preocupação com os estudantes. Também foram destacados talentos e habilidades intelectuais do diretor, assim como sua capacidade de se impor, dentro e fora da escola.

Existem reclamações de alunos em relação aos diretores. Entre as queixas mais frequentes, está a falta de visita às aulas, de se reunir com representantes de turma, a ausência na rotina escolar, o autoritarismo e o tratamento diferenciado aos alunos quando estão acompanhados pelos pais.

Apesar das dificuldades em algumas relações estabelecidas entre os vários atores sociais envolvidos, a escola surge como espaço de socialização para os jovens. É o lugar

O imaginário dos estudantes

Para identificar como a violência psicológica acontece nas salas de aula, a pedagoga e psicóloga Sonia Koehler ouviu os alunos. Em sua tese de doutorado, 516 alunos da 8ª série do ensino fundamental responderam a um questionário sobre sua experiência com a pessoa que consideravam o pior professor de suas vidas. Dentre os sujeitos pesquisados, 94,6% mencionaram atos praticados pelos professores e considerados como violência psicológica: gritos, humilhações, comparações depreciativas, ameaças, arremesso de objetos, mentiras.

Além de responderem ao questionário, os adolescentes foram convidados a desenhar o professor ao qual se referiam nas respostas. A imagem que os meninos e meninas têm na memória mostra um efeito da violência psicológica na escola. Boa parte deles (36,2%) retratava os docentes de forma desfavorável:

braços erguidos, em riste, mão na cintura, rosto sério e ausência de sorrisos. Essas características denotaram a recordação de um professor autoritário e agressivo. Alguns (23,8%) retratavam o professor como figuras mitológicas que causam medo: monstros, bruxas. Os estudantes mencionaram sentimentos de vergonha, humilhação e inferioridade diante da violência psicológica. Apenas 4,4% retratavam a figura humana do professor de modo favorável: sorriso no rosto, braços abertos, coração na blusa.

Na opinião da psicóloga, o contexto atual mostra que a violência no mundo adulto tem aguçado a situação de risco de crianças e jovens, além de reproduzir os valores desumanos. Portanto, é necessário investir nas relações interpessoais, na educação e na pessoa do professor como educador para apoiar o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes.

onde ocorrem aprendizagens significativas, já que o modo de vida dos sujeitos em interação no cenário escolar propicia trocas materiais e simbólicas.

Sob essa perspectiva, pode-se verificar que as escolas que se organizam com base em princípios democráticos e constroem as regras com a participação de toda a comunidade escolar conseguem maior comprometimento no que tange a sua observância. O aluno sente-se menos encorajado a testar os limites da conduta aceitável pelos adultos, já que ele também será cobrado pelos colegas.

Uma outra forma de exclusão social

Embora seja vista como chave de oportunidades para uma vida melhor, a escola pode discriminar e estigmatizar, marginalizando o indivíduo formal ou informalmente nos seus direitos de cidadania e no seu acesso às oportunidades de estudo, profissionalização, trabalho, cultura, lazer, entre outros bens e serviços do acervo de uma civilização. Com a finalidade de contribuir para a construção de uma cultura contra violências, faz sentido lidar com discriminações, intolerâncias e exclusões no espaço escolar, ainda que essas não deságüem em ameaças, brigas e mortes, ou seja, não configurem violência física propriamente dita.

Nos trabalhos promovidos pela UNESCO, a exclusão social é estendida à falta ou insuficiência da incorporação de parte da população à comunidade política e social, conforme defende a estudiosa Miriam Abramovay no livro *Gangues, Galeras, Chegados e Rappers – Juventude, Violência e Cidadania nas Cidades da Periferia de Brasília* (Editora Garamond, 1999). Ou seja, ao deixar alguns sujeitos à margem do contato social, negam-se, formal ou informalmente, seus direitos de cidadania, como a igualdade perante a lei e as instituições públicas, a proteção do Estado e seu acesso às oportunidades diversas, quais sejam, de estudo, profissionalização, trabalho, cultura, lazer, entre outros bens e serviços do acervo de uma civilização.

Na pesquisa, exclusão social é entendida como mais que desigualdade econômica. Engloba dimensões e processos culturais e institucionais por meio dos quais numerosas parcelas da sociedade brasileira tornam-se e permanecem alheias ao contrato social, privadas do exercício da cidadania, desassistidas pelas instituições públicas, desamparadas pelo Estado.

Uma das vertentes socioculturais da exclusão diz respeito à questão racial, aqui tratada em termos de percepções, assim como de exemplos de discriminações. De fato, o racismo é uma forma de exclusão social encravada na sociedade brasileira em geral e no sistema educacional em particular. Ele aparece, algumas vezes, de forma explícita e, outras, por meio de atitudes de pseudocordialidade.

Quando vistos como via de acesso ao exercício da cidadania, a escola, a educação e o processo de ensino-aprendizagem funcionam como uma espécie de salvo-conduto moral, um passaporte para a entrada na sociedade moderna, em que o estudo é cada vez mais um requisito para o acesso às oportunidades de trabalho. Porém, é nesse ponto de interseção entre o estudo e o trabalho que se situa um dos mais graves problemas da exclusão social, no qual o ensino de boa qualidade abre as oportunidades e o de má qualidade, ao contrário, acentua a exclusão. As classes menos favorecidas economicamente vivenciam essa situação como fenômeno cultural, social e institucional. Nem sempre o acesso à escola garante trabalho e melhores salários. Quando estudantes verificam essa realidade, assim como quando se dão conta da baixa remuneração dos professores, perdem o interesse pelos estudos.

Ainda assim, a ascensão social é percebida como viável graças à formação escolar, já que

os empregos que exigem baixo nível de instrução têm remuneração muito baixa e as posições mais ambicionadas exigem diploma de nível superior. Por isso, muitos alunos acham que o vestibular seria a meta principal e, nessa discussão, acham que é melhor estudar na escola privada do que na pública. Os professores também concordam que, para os alunos das escolas privadas, o futuro é mais promissor, devido ao poder aquisitivo dos pais e à disponibilidade de tempo para estudar. A universidade fica mais distante para os alunos da rede pública, especialmente quando se trata de cursos requisitados e profissões valorizadas.

Além das desigualdades no que se refere à qualidade de ensino, à possibilidade de estudar em escolas de bom nível e à disponibilidade de tempo e material escolar adequado, a discriminação e a exclusão social manifestam-se nas atitudes quanto à própria escola e às relações entre os alunos. Nesse sentido, é possível distinguir três padrões de exclusão ou discriminação social na escola.

O primeiro diz respeito à visão sobre a escola pública e seus alunos. Muitos são vistos como “marginais”, despreparados, mal-educados e, portanto, nocivos à sociedade. O segundo refere-se às relações entre os alunos de uma mesma rede de ensino – seja pública ou privada – cujas condições econômicas são desiguais. Há indicações de que os que sofrem discriminação reagem tanto com retraimento como com agressividade. O terceiro padrão tem lugar nas escolas privadas com aqueles de menor poder aquisitivo, como os que têm bolsas de estudo e os filhos de funcionários ou de professores.

O racismo na escola

Embora institucionalmente silenciada, a violência relacionada a práticas discriminatórias resultantes de preconceções quanto à raça mostra-se evidente na comunidade escolar. Muitas pessoas, principalmente alunos, relatam casos de discriminações. Depoimento colhido em grupo focal de pais mostra que se considera a existência de preconceito na escola até mesmo contra uma estudante branca, que se percebe discriminada pelos colegas negros. Além do acesso diferenciado segundo a dependência administrativa das escolas, brancos e não-brancos também se distinguem pelos turnos de estudo. Os maiores percentuais de não-brancos estão no turno da noite.

De fato, existe, por parte de vários alunos, de membros do corpo técnico-pedagógico e de pais, o reconhecimento de que há preconceito racial nessa instituição. Isso foi frisado, principalmente, pelos que são ou já foram vítimas desse problema, aos quais são dirigidas palavras como “negona”, “molambo”, “fedorenta” e “cabelo de bombрил”. Os depoimentos trazem evidências de que predomina a ideologia pela qual se associam padrões de beleza a características de brancos. Não resta dúvida de que existe hostilidade racial e de que ela pode prejudicar a trajetória escolar da vítima ao criar um estigma contra ela e marginalizá-la.

Alguns diretores e professores de estabelecimentos privados sustentam que não ocorre preconceito nas escolas onde trabalham, devido ao fato de existirem poucas pessoas negras no ambiente escolar. Essa é uma expressão de racismo estrutural, pelo acesso diferenciado de brancos e negros a escolas da rede pública e da privada.

Na literatura sobre o tema no Brasil, é comum destacar-se o fato de que o racismo é realizado por formas complexas, não sendo sequer admitido conscientemente pela maioria da população. Em um primeiro momento, também é difícil detectar práticas ou comportamentos que se caracterizem por padrões racistas nas escolas. O comum é negar-

se qualquer tipo de discriminação. Mas existe a percepção dos alunos de que o preconceito racial está em todos os níveis. Quem é racista? Muita gente, menos a pessoa em si. Raros entrevistados assumem essa ideologia. Negros culpam brancos, loiros delatam escuros, professores apontam para os alunos, alunos falam da direção, e filhos indicam pais. Conclusão: é sempre o outro que tem preconceito.

Muitos alunos afirmam que não existem preconceitos, mas, sim, brincadeiras. Pais e membros do corpo técnico-pedagógico também observaram, em grupos focais, que essas “brincadeiras” podem ser exercícios de legitimidade aos preconceitos raciais, que, por sinal, não ocorrem apenas contra o negro mas também contra pessoas de origem indígena, japonesa e mesmo contra brancos. Ainda assim, o racismo tende a ser encarado como uma manifestação natural do ambiente escolar.

As muitas faces da violência escolar

A pesquisa da UNESCO levou em conta a violência de maneira ampla, não buscando um sentido universal, senão a partir do conhecimento do seu significado para os distintos atores – grupos que compõem a escola em um conjunto de capitais brasileiras. Para melhor compreender o fenômeno, as situações foram categorizadas em três grupos. Assim, a violência contra a pessoa é aquela que pode ser expressa verbal ou fisicamente e pode tomar a forma de ameaças, brigas, violência sexual, discriminações, *bullying*, coerção mediante o uso de armas. A violência contra a propriedade, por sua vez, se traduz em furtos, roubos e assaltos. A contra o patrimônio é aquela que redundava em vandalismo e depredação das instalações escolares.

Violência contra a pessoa

A primeira modalidade de violência contra a pessoa consiste em ameaças, ou seja, promessas explícitas de provocar danos ou de violar a integridade física ou moral, a liberdade ou os bens de outrem. Elas são mais frequentemente mencionadas pelos estudantes de São Paulo e do Distrito Federal (40%) e menos pelos de Belém (21%). Com exceção do Distrito Federal, em todas as capitais, os percentuais de membros do corpo técnico-pedagógico que relatam ameaças são sistematicamente superiores aos de alunos. Isso não significa que as ameaças sejam necessariamente dirigidas a eles, embora, muitas vezes, isso ocorra.

A maioria das ameaças aos professores feitas pelos alunos é ocasionada por notas e falhas disciplinares nas salas de aula. As ameaças aos diretores geralmente acontecem quando estes recorrem a punições mais severas, como suspensões e expulsões. Os agentes e inspetores de disciplina seriam ameaçados porque aplicam advertências e sanções por faltas disciplinares e imp pontualidades. Essa ameaça também atinge os policiais de batalhões escolares.

Sem verbalizar diretamente, os estudantes reagem de maneira agressiva às rotinas adotadas pelos professores, que são consideradas violentas. Assim como à imposição do poder da instituição escolar, como a disciplina, as exigências e as regras de aferição do conhecimento. Mas dificilmente comunicam os motivos ou parâmetros pelos quais entendem tais rituais do mundo escolar como violações a serem rebatidas por ameaças.

As ameaças podem redundar em violência física, o que gera um clima de tensão cotidiana. Por isso, é freqüente que professores, diretores e outros membros do corpo pedagógico expressem sentimentos de insegurança. Entre as ameaças que atingem a co-

munidade escolar estão aquelas relacionadas a bombas, felizmente em geral falsas, com puro intuito de transtornar a rotina escolar.

A modalidade de violência mais frequente na escola é a briga. Ela abrange desde formas de sociabilidade juvenil até condutas brutais. Briga-se por futebol, lanche, notas, por causa de apelidos e tomada de objetos uns dos outros. O olhar direto, o “encarar”, é visto como desrespeitoso e desafiador e pode levar a confrontos. Também esbarrar no outro, mesmo sem querer, pode ser interpretado como atitude pouco cuidadosa e de provocação, podendo ocasionar brigas violentas. Elas são consideradas acontecimentos corriqueiros, sugerindo a banalização da violência e sua legitimação como mecanismo de resolução de conflitos. Muitas vezes, surgem como continuidade de brincadeiras entre alunos, podendo ter ou não conseqüências mais graves.

Os dados indicam que parece prevalecer, entre os alunos, um padrão de comporta-

Embora institucionalmente silenciada, a violência relacionada a práticas discriminatórias resultantes de preocupações quanto à raça mostra-se evidente na comunidade escolar

mento que descarta o recurso à autoridade dos adultos ou aos mecanismos institucionais existentes na escola para resolver os conflitos em favor da violência, praticada em grupo, o que pode estimular novos confrontos. Esse padrão de reação a agressões parece ser um importante componente da cultura que incorpora a própria violência ao universo dos alunos. Assim, partem para brigas e acertos de contas. Há, também, rivalidades entre alunos de séries ou turnos diferentes. Muitas vezes, os do período noturno denunciam acentuada estigmatização por parte do diurno, confirmada pelos entrevistados do corpo técnico-pedagógico. Alegam que, por serem mais velhos, já haveria a suspeita de envolvimento com drogas ou terem relação com assaltantes. Há, também, rivalidade entre estudantes de diferentes escolas e de distintos bairros. Existe, ainda, demarcação de lugares apropriados como “nossos” e os dos “outros”. Essa delimitação leva a rivalidades e brigas.

O fantasma do abuso sexual

O assédio sexual, entendido como diversas formas de intimidação sexual (olhares, gestos, piadas, comentários obscenos, exhibições) e de abusos, como propostas, insinuações e contatos físicos aparentemente não-intencionais, fofocas, frases ou desenhos nos banheiros, é uma das formas mais comuns de violência de professores contra alunos. Principalmente contra mulheres, ainda que possa ocorrer entre os jovens ou envolver outros autores nas escolas. Inclui desde “brincadeiras” até estupros. As “brincadeiras” ou comentários jocosos podem ser dirigidos pelos alunos aos professores e vice-versa, gerando um constrangimento terrível.

Entre os depoimentos colhidos, um denunciou uma proposta de um professor para programas sexuais envolvendo idas a motéis, com pagamento pelos serviços prestados. Ou seja, estímulo à prostituição. O estudante de uma escola pública de Vitória, no Espírito Santo, narrou a experiência: “Aconteceu também no meu colégio e realmente tinha assédio mesmo. Eu ficava conversando com o professor de (...) no colégio. Eu estava desempregado, procurando emprego, doido para arrumar dinheiro. Aí [ele] falou para mim: ‘Eu sei um jeito fácil de você arrumar dinheiro’. Aí deixei para lá, pensei que ele estava brincando. Depois eu falei assim: Professor, que tipo de trabalho é esse? ‘Ah, é que tem uns colegas meus que saem assim: É um dinheiro fácil’. Eu falei: Então explica, professor, que eu estou precisando trabalhar (...). Ele falou para mim que era programa com homossexuais, sabe? (...) Aí parei tudo. Não falei nada com ninguém, mas falei que se isso acontecesse novamente eu ia arrumar um problema com ele, eu ia falar com a diretora (...)”

Muitos comentários transferem a culpa da violência para as meninas. São elas que “provocariam” os rapazes, por usarem um tipo de roupa “diferente”, “insinuante”. A diretoria de algumas escolas chega, inclusive, a supervisionar o vestuário das alunas.

Em diversos relatos, o assédio dos professores está associado a providências mais rigorosas, com processos judiciais encaminhados pelas vítimas. Às vezes, fica-se só na ameaça de denunciar à polícia, mas não se vai adiante por temor de represálias. Acontecem, ainda, estupros nas imediações das escolas, o que leva ao medo e ao abandono dos estudos. Embora as meninas sejam as maiores vítimas, há casos de abuso de meninos.

Com o dedo no gatilho

O recurso às armas em brigas e conflitos, nesses tempos do agravamento da violência na sociedade, chega em grande medida à escola. Alguns estudantes justificam o porte como necessidade de impor respeito, proteger e defender-se. Mas a disponibilidade de

Capitais	Testemunho de Porte de Armas (%)			
	Alunos		Corpo técnico-pedagógico	
	Armas de fogo	Outras armas	Armas de fogo	Outras armas
Distrito Federal	18	15	5	10
Goiânia	11	14	7	18
Cuiabá	17	16	8	13
Manaus	9	12	6	13
Belém	9	12	7	10
Fortaleza	12	12	8	13
Recife	12	10	8	11
Maceió	11	14	2	8
Salvador	10	12	2	14
Vitória	12	15	3	12
Rio de Janeiro	10	9	5	6
São Paulo	15	14	7	10
Florianópolis	12	20	4	18
Porto Alegre	17	16	6	19

Fonte: Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, UNESCO, 2001.

uma arma aumenta o perigo de confrontos e homicídios, como ressalta a literatura nacional e internacional sobre o tema.

No Brasil, os dados da pesquisa da UNESCO indicam que as armas de fogo são apenas uma pequena porção das encontradas nas escolas. Há mais “armas brancas” do tipo faca ou tesoura, além de correntes, cacetes, porretes. Os diretores e o corpo técnico-pedagógico relatam que é habitual encontrar esses instrumentos com os alunos. Alguns pais até defendem a atitude dos filhos, alegando que é preciso carregar alguma coisa para se defender.

Os alunos demonstram familiaridade com a compra e asseguram que é muito simples adquirir uma arma de fogo por intermédio de amigos e conhecidos. Em muitas lojas não é exigida a autorização, e a própria polícia aparece como fornecedora. Segundo membros das diretorias, muitos alunos vão à escola com armas de brinquedo para intimidar, o que evidencia a importância das armas no imaginário dos jovens. Tanto que uma parcela informou já ter visto alunos, pais ou professores carregando arma de fogo no ambiente escolar (*veja quadro Testemunho de Porte de Armas*). Já entre os membros do corpo técnico-pedagógico, os percentuais são muito menores, variando entre 2% e 8%. Tudo indica que, em muitos casos, o porte não é notado nem noticiado.

A presença de qualquer tipo de armamento sinaliza não somente violências efetivas e explícitas mas também cenários que banalizam violências, já que as armas, mesmo quando não acionadas, tornam-se constituintes do próprio cenário escolar. Testemunhar o porte de armas de fogo e de outras significa fazer parte de um campo que pode viver uma batalha a qualquer momento. O mais grave é o fato de muitos jovens afirmarem que têm acesso a armas de fogo em casa (*veja quadro Formas de Contato com Armas de Fogo*). Elas geralmente pertencem aos pais ou a outros familiares e ficam escondidas ou guardadas.

Formas de Contato com Armas de Fogo (%)

Capitais	Seus pais, parentes têm arma de fogo em casa	Você tem fácil acesso a armas na escola ou imediações	Você sabe onde/quem vende armas	Você já teve ou tem uma arma de fogo
Distrito Federal	22	21	13	7
Goiânia	22	14	10	4
Cuiabá	30	17	14	6
Manaus	19	12	6	4
Belém	18	9	9	5
Fortaleza	22	11	6	4
Recife	24	10	5	2
Maceió	20	11	6	3
Salvador	19	13	7	4
Vitória	24	12	8	4
Rio de Janeiro	20	8	8	4
São Paulo	19	19	11	4
Florianópolis	21	14	12	3
Porto Alegre	32	13	14	5

Fonte: Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, UNESCO, 2001. Foram entrevistados alunos.

A cultura da violência se sustenta, também, pela coerção e pela cumplicidade ativa ou passiva de muitos. Existe acobertamento entre os alunos que sabem quem vende armas, quem entra armado na escola e como fazer isso. Vigora a lei do silêncio, pela qual todos se calam sobre tais acontecimentos. No bojo de uma cultura de violência, em que se amplia o uso das armas, quebram-se as clivagens sexuais quanto à violência. Tanto que os membros da comunidade escolar ouvidos na pesquisa consideram que está aumentando o número de meninas flagradas com armas brancas, principalmente quando envolvidas em brigas.

Entre alunos, há queixas de que não existem medidas eficazes para inibir a entrada de armas nas escolas. Pode-se perceber, em algumas escolas públicas e privadas, certa preocupação dos estudantes para com o efetivo controle de entrada de pessoas armadas. Anteriormente, ocorriam as revistas nas entradas das escolas, quando eram pegos alunos com armas, mas essas medidas não acontecem mais.

Algumas opiniões de professores de escolas públicas demonstraram as limitações ao tentar coibir a entrada de alunos armados. Eles comentaram que o Conselho Tutelar proíbe que as escolas tomem qualquer atitude quando deparam com um aluno armado. O máximo que se pode fazer é passar esse problema para o conselho avaliar e tomar as devidas providências.

Porte de arma é, no entanto, segundo Paulo Afonso Garrido de Paula, procurador de Justiça de São Paulo e membro da comissão redatora do Estatuto da Criança e do Adolescente, crime grave, inafiançável. “O Conselho Tutelar não tem atribuição de normatizar essa questão”, afirma o especialista. De acordo com ele, cabe à escola comunicar o fato diretamente à Delegacia de Polícia ou à Promotoria, que irá proceder nos termos do Estatuto.

Violência contra a propriedade

Macular a propriedade sobre um bem é uma atitude corriqueira nas escolas, sendo que os roubos e furtos estão em destaque nessa lista. Registram-se vários informes dos alunos e do corpo técnico-pedagógico sobre roubos de carros e objetos pessoais (*veja quadro Relatos de Roubos nas Imediações da Escola*). Os informantes consideram que os pequenos furtos são praticados, em grande parte, por pessoas de dentro do espaço escolar, permitindo a aceitação desses atos como natural. Isso leva alunos, coordenadores e diretores a diminuir sua gravidade e, em alguns casos, desconsiderar a natureza do ato em si. Características de comportamento da juventude foram apresentadas como justificativas de pequenos furtos, considerados atos normais da idade.

Entre os informantes, as opiniões divergem quanto ao grau e à frequência de roubos e furtos nas escolas, mas a maioria concorda que as ocorrências mais graves são cometidas por pessoas externas à comu-

Relatos de Roubos nas Imediações da Escola (%)		
Capitais	Alunos	Corpo técnico-pedagógico
Distrito Federal	36	58
Goiânia	27	46
Cuiabá	30	32
Manaus	29	42
Belém	20	41
Fortaleza	27	33
Recife	29	39
Maceió	26	30
Salvador	26	43
Vitória	29	41
Rio de Janeiro	24	32
São Paulo	26	46
Florianópolis	38	42
Porto Alegre	38	62

Fonte: Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, UNESCO, 2001.

nidade escolar, que ali penetram na noite, nos fins de semana e/ou nas férias. Dessa forma, constrói-se uma dicotomia entre o espaço realmente violento da rua e o espaço relativamente menos inseguro da escola.

Quando os alunos são vistos como praticantes de roubos e furtos, os jovens sentem-se inseguros em deixar os pertences fora de seu controle. Na pesquisa, entre as ocorrências, foram identificados os pequenos furtos, como os de material escolar – caneta, borracha e estojo –, pequena quantidade de dinheiro, celulares e bolsas.

Violência contra o patrimônio

A dilapidação do espaço e do equipamento escolar, sem o furto de bens, surge como ato de reação social contra a escola. Pesquisas norte-americanas demonstram que o vandalismo costuma estar associado a administrações escolares autoritárias ou indiferentes

Atos de pichação, depredação de muros, janelas, paredes e destruição de equipamentos, acompanhados de furtos, apresentam-se como as formas de vandalismo mais comuns

e omissas, assim como a diretores e professores sem receptividade para com os alunos, à alta rotatividade do corpo docente e, finalmente, às punições. É necessário tentar desvendar as mensagens escondidas nos atos de violência contra o patrimônio das escolas, que podem ter vários significados: a necessidade de chamar a atenção, de exibir-se para os colegas, expressar revolta ou, segundo a pesquisadora Nancy Day, querer deixar sua marca no mundo.

Atos de pichação, depredação de muros, janelas, paredes e destruição de equipamentos, acompanhados de furtos, apresentam-se como as formas de vandalismo mais comuns apontadas nas diversas categorias de entrevistados. A pichação ocorre dentro das escolas públicas e privadas, principalmente nos banheiros, com frases de amor, declarações, mensagens sobre legalização da maconha – “fumo, sim, legalize”, “chapado da maconha” – e, em menor quantidade, protestos contra o governo. Há, ainda, pichações de nomes, referências a gangues, palavrões e frases pornográficas dirigidas a determinadas pessoas. Nos banheiros femininos, encontram-se frases desse tipo e declarações de amor.

A explosão de bombas nos banheiros é retratada, evidenciando a cumplicidade dos colegas ao não denunciar o responsável pelo ato. Além dos episódios de depredação dentro da escola, pais e professores relatam que tiveram seus carros riscados pelos alunos. Os depoimentos contribuem para a hipótese de que não existe o cuidado com o bem coletivo e que a escola ainda se encontra muito distante do aluno e da comunidade.

Vítima e algoz

A escola vive situações nas quais as transgressões, os atos agressivos e as ocorrências de diferentes níveis de gravidade tornam-se cada vez mais presentes. Na pesquisa da UNESCO, os alunos se apresentam como principais autores dessa violência e, ao mesmo tempo, como as principais vítimas, seguidos pelos professores, diretores e funcionários. Professores e funcionários raramente são autores. Os policiais, por sua vez, aparecem mais como praticantes do que como vítimas.

A violência física foi a que mais atingiu todos os grupos de vítimas, seguindo-se a violência contra a propriedade. Por último, a violência verbal, apesar de ela normalmente passar despercebida. Foi possível verificar que mesmo os que não se envolveram diretamente com as ocorrências relatam inúmeros casos dos quais tomaram conhecimento ou presenciaram no espaço escolar. Essa proximidade contribui para banalizar o comportamento violento, tornando trivial a ocorrência de furtos, roubos, assaltos, estupros, agressões físicas, vinganças, homicídios, depredações, entre outros. A gratuidade da violência para eles é uma realidade, e o medo é comum em suas falas.

A violência física é a face mais visível do fenômeno. O confronto corporal ou armado mobiliza parte considerável das discussões, aparecendo como referência para que os informantes discurssem sobre o tema e o ampliem para incluir outros tipos de violência. Em algumas situações, justifica-se o recurso à violência física como uma forma de defesa pessoal, como atitude de proteção aos amigos mais fracos ou como uma resposta à ação de um sujeito mais forte. Em outras, aparece como uma atitude impensada diante de uma provocação. Independentemente da justificativa, trata-se sempre de uma forma de negociação que exclui o diálogo, ainda que seja impulsionada por múltiplas circunstâncias e se revista de uma conotação moral – como a defesa dos amigos.

Conseqüências sobre o Desempenho Escolar (%)			
Capitais	Não consegue se concentrar nos estudos	Fica nervoso, revoltado	Perde a vontade de ir à escola
Distrito Federal	46	32	31
Goiânia	46	34	34
Cuiabá	51	39	34
Manaus	52	33	34
Belém	46	28	28
Fortaleza	49	32	34
Recife	41	29	27
Maceió	46	33	29
Salvador	46	30	31
Vitória	44	34	31
Rio de Janeiro	42	28	27
São Paulo	42	32	33
Florianópolis	38	32	29
Porto Alegre	42	33	32

Fonte: Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, UNESCO, 2001.

Foram entrevistados alunos.

Por isso, analisar a violência na escola significa lidar com uma interseção de elementos. Trata-se de um fenômeno singular, com práticas sociais que, para serem compreendidas, requerem um olhar que não o reduza, mas o enxergue na sua complexidade.

Os ecos da violência

Diante do que se passa, uma das identidades mais comprometidas é a da escola – lugar de sociabilidade positiva, de aprendizagem de valores éticos e de formação de espíritos críticos, pautados no diálogo, no reconhecimento da diversidade e na herança civilizatória do conhecimento acumulado. Essas situações repercutem sobre a aprendizagem e a qualidade de ensino tanto para alunos quanto para professores.

Entre os alunos entrevistados, quase metade sustenta que a violência no ambiente escolar faz com que não consigam se concentrar nos estudos. Muitos afirmam ficar nervosos, revoltados com as situações que enfrentam. A terceira consequência da violência mais citada pelos alunos é a perda da vontade de ir à escola (*veja quadro Conseqüências sobre o Desempenho Escolar*). Os alunos são os que mais deixam de ir à escola por temer agressões, roubos e humilhações (*veja quadro Falta às Aulas devido à Violência*) e admitem que esse problema afeta muito a qualidade de seu estudo (*veja quadro Impacto sobre a Qualidade do Ensino*).

Uma pesquisa sobre violência e escola, realizada em 2004 pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP/UFGM), aborda o impacto da violência e do medo na eficiência e no desempenho dos estudantes. De acordo com ela, 10% dos estudantes entrevistados nas 50 escolas de Belo Horizonte já faltaram à aula pelo menos uma vez por causa do medo da violência.

No que se refere aos membros do corpo técnico-pedagógico, a primeira consequência é a perda de estímulo para o trabalho. Em segundo lugar, vem o sentimento de revolta e, em terceiro, a dificuldade de concentração nas aulas (*veja quadro Conseqüências sobre o Desempenho Profissional*). Os professores preferem transferir-se para ambientes escolares mais seguros, ocasionando, portanto, uma defasagem de professores em escolas onde ocorrem mais violências.

As sugestões dos protagonistas

Os entrevistados na pesquisa responderam a um questionário que tratava de medidas para contenção das violências nas escolas. A proposta de aumentar a vigilância policial nas escolas e imediações obteve maior proporção de adesões. Também se destaca a proposição de diálogo entre alunos, professores e diretoria, assim como a parceria entre escola e comunidade, bastante citada pelos professores.

Capitais	Falta às Aulas Devido à Violência (%)	
	Alunos	Corpo técnico-pedagógico
Distrito Federal	7	1
Goiânia	7	2
Cuiabá	9	4
Manaus	8	3
Belém	6	1
Fortaleza	5	4
Recife	5	4
Maceió	4	2
Salvador	7	2
Vitória	5	0
Rio de Janeiro	7	7
São Paulo	8	3
Florianópolis	3	2
Porto Alegre	5	2

Fonte: Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, UNESCO, 2001. Foram entrevistados alunos.

Apesar de desejarem a presença policial na escola e nas suas imediações, os alunos também demonstram uma postura crítica em relação ao tipo de polícia e à forma de segurança oficial. Há um grande descrédito na instituição policial.

Destaca-se, como um indicador positivo, a vontade de pais, alunos, professores e funcionários em apostar em medidas de resolução compartilhada do problema, tendo em vista a indicação do diálogo entre alunos, pais, professores e diretoria e a parceria entre escola e comunidade, como dispositivos importantes para conter o fenômeno nocivo a todos. Os estudantes insistem em medidas preventivas de participação ampliada, baseadas na interação da família com a escola. A instituição é vista, aparentemente, como elemento de mediação entre o aluno e a família, cabendo-lhe trabalhar os significados da violência dentro e fora de seus limites a fim de combatê-la, abordando aspectos importantes na vida do estudante que extrapolam os muros da escola e o período letivo.

Mas existem as opiniões mais radicais. Tanto pais como alunos e corpo técnico-pedagógico advogam disciplina mais dura para quem comete atos irregulares. Citam a expulsão e medidas de segurança como muros altos ou grades de proteção nas escolas. Dentro do contexto das discussões, chamou-se a atenção para a entrada de armas de fogo no ambiente escolar e foi proposta a revista na entrada do colégio para coibir a violência.

Entre outras medidas, tem sido bastante utilizado o apoio de psicólogos nas escolas, focalizando a violência sob uma perspectiva psicológica, e não social. Outro papel de relevância cabe à cultura e à educação, levando ao resgate da auto-estima e a uma conscientização dos problemas e das desigualdades, possibilitando superá-los e gerar solidariedade. O fortalecimento da auto-estima dos alunos serve para combater preconceitos.

Nas estratégias adotadas a fim de combater a violência, duas têm apresentado bons resultados. Uma delas é a melhoria da relação da escola com a comunidade. A outra

é a abertura de canais de expressão dos alunos. Deposita-se na escola, portanto, uma responsabilidade no tratamento da violência, mediante a criação de um ambiente mais amistoso e de cooperação, em que todas as partes estariam envolvidas, como defende o artigo “Violência nas Escolas é ‘Epidemia’ Mundial”, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, em julho de 2001.

A expectativa de a escola ser uma agência privilegiada para o combate das violências e das culturas de violência viria, por outro lado, encontrando ressonância em experiências que destacam profissionais que combinam as funções formais de docentes com as de articuladores entre a escola e a família, ou na postura dialógica nas relações com os alunos. Os estudantes sugerem, ainda, uma grade curricular mais flexível, com apelo a linguagens da arte e ênfase nas lições práticas da vida.

Vale assinalar, ainda, os relatos de redução dos atos de vandalismo em consequência da mudança física do ambiente escolar, realizada por intermédio do

Impacto sobre a Qualidade do Ensino (%)		
Capitais	O ambiente da escola fica pesado	A qualidade das aulas piora
Distrito Federal	44	34
Goiânia	38	30
Cuiabá	42	30
Manaus	34	31
Belém	33	28
Fortaleza	36	30
Recife	35	27
Maceió	33	25
Salvador	39	31
Vitória	43	30
Rio de Janeiro	37	28
São Paulo	42	35
Florianópolis	48	29
Porto Alegre	44	30

Fonte: Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, UNESCO, 2001.
Foram entrevistados membros do corpo técnico-pedagógico.

envolvimento e participação direta dos alunos e da comunidade. Isso leva a uma valorização do patrimônio escolar, que passa a ser visto como bem coletivo.

A escola como agente de defesa

Boa parte das opiniões dos estudantes entrevistados na pesquisa da UNESCO vem ao encontro da abordagem do UNICEF em relação ao papel da escola. O ambiente escolar e seu entorno têm uma função complementar a exercer, por meio de iniciativas integradas em sua rotina diária, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de meninos e meninas. Segundo o UNICEF, por meio do processo de aprendizado, coexistência e socialização, o ambiente escolar proporciona condições favoráveis para a detecção, identificação e encaminhamento de casos de violência. Profissionais da educação (professores, merendeiras, auxiliares de serviços) podem identificar os sinais de uma criança que foi ou é vítima de violência, assim como tomar medidas para preveni-la.

Diante dessa posição, o UNICEF vem investigando o que as escolas podem fazer para melhorar a qualidade de vida de seus alunos por meio de iniciativas que não funcionem como alternativas à rotina escolar diária. Uma pesquisa nacional² procura entender o que as escolas brasileiras vêm fazendo quando suas crianças são vítimas de violência. Um dos objetivos é descobrir se essas escolas têm alguma rotina para detectar e relatar casos de violência e se esses casos são encaminhados às autoridades competen-

Conseqüências da Violência sobre o Desempenho Profissional (%)

Capitais	Seu estímulo para o trabalho diminui	Sente-se revoltado	Não consegue se concentrar direito nas aulas	Perde a vontade de ir trabalhar	Fica nervoso e irritado na escola
Distrito Federal	49	39	27	23	22
Goiânia	54	35	30	27	26
Cuiabá	40	29	23	23	21
Manaus	44	28	23	18	19
Belém	37	21	23	15	19
Fortaleza	46	24	33	22	18
Recife	58	27	30	30	21
Maceió	35	25	23	15	15
Salvador	54	26	30	31	27
Vitória	47	24	18	21	24
Rio de Janeiro	48	25	17	30	19
São Paulo	57	31	23	25	23
Florianópolis	42	27	19	31	22
Porto Alegre	54	35	24	28	24

Fonte: Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, UNESCO, 2001. Foram entrevistados membros do corpo técnico-pedagógico.

² *Sistemas de Notificação e Detecção da Violência em Escolas Públicas* – UNICEF/Instituto Sedes Sapientiae. 2003-2004. A pesquisa cobriu 4.150 escolas municipais e estaduais de 20 unidades da federação brasileira – 37% do total.

tes ou não. Para isso, responderam a um questionário os diretores, professores, equipe administrativa e prestadores de serviços de 4.150 escolas municipais e estaduais de 20 unidades da federação brasileira.

Apesar de um cenário desfavorável em relação à violência, 70% dos entrevistados concordam com a afirmação de que “o fato de uma criança passar boa parte do tempo em uma instituição educacional torna esse espaço especial para detectar sinais de sofrimentos experimentados por crianças e adolescentes”.

A respeito de medidas de proteção e iniciativas tomadas pelas escolas, os resultados da pesquisa indicam que 88% dos entrevistados acreditam ser importante ter um livro para registrar e relatar casos de violência, 43% mencionaram que o diretor da escola deve fazer esse registro, e 37% também acreditam que o diretor deva levar o caso às autoridades competentes, como o Conselho Tutelar.

O UNICEF entende que a questão da violência nas escolas deve ser tratada sob a perspectiva da garantia de direitos e da qualidade da educação

Eles acreditam que é importante para a escola participar da solução de casos de violência e que esses casos sejam levados ao Conselho Tutelar, para garantir a proteção adequada. Apesar disso, existem dificuldades na relação institucional entre as escolas e o Conselho Tutelar. De acordo com os resultados do estudo, não há consenso quanto ao critério a ser utilizado para decidir se o evento violento deve ou não ser relatado ao órgão; 29% dos entrevistados acreditam que um caso deva ser levado ao conselho sempre que acontecer. O mesmo percentual acha que ele só deva ser relatado quando se torna repetitivo.

A pesquisa foi concluída em julho de 2006. Com a publicação dos resultados completos, espera-se produzir material para ajudar profissionais da educação a relatar casos de violência e um vídeo a ser veiculado nas emissoras educativas do país.

Recomendações

As medidas contra as violências nas escolas partem de três premissas gerais: realizar diagnósticos e pesquisas para conhecer o fenômeno em sua forma concreta, conseguir a legitimação pelos sujeitos envolvidos (o que pressupõe a participação da comunidade escolar) e fazer um monitoramento permanente das ações nas escolas.

A prevenção é fundamental. Uma das premissas para se conseguir isso é relacionar conhecimento sensível, ético, valorização do jovem, criação de um clima agradável e participativo, com conhecimento especializado e transdisciplinar, bem como análises sobre segurança pública e segurança escolar.

Deve-se, enfim, assumir a importância da construção de uma cultura de paz, como diz Jorge Werthein, ex-representante da UNESCO no Brasil (1996 a 2005), “baseada na tolerância, solidariedade e compartilhamento em base cotidiana, uma cultura que respeita todos os direitos individuais – o princípio de pluralismo, que assegura e sustenta a liberdade de opinião – e que se empenha em prevenir conflitos resolvendo-os em suas fontes, que englobam novas ameaças não-militares para a segurança, como exclusão, pobreza extrema e degradação ambiental. A cultura de paz procura resolver os problemas por meio do diálogo, da negociação e da mediação, de forma a tornar a guerra e a violência inviáveis”.

A cultura de paz pressupõe o combate às desigualdades e às exclusões sociais, assim como o respeito aos direitos de cidadania. A escola pode ser um local privilegiado de combate à violência, mas, para isso, necessita de profissionais respeitados, com conhecimento de pedagogia, cabendo ao poder público investir na formação e reciclagem desses profissionais e adotar estratégias para fazer prevalecer o direito e os deveres do professor.

Para se vacinar contra a violência, a escola deve transformar-se em lugar de encontro de diversidade cultural, habilitado para formas criativas de solidariedade. Precisa usar todo o potencial estratégico para tecer relações com a comunidade, especialmente a família, tendo os pais como parceiros para tal fim. Nesse núcleo deve ser possível a formação de valores e transmissão de conhecimentos.

As medidas de prevenção, de origem pública ou privada, precisam ser experimentadas e acompanhadas de perto. Diversos projetos voltados ao combate à violência nas escolas têm sido implementados em todo o mundo. Um bom exemplo é o projeto Sevilha Ante Violência Escolar (SAVE), iniciado em 1995. O modelo parte do ponto de vista psicoeducativo e da escola como um lugar de vida em comum entre os jovens, onde todos os membros da comunidade – famílias, professores e alunos – devem estar representados. Atualmente, ele atua em 28 estados norte-americanos e no Canadá, promovendo grupos de discussão nos quais voluntários orientam os estudantes a discutir e desenvolver alternativas para a resolução de conflitos e a aplicar o que aprendem em projetos de combate à violência no ambiente escolar e comunitário.

Uma política capaz de dar ótimos resultados é a relacionada ao reforço da imagem da escola como espaço de lazer. Um bom começo seria implementar programas para abertura das escolas no final de semana, com propostas de envolvimento da comunidade, da família e dos alunos em atividades culturais, artísticas e esportivas e de lazer. A tônica da programação seria a educação para a cidadania e a construção de uma cultura da paz. A escola deve ainda promover atividades artísticas e esportivas que envolvam toda a comunidade escolar e a família dos alunos. Aliás, a instituição educacional pode ser um pólo de promoção da socialização das famílias e da comunidade em que se situa a escola, para a redução da violência.

No Brasil, o programa Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz, criado pela UNESCO, é resultado de várias pesquisas sobre violências envolvendo os jovens no Brasil, quer como vítimas, quer como agentes diretos. Um exemplo desse trabalho é o Projeto Escola de Paz, iniciativa conjunta da UNESCO e do estado do Rio de Janeiro, em que 200 escolas públicas abrem suas portas aos fins de semana, aproveitando os talentos e a produção cultural da própria comunidade em áreas de maior vulnerabilidade so-

cial. Esse mesmo projeto está sendo realizado em outros estados brasileiros, com nomes variados, atendendo a mais de 7 milhões de pessoas. O programa também foi assumido pelo Ministério da Educação (MEC) e está implantado em três unidades da federação, chegando a seis no total de 2005.

A percepção do fenômeno das violências nas escolas resulta das histórias vividas e recolhidas pelos diversos atores que convivem no ambiente escolar e das relações que estabelecem entre si. Nessa medida, as violências são percebidas como um fenômeno corriqueiro no cotidiano daqueles que já vivenciaram situações ligadas a roubos, ameaças, assalto, discriminação, vandalismo, atitudes autoritárias, brigas etc. Para evitar a continuidade dessa situação, é indiscutível a necessidade de se identificarem medidas para que os estabelecimentos de ensino se apresentem como espaço seguro para seus integrantes, uma vez que a violência afeta a integridade física, emocional e psicológica de alunos, professores, funcionários e pais.

Diante desse contexto, as especificidades nacionais devem ser consideradas na hora de planejar as políticas públicas, que devem ser firmadas nas ações de prevenção da violência, e não se basearem em medidas repressivas. Em relação à escola, deve-se ter uma proposta pedagógica mais atraente à linguagem juvenil, considerando os jovens como protagonistas das políticas.

As sugestões a seguir precisam do apoio dos governos federal, estaduais e municipais, assim como da sociedade civil. No âmbito das escolas, é necessário o envolvimen-

Por que uma escola se torna violenta?

Há escolas que apresentam violências permanentes e outras apenas ocasionais. Algumas, ainda, são historicamente mais violentas do que outras. Curiosamente, há também aquelas que são seguras, apesar de estarem localizadas em regiões extremamente perigosas. É o caso de uma escola pública na periferia do Rio de Janeiro, considerada privilegiada entre as demais. A justificativa dada por professores e alunos é ser ela uma instituição escolar com as dependências sempre conservadas como novas e um corpo de professores unidos em prol do ensino. Os alunos têm ambiente de amizade e respeito. Por isso, ajudam na conservação do colégio, e a segurança é de ótima qualidade. A escola conta com um grêmio organizado, e cada turma possui um representante e um suplente, além de um professor conciliador da turma que representa o colégio na reunião de pais. Esses, por sinal, têm participação freqüente nas atividades escolares. A

direção tem discurso democrático enfatizando o diálogo como forma de interação do aluno. Os professores também manifestam esse sentimento incorporando seus próprios filhos na comunidade escolar.

Outro exemplo é uma escola na periferia de Curitiba, com vizinhança considerada perigosa, mas relativamente segura. Os alunos que a freqüentam são moradores do bairro, assim como a direção da escola. Os alunos percebem que o colégio é um espaço de socialização onde as relações de afetividade são construídas e vividas entre professores e alunos, direção e coordenação. A direção garante controle rígido de entrada de pessoas estranhas no estabelecimento.

Há, também, momentos em que o estabelecimento de vínculos com a comunidade traz implicações, como a necessidade de lidar com os traficantes de drogas e as gangues. A diretora de uma escola da periferia do Rio de Janeiro recorre à política da boa vizi-

to de todo o corpo docente, alunos, pais, funcionários, mídia, polícia e outros. As secretarias estaduais e municipais de educação devem acompanhar o processo de implementação das medidas, contribuindo com a preparação de pessoal e de material para treinamento de funcionários, além de discutir políticas de gestão e segurança com autoridades escolares e com a comunidade.

Algumas atitudes práticas precisam ser cobradas dessas esferas administrativas, como os cuidados com o entorno ou a vizinhança da escola. Para se criarem zonas seguras, é necessário que surjam mais semáforos, passarelas e faixas de pedestre, que a iluminação esteja em bom estado, que seja controlada a venda de bebidas alcoólicas em locais próximos e proibida a existência de estabelecimentos de jogos de azar. Naturalmente, a circulação de drogas ilícitas precisa ser vigorosamente combatida.

Fora da sala de aula, é preciso levar adiante projetos que busquem conscientizar os alunos quanto às conseqüências do uso de armas, de drogas, roubos e assaltos, preconceitos contra homossexuais e atitudes discriminatórias quanto às diferenças étnicas e de gênero. Por isso, são bem-vindas campanhas de combate à violência com o apoio dos meios de comunicação de massa e outras instituições de mobilização.

Naturalmente é preciso cuidar do estado físico e da limpeza da escola. Criar ambientes agradáveis, bem ventilados e iluminados, com móveis em boas condições e espaço adequado para as atividades escolares de lazer. Isso ajudará os alunos a terem orgulho da instituição e se sentir parte dela.

nhança com os traficantes, incluindo-se aí vários ex-alunos da escola. Os alunos afirmam que, apesar da rigidez em relação às regras de disciplina, os jovens se referem à direção com apreço.

Sobre a mudança de tipologia da escola de mais violenta para menos violenta, considera-se a atuação do diretor. Há o exemplo de uma escola no município de São Paulo, localizada em um bairro operário. Um dos diretores chamados para trabalhar na escola considerada o circo dos horrores acabou permanecendo e mudando a imagem do lugar. Relatavam os alunos que a direção anterior não permanecia na escola, portanto não acompanhava o desenvolvimento dos alunos, muito menos cuidava do aspecto físico do estabelecimento.

O diretor conta que seu principal segredo foi trabalhar em equipe com a mesma filosofia, respeitando as regras estabelecidas pela escola, bem

como valorizando os alunos, resgatando a auto-estima por meio do estímulo ao diálogo. Incluiu na sua prática a conservação da estrutura física, fez-se mais presente, combinando respeito e liberdade. Hoje, essa escola é uma das mais procuradas do bairro e tida como modelo.

Afirmar que as violências nas escolas representam um estado e não uma característica de uma ou de outra, ou do sistema escolar, significa assumir que essa condição muda de acordo com os processos pelos quais cada estabelecimento de ensino passa, em especial as mudanças na administração e das relações com diretores e professores. Os dados apontam que alterações feitas pela administração produziram mudanças no perfil da escola em relação à violência: o estreitamento da tolerância às regras; a democratização do ambiente escolar; e a melhoria e conservação da estrutura física.



Um fenômeno complexo

Situação presente em todo o mundo e que atinge de forma contundente milhares de crianças e adolescentes brasileiros, a exploração sexual é uma prática cruel e criminosa, capaz de deixar marcas profundas no corpo e na alma das vítimas

Por Karina Figueiredo, secretária técnica do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA), e Shirley B. B. Bochi, colaboradora técnica do CECRIA

Considerada uma violação dos direitos de crianças e adolescentes, a exploração sexual comercial se manifesta de maneira complexa e tem inúmeras interfaces. Trata-se de um fenômeno mundial, que não está associado apenas à pobreza e à miséria. Ao contrário do que muita gente imagina, a exploração sexual atinge todas as classes sociais e está ligada também a aspectos culturais, como as relações desiguais entre homens e mulheres, adultos e crianças, brancos e negros, ricos e pobres. Ao avaliar esse fenômeno, é preciso considerar ainda fatores como a dimensão territorial do Brasil e a densidade demográfica, pois a situação se apresenta de diversas maneiras em cada região. Além disso, por ser ilegal e clandestina, a exploração sexual ainda tem pouca visibilidade, sendo difícil de ser quantificada. No entanto, informações, depoimentos de testemunhas e vítimas, denúncias, pesquisas e estudos vêm permitindo, por um lado, uma descrição qualitativa e preliminar da dinâmica dessa questão e, por outro, um aprofundamento de sua compreensão para

Boneca produzida por residentes da Associação Lua Nova, uma ONG cuja missão é fortalecer a autoestima e a cidadania de jovens mães em situação de risco social. A maioria delas sofreu violência sexual

desencadear a implementação de ações governamentais e não-governamentais visando ao seu enfrentamento em nível nacional.

De acordo com os Anais do Seminário sobre a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Américas, realizado em 1996, a realidade brasileira demonstra que a idade das crianças e dos adolescentes submetidos à exploração sexual oscila entre 10 e 19 anos, sendo que as vítimas podem ser tanto do sexo feminino quanto do masculino, de todas as classes sociais e etnias. Mas, segundo o documento, “a grande incidência ocorre entre adolescentes mulheres, provenientes das classes populares de baixa renda, que vivem na periferia dos centros urbanos, nos garimpos e outros locais similares”.

A população jovem brasileira tem sofrido o imenso impacto das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais no contexto da sociedade contemporânea.

A exploração sexual atinge a todas as classes sociais e está ligada também a aspectos culturais, como as relações desiguais entre homens e mulheres

Sabe-se que as crianças e os adolescentes, principalmente aqueles em situação de pobreza, acabam sendo inseridos no mercado de trabalho precocemente. Estudos qualitativos realizados pela Organização Internacional do Trabalho entre 2001 e 2003¹ demonstraram que as atividades domésticas em casas de terceiros e a exploração sexual comercial absorvem na maioria das vezes a mão-de-obra feminina. Também revelam que essas relações de trabalho expõem as meninas a situações de exploração, riscos e danos pessoais (moral, físico, psicológico e sexual).

Situação de vulnerabilidade

Geralmente materializada contra pessoas que estão em desvantagem física, emocional e social, a violência é um fenômeno antigo, produto de relações construídas de forma desigual. Historicamente, a violência vem sendo denunciada no ambiente doméstico/familiar contra mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos, sendo que as pesquisas têm confirmado que a incidência é maior entre as meninas e as mulheres – daí a questão de gênero ser compreendida como um conceito estratégico na análise desse fenômeno. Mas ela também tem sido denunciada em outros lugares socialmente construídos: na rua, no ambiente institucio-

¹ *O Trabalho Infantil Doméstico nas Cidades de Belém, Belo Horizonte e Recife: Um Diagnóstico Rápido*, OIT, 2003.

nal e nas redes de prostituição (tanto nas mais economicamente poderosas quanto naquelas mais domésticas).

Dada a complexidade que envolve a questão do abuso sexual, ela deve ser compreendida nos seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e jurídicos. Essa violência pode ocorrer tanto no ambiente doméstico, na relação de convivência familiar entre vítima e agressor, quanto no contexto extrafamiliar, quando não há proximidade entre vítima e agressor. Já a exploração sexual comercial ocorre em redes de prostituição, pornografia, tráfico e turismo sexual. É importante ressaltar que a violência intrafamiliar ou extrafamiliar não é, em si, determinante do ingresso da criança ou do adolescente nas redes de exploração sexual comercial, mas trata-se, sem dúvida, de um fator de vulnerabilização. A situação de pobreza, a violência intrafamiliar e extrafamiliar têm sido, assim, condições fundamentais para que milhares de crianças e de adolescentes se transformem em grupos mais expostos à exploração sexual comercial e a outros tipos de violação de seus direitos. Portanto, para combater esse fenômeno, é imprescindível adotar uma política de redistribuição de renda, bem como promover ações sociais de proteção.

Na análise sobre os fatores que estão por trás da exploração sexual comercial, é importante considerar que a desigualdade estrutural da sociedade brasileira é constituída não só pela dominação de classes, de gênero e de raça. É também marcada pelo adultocentrismo nas relações entre adultos e crianças. Dessa forma, a criança e o adolescente não têm sido considerados sujeitos, mas, sim, objeto da dominação dos adultos, tanto por meio da exploração de seu corpo no trabalho quanto de seu sexo e da sua submissão. As relações dominantes de gênero e de raça, por sua vez, se evidenciam pelo fato de que a grande maioria das vítimas é formada por mulheres negras e pardas.

De acordo com Vicente Faleiros, no estudo *A Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe*, de 1998, “a exploração sexual comercial é uma violência sexual sistemática que se apropria comercialmente do corpo como mercadoria para auferir lucro. Mesmo inscrito como ‘autônomo’ sem intermediários, o uso (abuso) do corpo, em troca de dinheiro, configura uma mercantilização do sexo e reforça os processos simbólicos, imaginários e culturais machistas, patriarcais, discriminatórios e autoritários. Essa ‘imagem de marca’, parafraseando o marketing, não é só característica das zonas de garimpo mas de modernas redes que oferecem nos anúncios ‘corpinho de adolescente’, ‘cara de criança’, ‘loirinha’, ‘moreninha’”.

Mudança de olhar

Com o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da prostituição infanto-juvenil no Brasil, em 1993, houve um avanço na concepção dessa temática. A partir desse momento, a “prostituição infantil” passou a ser compreendida como Exploração Sexual Infanto-Juvenil, em sintonia com as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, que diz, em seu artigo 5º, que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. Nessa perspectiva, as organizações não-governamentais, o governo e as agências internacionais optaram pelo uso do termo “exploração e abuso sexual con-

tra crianças e adolescentes”, e não “prostituição infanto-juvenil”. Isso porque se considera a prostituição um modo de vida que abrange determinado segmento social: ou seja, só o adulto pode optar por essa forma de garantir seu sustento. Uma criança, com menos de 12 anos, e um adolescente, com menos de 18, simplesmente não escolhem esse caminho, mas são induzidos pela prática delituosa do adulto.

O conceito de exploração sexual comercial inclui as diversas formas de prostituição, o tráfico e a venda de pessoas, todo tipo de intermediação e lucro com base na oferta e na demanda de serviços sexuais das pessoas, o turismo sexual e a pornografia infantil.

No mundo, o enfrentamento desse fenômeno ganhou maior impulso em 1996, quando foi realizado o I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, em Estocolmo, na Suécia. O congresso teve como preocupação central construir um referencial que, estrategicamente, colocasse esse problema numa dimensão dialética, que permitisse um entendimento a partir dos pontos de vista histórico, cultural, econômico, social e jurídico. De acordo com a Agenda de Ação de Estocolmo, esse fenômeno pode ser compreendido como todo tipo de atividade em que as redes, os aliciadores e os clientes usam o corpo de um menino ou menina para tirar vantagem ou proveito de caráter sexual com base numa relação de exploração comercial e poder. A agenda também declara que o problema é um crime contra a humanidade.

Modalidades de exploração sexual comercial

Prostituição infantil

Segundo definição do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA-BA), 1995, a prostituição infantil é uma forma de exploração sexual comercial, ainda que seja uma opção voluntária da pessoa que está nessa situação. As crianças e os adolescentes, por estarem submetidos às condições de vulnerabilidade e risco social, são considerados prostituídas(os) e não prostitutas(os). A prostituição consiste em uma relação de sexo e mercantilização e em um processo de transgressão.

De acordo com a ONG europeia Agência Internacional Católica para a Infância (BICE), que atua em 35 países de todos os continentes, inclusive no Brasil, quando se trata de crianças e adolescentes, que estão em processo de crescimento e desenvolvimento, a prostituição não pode ser entendida como qualquer outro trabalho, porque implica deteriorização física e psicológica da pessoa, afeta sua individualidade, sua satisfação sexual e sua integridade moral. Essa forma de troca de favores sexuais converte a pessoa prostituída em produto de consumo, organizado em razão dos princípios econômicos de oferta e da demanda.

Pornografia infantil

A definição para esse termo é difícil porque os conceitos de criança e pornografia diferem de país para país e referenciam convicções morais, culturais, sexuais, sociais e religiosas que nem sempre se traduzem nas respectivas legislações. No entanto, atualmente a pornografia infantil é considerada pelos especialistas como

“todo material audiovisual utilizando crianças num contexto sexual” ou, segundo a INTERPOL, é “a representação visual da exploração sexual de uma criança, concentrada na atividade sexual e nas partes genitais dessa criança”. Para os especialistas participantes do Encontro sobre Pornografia Infantil na Internet, realizado em maio de 1999 em Lyon, na França, significa “uma exposição sexual de imagens de crianças, incluindo fotografias de sexo explícito, negativos, projeções, revistas, filmes, vídeos e discos de computadores”.

A produção pornográfica utilizando crianças e adolescentes constitui, portanto, exploração sexual, sendo que são considerados exploradores os produtores (fotógrafos e videomakers), os intermediários (aliciadores e pessoas de apoio), os difusores (anunciantes, comerciantes, publicitários) e os colecionadores ou consumidores do produto final. Os envolvidos, em sua grande maioria, são pedófilos. Mas entre os consumidores encontram-se também aqueles que, por já terem acesso a toda a gama de pornografia adulta, buscam material na produção que utiliza meninos e meninas.

Turismo sexual

De acordo com o Banco de Dados do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA), 1996, turismo sexual é a exploração de crianças e adolescentes por visitantes, em geral, procedentes de países desenvolvidos ou mesmo turistas do próprio país, envolvendo a cumplicidade, por ação direta ou omissão, de agências de viagem e guias turísticos, hotéis, bares, lanchonetes, restaurantes e barracas de praia, garçons e porteiros, postos de gasolina, caminhoneiros e taxistas, prostíbulos e casas de massagens, além da tradicional cafetinagem.

Tráfico

De acordo com a atual legislação brasileira, o tráfico é a promoção da saída ou entrada de crianças/adolescentes do território nacional para fins de prostituição. Tal crime está previsto no artigo 231 do Código Penal e nos artigos 83, 84, 85 e 251 do Estatuto da Criança e do Adolescente. No Brasil, o tráfico para fins sexuais é, predominantemente, de mulheres e adolescentes, afrodescendentes, com idade entre 15 e 25 anos.

A realidade nacional em números

De acordo com dados do Disque-Denúncia sobre Abuso e Exploração Sexual (linha 0800-990500, atual 100), um serviço do governo federal, no período de maio de 2003 a fevereiro de 2005, foram contabilizados 1.506 casos de exploração sexual. É bom ressaltar, porém, que esses números estão longe de refletir a dimensão do fenômeno no país. Isso porque os crimes sexuais estão entre os menos notificados, não ape-

Unidade da Federação	Denúncias de Exploração Sexual Comercial
Acre	6
Alagoas	26
Amapá	5
Amazonas	35
Bahia	143
Ceará	179
Distrito Federal	19
Espírito Santo	24
Goiás	24
Maranhão	81
Mato Grosso	21
Mato Grosso do Sul	15
Minas Gerais	138
Pará	48
Paraíba	36
Paraná	67
Pernambuco	66
Piauí	7
Rio de Janeiro	133
Rio Grande do Norte	37
Rio Grande do Sul	174
Rondônia	14
Roraima	1
Santa Catarina	34
São Paulo	112
Sergipe	12
Tocantins	12
Não informado	37
Total	1.506
% do total de denúncias nacionais	17,11%

Período analisado: maio de 2003 a fevereiro de 2005.

nas no Brasil mas no mundo todo. Cabe chamar a atenção também para o fato de que nem sempre a maior quantidade de denúncias é termômetro da gravidade da situação. Muitas vezes, esses indicadores são fruto de maior mobilização social em determinados estados.

Assistência às vítimas

Outra importante fonte de dados sobre o fenômeno da exploração sexual é o Programa Sentinela. Presente em 314 municípios do país em 2005, essa iniciativa do governo federal consiste em um conjunto de ações sociais especializadas e multiprofissionais dirigidas às crianças, aos adolescentes e às famílias envolvidas nessas situações. Ao longo de 2005, o programa realizou 5.118 atendimentos de meninos e meninas vítimas de exploração sexual em 314 municípios.

No cenário de implementação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes – construído numa estreita parceria entre a sociedade civil, poder público e UNICEF, aprovado em Natal, no ano 2000 –, a então Secretaria de Estado da Assistência Social, hoje Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), realizou no segundo semestre daquele mesmo ano uma consulta técnica à rede de órgãos e instituições que desenvolviam estratégias consideradas bem-sucedidas de combate ao problema. Foi exatamente dessa consulta que nasceu a proposta de adotar um atendimento especializado, multiprofissional e interdisciplinar, numa perspectiva de construção de redes para dar assistência às vítimas e às famílias. Dessa forma, a partir do segundo semestre de 2000, foi criado o Programa Sentinela.

Em 2006, o Sentinela foi ampliado. Passou de 314 municípios para 1.080. O objetivo do aumento é atender à Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, que identificou 937 municípios e localidades em que esse tipo de violência ocorre (*leia sobre a matriz na página 63*). As prioridades são as capitais dos estados e o Distrito Federal, as grandes regiões metropolitanas, os pólos turísticos, as áreas ribeirinhas e portuárias, os grandes entrepostos comerciais, os entroncamentos rodoviários, as zonas de garimpo, os locais de fronteira, as reservas indígenas e as áreas com obras de impacto em andamento.

Radiografia precisa

Concluída em 2002, a Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes (PESTRAF) é um dos retratos mais significativos e amplos do fenômeno da exploração sexual comercial e suas conexões com o crime organizado.

Realizada pela ONG CECRIA e apoiada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), a PESTRAF detectou a existência, no Brasil, de 241 rotas terrestres, marítimas e aéreas usadas para explorar sexualmente mulheres, crianças e adolescentes. Desse total, 131 são internacionais, 78 interestaduais e 32 intermunicipais.

A maioria dessas rotas está no Norte e no Nordeste. Segundo a pesquisa, nada menos do que 76 se localizam no Norte e 69 no Nordeste. O Sudeste vem em terceiro lugar, com 35. É importante destacar que os índices de pobreza e desigualdade social são maiores naquelas duas regiões: a proporção de pobres no Norte é de 43,2% e no Nordeste, de 45,8%. Ainda de acordo com o estudo, o principal destino dessas mulheres e adolescentes fora do país é a Espanha. Em seguida, vêm Holanda, Venezuela, Itália e Portugal.

Perfil das vítimas

O perfil das mulheres e meninas exploradas sexualmente aponta para a exclusão social desse grupo. A maioria é de afrodescendentes, vem de classes populares, tem baixa escolaridade, habita em espaços urbanos periféricos ou em municípios de baixo desenvolvimento socioeconômico. Muitas dessas adolescentes já sofreram inclusive algum tipo de violência (intrafamiliar ou extrafamiliar).

Muito embora o atrativo dos ganhos financeiros seja relevante em ambos os casos, percebe-se que, naqueles em que o tráfico tem origem nos municípios interioranos, a necessidade de sobrevivência e a violência intrafamiliar influenciaram diretamente na decisão das adolescentes em aceitar as ofertas ilusórias dos aliciadores. Portanto, o lado financeiro da questão não é o único a ser levado em conta na decisão das adolescentes. Há casos em que os problemas nas famílias também são determinantes.

O perfil das mulheres e meninas exploradas sexualmente aponta para a exclusão social desse grupo. A maioria é de afrodescendentes e vem de classes populares

A PESTRAF revelou ainda que as adolescentes são cooptadas principalmente por redes nacionais de exploração sexual. Enquanto as mulheres adultas são, preferencialmente, traficadas para outros países (Espanha, Holanda, Venezuela, Itália, Portugal, Paraguai, Suíça, Estados Unidos, Alemanha e Suriname), as adolescentes, mais do que as crianças, são aliciadas pelas rotas intermunicipais e interestaduais com conexão para as fronteiras da América do Sul (Venezuela, Guiana Francesa, Paraguai, Bolívia, Peru, Argentina e Suriname).

Desenho regional

No Centro-Oeste, o estado de Goiás é o que apresenta maior gravidade. No Nordeste, o Maranhão é um ponto de partida importante para o tráfico. Dali, as mulheres e adolescentes viajam para Belém, seguem até países vizinhos e depois para a Europa. Outra opção é sair de São Luís para São Paulo ou Rio e, depois, para a Espanha. Já Natal, Fortaleza, Salvador e Recife recebem destaque por estarem no caminho do turismo sexual. No Norte, os estados do Pará, Roraima e Amazonas também têm diversas rotas de exploração sexual.

Das duas maiores capitais brasileiras (São Paulo e Rio) partem mulheres para Holanda, Itália, Israel, Portugal e Estados Unidos. Muitas moças são levadas também de Uberlândia e Belo Horizonte para os Estados Unidos.

Na região Sul, os pólos de tráfico são Uruguaiana e Foz do Iguaçu. Os destinos principais são Argentina, Paraguai e Chile. Nessas cidades desembarcam alemães, suíços e

italianos, que iludem as meninas e as mulheres com promessas de casamento. Quando chegam à Europa, porém, as jovens descobrem que o “noivo” é um agenciador.

Outro dado importante é que a exploração sexual de meninos e meninas acontece com maior força nas proximidades das rodovias, nos postos de gasolina. Conta com a conivência, e até mesmo o estímulo, de personagens como caminhoneiros, taxistas, pessoas da própria família da criança, comerciantes locais, donos de casas noturnas etc. O estudo *Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras*, realizado entre agosto de 2004 e abril de 2005 pela Polícia Rodoviária Federal, mostrou que existem 844 pontos de exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas brasileiras.

Estratégias de aliciamento

Ainda conforme a PESTRAF, de um universo de 161 aliciadores detectados, 109 eram brasileiros e 52 estrangeiros (provenientes da Espanha, Holanda, Venezuela, Paraguai, Alemanha, França, Itália, Portugal, China, Israel, Bélgica, Rússia, Polônia, Estados Unidos e Suíça). A maior parte dos aliciadores é formada por homens (59%), sendo 41% mulheres.

A pesquisa mostrou ainda que a exploração e o tráfico para fins sexuais estão organizados em sofisticadas redes. Essas redes funcionam com a participação de diversos atores que desempenham diferentes funções (aliciadores, proprietários, empregados e outros tipos de intermediário), com o objetivo de explorar para obter algum bem material ou lucro. De modo geral, elas se escondem sob as fachadas de empresas comerciais (legais e ilegais), voltadas para o ramo do turismo, do entretenimento, do transporte, da moda, da indústria cultural e pornográfica, das agências de serviços (massagens, acompanhantes etc.), dentre outros mercados que facilitam a prática do tráfico para fins de exploração sexual comercial.

As redes de tráfico também estão respaldadas pelo uso da tecnologia, o que facilita o sistema de informação entre elas, o aliciamento, o transporte, o alojamento, a vigilância e o controle de suas ações. Portanto, elas podem estruturar-se e desmobilizar-se com tremenda agilidade. Cabe ressaltar ainda que as redes estão organizadas dentro e fora do Brasil, mantendo relações com o mercado do crime organizado internacional.

Propostas de enfrentamento

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma questão ainda cercada de tabus, medos, omissões e até mesmo indiferença em vários segmentos da sociedade brasileira.

Felizmente, a partir da década de 1990, iniciou-se, no Brasil, um processo de mobilização que envolveu os setores organizados da sociedade, os movimentos internacionais e o poder público.

Dessa forma, apoiado nos novos paradigmas jurídicos da Constituição de 1988, da Convenção dos Direitos da Criança de 1989 e do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, o Brasil vem, aos poucos, consolidando uma cultura favorável à defesa da causa da infância e da adolescência e à criação de mecanismos concretos de acesso às políticas sociais e às ações especializadas de combate à violência sexual.

Com uma base jurídica formal protetora, avanços importantes têm sido observados nos últimos anos. Um exemplo claro disso é a alteração do modelo de gestão das políticas sociais, que introduziu os elementos da descentralização, da participação e da mobilização, elevando o município à condição de base primordial para a proteção de crianças e adolescentes.

Outros aspectos igualmente relevantes são a criação de espaços públicos, de natureza plural e democrática, para a reflexão crítica sobre as bases jurídicas paradigmáticas; as políticas públicas para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes; e os mecanismos objetivos de implementação, como os orçamentos das três esferas de governo, os planos plurianuais e os planejamentos anuais dos órgãos das políticas setoriais.

Foi nesse contexto que surgiu, em 2002, o Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente – uma instância democrática de mobilização e articulação permanente, composta de representantes dos setores organizados da sociedade civil, do poder público e de organizações internacionais que atuam na área da infância e da adolescência. A criação de um fórum permanente para a discussão da temática foi uma das propostas do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, estabelecido em 2000.

Ação governamental

Em 2003, o governo federal criou a Comissão Intersetorial para Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Essa instância tem a tarefa de propor a formulação de políticas públicas para a erradicação do abuso e da exploração sexual comercial de meninos e meninas.

Coordenada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, a comissão é formada pelos três poderes de governo – Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público, organismos internacionais e entidades da sociedade civil.

Em 2004, a comissão teve papel fundamental nas atividades de mobilização do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual, 18 de maio. Outra importante iniciativa da comissão, que contou com o apoio do UNICEF para uma consultoria técnica com a Universidade de Brasília (UnB), foi a estruturação e a elaboração de uma Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA).

Subsídio para as políticas públicas

Essa matriz é um levantamento que visa subsidiar as políticas públicas para a superação do problema no país. Esses dados podem ajudar a articular as diversas ações governamentais, enfrentar a impunidade, implementar, proteger e atender os direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros.

A matriz contém um mapeamento geográfico e social dos municípios brasileiros, realizado a partir de dados de pesquisas já existentes sobre o tema, informações coletadas no Disque-Denúncia e recomendações da CPMI que investigou a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil entre 2003 e 2004.

O estudo identificou 937 municípios e localidades brasileiras em que ocorre a exploração sexual comercial infanto-juvenil. Do total, 298 (31,8%) estão no Nordeste;

241 (25,7%) no Sudeste; 162 (17,3%) no Sul; 127 (13,6%) no Centro-Oeste; e 109 (11,6%) no Norte. Nessas regiões, foram identificadas a prostituição, o tráfico de crianças e adolescentes, a pornografia e o turismo sexual.

Para a elaboração desse documento, realizou-se também um levantamento de programas de governo, que, de forma direta ou indireta, atuavam no enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Esses programas foram classificados de acordo com os eixos do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil.

Programas do governo e da sociedade

Na análise, cinco ministérios apresentaram um conjunto de 13 programas, sendo três de ação de massa² (atingindo mais de 90% dos municípios com casos de exploração sexual), cinco de ação referencial (atingindo cerca de 30% desses municípios), três

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma questão ainda cercada de tabus, medos, omissões e até mesmo indiferença em vários segmentos da sociedade

de ação complementar (atingindo também 30% dos municípios com casos de exploração) e dois de ação estruturante (atingindo quase 80% dessas cidades).

A matriz relaciona ainda um total de 1.622 organizações de defesa, sendo que 1.375 atendem crianças e adolescentes, 150 dão assistência a mulheres e 97 fazem atendimento à comunidade. Destacam-se ainda 827 Conselhos Tutelares, 221 Promotorias da Infância e Juventude, 202 Varas da Infância e Juventude e 119 Conselhos Municipais da Mulher. São apresentados também 669 órgãos de responsabilização, sendo que 407 dão assistência à comunidade, 223 atendem mulheres, 28 se ocupam de crianças e adolescentes e 11 dão atendimento a mulheres, crianças e adolescentes.

Foi sistematizada, ainda, uma relação do campo de atuação da sociedade civil e da cooperação internacional. Das 169 ONGs que atuam no enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, 53 estão localizadas no Sudeste, 46 no Nordeste, 25 no Norte, 23 no Sul e 22 no Centro-Oeste. Do total de 182 programas de-

² Os programas que foram classificados como de Massa são programas com capacidade de atendimento em larga escala.

Os classificados como Referencial são aqueles que desenvolvem metodologias que geram boas práticas. Os classificados como Complementar são aqueles programas que se destacam em costurar suas ações para dar um sentido complementar e necessário a outras ações.

Os programas Estruturantes são aqueles vocalizados para geração de renda, emprego e profissionalização.

envolvidos pelas organizações internacionais no Brasil, 102 estão no Nordeste, 27 no Centro-Oeste, 26 no Sudeste, 24 no Norte e três no Sul.

As organizações internacionais que apresentaram maior número de programas foram: UNICEF (33), Embaixada da Itália (30), Partners of America (22), OIT (21) e CIDA/Fundo Canadá (21).

De posse de todas as informações, o governo federal articula com ministérios, estados e municípios planos de ação para enfrentar o problema nos locais onde ele foi identificado, reforçar a proteção e o atendimento às vítimas, bem como a defesa e a responsabilização dos culpados.

Além desse trabalho, a Comissão Intersetorial criou subcomissões temáticas. Uma delas se dedica ao combate à pornografia infantil, que já elaborou uma proposta de plano nacional para o enfrentamento do fenômeno e que conta com a participação de várias polícias, empresas e associações, como a Associação Brasileira de Provedores de Internet (ABRANET). Outra subcomissão temática se ocupa da elaboração de ações de governo contra o turismo sexual envolvendo crianças e adolescentes.

A questão legal

A base internacional de toda a legislação específica sobre exploração sexual tem como referência a Declaração sobre os Direitos da Criança, ratificada em 1923 em Genebra; a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela ONU em 1948; a Segunda Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada em 1959; a Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989; e a Declaração de Viena, de 1993.

A Constituição Federal de 1988 deixou claro, em seus artigos 226 e 227, que as crianças e os adolescentes são sujeitos de direitos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13/7/1990), por sua vez, detalha esses direitos, criando todo um sistema de garantia da proteção integral e integrada da infância e da adolescência.

Em seu artigo 263, o Estatuto define algumas alterações no Código Penal (Lei nº 2.848 de 7/12/1940) no que diz respeito aos casos de penas impostas aos crimes de estupro e atentado violento ao pudor, quando a vítima for menor de 14 anos.

Posteriormente, a Lei nº 8.072 (25/7/1990) definiu como crimes hediondos, entre outros, o estupro e o atentado violento ao pudor, alterando as penalidades impostas a esses delitos e aumentando a pena da metade quando a violência é praticada contra menores de 14 anos, conforme mostram os quadros na página seguinte, elaborados pela Secretaria dos Direitos da Cidadania, que traz a legislação relativa à exploração, ao abuso sexual e aos maus-tratos de crianças e adolescentes.

O trabalho da CPMI

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Congresso Nacional destinada a investigar as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes trabalhou durante mais de um ano. Presidida pela senadora Patrícia Saboya Gomes (PSB-CE), a comissão foi instalada no dia 12 de junho de 2003 e votou o relatório final elaborado pela deputada Maria do Rosário (PT-RS) em julho de 2004.

Para investigar crimes tão bárbaros, a CPMI percorreu todas as regiões do Brasil. Foram visitados 22 estados, realizadas 34 reuniões e audiências públicas, além de 20 diligên-

Agressor		
Tipo Penal	Legislação	Pena
Estupro	Código Penal (CP) - art. 213, Lei 8.072/90, art. 9º	Reclusão de 10 a 14 anos
Atentado violento ao pudor	CP- art. 214, Lei 8.072/90, art. 9º	Reclusão de 10 a 14 anos
Posse sexual mediante fraude	CP- art. 215, § único	Reclusão de 2 a 6 anos
Sedução	CP- art. 217	Reclusão de 2 a 4 anos
Corrupção de menores	CP- art. 218	Reclusão de 2 a 4 anos
Rapto consensual	CP- art. 220	Detenção de 1 a 3 anos
Formas qualificadas aplicadas aos artigos 213 e 214	CP- art. 223, § único	Reclusão de 8 a 12 anos (resultando lesão corporal grave) e 12 a 25 anos (resultando morte)
Presunção de violência	CP- art. 224, "a"	Presume-se a violência quando a vítima é menor de 14 anos
Atentado ao pudor mediante fraude	CP- art. 216, § único	Reclusão de 2 a 4 anos

Explorador		
Tipo Penal	Legislação	Pena
Mediação para servir à lascívia de outrem	CP- art. 227, 1	Reclusão de 2 a 5 anos
Favorecimento da prostituição	CP- art. 228,1	Reclusão de 3 a 8 anos
Casa de prostituição	CP- art. 229	Reclusão de 2 a 5 anos
Rufianismo	CP- art. 230,1	Reclusão de 3 a 6 anos, além da multa
Tráfico de mulheres	CP- art. 231,1	Reclusão de 4 a 10 anos
Produção de representação pornográfica, utilizando criança ou adolescente	Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 240	Reclusão de 1 a 4 anos e multa
Fotografar ou publicar cena de sexo envolvendo criança ou adolescente	Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 241	Reclusão de 1 a 4 anos

Pais ou Responsáveis		
Tipo Penal	Legislação	Pena
Maus-tratos, opressão ou abuso sexual	Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 130	Afastamento do agressor da moradia comum

cias. A comissão analisou 958 documentos, ouviu 285 pessoas e recebeu 832 denúncias vindas de todo o país, das quais 543 resultaram em notícias-crime. No seu relatório final, sugeriu o indiciamento de cerca de 250 pessoas, entre políticos, empresários, magistrados, líderes religiosos e esportistas.

Constatou-se que a prática da exploração sexual de crianças e adolescentes está disseminada em todo o Brasil, aparecendo tanto em cidades grandes quanto em longínquos e pequenos municípios. A comissão descobriu que o perfil dos clientes é mais diversificado do que se pensava. Foi uma surpresa para os parlamentares constatar que pessoas que deveriam defender os direitos de crianças e adolescentes estão também envolvidas nas redes de exploração sexual, tais como políticos, juízes, policiais e líderes religiosos, dentre outras autoridades.

Recomendações

Convicta de que não bastava identificar e desmontar as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes em atividade no país, a CPMI da Exploração Sexual ofereceu, em seu relatório final, um conjunto de sugestões para aprimorar as políticas públicas na área da infância e alterações legislativas que procuram resguardar os direitos das vítimas e propiciar o enquadramento criminal dos culpados. Essa estratégia de proteção das crianças e enfrentamento da impunidade compreendeu acréscimos e mudanças de vários dispositivos do Código Penal (CP), do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Código de Processo Penal (CPP) e da Lei de Crimes Hediondos. Tais propostas já foram aprovadas pelo Senado Federal e até agosto de 2006 tramitavam na Câmara.

Entre as principais propostas está a mudança, no Código Penal, do conceito de “crimes contra os costumes” para “crimes contra a liberdade e o desenvolvimento sexual”. É que o Código ainda trata essa questão a partir do aspecto moral e a intenção dos parlamentares foi trazer uma visão mais moderna: a do direito a um desenvolvimento sexual saudável para todas as pessoas.

Outro ponto importante é o tratamento mais amplo para os crimes sexuais. Segundo o Código Penal, o estupro, por exemplo, é um delito cometido apenas contra as mulheres. A proposta defendida pela CPMI classifica o estupro e o atentado violento ao pudor como um único tipo penal, cometido contra as pessoas, e não somente contra as mulheres. A idéia é que, assim, seja possível punir também, de forma mais severa, as agressões contra os meninos.

A comissão também propõe criar o crime de “Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável”. Com isso, inclui-se no Código Penal a tipificação desse crime que, atualmente, só existe no Estatuto da Criança e do Adolescente. A nova redação deixa mais claro que a punição deve se estender a toda a rede que explora sexualmente crianças e adolescentes, inclusive ao cliente.

Tráfico interno

No conjunto de sugestões está, ainda, a inclusão do crime de tráfico interno de pessoas para fins sexuais no arcabouço legal do país. Isso porque a atual legislação só considera como delito o tráfico internacional. Também faz parte do rol de mudanças

sugeridas a instituição da ação penal pública para todos os crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes. Hoje, apenas é possível iniciar uma investigação quando existe uma queixa privada. O problema é que a grande maioria dos casos de violência sexual é cometida por alguém da própria família da criança, impedindo que o fato venha à tona. E a alteração no Código Penal abre espaço para que o Ministério Público apresente a denúncia independentemente de ter havido uma reclamação por parte da vítima ou de alguém de sua família.

A comissão sugere a criação do artigo 161-A no Código de Processo Penal. Esse dispositivo prevê que, em caso de crime contra a liberdade sexual da criança ou do adolescente, o exame pericial será realizado em local separado com o objetivo de preservar a imagem e a intimidade da vítima, garantindo também o acompanhamento de pais ou responsáveis. Segundo a proposta, caberá ao juiz solicitar ainda a rea-

A prática da exploração sexual de crianças e adolescentes está disseminada em todo o Brasil, aparecendo tanto em cidades grandes quanto em longínquos e pequenos municípios

lização de laudo psicossocial por equipe multidisciplinar para apurar outros elementos capazes de indicar se houve abuso sexual.

Quanto às propostas de mudança no ECA, uma delas faz uma alteração no artigo 241 do Estatuto, que trata dos crimes de pedofilia na internet. A outra altera o artigo 250, propondo a possibilidade do fechamento definitivo de estabelecimento que hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem a prévia autorização destes.

As ações empreendidas nos últimos anos tanto pelo poder público quanto pela sociedade civil brasileira mostram que a cruzada contra a exploração sexual de crianças e adolescentes ganhou lugar de destaque na agenda pública brasileira. No entanto, ainda é longo e árduo o caminho para a erradicação dessa mazela do mapa do país. O fortalecimento dessa luta passa necessariamente por um envolvimento cada vez maior da sociedade em torno do tema, pela adoção de políticas públicas contundentes de prevenção e combate ao problema e pelo enfrentamento corajoso da impunidade.

A voz das crianças e dos adolescentes

No final de 2004, a organização não-governamental Save the Children Reino Unido realizou no Brasil e na Colômbia uma pesquisa que analisou dados secundários sobre o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. O estudo também incluiu um levantamento de boas práticas e uma escura direta de crianças e adolescentes de 6 a 18 anos divididos por faixas etárias (de 6 a 10, de 11 a 14 e de 15 a 18 anos) e por grupos de vítimas de abuso sexual, vítimas de exploração sexual e também de não-vítimas.

Segundo a assistente social Nara Menezes, oficial de programas do Save the Children Reino Unido, no Brasil uma das características que surgiram tanto no grupo de vítimas como no das não-vítimas foi a demanda por serviços, principalmente os de atendimento psicológico e de prevenção. Um grande percentual de meninas também colocou a importância de falar com um adulto de confiança e de existirem organizações não-governamentais empenhadas na prevenção, para que esse tipo de crime não aconteça mais.

Soluções integradas

Entre as experiências de enfrentamento mencionadas no estudo estão o Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC), uma organização não-governamental de Recife que atua desde 1989 na defesa, promoção e controle de direitos das crianças e dos adolescentes, e os centros de defesa de uma forma geral. “Os centros de defesa não substituem uma política pública, mas há muitos anos cumprem esse papel de prestar o serviço de encaminhamento aliado a um trabalho de controle social consistente nas instâncias legítimas de representação, que são os conselhos e os fóruns”, justifica Nara Menezes.

Outro programa que, segundo ela, merece ser replicado no Brasil inteiro é o Núcleo Interdisciplinar de Atenção ao Abuso e à Violência Sexual (NIV), que funciona desde agosto de 1994 no Centro de Referência de Saúde da Mulher do Hospital Pérola

Byington, em São Paulo. Segundo o estudo, o programa atende atualmente de 15 a 18 novos casos de violência sexual por dia, quase a metade deles contra crianças e adolescentes. O NIV oferece atendimento multidisciplinar e um dos objetivos do trabalho é garantir atenção imediata e de urgência para esses casos.

O Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência (SIPIA), um sistema nacional de registro de informações sobre crianças e adolescentes gerenciado pelo Ministério da Justiça, também foi apontado como um programa importante no que diz respeito à sistematização de dados para um melhor desenho da política de enfrentamento do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes. Um de seus principais objetivos é subsidiar e orientar o governo na tomada de decisões em políticas públicas.

A linha 0800-990500 (atual linha 100), um sistema nacional de notificação por telefone, que recebe denúncias de abuso e exploração sexual de meninas e meninos, é outro destaque entre as ações. O Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA) também é mais uma iniciativa de enfrentamento de sucesso mencionada pelo estudo. Criado em 1993, o CECRIA é um centro de pesquisa, capacitação, promoção, formação e articulação de ações governamentais e não-governamentais para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Em relação à exploração sexual especificamente, o que tem mais chance de dar certo, segundo Nara Menezes, são soluções intersetoriais. Ou seja, não adianta fazer programa só de atendimento ou só de prevenção. Tudo tem que estar funcionando em conjunto e de forma integrada: prevenção, atendimento, controle social, serviços de abrigo. “Trata-se de um conjunto muito articulado de setores e políticas, tanto governamentais quanto não-governamentais. E, paralelamente a isso, duas coisas importantes devem ser implementadas: programas de geração de renda, de inserção e atenção à família”, defende ela.

Nossa dor é comemorada como
indicador de eficiência policial !!!



Excessos e avanços

Apesar de os meios de comunicação brasileiros geralmente apresentarem a violência de forma sensacionalista e descontextualizada, há exceções que buscam as raízes do problema e as possíveis soluções

Por Kathie Njaine, pesquisadora do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli/Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz e Veet Vivarta, secretário executivo da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI)

A violência não é um fenômeno isolado e unicausal, e se manifesta sob diversas formas. Algumas pesquisas brasileiras têm destacado a magnitude do impacto da violência estrutural, intrafamiliar, institucional e da delinquência sobre as crianças e jovens, matando-os precocemente ou deixando marcas profundas de dor e sofrimento. De maneira geral, essas formas de violência ganham visibilidade e disseminação nos meios de comunicação, tanto na ficção quanto no jornalismo, tanto em texto quanto em imagens.

No Brasil, a questão da violência, sobretudo os homicídios – a principal causa de morte na faixa etária de 15 a 19 anos –, tem levado setores da sociedade a questionar o papel de instituições que, de alguma forma, são responsáveis direta ou indiretamente tanto pela proteção quanto pela transmissão de valores morais e éticos a crianças e adolescentes. Os meios de comunicação certamente estão entre elas, pois fazem parte do processo de socialização de meninos e meninas brasileiros e têm a importante função de levantar os temas que serão debatidos na sociedade.

Manifestação em Nova Iguaçu contra a chacina na Baixada Fluminense (RJ). Na imagem de Ratão Diniz, 21, ex-aluno da Escola de Fotógrafos Populares, um olhar diferente do da mídia sobre a comunidade

A televisão comercial, por exemplo, é a mídia mais utilizada por crianças e adolescentes. E é a principal fonte de lazer e de informação deles. A *Pesquisa sobre Atitudes, Normas Culturais e Valores em Relação à Violência* examinou o consumo da mídia eletrônica em dez capitais brasileiras. Realizado no ano de 1999 pela psicóloga Nancy Cardia, a pedido do Ministério da Justiça e da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, o estudo comprovou o uso intensivo da televisão em todas as cidades e faixas etárias pesquisadas. Cerca de dois terços dos entrevistados ficavam em média três horas por dia diante da TV. O restante, entre quatro e seis horas. Uma fatia de 72% dos entrevistados declarou não gostar de programas e filmes com cenas violentas. Entretanto, 43% dos jovens afirmaram apreciar muito isso. Outro dado importante é que 42% dos entrevistados consideram o noticiário o programa com mais cenas violentas. Na faixa etária de 16 a 24 anos, os filmes são considerados o segundo pro-

Mais do que fomentador do comportamento violento, a mídia deve ser entendida como instrumento de controle social que contribui (ou não) para que o Estado assuma seu papel

grama mais violento. Curiosamente, os entrevistados de todas as faixas etárias admitem que há mais violência na televisão do que no bairro em que vivem.

No Brasil, os estudos sobre as implicações dessa presença massiva das mídias no crescimento e desenvolvimento de crianças e adolescentes ainda são escassos e descontínuos. Alguns poucos profissionais da área da saúde e da educação têm abordado a questão, sobretudo relacionada à formação psicossocial desse grupo. Diversos autores questionam os modelos que a sociedade brasileira, em crise de valores éticos, sociais, morais e de qualidade nas inter-relações, tem oferecido aos jovens – que muitas vezes não têm sequer na família modelos positivos para se espelhar. Essas mudanças também estão relacionadas à velocidade e à massificação de informações pelos meios de comunicação. Na visão de alguns psicanalistas,¹ tais processos levam a reações defensivas, de indiferença e de esgotamento afetivo dos indivíduos, dificultando especificamente o processo de identificação da criança pela complexidade e contradição dos valores apresentados.

Mais recentemente, instituições acadêmicas, organismos internacionais e organizações não-governamentais vêm investigando não só os comportamentos individuais dos jovens como também os processos sociais em que esse grupo está en-

¹ Como Fernanda Colonnese no artigo “As Interferências da Mídia no Processo de Identificação do Adolescente”, de 1998.

volvido. As sociólogas Felícia Madeira e Eliana Rodrigues, no artigo “Recado dos jovens,”² de 1998, enfatizam que a história, a tradição e a cultura contribuem para a expressão dos valores dos jovens, pois apesar das diferenças existentes entre eles e independentemente de condição socioeconômica, esse grupo etário apresenta e cultiva identidade própria. É a partir dessa perspectiva que alguns estudos têm buscado conhecer melhor os aspectos da sociabilidade dos jovens, inclusive em relação à mídia.

Mas o fato é que ainda não há um consenso dos especialistas em relação ao impacto dos meios de comunicação. As controvérsias sobre a influência do conteúdo violento da mídia são discutidas por vários investigadores em todas as partes do mundo, que nem sempre chegam a um denominador comum (*veja texto na página 74*). Entretanto, os estudos brasileiros de diversas metodologias sobre o efeito dos meios de comunicação na vida de crianças e adolescentes têm o mérito de lançar algumas luzes sobre a questão e fazer avançar o conhecimento sobre esses importantes meios no contexto específico do país. As percepções e as crenças de crianças e jovens que participam das pesquisas também vêm contribuindo para uma melhor compreensão sobre sua inter-relação com as mídias e retroalimentando as produções midiáticas.

Função social

Além de influenciar comportamentos, os meios de comunicação contribuem concretamente para a construção de políticas públicas, na medida em que agenda debates na sociedade e, conseqüentemente, nas instâncias governamentais. Ao determinarem quais temas terão destaque nas discussões na esfera da sociedade, tornam-se o fiel da balança com poder, por exemplo, para fazer prevalecer políticas públicas de segurança com perfil repressivo ou preventivo. Portanto, muito mais que fomentador do comportamento violento de um cidadão, a mídia deve ser entendida como instrumento de controle social que contribui (ou não) para que o Estado assuma definitivamente seu papel à frente dessas questões.

Existem pequenos avanços em relação a esse papel. O monitoramento constante e as diversas análises dos tratamentos editoriais dedicados à violência motivaram melhorias importantes. Apesar de as mídias comerciais, que monopolizam a comunicação no país, geralmente cobrirem o tema violência de forma sensacionalista, há exceções que buscam as raízes do problema e as possíveis soluções, ampliando e subsidiando o debate. Da mesma forma, apesar da disseminação de violência gratuita em diversos programas de entretenimento, pode-se verificar que a questão vem sendo mostrada de forma contextualizada em algumas atrações, como novelas, séries, ou programas para adolescentes.

É importante ressaltar que os analistas da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) alertam para o fato de que, ao investigar a relação entre meios de comunicação, violência, infância e adolescência, é importante diferenciar os tratamentos dados ao tema no contexto das diferentes linguagens midiáticas, especialmente o jornalismo e os progra-

² Madeira, F.R. & Rodrigues, E.M. “Recado dos jovens: Mais Qualificação”. In: Berquó, E. (org.). *Jovens Acontecendo nas Trilhas das Políticas Públicas*, Brasília: CNPq, 1998.

mas de entretenimento. Os desafios para qualificar os conteúdos veiculados são distintos em cada um deles, assim como não são idênticos os impactos desses dois grupos nos jovens, pois o tempo dedicado a cada um é bastante diferenciado.

A cobertura jornalística e a violência

No caso das coberturas jornalísticas relacionadas à violência, uma coisa é certa: seja o veículo impresso ou eletrônico, em geral há uma carência de melhor qualificação dos repórteres envolvidos – um problema bastante relacionado à falta de espaço para reflexão nas Faculdades de Comunicação. Ao exercer a profissão, o jornalista reproduz a velha prática de tratar o fenômeno a partir do fato violento em si, desconsiderando as causas e o contexto. O quadro tende a ser mais problemático nas redações que mantêm a figura do repórter policial ou nas chamadas editoriais de polícia. Normalmente, esses profissionais dependem muito de fontes policiais, já que consideram central para seu trabalho os furos de reportagem.

Mídia e construção da identidade social

Não há um consenso em relação ao impacto da mídia sobre as crianças e os adolescentes. Entretanto, é necessário avaliar as metodologias, os resultados e as contribuições das pesquisas pioneiras e, dentro do contexto específico de cada país ou região, observar os fatores individuais, sociais, econômicos, culturais e familiares do grupo receptor estudado. Tais pesquisas são influenciadas por três correntes teóricas principais, focadas na investigação dos efeitos dos conteúdos midiáticos no desenvolvimento e na formação das novas gerações.

A primeira é a norte-americana, que costuma se pautar por uma perspectiva de cunho behaviorista. Muitos estudos buscam salientar que o tempo despendido diante da televisão em geral e na recepção de cenas de violência, em particular, é associado ao desenvolvimento de comportamentos agressivos por parte de crianças, adolescentes e jovens, em especial os da Academia Americana de Pediatria. Outro exemplo são as pesquisas longitudinais com duração de 30 anos realizadas pela Universidade de Michigan, que indicam que parece haver uma relação entre o consumo continuado de programação violenta ao longo da infância e o comportamento violento na fase adulta. Algumas investigações norte-americanas, entretanto, rela-

tizam essa relação. Estudos de psicologia social apontam que, quando os receptores assistem a programas nos quais o praticante do ato violento é punido, não adotam um comportamento violento. Isso já não acontece quando são expostos a cenas nas quais os praticantes de atos violentos ficam impunes.

As pesquisas construídas a partir da corrente europeia adotam uma leitura mais sociocultural da audiência. Um bom exemplo é um estudo da London School, citado no livro *Remoto Controle*, da ANDI. Entre outras questões, ele buscou compreender a influência da mídia com mudanças ocorridas no âmbito da vida familiar. Sob um contexto social mais amplo, o estudo reforçou que crianças e adolescentes não substituem as relações afetivas pela televisão. A pesquisa também revela que os adolescentes estão assumindo uma postura distanciada e reflexiva diante do meio, exigindo uma melhora na qualidade da programação.

Outro estudo* aponta que a maioria das pesquisas longitudinais a respeito do impacto da violência afirma que as crianças reagem mais agressivamente após assistirem conteúdo violento. Porém, as poucas que tiveram o cuidado de levar em consideração o ambiente sociocultural das crianças pesquisadas mostraram, por exemplo, que aquelas que vinham de am-

Essa prática é constatada na pesquisa *Balas Perdidas – Um Olhar sobre o Comportamento da Imprensa Brasileira Quando a Criança e o Adolescente Estão na Pauta da Violência*, publicada pela ANDI, Ministério da Justiça e Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente (AMENCAR) em 2001. O estudo mostrou que 80% das matérias pesquisadas focalizaram o ato criminoso sem maiores aprofundamentos, em um estilo de texto muito semelhante ao do boletim de ocorrência – o que indica terem sido escritas com base em fontes policiais. A demanda pelos boletins, por sinal, tem levado algumas delegacias a formulá-los de maneira a atender mais claramente às necessidades do jornalista. A pesquisa também apresenta um ranking quantitativo da cobertura dedicada por 45 grandes jornais brasileiros, entre 2000 e 2001, ao tema violência envolvendo crianças e adolescentes. Curiosamente, observou-se que entre os veículos que melhor abordaram o assunto, havia a tendência de desmontar as editorias de polícia, passando as matérias para os cadernos de cotidiano ou cidades.

bientes domésticos violentos freqüentemente reagem ao conteúdo de forma mais agressiva e tal reação não pode ser atribuída nem aos meios nem à família.

A terceira corrente de pensamento, a latino-americana, avança ainda mais na abordagem sociológica. Além de analisar o ambiente sociocultural, ela agrega uma leitura política da influência dos meios sobre a população e destaca a capacidade dos indivíduos para desenvolver mediações próprias dos conteúdos a que estão expostos, a partir do contexto em que vivem. Destacam-se, por exemplo, análises que ressaltam o importante papel representado pelas telenovelas nos processos de socialização da população feminina na maioria dos países. Sem abrir mão de uma postura crítica, os especialistas ligados a essa corrente encontram evidências do impacto positivo da mídia.

Um exemplo é o estudo “The Meanings of Television for Underprivileged Children in Argentina,”** desenvolvido pela pesquisadora Roxana Morduchowicz, com crianças e adolescentes de famílias de baixa renda da periferia de Buenos Aires. Ao contrário do que ocorre no contexto da classe média, em que a televisão costuma ser uma barreira para a convivência interpessoal, nos lares estudados, com poucos cômodos, a programação televisiva

leva ao diálogo, à comunicação e ao convívio. Para essas crianças e adolescentes, a TV se torna uma organizadora da rotina familiar e uma fonte de aprendizado tanto social quanto cognitivo.

É importante ressaltar que a maioria dos estudos de recepção sobre violência, independentemente da corrente que sigam, são realizados de forma imediatista. Há limitações nesse tipo de abordagem, já que a resposta agressiva após presenciar cenas violentas não é indicação de que o indivíduo se comportará violentamente no futuro. Os estudos longitudinais, que trabalham ao longo de anos com o mesmo grupo, parecem ser mais apropriados quando se quer comprovar a potencial relação entre o conteúdo violento dos meios de comunicação e as atitudes de quem os assiste. Além da consideração dos aspectos sociais que podem influenciar as reações.

* Kevin Browne e Catherine Hamilton-Giachritsis, “The Influence of Violent Media on Children and Adolescents: A Public-Health Approach”, publicado na revista *The Lancet*, em 2005.

** Em *Children, Young People and Media Globalization*, UNESCO, 2002.

Os esforços de qualificação dirigidos especificamente à cobertura do tema violência, implementados mais particularmente pela ANDI e seus parceiros, já apresenta avanços. Em pesquisa similar,³ elaborada a partir da cobertura de notícias veiculadas em 2002, a média geral alcançada pelos jornais pesquisados passou de 30 para 39,73 pontos, numa escala de 0 a 100.

Realidade ou ficção?

A situação mais crítica se encontra nos programas e veículos pautados por uma linha sensacionalista. Esse grupo continua indiferente às iniciativas de qualificação do exercício jornalístico e mantém conscientemente uma postura editorial que não contribui para o combate à violência. Os programas do gênero policial, produzidos por diversas redes de televisão brasileiras, têm alcance nacional e são imitados por emissoras regionais. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Pesquisas Estatísticas (IBOPE), de 2003, mencionados no estudo *Remoto Controle – Linguagem, Conteúdo e Participação nos Programas de Televisão para Adolescentes*,⁴ crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos representam mais de um quarto do público desse gênero de programa jornalístico.

A espetacularização e a banalização da violência caracterizam tais produções. Na guerra pela audiência, utiliza-se, cada vez mais, o recurso de misturar realidade e ficção. Um exemplo emblemático dessa distorção aconteceu em setembro de 2003. Na busca pelo primeiro lugar de audiência, um programa dominical de uma grande rede nacional veiculou uma entrevista com pretensos membros de uma facção criminosa da cidade de São Paulo, que ameaçavam publicamente diversas personalidades. A farsa foi desmentida pelos próprios advogados do grupo criminoso. Contudo, a emissora responsável pelo programa terminou recebendo uma multa irrisória, equivalente a apenas sete salários mínimos vigentes no país em 2004.

A desigualdade social e racial no jornalismo impresso e televisivo

Os estudos realizados pela ANDI e seus parceiros apontaram que a mídia geralmente não identifica as características sociais, étnicas e religiosas de agressores e vítimas de atos violentos. Na pesquisa *Balas Perdidas*, foi constatado que as classes sociais de vítimas e agressores não são mencionadas, respectivamente, em 65% e 79% dos textos pesquisados. Resultados semelhantes são registrados na pesquisa *O Grito dos Inocentes – Os Meios de Comunicação e a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*, publicada em 2003, na qual 70% das matérias não indicam a classe social da vítima, enquanto 53% não mencionam a classe social do agressor. Religião, raça/cor e etnia são mencionados, tanto para vítimas quanto para agressores, em menos de 3% dos textos.

Estudo desenvolvido pelo projeto Children in Organized Armed Violence (COAV) em sete jornais do Rio de Janeiro e São Paulo registra a cobertura das mortes de 147 jovens de 15 a 24 anos no estado do Rio, entre agosto e outubro de 2004. Desse total, 27 eram adolescentes e nada menos de 60 morreram durante operação policial. Outro dado

³ *Relatório Infância na Mídia*, realizado pela ANDI, Instituto Ayrton Senna e UNICEF, em 2003.

⁴ Realizado pela ANDI, UNICEF e Petrobras em 2004.

inquietante é que muitos casos ocorreram nos subúrbios e áreas rurais da cidade do Rio de Janeiro e apenas oito foram registrados na zona sul. A pesquisa reforça a idéia de tratamento diferenciado dado pela mídia a jovens em conflito com a lei da classe média e da periferia. Segundo o relatório da organização, esses últimos tendem a ser retratados nas páginas de jornais com maior distanciamento e desprezo que os favorecidos economicamente. A situação piora quando a infração envolve a polícia. Nesses casos, é a versão policial que predomina.

Pesquisas que ouviram as opiniões dos adolescentes sobre a relação com a mídia vêm verificando que esse grupo tem uma visão bastante crítica. Eles percebem bem os mecanismos mais evidentes e subliminares de interferência dos meios de comunicação na vida social. Isso pode ser explicado pelo aumento do monitoramento que a própria sociedade vem exercendo, paralelamente à ampliação do papel político desses meios

Estudos apontam que a mídia geralmente não identifica as características sociais, étnicas e religiosas de agressores e vítimas de atos violentos

em favor de causas sociais que visam à justiça e à paz.⁵ De fato os adolescentes e jovens, além de identificar a forma hegemônica como a mídia representa a juventude, reprovam o padrão propagado, principalmente no que se refere ao comportamento, moda e beleza. Eles percebem a disseminação de estereótipos sociais e raciais.

Um grupo de 33 adolescentes do município de São Gonçalo (RJ), ouvidos em estudo qualitativo realizado em 2003,⁶ afirmou que, quando a mídia noticia crimes cometidos por jovens suspeitos de envolvimento com drogas, o tratamento também é diferenciado de acordo com a classe social. Os mais ricos são tratados com um tipo de discurso que procura explicar o crime pelo aspecto psicológico. Já para os jovens pobres a explicação mais comum é a cobiça pelo dinheiro e bens materiais.

Na pesquisa *Fala, Galera: Juventude, Violência e Cidadania na Cidade do Rio de Janeiro*, realizada em 1999 pelo Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde

⁵Três estudos mencionam essa percepção crítica: *Gangues, Galeras, Chegados e Rappers – Juventude, Violência e Cidadania nas Cidades da Periferia de Brasília*, de Miriam Abramovay e outros, de 1999; *Fala, Galera: Juventude, Violência e Cidadania na Cidade do Rio de Janeiro*, de Maria Cecília Minayo e outros, de 1999; e *Violência na Escola: Identificando Pistas para a Prevenção*, de Kathie Njaine e Maria Cecília Minayo, de 2003.

⁶A pesquisa integra a tese de doutorado *Violência na Mídia e seu Impacto na Vida dos Adolescentes – Reflexões e Propostas de Prevenção sob a Ótica de Saúde Pública*, de Kathie Njaine, da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, defendida em 2004.

Jorge Careli (CLAVES) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) grande parcela dos 1.220 jovens de diversas classes sociais e raças entrevistados atribuem a brutalidade da polícia contra jovens da periferia e/ou negros à propagação de imagens estereotipadas que os meios de comunicação criam. Seja na mídia escrita ou falada, acabam sempre focalizados em primeiro plano os jovens negros e aqueles que, pela simples aparência, modo de se vestir e de se expressar, são imediatamente enquadrados como suspeitos ou marginais. Outra consequência dessa representação reflete-se na reação desconfiada e amedrontada da sociedade contra os grupos populares. Apesar da opinião negativa sobre a mídia, ela aparece como a terceira instituição em que esses jovens mais confiam, ganhando até da escola. Os entrevistados criticaram sobretudo o modo equivocado como alguns fatos violentos são apresentados, contribuindo para ligar os moradores das periferias e favelas ao mundo do crime.

Resultados semelhantes surgiram na pesquisa *Os Jovens de Curitiba: Desencantos e Esperanças – Juventude, Violência e Cidadania*,⁷ realizada em 1999 pela UNESCO com 900 jovens da capital paranaense. Tanto para os jovens cariocas quanto para os curitibanos, moradores da periferia só aparecem na televisão quando o assunto é criminalidade.

Agressões na escola e no noticiário

A violência muitas vezes é interpretada pelo adolescente como uma forma de comunicação no âmbito da escola, da família, do convívio com os pares e na inter-relação com a televisão. Essas interações dinamizam os sentidos sobre o fenômeno da violência que são incorporados segundo o contexto de cada cultura local, comunidade, família, escola, faixa etária e relações de gênero. A conclusão é do estudo *Violência na Escola: Identificando Pistas para a Prevenção*,⁸ das pesquisadoras Kathie Njaine e Maria Cecília Minayo, que avaliou um programa-piloto de educação para valores em escolas públicas e particulares de três municípios brasileiros – Iguatu (CE), Juiz de Fora (MG) e Campinas (SP) em 2000 e 2002. Em 2000, foram entrevistados 297 estudantes das 7^a série do ensino fundamental e do 1^o ano do ensino médio e 60 professores. No seguimento, em 2002, foram entrevistados 204 alunos das 8^{as} séries do ensino fundamental e do 2^o ano do ensino médio e 65 educadores.

As situações de violência constatadas nas escolas envolveram agressões verbais por parte de professores, funcionários, entre os próprios alunos e desses contra os educadores. Constata-se a existência de vários tipos de violência intrafamiliar e outras situações de risco graves, como o tráfico de drogas, porte de armas de fogo e armas brancas. Nessa dinâmica, há uma interação constante com a mídia sobre os instrumentos e as formas de violência no cotidiano.

Um dos mecanismos de interação constatados ocorre quando existe uma onda de notícias sobre violência nas escolas norte-americanas, mostrando jovens atirando contra colegas e professores e exibindo armas potentes como sinônimos de poder. Muitos adolescentes ou-

⁷ Sallas, A.F. et al. *Os Jovens de Curitiba: Desencantos e Esperanças – Juventude, Violência e Cidadania*. Brasília: UNESCO, 1999.

⁸ Njaine, K. & Minayo, M.C.S. *Violência na Escola: Identificando Pistas para a Prevenção*. Revista Interface – Comunic., Saúde, Educ., v.7, 13: 119-134, 2003.

vidos na pesquisa em 2000 afirmaram que os casos de violência com armas de fogo nas escolas eram copiados dos casos ocorridos nos Estados Unidos. De fato, em 1999, ano que antecedeu a primeira parte do estudo, a mídia divulgou um número significativo de ocorrências envolvendo jovens nas escolas norte-americanas. Entretanto, em 2002, foram poucos os depoimentos sobre o porte e o uso de armas de fogo por influência das notícias. Duas hipóteses podem ser aventadas: ou foi menor o noticiário sobre esses eventos ocorridos nos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que se iniciou o debate sobre o desarmamento no Brasil, ou, como resultado dessa política, ampliou-se o debate nas escolas sobre a questão da violência. Muitos educadores entrevistados nessa pesquisa acreditam que a mídia é a principal responsável pela violência na escola, isentando inclusive o papel da educação.

Mídia e infração juvenil

Muitos autores brasileiros denunciam o tratamento descontextualizado e fragmentado que a mídia tem dado na abordagem da violência praticada por crianças e adolescentes. A pesquisa *Análise do Discurso da Imprensa sobre Rebeliões de Jovens Infratores em Regime de Privação de Liberdade*,⁹ de Kathie Njaine e Maria Cecília Minayo, investigou a construção discursiva de 38 notícias sobre fugas e rebeliões de adolescentes em conflito com a lei, publicadas na imprensa escrita do Rio de Janeiro entre 1997 e 1998. A análise indicou que dois periódicos, *Jornal do Brasil* e *O Globo*, mantêm um padrão que atende aos segmentos médios e altos da população, tratando o tema da infração juvenil com foco maior na repressão e na punição. O jornal *O Dia*, por sua vez, apresentou um tratamento mais diferenciado, abordando a questão dentro do contexto de outras violências que vitimizam os adolescentes.

O estudo chega a algumas conclusões comuns a outras pesquisas. Como a de que o espaço dedicado às notícias sobre os delitos cometidos pelos jovens é significativamente menor do que aquele dedicado à magnitude da violência cometida contra crianças e adolescentes. Verifica, ainda, que há pouca informação sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente no que se refere à infração juvenil e a medidas de prevenção, e que os crimes cometidos por adolescentes dos estratos sociais mais altos são sub-representados. Entretanto, as notícias que procuraram dar uma cobertura aprofundada sobre esses eventos foram fundamentais para o esclarecimento do contexto da infração e podem contribuir para uma mudança da percepção social sobre esses jovens, classificados de forma geral como bandidos irre recuperáveis, e não como pessoas em pleno processo de desenvolvimento psicossocial.

A ênfase na alta periculosidade do adolescente em conflito com a lei decorre principalmente da discrepância entre o destaque dado pela imprensa aos atos infracionais praticados contra a vida e as estatísticas reais sobre a violência. Segundo a pesquisa *Balas Perdidas*, realizada pela ANDI e parceiros em 2001, existe uma super-representação dos casos de crimes violentos contra a pessoa (37% do total de textos) e uma sub-representação de crimes não-violentos contra o patrimônio (12,4%). Cerca de 30% das reportagens se referem a casos de homicídio, enquanto os roubos são retratados em 10% dos textos e os furtos em 2%.

⁹Njaine, K. & Minayo, M.C.S. *Análise do Discurso da Imprensa sobre Rebeliões de Jovens Infratores em Regime de Privação de Liberdade*. Rio de Janeiro. Ciência & Saúde Coletiva, 7 (2). 285-291, 2002.

para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente, de 2002¹⁰, constatou que cerca de 45% das infrações cometidas por adolescentes encaminhados à FEBEM paulista ocorreram sem ameaça de violência à pessoa. Já os crimes contra a vida representavam 10,4% das acusações, sendo 6,9% de lesão corporal, 2,1% de ameaça e 1,4% de homicídios.

A cobertura da violência sexual

Em comparação com o tratamento jornalístico dedicado à violência em geral, o abuso e a exploração sexual têm recebido uma abordagem um pouco mais qualificada, com investigações mais profundas e maior diversidade de fontes. No entanto, quando analisada de forma mais detalhada, acaba revelando-se uma cobertura ainda incompleta em seu papel social. De acordo com o estudo *O Grito dos Inocentes – Os Meios de Comunicação e a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*, que analisou 718 matérias

Não cabe atribuir à imprensa e à televisão a responsabilidade de conter a violência e suas manifestações. Entretanto, isso não isenta os meios de cumprir sua função pública

publicadas no período de 2000 a 2001 em 49 jornais brasileiros, 67,5% delas enfatizam basicamente o crime, sem contextualizar causa ou citar formas de reduzir a incidência desses casos. Já entre os textos que mostram preocupação do autor em investigar as causas, que representam 18,2% da amostra, somente 10,5% privilegiam a abordagem do assunto como fenômeno social e psicológico, não relacionado à ocorrência de atos violentos específicos. Ainda de acordo com o estudo, apenas 9,7% do universo de matérias analisadas mencionam políticas públicas, dentre as quais destacam-se as de combate ao problema. Dessas, 5,3% apontam a ausência dessas iniciativas como a causa dos crimes sociais. O governo é cobrado somente em 8,5%. Do universo pesquisado, 14,8% dos textos enfocam as conseqüências do delito. Dentro desse grupo, a gravidez é apontada como principal efeito, seguido por problemas físicos e, depois, os psicológicos.

Uma realidade prejudicial dentro das redações é o fato de os crimes sexuais contra a infância e adolescência serem automaticamente ligados à pobreza. Entre as explicações para o fenômeno, está o fato de a maioria dos casos que chegam ao conhecimento das autoridades competentes estar ligada à exploração sexual comercial, modalidade que atinge principalmente meninos e meninas de famílias de baixa renda. O abuso sexual – muitas vezes cometido dentro de casa – ocorre nas mais diversas classes, mas

¹⁰Publicado na *Revista nº 22 - Defesa Técnica de Adolescentes Acusados da Autoria de Atos Infracionais em São Paulo*.

a imprensa não costuma veicular casos e dados referentes às classes média e alta, inclusive porque tais situações costumam ser ocultadas pelas famílias, que preferem buscar assistência de especialistas, como médicos e psicólogos, em clínicas particulares.

Violência doméstica

Análises do conteúdo da mídia impressa de São Paulo mostram que o tratamento dado pelos jornais analisados à questão da violência física na família não contribuiu para o questionamento do problema, como mostrou Viviane Nogueira de Azevedo Guerra, no estudo *Violência Física Doméstica contra Crianças e Adolescentes e a Imprensa*,¹¹ de 1995. A pesquisa verificou 2.992 notícias de cinco jornais do estado de São Paulo e concluiu que eles dedicavam pouco espaço aos eventos de vitimização, salvo em casos altamente cruéis, onde prevalecia a criminalização do agressor sobre a proteção à vítima.

Outras questões importantes foram indicadas. Uma delas é a falta de estímulo a qualquer cidadão para denunciar os casos de violência, o que reforça o silêncio que cerca esses eventos e protege a família agressora. Da mesma forma, a condenação particular de um pai ou uma mãe termina contribuindo para retirar a responsabilidade dos governos no atendimento dessa forma de violência e fortalecendo um discurso moralista inadequado.

Diante da representação desse tipo de violência nas páginas dos jornais, percebe-se que os meios de comunicação não estão cumprindo com a sua função de controle e fomentação de políticas públicas. Falta ainda um conhecimento maior das mídias em relação a essa temática, de modo que possam apoiar, de forma mais efetiva e sistemática, ações que auxiliem na compreensão histórico-cultural dessas práticas, no atendimento familiar e na proteção às vítimas.

O potencial de contribuição dos meios de comunicação para a temática da violência doméstica pode ser ilustrado pela campanha O Amor é a Melhor Herança – Cuide das Crianças, implementada em 2003 pela Rede Brasil Sul (RBS) em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Desenvolvida com o objetivo de fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e o combate à violência doméstica contra esses públicos, a iniciativa mobilizou os seis jornais, 24 estações de rádio e 17 emissoras de televisão da empresa. Além da veiculação de peças publicitárias, a RBS investiu também na qualificação de seus jornalistas para a cobertura dessas temáticas. Essas ações resultaram, por exemplo, no aumento do número de Conselhos Tutelares no Rio Grande do Sul – pelo menos 11 conselhos cuja criação estava emperrada por questões burocráticas saíram do papel por pressão da sociedade. Resultaram, também, em considerável elevação do volume de denúncias de casos de violência contra crianças e adolescentes. Na cidade de Blumenau (SC), elas aumentaram 40% em relação ao ano anterior.

O jornalismo e as drogas

A psicóloga Mônica Gorgulho, na dissertação de mestrado *Estudo da Influência da Mídia na Representação Social do Usuário de Drogas Ilícitas para a Construção de uma Polí-*

¹¹ Guerra, Viviane Nogueira de Azevedo. *Violência Física Doméstica contra Crianças e Adolescentes e a Imprensa: Do Silêncio à Comunicação*. Tese de doutorado. Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

tica Oficial Brasileira, de 2001, enfocou aspectos do conteúdo de 3.792 notícias veiculadas na imprensa durante o ano 2000, relacionadas ao uso de drogas e à questão da saúde. Verificou que 25,82% delas tratavam do tema da repressão, 12,68% abordavam os riscos e os danos pelo uso de drogas e 11,13% tratavam da apreensão de entorpecentes pela polícia. Somente 7% tratavam de temas relacionados à saúde. Da mesma forma, a prevenção foi abordada em somente 4,36% das matérias.

Os resultados da pesquisa, realizada no âmbito do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID-UNIFESP/EPM), apontaram que o álcool e o tabaco raramente são tratados pela mídia como drogas socialmente difundidas. Constatou, ainda, que é recorrente uma visão moralista e criminalizadora, associando o uso de drogas à violência. A autora afirma que a atuação da mídia contribui para a marginalização e o afastamento do usuário de todos os serviços de saúde, dificultando o trabalho de muitos profissionais que atuam nessa área e buscam uma relação de respeito com cada indivíduo. Destaca, também, que a discriminação do usuário de droga passa pela focalização da mídia nos indivíduos negros e pobres, ocultando o nível de envolvimento da classe média branca.

A pesquisa *Mídia e Drogas – O Perfil do Uso e do Usuário na Imprensa Brasileira*, publicada em 2005, reitera que a mídia apresenta uma visão moralista e criminalizadora das drogas. Também é estigmatizadora do usuário, em especial do jovem. O estudo, realizado pela ANDI e pelo Programa Nacional de DST e Aids do Ministério da Saúde mostra que, quase sempre, ao tratar do tema, a imprensa brasileira toma como ponto de partida uma relação estreita com a violência urbana, assunto mais abordado no universo de textos pesquisados.¹² Essa associação geralmente retrata o usuário como um violador de direitos alheios e raramente menciona o fato de que ele também tem os seus direitos violados. Em metade das matérias é visto como um agressor. A visão do usuário como sujeito de direitos só é explicitada em 4,2% dos textos analisados.

A associação do uso de substâncias psicoativas à violência pode ser constatada inclusive quando a imprensa focaliza uma questão específica relacionada à saúde do usuário. O ator social que mais tem voz nas matérias que abordam a prevenção ao uso indevido de drogas é a polícia, representando 27,5% do total de fontes de informação que exprimem a sua opinião sobre o assunto. De forma surpreendente, as autoridades de saúde aparecem em apenas 0,8% desses textos.

As políticas de redução de danos aparecem como foco principal em apenas 1% do universo computado pela pesquisa. E apesar de essas políticas serem voltadas para a saúde do usuário, inclusive adotadas pelo Ministério da Saúde desde 1996, a visão policial também se sobrepõe à da saúde na cobertura.

O cenário violento do uso de drogas apresentado pela mídia cotidianamente gera medo e ansiedade, impedindo que a população em geral e, especificamente, os adolescentes, desenvolvam uma compreensão contextualizada e cientificamente consistente do tema drogas, o que contribuiria para uma visão menos estigmatizada do usuário. Esse tipo de cobertura, como seria de esperar, em geral focaliza demandas por ações mais repressivas.

¹²Foram analisados 652 textos com foco no uso de drogas, publicados em 54 jornais brasileiros e em 22 suplementos e quatro revistas voltadas ao público juvenil. O período de análise correspondeu a janeiro a dezembro de 2003. Não foram contempladas reportagens cujo assunto central era o tráfico.

Vale lembrar que grande parte das políticas desenvolvidas no Brasil para lidar com a questão das drogas geralmente apresenta um enfoque repressivo ou não é voltada para a saúde física e mental dos usuários, o que retroalimenta a imprensa. Tanto que 33,4% dos textos que mencionam políticas públicas governamentais estão diretamente ligados a políticas repressivas. Já as ações de saúde respondem por menos de 10% e outras políticas, como lazer, cultura e esporte, aparecem em menos de 2% dos textos.

Os programas de entretenimento

Além das notícias sobre violência, a programação televisiva que busca apenas divertir o público – sejam novelas, minisséries, programas de auditório ou comerciais – é um ponto crucial de compreensão da relação da mídia com a infância e adolescência. Aspectos como modo de ser, moda, padrões estéticos, morais e sociais, questões de gênero, entre outros – que podem ser constantes ou efêmeros e condizentes com a realidade ou não –, são apresentados de forma indistinta às mais diversas faixas etárias de audiência e estruturam o comportamento de todos.

Pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência (UNICEF) realizada em 2002, com 5.280 adolescentes em todo o país, revelou que 52% dos jovens brasileiros têm na TV sua maior diversão e, dentro dela, os programas de entretenimento são os mais assistidos. Entre os programas preferidos, destacam-se as novelas e as minisséries (21%). Em segundo lugar, vêm os filmes. O estudo destaca, entretanto, a dificuldade e a falta de opção da maioria dos adolescentes em relação ao lazer. Ele restringe-se à escola, à rua ou às atividades pagas inacessíveis à maioria, como ir a cinemas, boates ou usar internet.

Durante as horas que passam na frente da televisão, as crianças e os adolescentes ficam vulneráveis a seu conteúdo. De acordo com pesquisa realizada na Suécia, publicada em 2004 no site do Instituto de Estudos da Televisão, com apenas 8 anos de idade, uma criança já foi exposta a 40 mil cenas de violência.

Uma investigação da UNESCO realizada em 23 países, inclusive no Brasil, envolvendo 5 mil crianças de 12 anos, procurou entender como esse grupo etário percebe a violência na tela. O *Estudo Global*, de 1999, enfatizou o que outras pesquisas internacionais e nacionais já haviam apontado: a violência na tela exerce forte atração sobre as crianças e elas tendem a reproduzir o comportamento de seus heróis na vida real.

Representação nas telenovelas

Nem sempre voltadas para a faixa etária de 0 a 18 anos, as telenovelas se configuram como o programa preferido de crianças e adolescentes brasileiros, como mostra a pesquisa do UNICEF. Vale, então, um olhar um pouco mais aprofundado sobre esse tipo de programação. É importante ressaltar que embora haja vários estudos sobre a novela em si – é o principal produto da televisão brasileira –, são raros aqueles que fazem a conexão com violência, infância e adolescência.

Um deles é *Conhecer para Intervir: Infância, Violência e Meios*,¹³ coordenado no Brasil pela professora Nilda Jacks, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O estudo pro-

¹³ Publicado no site www.multirio.rj.gov.br/riomidia/imgs/relatorio.pdf.

curou analisar como a infância é representada em meios de comunicação na América do Sul. No país, foram analisadas três telenovelas da Rede Globo de Televisão, líder de audiência.

Segundo a autora, na ficção, os padrões de representação da infância e adolescência estão distantes da realidade. A violência urbana, por exemplo, é desconsiderada dentro do contexto de personagens da faixa etária. As diferenças sociais, os problemas relativos ao acesso à educação e à saúde pública e as diferenças raciais são tratadas superficialmente e apresentadas de forma irreal – não há distinção de linguagem, de roupas e até mesmo de modo de vida entre uma criança pobre e uma rica.

O estudo mostra também que as questões de violência se apresentam na trama como o elemento complicador, que vai gerar o conflito entre gerações. Geralmente, os agressores – físicos ou psicológicos – são pais ou amigos das personagens. E a relação de causa e consequência da violência não é explicitada, ficando de forma subentendida na trama, fato que, segundo o estudo, impede um tratamento adequado sobre as questões da violência e negligência contra crianças e adolescentes.

Programação infantil em xeque

Os programas de entretenimento voltados especificamente para esse grupo etário também são ainda muito pouco estudados pelas Ciências Sociais e pelas Ciências da Saúde no país.

Em 1998, a ONU fez um levantamento sobre os desenhos animados transmitidos pela televisão brasileira com o objetivo de medir a quantidade de violência passada para as crianças. O resultado mostra que, a cada hora, 20 cenas de violência explícita são exibidas. Se elas assistirem a essa programação por duas horas diárias, ao final do mês terão sido expostas a 1.200 cenas. A maior parte (57%) se refere a lesões corporais. Em segundo lugar, aparecem as mortes (30% do total).

Em relação ao impacto do conteúdo voltado para crianças, antes mesmo do levantamento da ONU, alguns estudos brasileiros procuraram relacionar a programação dirigida ao público infantil e os heróis das crianças com o comportamento agressivo delas.

A pesquisadora Maria José Beraldi Andersen, no estudo *Televisão e Desenho Animado: O Telespectador Pré-Escolar*, de 1978, avaliou a influência sobre crianças em idade pré-escolar do desenho Pica-Pau, criado pelo norte-americano Walter Lantz na década de 1940. Em 1985, a psicóloga Elza Pacheco voltou a abordar a mesma animação no livro *Pica-Pau: Herói ou Vilão? – Representação Social e Reprodução da Ideologia Dominante*, fruto de pesquisas com crianças de 7 e 8 anos. Ela observou que o personagem faz de tudo para alcançar seus objetivos, ainda que precise recorrer à agressão. A revisão desses estudos realizada por Andersen, em 1986, concluiu que um dos aspectos negativos desse desenho animado eram as cenas de perseguição e agressão física. Entretanto, a dissertação de mestrado *O Mito na Sala de Jantar*,¹⁴ de Rosa Maria Fischer, na área da educação mostrou que a popularidade do Pica-Pau estava justamente em seu jeito esperto e engraçado de viver e chegar aos objetivos.

A banalização da violência e o uso do poder também foram observados pela psicóloga Roselene Gurski Kasprzak no estudo *Desenhos Animados em Tempo de Violência*,

¹⁴Fischer, Rosa Maria. *O Mito na Sala de Jantar*. Dissertação de mestrado. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

de 1997, relacionado aos episódios de Cavaleiros do Zodíaco, famoso seriado de animação criado no final dos anos 1980. Preocupada com a construção de valores morais e sociais em crianças pré-escolares, a pesquisa observou que algumas brincadeiras infantis se espelhavam nos personagens dos desenhos e incorporavam atitudes agressivas.

Ao tratar das investigações da relação televisão-criança, é importante citar também a atuação do Laboratório de Pesquisas sobre Infância, Imaginário e Comunicação (LAPIC) da USP, criado em 1994 sob impulso da citada análise de Pacheco sobre o desenho Pica-Pau e integrado por estudiosos com habilidades multidisciplinares. Na segunda pesquisa do LAPIC, *O Desenho Animado na TV: Mitos, Símbolos e Metáforas*, é traçado um panorama dos efeitos da ideologia dos desenhos no imaginário infantil. Ela demonstra que a criança interage com a TV e elabora suas representações de acordo com seu próprio universo sociocultural.

O Estudo Global da UNESCO, de 1999, enfatizou o que outras pesquisas internacionais e nacionais já haviam apontado: a violência na tela exerce forte atração sobre as crianças

Bons programas para adolescentes

Do ponto de vista do conteúdo da programação dirigida especificamente para os adolescentes, a pesquisa *Remoto Controle – Linguagem, Conteúdo e Participação nos Programas de Televisão para Adolescentes*, feita pela ANDI em parceria com o UNICEF, a Petrobras e a Cortez Editora, publicada em 2004, revelou que as cenas de violência gratuita estão longe de ocupar espaço destacado na maioria dos dez programas para adolescentes veiculados pela TV brasileira analisados ao longo de três meses de 2003.

Questões relacionadas à violência, de forma geral, apareceram em 21% dessas edições, com conteúdos como guerra (13,3%), violência urbana (6,7%) e sexual (3,3%). A grande surpresa está na forma como o tema foi apresentado. Os dados revelam que 50% dos programas que enfocaram a violência (seja discutindo, mencionando, seja mostrando cenas violentas) contextualizam a questão. Esse índice é muito superior ao tratamento oferecido pela mídia em geral, que costuma centrar seu foco nos atos violentos, sem ampliar o debate.

Quando são analisados os temas centrais, ou seja, aqueles que ocupam maior tempo de veiculação em uma determinada edição ou capítulo dos programas, o item crime/violência ocupa a sétima posição, com 2,7% de um universo de 24 temas. Antes, estão assuntos como relacionamento afetivo, escola, cultura, entretenimento e política. Na análise dos temas secundários, crime/violência sobe para a quarta posição, com 10,1% (em um universo de 30 temas). Outras pesquisas mostram que violência não é um dos as-

suntos preferidos dos jovens na hora de ver TV. Segundo o estudo *Juventude, Cultura e Cidadania*, publicado pela Fundação Perseu Abramo em 2000, são lembradas antes questões como emprego, educação, cultura, lazer, família e esportes.

A percepção dos jovens

Uma abordagem qualitativa por meio de grupos focais com 306 jovens do Rio de Janeiro, em 1998, mostrou que informações importantes à saúde do grupo, como sexualidade e drogas, quando aparecem em programas de ficção, são insuficientes e pouco efetivas nos seus objetivos, de acordo com a já citada pesquisa *Fala, Galera*. O grupo de 33 jovens do município de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, também entrevistado por meio de grupos focais na tese de doutorado de Kathie Njaine, criticou a abordagem de alguns problemas, principalmente a questão da gravidez na adolescência e das drogas.

Esses jovens apontam o modo distorcido como a mídia de entretenimento em geral aborda as diferenças entre aqueles de estratos mais elevados e os de populares. Mas vêem positivamente a abordagem de temas recentes, como a violência contra o idoso, inserido em novelas, pois isso contribuiu muito para que percebessem o problema nos próprios lares e dialogassem com a família sobre ele. Apontam, ainda, que crianças e adolescentes negros são muitas vezes representados na mídia eletrônica e impressa de forma discriminada e estereotipada, associando-os a possíveis marginais. Duas das mais visíveis discriminações referem-se ao emprego de atores negros em condições subalternas e o baixo investimento em artistas negros e nos que fogem aos padrões de beleza da mídia.

Aspectos positivos da mídia também foram lembrados nas pesquisas acima citadas, como o fato de ela ser um importante guia para o comportamento desse grupo, servindo como fonte de informação para as dúvidas e questões que muitas vezes não são esclarecidas na escola ou na família.

A polêmica regulamentação dos meios de comunicação

O debate sobre a qualidade do conteúdo midiático voltado para crianças e adolescentes está inserido em um contexto amplo: o do direito à comunicação, explicitado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário. A experiência de países que criaram uma política de garantia desses direitos, como a Suécia, aponta para o fato de que é impossível implementar um avanço nessa direção sem discutir a regulamentação dos meios – desde a propaganda até a quantidade de horas que a emissora deve dedicar à veiculação de conteúdos nacionais, culturais e educativos.

Entretanto, a legislação brasileira que rege o conteúdo e o controle dos meios de comunicação é antiga – foi elaborada em 1962. E apesar de a Constituição afirmar que os veículos de comunicação social brasileiros não podem ser, direta ou indiretamente, objeto de monopólio e oligopólio e definir que as emissoras de rádio e televisão têm a atribuição de dar preferência a produções artísticas, culturais e informativas, ela ainda não foi regulamentada.

Com a lei completamente defasada em relação à evolução da comunicação, a sociedade fica sujeita a distorções que nivelam por baixo a qualidade do produto midiático e submetida a um espectro muito reduzido de diversidade de informação. A negligên-

cia em relação ao setor tem facilitado, aberta ou dissimuladamente, a concentração da posse dos meios de comunicação. O estudo *Os Donos da Mídia*, coordenado em 2002 pelo jornalista e professor Daniel Herz, do Instituto de Pesquisas de Comunicação de Porto Alegre, revela que apenas seis redes privadas dominam o segmento de TV. A elas, estão ligados outros 668 veículos, sendo 296 emissoras de TV. Apenas 35 emissoras de TV no Brasil escapam dessa categoria. Ou seja, apenas seis empresas – com sua ideologia política, econômica, moral e até religiosa – são responsáveis pela maior parte do conteúdo disseminado para 180 milhões de brasileiros. “Não existem estudos que afirmem categoricamente que haja uma identidade total entre o que a mídia divulga e o que os grupos econômicos defendem, mas, com certeza, há um condicionamento muito forte”, comenta o professor Herz.

Alguns aspectos reforçam ainda mais a fragilidade da lei defasada. Um deles é o advento de novas tecnologias, como a TV digital. A esperada convergência de televisão e internet em um pacote único de serviços, segundo especialistas norte-americanos, tende a convergir também para um único espaço interativo a produção de conteúdo e comércio, criando uma intimidade jamais vista entre crianças, adolescentes e publicitários.

Outra questão que influencia a qualidade do conteúdo recebido por crianças e adolescentes é o fortalecimento e a ampliação dos conglomerados de mídia internacionais. Segundo o pesquisador inglês Robert W. McChesney, em artigo publicado no livro *Children, Young People and Media Globalization*, de 2002, os gigantes da mídia global exercem um impacto progressivo na cultura especialmente quando entram em nações em que os sistemas de comunicação são controlados pelo favorecimento político ou nas quais o Estado tenha exercido censura significativa.

O corporativismo que impede avanços

Algumas características do atual modelo de controle brasileiro sobre os meios de comunicação podem explicar a dificuldade em fazer com que os princípios ditados pela Constituição Federal entrem em vigor. As empresas que exploram os serviços de radiodifusão dependem de uma concessão outorgada pelo Congresso Nacional e contam com um sistema privilegiado em relação a outros países. O período de concessão de dez anos para o rádio e 15 para a televisão (na Bélgica, por exemplo, a renovação deve ser feita de três em três anos). Para as concessões brasileiras não serem renovadas, o processo de questionamento precisa contar com a maioria dos votos do Congresso Nacional. Ou seja, a concessão de um bem público fundamental tem a possibilidade de ser usada como instrumento de poder político. Um agravante nesse contexto é o fato de diversos parlamentares possuírem alguma forma de ligação com a mídia: são parentes de donos de empresas de comunicação, têm relações próximas com empresários que controlam os veículos etc. – por sinal, outra prática mais eficientemente coibida em muitos países que avançaram na regulamentação e fiscalização do setor.

Outro fator que tem bloqueado o debate é a visão de que o controle da qualidade do conteúdo midiático se configura em uma prática de censura. Esse ainda é o principal argumento utilizado pelas empresas de comunicação para se recusarem a discutir o assunto. Mesmo duas décadas após o fim do regime militar.

Diante desse panorama, a sociedade fica vulnerável a uma série de agressões ao fluxo democrático da informação: o enviesamento ideológico, o desrespeito a singularidades regionais, o empobrecimento cultural e a dependência cada vez maior da propaganda.

Avanços rumo à qualidade

Não cabe atribuir à imprensa e à televisão a responsabilidade de conter a violência e suas manifestações. Entretanto, isso não isenta os meios de comunicação de cumprir sua função pública atribuída pela Constituição Brasileira. Afinal, o direito das crianças e adolescentes de receber informações que contribuam para sua melhor qualidade de vida, preconizado no artigo 17 da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, do qual o Brasil é signatário, assim como no Estatuto da Criança e do Adolescente, não tem sido devidamente respeitado.

O debate sobre a qualidade do conteúdo midiático voltado para crianças e adolescentes está inserido em um contexto amplo: o do direito à comunicação

Os esforços para garantir uma mídia de qualidade e enfrentar a questão da violência são grandes e devem envolver toda a sociedade. Nessa busca de soluções, destacam-se grupos de profissionais de diversas áreas de atuação, veículos de comunicação e a sociedade civil convergindo esforços a fim de garantirem o direito de crianças e adolescentes previsto internacionalmente.

Campanhas de debate sobre o controle da mídia

A discussão do controle de conteúdo dos meios de comunicação, por exemplo, esbarra na má vontade política dos proprietários dos veículos. Uma iniciativa recente da sociedade civil, entretanto, merece destaque. A campanha Quem Financia a Baixaria é contra a Cidadania, liderada pelo deputado federal Orlando Fantazzini (PSOL-SP) e realizada em parceria com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, tem o objetivo de acompanhar permanentemente a programação de televisão, rastreando os eventuais abusos praticados pelas emissoras. A vigilância e as denúncias recebidas de telespectadores permitem que sejam indicados e divulgados periodicamente o nome de programas que desrespeitam os direitos humanos e os princípios básicos da cidadania.

O grande mérito da campanha consiste na estratégia de diálogo com os anunciantes dos programas de baixa qualidade. O envolvimento dessas empresas na discussão vem mostrando que a decisão é acertada. Algumas delas têm manifestado a possibili-

dade de retirar-se do espaço publicitário dos programas que têm o nome divulgado periodicamente pela campanha. Por outro lado, as emissoras de televisão demonstram publicamente o desconforto com esse tipo de estratégia, procurando desqualificar a campanha e seus idealizadores. Para que ela tenha maior impacto, além da divulgação do nome dos programas, pretende-se que o nome dos anunciantes dos programas considerados de baixa qualidade também seja publicado nos relatórios sistemáticos apresentados ao público.

Ações para qualificar os produtos midiáticos

Para oferecer uma programação de maior qualidade, é necessário que os veículos de comunicação mobilizem sua competência técnica e seus recursos econômicos. Isso depende essencialmente da mudança de mentalidade das redações e das equipes de produção de programas de entretenimento.

No campo do jornalismo, ações como as realizadas pela ANDI mostram disponibilidade de parcela significativa dos profissionais das redações para uma mudança no comportamento. A partir de meados da década de 90, a imprensa brasileira vem apresentando uma mudança de padrão de comportamento no que se relaciona à infância e adolescência. Isso ocorre principalmente após a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Dados da ANDI mostram que o número de matérias sobre questões referentes a essa faixa etária nos principais jornais brasileiros cresceu mais de 1.140% no período entre 1996 e 2004.

Desde o seu surgimento, em 1992, a ONG atua pelo aprimoramento da qualidade da informação em torno de temas considerados decisivos para a promoção e defesa dos direitos da infância e da adolescência. Para isso, busca fortalecer a capacidade da imprensa em agendar o debate público em torno dessas temáticas e em exercer um controle social mais efetivo sobre as principais políticas dirigidas a esses segmentos etários. Para cumprir sua missão, a ANDI trabalha segundo três eixos estratégicos: a mobilização; o monitoramento e a análise; mais a qualificação.

As ações de mobilização estimulam as redações a cobrir de forma mais abrangente e efetiva as questões relativas à infância e adolescência. Isto inclui a divulgação de sugestões de pauta, o atendimento a jornalistas que estão desenvolvendo reportagens, o reconhecimento a profissionais que se destacam no tratamento a esse universo temático (projeto Jornalista Amigo da Criança), e a realização do concurso Tim Lopes para projetos de investigação jornalística que tenham como foco central a violência sexual.

Diariamente, a cobertura que a mídia impressa brasileira oferece aos principais temas relativos aos direitos da infância e adolescência é monitorada pela ANDI. O conteúdo de 56 jornais e dez revistas é selecionado e classificado a partir de aspectos como temas focalizados, fontes de informação ouvidas, menção a políticas públicas e à legislação, referência a questões de diversidade etc.

No campo da análise e qualificação, a ANDI atua na produção de pesquisas quantitativas sobre o tratamento oferecido pela imprensa aos principais temas da agenda social brasileira. A partir desses estudos, são elaboradas publicações e realizados eventos que visam subsidiar as atividades não apenas de jornalistas, mas de estudantes, professores de comunicação e outros atores sociais.

A repercussão extremamente positiva dessas diversas ferramentas de trabalho desperta o interesse de outras organizações de diversas regiões do país, o que leva, em 2000, à configuração da Rede ANDI Brasil, que atualmente conta com 11 ONGs. Essa forma de atuar tem viabilizado uma atenção especial diante da realidade de cada estado, tanto no que diz respeito aos meios de comunicação quanto à agenda da infância e da adolescência. Três anos depois, essa experiência extrapolou as fronteiras brasileiras, com a criação da Rede ANDI América Latina, hoje composta de entidades de 12 países.

Vale destacar que existem no Brasil outras entidades trabalhando pela implementação de uma cultura jornalística ética e pautada nos direitos humanos. Um exemplo expressivo é o Movimento Estado de Paz – Uma Ação pela Vida, fundado em 2001, na Bahia, por jornalistas mobilizados pelo assassinato de uma colega. A entidade é hoje formada por comunicadores, estudantes de comunicação e representantes de organizações da sociedade civil que acreditam no potencial da mídia no enfrentamento da violência e na construção de uma cultura de paz. Para alcançar seus objetivos, a iniciativa prevê a qualificação dos profissionais de imprensa e o monitoramento de políticas públicas relacionadas à área de segurança, entre outras ações.

Incentivo na tela

No campo do entretenimento também existem ações que demonstram ser possível avançar rumo à melhora da qualidade da programação televisiva brasileira. Uma das mais importantes é o merchandising social, implementado especialmente no contexto das produções da Rede Globo de Televisão. A estratégia consiste em inserir de forma sistemática, nas tramas das telenovelas e minisséries da emissora, discussões sobre questões socialmente relevantes.

A iniciativa, que se fortaleceu em 1994 por uma parceria da emissora com a Comunicarte, uma empresa de comunicação para o desenvolvimento, foi tão bem recebida pelo público que atualmente a própria Globo tem um departamento específico para desenvolver essas intervenções. Em 2003, a novela *Mulheres Apaixonadas*, por exemplo, registrou um dos maiores índices de inserções sociais de todos os tempos. Entre as questões abordadas estavam a violência urbana e a doméstica.

É importante lembrar que o programa voltado especificamente para o público adolescente de maior audiência, a série *Malhação*, foi lançado em 1995 sem a menor preocupação com a temática social. É exibido na principal rede de televisão do país e formatado para abordar questões da adolescência. No início dos anos 2000 – por iniciativa de roteiristas e por meio de merchandising social – passou a abrir espaço para o tratamento de assuntos que contribuem de forma direta para o processo de formação de seu público, como questões de gênero, sexualidade, violência e discriminação racial, entre outros.

Em 2004, a série atingiu índices recordes, segundo dados do IBOPE, publicados na revista *Veja*, superando até programas tradicionais da televisão brasileira, como as telenovelas. Além do merchandising social, parte do sucesso pode ser creditado ao fato de ela ser modificada de acordo com sugestões e opiniões de adolescentes entrevistados em pesquisas como *Fala, Galera – Juventude, Violência e Cidadania no Rio de Janeiro* (1999) e de profissionais que lidam diretamente com esse grupo e com a interface dos jovens com a rede televisiva.

Estímulo à qualidade

A sociedade civil também se organiza para estimular a produção de entretenimento de qualidade para crianças e adolescentes. Um bom exemplo disso é a organização não-governamental Mídiaativa – Centro Brasileiro de Mídia para Crianças e Adolescentes. Criada em 2002 por um grupo multiprofissional que atua nas áreas da Comunicação e da Educação, a ONG tem o objetivo de promover o pensamento crítico sobre a mídia e contribuir para a melhoria da qualidade da programação televisiva e demais mídias eletrônicas destinadas a crianças e adolescentes. Para isso, trabalha em algumas frentes de atuação: fornece elementos para orientar pais, educadores e profissionais de outras áreas a respeito da leitura crítica dos meios; estimula e realiza pesquisas sobre os diferentes aspectos da relação entre a mídia e o público infanto-juvenil; organiza debates sobre a qualidade dos produtos da mídia; reconhece as principais contribuições e as estimula, entre outros.

Um exemplo da atuação do Mídiaativa é o Prêmio Mídia Q – Qualidade e Responsabilidade em Programação Infanto-Juvenil. A iniciativa visa identificar as expectativas dos telespectadores e valorizar as produções televisivas de qualidade, contribuindo para a melhoria da programação da TV brasileira. Para isso, realiza uma pesquisa qualitativa com crianças, adolescentes e pais a respeito da programação. A partir daí, cria e divulga um ranking dos melhores programas – sejam eles voltados especificamente para a faixa etária ou não. Concede o prêmio aos profissionais e empresas que contribuem para a realização e apresentação desses programas, como os realizadores, os patrocinadores, as emissoras, os anunciantes e os planejadores de mídia.

A Mídiaativa também tem o mérito de ter contribuído para trazer ao Brasil o debate mundial sobre a mídia para crianças e adolescentes. Em parceria com a MultiRio, órgão da prefeitura do Rio de Janeiro, a entidade sugeriu o país como sede da IV Cúpula Mundial de Mídia para Crianças e Adolescentes, com o apoio da ANDI e do Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP). O aporte do UNICEF ao evento proporcionou a presença e a participação de meninos e meninas do mundo inteiro.

O debate da IV Cúpula Mundial de Mídia

Em 2004, especialistas de todo o mundo reuniram-se no Rio de Janeiro para discutir questões relacionadas à mídia produzida para crianças e adolescentes. Pela primeira vez, esse debate teve lugar em um país em desenvolvimento. A Cúpula também contou com profissionais de mídia, educadores e adolescentes dos cinco continentes. O principal objetivo do evento foi discutir meios de assegurar maior qualidade na produção midiática voltada para as novas gerações. Em foco, estavam a diversidade da produção, a influência desses conteúdos na formação de crianças e jovens, a educação para a mídia e a concentração dos meios de comunicação.

Esses debates não se restringiram aos profissionais e especialistas. O evento deu voz aos jovens por meio do Fórum dos Adolescentes, que reuniu participantes de todo o mundo para trocar experiências, dialogar com os especialistas e expor impressões do que seria uma mídia de qualidade. Os resultados dos debates podem ser encontrados no documento Cartas do Rio, que reúne a Carta dos Profissionais, com conclusões e recomendações elaboradas pelos profissionais e especialistas, e a Carta dos Adolescentes.

Elaboradas de maneira independente, ambas as propostas para a construção de uma programação de qualidade convergem em vários pontos. Os documentos identificaram, por exemplo, a necessidade urgente de regulamentação dos meios de comunicação de massa. Os adolescentes apontaram a importância da criação de conselhos que regulem, especificamente, a veiculação de conteúdo violento. A concordância também aparece, entre outros momentos, na recomendação por maior espaço de participação de crianças e adolescentes, tanto nos produtos de mídia já existentes quanto na produção e veiculação de conteúdos próprios, e na necessidade da implementação de projetos de educação para a mídia nas escolas.

Programas de educação para a mídia

O fato de que crianças e adolescentes têm na mídia a maior fonte de entretenimento e de informação leva à necessidade de qualificar esse público para uma recepção mais crítica dos meios. Isso pode ser implementado tanto como uma política de currículo da educação formal quanto por projetos realizados por organizações não-governamentais, centros comunitários e outros, abrangendo também outras faixas etárias. O UNICEF e outras instituições envolvidas com os direitos da criança e do adolescente registram experiências desenvolvidas em diversas partes do mundo, que buscam relacionar educação e comunicação, no sentido de estimular o desenvolvimento de programas pedagógicos capazes de preparar crianças e adolescentes a lidar de forma crítica com os conteúdos midiáticos.

De maneira geral, essas atividades são conhecidas, no Brasil, sob os nomes de educação para a mídia ou de educomunicação. Ela conta com duas vertentes principais: uma voltada para a leitura crítica da mídia e a outra para a apropriação das técnicas de produção dos meios de comunicação. Na América Latina, a leitura crítica desenvolveu-se à margem do sistema educacional oficial, por meio de projetos de instituições voltadas para a educação e a cultura popular. Nesse processo ocorre um estudo aprofundado do conteúdo, com destaque para a análise da linguagem, da edição, das fontes de informação ouvidas, dentre outros elementos. Já na apropriação dos meios, o principal objetivo é promover a educação para a mídia por meio da produção de conteúdos. Ao conhecer e fazer uso do processo de produção das diversas linguagens e meios de comunicação, estimula-se tanto o desenvolvimento do potencial criativo de crianças e adolescentes quanto fomenta-se sua capacidade de análise.

Um cenário ideal apontado por pesquisadores é o da convergência entre essas duas abordagens, de modo a formar audiências com um grau elevado de capacidade crítica diante das produções veiculadas pelos meios de comunicação. Uma figura importante nesse contexto é a do educador, personagem capacitado a ensinar os alunos a analisar, sob os diversos pontos de vista, as montagens do discurso e da cena que constroem as mensagens.

No que diz respeito à educação para a mídia, predominam no Brasil as iniciativas de ONGs, em geral resultado de esforços locais, sem o amparo de leis ou políticas públicas abrangentes. Mas começam a surgir experiências de maior amplitude. O UNICEF no Brasil, por exemplo, se preocupa em fomentar iniciativas como a do Centro Brasileiro de Mídia para Crianças e Adolescentes, Mídiaativa. A organização recebeu o apoio do UNICEF, em 2004, para capacitar educadores a usar programas de televisão como instrumento de formação

cultural de crianças e adolescentes e a discutir o tema em salas de aula, além de aproveitar os veículos como apoio para os conteúdos programáticos dos currículos escolares.

O projeto alcançou 400 educadores em quatro cidades brasileiras: Santo André (SP), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG) e Fortaleza (CE). A equipe do Midiativa estabeleceu uma metodologia que mesclava as noções técnicas e estéticas da linguagem televisiva com vídeos e materiais informativos para alimentar discussões sobre qualidade na programação de TV. Nos encontros periódicos, os educadores têm oportunidade de compartilhar, em pequenos grupos, a aplicação dos temas teóricos em sala de aula e de discutir os resultados das estratégias aprendidas. A experiência acaba se reproduzindo nas redes estaduais e municipais que participaram do projeto, já que 80% dos grupos de educadores eram formados por profissionais das redes formais de ensino médio e fundamental. Os demais 20% eram educadores não formais, ligados a organizações não-governamentais,

O fato de que crianças e adolescentes têm na mídia a maior fonte de entretenimento e informação leva à necessidade de qualificar esse público para uma recepção mais crítica dos meios

que também reproduzem as lições aprendidas com crianças e adolescentes atendidos em suas instituições ou na formação de outros profissionais da educação.

Outro exemplo é o projeto Educom.rádio, desenvolvido desde 2001 pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo em parceria com o Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo. O programa trabalha com escolas públicas de ensino fundamental, capacitando alunos, professores e membros da comunidade para a utilização do rádio. A idéia surgiu como uma alternativa pedagógica para uma escola da rede municipal que tinha altos índices de violência. Com o mérito de integrar, além dos alunos, a comunidade, o projeto conseguiu reduzir à metade o número de furtos nas escolas municipais.

O projeto também começa a mobilizar o nível federal. O Ministério da Educação implementou uma iniciativa-piloto, nos moldes do Educom.rádio, em março de 2004. O projeto Educom.radio Centro-Oeste compreendeu os estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Professores de ensino médio das escolas estaduais desses três estados receberam capacitação de professores da USP durante o ano. Além dos seminários e workshops realizados, eles contaram com capacitação à distância por meio de um ambiente virtual: participaram de chats e fóruns de discussão, aprendendo conceitos de educação, de linguagem radiofônica, de produção de programas e outros. Cerca de 70 escolas foram alcançadas pelo projeto no Centro-Oeste, que envolveu 140 professores.

Com o objetivo de ampliar os significativos resultados de projetos de educação no desenvolvimento de crianças e adolescentes e de apontar o caminho para a cons-

trução de políticas públicas que possam incluir um número cada vez maior de meninos e meninas nessas iniciativas, nasceu em 2004 a Rede de Experiências em Comunicação, Educação e Participação (CEP). A rede é formada por instituições que trabalham em várias partes do país e têm em comum a promoção do direito de crianças e adolescentes à informação de qualidade, por meio da inserção de práticas de comunicação na educação de meninos e meninas.

De São Paulo a Manaus, passando por Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro, Feira de Santana, Salvador e Nova Olinda, no Ceará, as 13 organizações integrantes da Rede CEP desenvolvem programas que promovem a inclusão social de meninas e meninos considerando a comunicação muito mais do que apenas um meio. Com o apoio do UNICEF, a troca de experiências e conhecimentos iniciada em 2002 se consolidou no início de 2005, com a publicação *Mídia e Escola – Perspectiva para Políticas Públicas*. A meta maior da Rede é construir em três anos uma proposta abrangente de política pública envolvendo mídia e escola.

Recomendações

Mesmo não sendo responsáveis diretos pela violência e suas manifestações, os meios de comunicação podem e devem representar um papel central em uma ampla articulação de esforços voltados para o enfrentamento do problema. No complexo processo de influência da mídia, as temáticas ou enfoques privilegiados pelos meios de comunicação acabam alcançando impacto potencializado sobre a sociedade.

No caso da violência, merece questionamento por parte da sociedade, por exemplo, a grande visibilidade que vem sendo dada, de forma descontextualizada, à questão da criminalidade. O encaminhamento de soluções para o fenômeno passa necessariamente pela desnaturalização de algumas formas de violência enraizadas historicamente, com a ampla divulgação das causas, conseqüências e potenciais soluções para o problema.

São importantes ações protetoras: a abordagem na mídia escrita e falada dos eventos violentos dentro do contexto de causas, danos físicos, morais e emocionais e a apresentação de soluções que ajudem a promover ambientes saudáveis para crianças e adolescentes. Assim como uma representação mais adequada das formas de violência que afeta crianças e adolescentes em especial, identificando o perfil das vítimas e áreas mais afetadas. A representação do fenômeno da violência deve passar, também, por questões de diversidade cultural, social, étnica, de gênero.

Diante disso, o apoio dos profissionais de mídia, que já vem dando frutos relevantes, é imprescindível para o alcance público da problemática e para a efetivação de políticas públicas amplas e efetivas.

É necessário também o envolvimento de governos, empresas de comunicação, anunciantes e publicitários, escolas e universidades, educadores, pesquisadores, profissionais da saúde, organizações da sociedade civil, consumidores de mídia, família e das próprias crianças e adolescentes. O estabelecimento de alianças entre esses atores é fundamental para o avanço rumo a uma melhor qualidade de informação.

Recomenda-se que instituições de ensino superior e empresas de comunicação cuidem para oferecer formação adequada e continuada aos profissionais. É importante a sensibilização dos comunicadores para que possam oferecer melhor tratamento das notícias e informações sobre violência ou qualquer outro aspecto da infância e adolescência.

Profissionais que lidam com a questão da violência, em especial os da saúde, podem e devem apoiar a adequada divulgação de informações sobre aspectos que se relacionam com a faixa etária, como a questão das drogas (legais e ilegais) e seu impacto na morbimortalidade por causas externas – acidentes de trânsito envolvendo jovens, por exemplo. A mídia também deve ser auxiliada a informar a população sobre onde procurar orientações, grupos de auto-ajuda, emergências e apoio aos casos de violência.

A questão do impacto da violência na mídia, entendida como um problema de saúde pública nos países desenvolvidos, deve ser mais aprofundada e as metodologias adotadas nos países centrais não podem ser generalizadas para os contextos de nações como o Brasil, onde se verificam situações socioculturais bastante diferenciadas. Dessa forma, o assunto merece urgente investimento nas especificidades individuais, sociais e culturais brasileiras por parte dos pesquisadores. É urgente, também, o investimento em pesquisas sociais e epidemiológicas de âmbito nacional sobre os fatores de risco, assim como os de proteção no contexto do impacto da violência na mídia na vida de crianças e adolescentes.

Existem evidências de que ambientes protetores podem contribuir positivamente para a inter-relação da mídia com crianças e adolescentes. É o caso, por exemplo, da mediação de pais, profissionais de educação e saúde na relação das mídias com crianças e jovens, que pode contribuir para promover orientação e prevenção à violência. Dessa forma, é importante o estímulo e a criação de políticas públicas de educação para mídia, especialmente no sistema oficial de ensino.

Importante, ainda, o financiamento público e privado para o envolvimento de jovens na produção de programas e outros produtos da mídia. Isso os ajuda a desenvolver uma visão mais crítica sobre a atuação das mídias tradicionais. A veiculação desses produtos deve ser estimulada.

A manutenção e o fortalecimento dos sistemas públicos de comunicação também são essenciais. As televisões públicas, por exemplo, vêm demonstrando que é possível fazer programas de qualidade para crianças, respeitando seu nível cognitivo e contribuindo para o seu desenvolvimento. Tais programas não utilizam formas sensacionalistas de atingir audiência e são apreciados pelas crianças.

Para finalizar, se faz necessário um amplo debate na sociedade sobre a regulamentação dos meios no país. Contemplar aspectos como concentração de posse, globalização, regionalização da produção e criação de órgãos que monitorem a qualidade do conteúdo midiático na legislação é condição essencial para a obtenção de uma base concreta que sustente o desenvolvimento de produtos de qualidade para o público infanto-juvenil.



Até quando?

As crianças, os adolescentes e os jovens são as principais vítimas da violência comunitária, fenômeno que adquire um impacto cada vez mais dramático, em especial nos grandes centros urbanos

*Por Jailson de Souza e Silva, coordenador-geral do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro
Colaboraram: Silvia Ramos, coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC),
da Universidade Candido Mendes (RJ), e Luke Dowdney, coordenador do Crianças e Jovens em Violência
Armada Organizada (COAV/Viva Rio)*

A violência nas comunidades e nas ruas possui um aspecto tipicamente urbano e seus atores fundamentais são a polícia e os jovens. Caracterizada como agressões realizadas contra crianças, adolescentes e jovens em logradouros públicos (ruas, comunidades populares, condomínios etc.), esse tipo de violência ocorre, em particular, nas periferias dos grandes centros e tem atualmente como um de seus principais motivadores a organização de grupos criminosos armados com domínio de território.¹ Os grupos mais visíveis são os vinculados ao tráfico de entorpecentes, mas também os grupos paramilitares estão ampliando suas bases territoriais. Os grupos estão dominando, de forma progressiva, atividades “legais” como venda de gás, transporte alternativo, segurança privada etc. O fato demonstra que na dinâmica da violência comunitária as políticas públicas inadequadas, em particular no campo da segurança urbana, aliada à desigualdade social e ao consumismo podem ser mais determinantes que a pobreza econômica.

Nos últimos anos, a violência comunitária contra crianças, adolescentes e jovens tem aumentado de forma progressiva em todo o mundo. Manifesta em particular como violência letal, seus maiores focos estão nos países da América Latina e do Leste Europeu que fizeram a transição para a economia de mercado e, entre os países ricos, os Estados Unidos. O crescimento da desigualdade social e de posições políticas xenofóbicas e racistas são elementos que têm contribuído para esse processo de recrudescimento da violência.

Desenho de Leandro, de 11 anos, que reproduz cena de violência. A ilustração é proveniente do Concurso de Desenho Infantil “Crescer Sem Palmada”, realizado em 2003 pelo LACRI/IPUSP

Pesquisas realizadas em diversas capitais do país demonstram os vínculos entre as taxas de mortalidade por homicídio e indicadores de desenvolvimento social.² Porém, para que seja possível realmente compreender o grau de incidência do fenômeno, sem tirar conclusões com base apenas no senso comum, na mídia e nos boletins de ocorrência – que normalmente mostram uma visão depreciativa do jovem pobre –, a complexa relação entre violência e indicadores socioeconômicos deve ser aprofundada.

No que diz respeito à distribuição da violência comunitária pelo território brasileiro, o estudo *Violência Letal, Renda e Desigualdade Social no Brasil*, feito em 2001 pelos pesquisadores Ignácio Cano e Nilton Santos, indica que variáveis socioeconômicas, separadamente, não explicam as diferenças nos índices de violência letal nos estados. A análise do fenômeno em áreas metropolitanas no Brasil revela que o número de homicídios é mais alto nos bairros pobres e mais baixo nas áreas ricas das cidades. No en-

Enquanto os pobres são criminalizados e violentados por policiais, os mais ricos são acobertados pela condição social e raramente acabam punidos

tanto, ao comparar os estados brasileiros, os mesmos autores concluem que as variáveis renda, educação e desigualdade têm impacto menos significativo nas taxas de homicídios do que a variável urbanização. Ou seja, as municipalidades com alta proporção de população urbana detêm taxas muito mais altas de homicídio.

Essa hipótese é confirmada na pesquisa realizada por Barata no estado de São Paulo, em 2000. Ela identifica uma proporção maior de homicídios em municípios com renda elevada em relação àqueles com renda mais baixa. Aponta, então, a alta densidade populacional dos municípios analisados como principal variável explicativa, o que pare-

¹ Grupos criminosos armados com domínio de território é uma classificação utilizada pelo Observatório de Favelas para os tradicionais grupos identificados como traficantes de drogas e as quadrilhas paramilitares, identificadas como “mineira”. A perspectiva, com essa nova denominação, é tentar elaborar uma melhor interpretação da diversidade de atividades nas quais esses grupos vêm se envolvendo, que incluem atividades lícitas e ilícitas. A característica marcante desses grupos é o uso de armas de fogo de alto calibre, que originalmente foram empregadas para a defesa de pontos-de-venda de drogas; nos últimos anos, elas passaram a ser utilizadas como instrumento de extorsão, coação e pressão, na comunidade e fora dela. O uso de armas possibilita um processo de territorialização crescente, no qual o território dominado passa a funcionar como a base das atividades exercidas pelo grupo.

² Cf. Barata, 1998; Cardia e Schiffer, 2002; Cardia, 2003; Paim, 1999; Macedo, 2001; Lima e Ximenes, 1998; Beato, 2001.

ce correto, desde que essa variável seja associada a outras. Ainda na definição do recorte territorial da violência, um estudo realizado pelo Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo, em 1999, também revelou que os jovens moradores da capital paulista estão mais sujeitos à morte por homicídio que os residentes do interior. Para os do sexo masculino com idade entre 15 e 19 anos, a mortalidade proporcional passou de 21 por 100 mil para 71 por 100 mil no período de 1965 a 1995.

“Não dá pra esconder a cor”

A partir do início da década de 1980, a presença de crianças, adolescentes e jovens nas ruas dos grandes centros urbanos brasileiros passou a ser vista, de forma geral, como um problema social. Essa crescente visibilidade e as violências sofridas por eles estimularam a mobilização de setores da sociedade civil e da opinião pública, às vezes em direções opostas. As manifestações mais difusas e hegemônicas eram caracterizadas pelo discurso conservador, que estabelecia uma associação direta entre o crescimento da criminalidade urbana e os adolescentes e os jovens oriundos dos espaços populares. O debate da época, em certa medida, foi dominado pela busca de formas para “conter a delinquência juvenil”, uma forma notória de violência comunitária.

Nos últimos anos, todavia, o quadro vem se alterando. É, por exemplo, significativo o crescimento da participação de grupos integrados por adolescentes e jovens dos setores médios em quadrilhas dedicadas à prática de atos de vandalismo, tráfico de drogas, furtos e assaltos, como evidencia a pesquisadora Teresa Pires do Rio Caldeira no livro *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo* (Editora 34/EDUSP, 2003). É razoável levantar a hipótese de que, se não for tomada nenhuma atitude, muitas dessas gangues juvenis de classe média tendem a desenvolver atividades criminosas mais sofisticadas e com maior potencial letal.

Assim, a presença de adolescentes e jovens infratores de diversos grupos sociais representa diferentes aspectos da delinquência juvenil. A forma de tratamento, porém, tem ainda um forte peso da condição de classe. Enquanto os pobres são criminalizados e violentados por policiais, os mais ricos são acobertados pela condição social e raramente acabam punidos. Essa situação é uma variável significativa para o processo de disseminação da violência entre os grupos sociais médios. Um dos melhores exemplos é o caso do assassinato do índio pataxó Galdino, em Brasília. Os assassinos usufruíram todas as possibilidades legais e sociais possíveis para se livrarem das punições ou ao menos amenizá-las.

Por outro lado, os jovens pobres autores de atos infracionais, em posição social subalterna na sociedade ainda marcada pelo racismo e pelas lógicas *sociocêntricas*, formam um grupo vulnerável à ação violenta e desrespeitosa das autoridades, que incorporaram em suas práticas a distinção de classe, cor e condição social. Uma das variáveis responsáveis pelo assassinato dos adolescentes e jovens nos centros urbanos é a imagem construída, em relação a uma parcela deles, pela sociedade e pela mídia. Falamos, nesse caso, dos que carregam em seu corpo o que pode ser denominado “kit estigma”: ser jovem, do sexo masculino, negro, pobre e morador da periferia ou da favela. Além disso, grande parte da imprensa apresenta a criança e o adolescente infratores como pessoas perigosas, sobre as quais deve incidir alguma ação punitiva que vá além das medidas socioeducativas, e a sociedade constrói uma imagem negativa de seus es-

paços de moradia. Como se o simples fato de viver na favela ou na periferia determinasse o seu potencial infracional.

No texto “Elemento Suspeito: Abordagem Policial e Discriminação na Cidade do Rio de Janeiro”, de Ramos e Musumeci, publicado no boletim *Segurança e Cidadania* número 8 do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, da Universidade Candido Mendes, de 2004, é relatado um interessante levantamento que envolveu 2.250 pessoas da população carioca, com idade entre 15 e 65 anos, abordadas por policiais a pé nas ruas. Ele revelou que 24,4% tinham idade entre 15 e 19 anos (em contraste com 12,6% dessa faixa etária na população) e 33,5% entre 20 e 29 anos (contra 24,4% dessa faixa na população). Quando parados pela polícia, os mais jovens, por sua vez, foram mais revistados do que as outras faixas etárias (49,5% dos jovens de 15 a 19 anos e 56,3% dos jovens entre 20 e 24 anos, em contraste com apenas 24,9% dos que tinham entre 40 e 65 anos). Os autodeclarados pretos foram revistados em 55% das vezes em que foram parados, em contraste com os brancos, revistados em 32,6% das vezes.

As abordagens a pé na rua ocorrem com muito mais frequência nos bairros de subúrbio e na zona oeste (área pobre da cidade do Rio). Na zona sul (área mais rica da cidade), predominam as abordagens em veículos (*blitz*). Jovens de grupos focais ouvidos nessa pesquisa disseram que aqueles sistematicamente parados pela polícia têm o apelido de “freio de camburão”, pois são, no cotidiano das ruas, identificados pelo policiamento ostensivo como “suspeitos”. Eles garantem que muitas variáveis entram em jogo para a fixação dessa representação, entre elas o uso de cordão de ouro, roupas, boné e o tipo de cabelo. Mas a cor é o fato mais determinante. Como disse um dos jovens, “cordão de ouro dá para esconder, a cor não”.

O antropólogo inglês Luke Dowdney em seu livro *Crianças do Tráfico – Um Estudo de Caso de Crianças em Violência Armada Organizada no Rio de Janeiro*, de 2003, enfatiza a mentalidade dominante na polícia, centrada na idéia de que o jovem negro morador da favela é culpado até provar inocência. Isso leva o policial a atirar primeiro e perguntar depois, o que leva à morte de muitos inocentes. Esse tipo de comportamento da polícia nas favelas, o tratamento que ela inflige a moradores inocentes, a execução extrajudicial de suspeitos e de inocentes, os altos níveis de corrupção e a impunidade aparente criam nos moradores desses locais a sensação de abandono total pelo Estado. É o que os estimula a aceitar e depender de um sistema de justiça informal criado pelos traficantes, a “lei do tráfico”, que se torna a única opção de ordem social.

Outra consequência possível é a revolta e o ódio contra a polícia, que os estimulam a se unir às facções como forma de vingança. Essa revolta pode ser percebida no depoimento sincero de um morador de favela, publicado no livro de Dowdney: “A violência policial agride muito a criança e o adolescente... porque no horário da criança vir pra escola a polícia tá dando tiro. [...] A criança tá descendo pra escola e vê o pai sendo morto por um policial fardado ou vê sua mãe ganhar tapa na cara de um policial fardado. Essa criança cresce como? Vendo a boca de fumo como recurso de se vingar”.

A mídia colabora na construção dos estereótipos reforçando a idéia do “menor infrator”. A criminalização do adolescente empregado, por exemplo, no tráfico de drogas reforça uma imagem negativa e repulsiva deste em relação à sociedade (*veja capítulo sobre a violência na mídia na página 70*). Dessa forma, ele passa a ser visto como uma

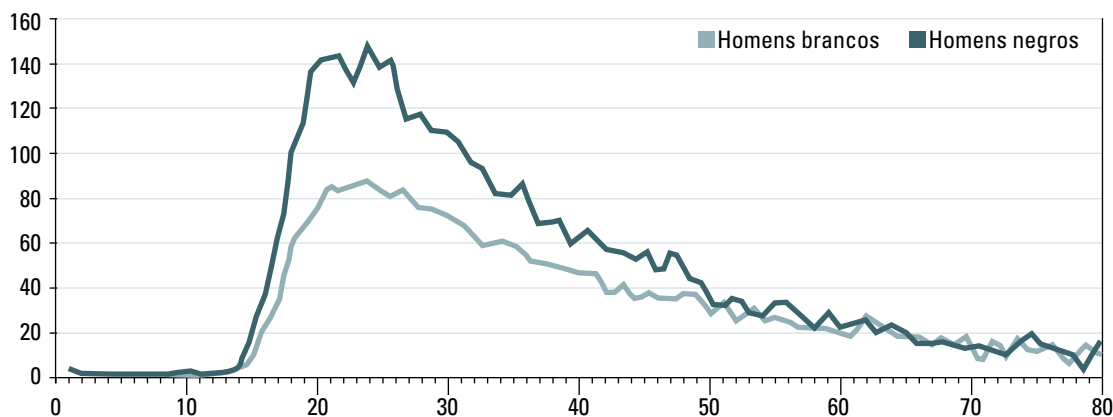
ameaça social, um inimigo da ordem social que precisa ser controlado ou mesmo, para muitos, eliminado. Isso tem reflexo direto na forma como a polícia trata essas crianças e adolescentes, como demonstram os dramáticos episódios da chacina de Acari (1990), Vigário Geral (1993), Candelária (1993) e a mais recente, da Baixada Fluminense (2005). Todas realizadas por integrantes das forças policiais, assim como tantas outras, diluídas no cotidiano do país. As mortes provocadas pela polícia, no Rio de Janeiro, cresceram mais de 300% de 1999 a 2003. A prática amplifica a espiral da violência e demonstra o descontrole da ação letal da polícia no estado.

Marcados pelo preconceito

O reconhecimento de que a maior incidência de violência comunitária ocorre nos centros urbanos deve ser acompanhado da compreensão de suas especificidades espaciais. Em cidades turísticas, por exemplo, existe a preocupação em relação às gangues de “menores infratores”, que “atacam” turistas próximos aos hotéis e pontos turísticos. E também quanto às crianças em situação de rua, que, muitas vezes, praticam atos de violência como forma de obtenção de dinheiro para alimentação ou, em alguns casos, o consumo de drogas.

Esse cenário gera no morador comum da cidade muita insegurança, por expressar um aspecto da “desordem” urbana, e uma certa preocupação econômica, por afastar os turistas. As crianças e adolescentes que se encontram nas ruas passam a ser vistos por amplos setores da população como um problema que exige soluções enérgicas e rápidas. Fica clara a percepção fragmentada do tecido socioespacial da cidade. Um cidadão simplesmente rejeita o outro, não o reconhece como pertencente à mesma cidade. Em função desse caldo de cultura, marcado pelo preconceito, e da estratégia policial hegemônica, dentre outras variáveis, as taxas de homicídios para jovens brancos e negros, no Brasil, mostram não só a acentuada incidência entre homens jovens (cujo risco de morte violenta já começa aos 12 anos) mas também as diferenças marcantes entre homens brancos e negros. Na faixa de 19 a 22 anos, as taxas de homicídio dos jovens negros é 2,3 vezes maior que a dos jovens brancos, já muito elevada (*veja gráfico 1*).

Gráfico 1 - Taxas de Homicídios de Homens por Raça e Idade. Brasil, 2000



Fonte: Borges, D. com dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade – DATASUS.

Cabe considerar, também, que as taxas de violência letal se distribuem de forma acentuadamente desigual nas cidades. No Rio de Janeiro, por exemplo, as taxas de homicídio chegam a mais de 60 por 100 mil habitantes em bairros de subúrbio e na zona oeste, enquanto se mantêm no patamar norte-americano em bairros como Copacabana e Ipanema (5 por 100 mil habitantes). Em Belo Horizonte, as áreas com incidência de homicídios coincidem com as favelas e aglomerados. Essa distribuição produz um efeito que especialistas chamam de “geografia da morte” nas cidades, que se combina com a “idade da morte” e a “cor da morte”.

Jovens são as principais vítimas

A constatação de que o fenômeno não se dá apenas entre os mais pobres desmistifica a visão, tão disseminada no senso comum, de que pobreza e violência andam lado a

A crescente vitimização dos jovens vem se caracterizando pela ampliação crescente da letalidade. A vitimização fatal é maior que a autoria de crimes violentos

lado. Também revela que a compreensão mais apurada do fenômeno deve levar em conta a existência de disparidades socioespaciais no interior das cidades. Essas disparidades contribuem para uma ação diferenciada do poder público. Nesse caso destaca-se a polícia, que tende a agir de maneira mais violenta e discriminatória nas áreas mais pobres das cidades, como revelam várias denúncias, dentre as quais o *Relatório sobre Direitos Humanos no Brasil*, da ONG Justiça Global, e o *Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*, publicados em 2005. Surge, então, o grande desafio de difundir o reconhecimento do jovem não apenas como praticante de delitos mas também como vítima de violência. Principalmente os pobres e negros.

Segundo o relatório *Violência por Armas de Fogo no Brasil*, publicado pelo NEV no final de 2004, embora os níveis de violência tenham aumentado em todo o país, concentraram-se em determinadas áreas geográficas e grupos sociais, o que aponta para a existência não apenas de uma distribuição desigual do risco de ser vítima de violência como também para uma distribuição desigual dos direitos sociais e civis na sociedade brasileira.

Por outro lado, cabe reconhecer que as ações violentas não têm como ator central apenas a polícia e os demais órgãos de repressão. Cada vez mais, elas são produzidas pelos próprios jovens, em especial os integrantes de facções rivais que disputam entre si áreas de influência, mercado e poder. Esse fato amplifica a escala e a gravidade dos conflitos.

O envolvimento de crianças e adolescentes em práticas criminosas não é uma particularidade de países com acentuadas desigualdades sociais ou nos quais os direitos

sociais não estejam plenamente assegurados à população. As altas taxas de criminalidade juvenil em países como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, França, Alemanha e Itália demonstram a dificuldade de estabelecer essa associação. Cabe, todavia, relativizar essa proposição, visto que em vários desses países a desigualdade social, embora bem menor que na América Latina, em especial no Brasil, cresceu nas últimas décadas, assim como os conflitos derivados do racismo e da perda de legitimidade de diversas instituições: partidos, sindicatos, escola, família e igrejas.

Uma recente pesquisa realizada pelo NEV,³ da Universidade de São Paulo, apresenta algumas interpretações e constatações acerca do aumento da participação de jovens em crimes violentos. Ela conclui que, apesar do crescimento do número de adolescentes e jovens em atividades criminosas, eles são as principais vítimas dos diversos tipos de violência. A violência comunitária contra eles, por exemplo, só tem aumentado a cada ano.

Territórios demarcados

Uma das principais causas da morte provocada ou sofrida pelos jovens é o fato de os grupos criminosos usarem a demarcação territorial como estratégia na disputa por poder. Os mecanismos utilizados por eles para estabelecer limites e demarcação de seus lugares e, por conseguinte, suas fronteiras reais e simbólicas, acabam definindo a sua própria identidade e seu campo de ação.

No Rio de Janeiro, por exemplo, a dominação de territórios populares por diferentes facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas faz com que o jovem morador de uma comunidade sinta-se inibido de circular para além de seus limites. A marca simbólica da territorialização é tão forte que, mesmo sem fazer parte da rede social do tráfico, muitos jovens incorporam os códigos da facção dominante e estabelecem, a partir disso, a sua relação com a cidade e com o *outro*. Esse *outro* pode ser aquele que não mora em sua comunidade ou em uma comunidade dominada por outra facção criminosa. Nesse caso, ele pode ser taxado de *alemão* e, assim, transformar-se em um inimigo, independentemente de seu envolvimento com a rede do tráfico. Portanto, todos são *alemães*, e, em nome disso, passíveis de sofrer violências de variadas ordens.

O aumento dos índices de violência sofrida e praticada por adolescentes e jovens está relacionado ao envolvimento com gangues, grupos criminosos e quadrilhas. Isso explica por que a violência comunitária, nos termos abordados nesse documento, se tornou nos últimos anos a principal forma de violência contra adolescentes e jovens no Brasil. Dentre essas formas de manifestação da violência, contudo, as ligadas aos grupos criminosos armados com domínio de território ganham maior dimensão na mídia e provocam maior impacto social.

A crescente vitimização dos jovens vem se caracterizando pela ampliação crescente da letalidade, fenômeno ligado ao aumento do uso de armas de fogo. A vitimização fatal é maior que a autoria de crimes violentos. Em São Paulo, no ano de 1991, para cada três jovens vítimas de homicídio havia um que era autor. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2000, 75% das mortes por

³ Adorno, Sérgio; Bodini, Eliana B. T. & Lima, Renato Sérgio de. *O Adolescente e as Mudanças na Criminalidade Urbana*. São Paulo em Perspectiva, 13(4), 1999.

VIOLÊNCIA NAS COMUNIDADES E NAS RUAS

Taxas de Mortalidade das Pessoas de 15 a 24 Anos de Idade por Sexo e Causas Externas (por 100 mil hab.)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	TOTAL	Homens		TOTAL	Mulheres	
		Total	Homicídios Por Armas de fogo		Total	Homicídios Por Armas de fogo
Brasil	167,4	95,6	71,7	20,6	6,9	4,1
Norte	112,7	60,4	30,9	16,6	4,8	2,3
Acre	119,8	71,2	24,3	21,1	9,7	3,2
Amapá	233,6	153,2	30,6	11	1,8	1,8
Amazonas	123,6	74,5	35,3	16,3	5,4	1,6
Pará	78,3	39,5	24	11,9	3	1,6
Rondônia	172	84,7	52,4	26,8	8,9	4,8
Roraima	243,4	131,7	51,5	39,9	20	8,6
Tocantins	112,2	46,6	29,2	24,5	3,3	2,4
Nordeste	126,6	65,1	50,7	16,2	5	3
Alagoas	134,7	84,9	60,7	20,7	8,5	4,9
Bahia	99,2	29,3	21	14,8	3	1,4
Ceará	117,9	54,1	31,4	15,7	3,6	2
Maranhão	59,5	19,7	7,7	10,6	1,9	0,6
Paraíba	105,4	54,8	43,3	11,5	4,2	3,1
Pernambuco	262,7	198	179,5	26,3	13,4	9,7
Piauí	70,4	25,7	11,3	11,3	1,9	0,3
Rio Grande do Norte	114,5	24,6	17,6	13	2,5	1,1
Sergipe	144,5	73,1	53,1	17,7	3,7	1,6
Sudeste	218,2	141,5	106,2	23,2	9,5	5,8
Espírito Santo	225,3	152,8	121,7	28,5	13	7,9
Minas Gerais	93,1	39,9	32,3	16,1	4,2	2,2
Rio de Janeiro	285,5	205,1	181,6	23,2	11,8	8,9
São Paulo	255,9	168,4	114,6	26,2	10,9	6,3
Sul	134,9	49,6	38,5	21,2	3,9	2,1
Paraná	154,9	63	45,6	22,4	5	2,4
Rio Grande do Sul	126,9	54,3	46,9	19,7	3,5	2,1
Santa Catarina	113,2	17,3	10,5	21,7	2,6	1,6
Centro-Oeste	174,1	89,7	73,2	27,8	8,5	5,3
Distrito Federal	201,1	132,8	112,7	19,5	6,2	5
Goiás	154,2	66	52,9	29,5	9,5	5,6
Mato Grosso	192,7	98,6	77,5	24,9	6,2	3,5
Mato Grosso do Sul	170,6	91,1	76,1	37,1	11,7	6,8

Fonte: IBGE (2003).

homicídios de jovens do sexo masculino de 15 a 24 anos no Brasil foram provocadas por armas de fogo (*veja o quadro ao lado*).

Segundo o relatório *Violência por Armas de Fogo no Brasil*, do NEV, existe uma tendência de crescimento das taxas de mortalidade por armas de fogo no país em quatro regiões (com exceção da região Norte), em 19 estados e no Distrito Federal e em 19 capitais.

O estudo compreende um período de dez anos, de 1991 a 2000, e abrange todo o território nacional. Foram analisadas a distribuição e a evolução da mortalidade por armas de fogo nas cinco regiões do Brasil, assim como nos estados e capitais. A base do estudo foram os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde.

Nos anos 1990, as armas de fogo mataram quase o mesmo número que os acidentes de trânsito no Brasil. Ao longo desse período, o número de mortes por armas de fogo cresceu substancialmente no país, superando, em 2000, as mortes por acidente de trânsito, passando a ocupar a primeira posição entre as causas externas de morte. Ao todo, as armas de fogo foram responsáveis por 265.975 mortes ocorridas na década, 24% do total de ocorrências por causas externas. Desse total, 82% foram homicídios, cerca de 5% foram suicídios, e 2% foram mortes acidentais; 11% das mortes por armas de fogo não tiveram a intencionalidade determinada e apenas 0,1% foi atribuída à intervenção legal.

O estudo destaca que a maior parte dos casos de morte por armas de fogo – assim como as taxas mais elevadas – concentra-se nas capitais, em especial na população jovem do sexo masculino. Na faixa etária de 15 a 19 anos, um homem apresenta uma chance 13 vezes maior do que uma mulher de morrer em decorrência de lesão por armas de fogo. Já na faixa etária de 20 a 29 anos, essa chance sobe para 20.

O orgulho de ser da turma

Outro estudo do NEV, com dados de ocorrências policiais envolvendo adolescentes no município de São Paulo, entre 1988 e 1996, revela que houve uma diminuição de 29% dos crimes praticados individualmente e um aumento de 22% dos cometidos em parceria. É sustentada a hipótese de que esses crimes praticados com outros adolescentes e adultos relacionam-se a gangues e grupos criminosos. Cabe esclarecer, como demonstram estudos feitos no Rio de Janeiro com grupos de jovens da periferia e favelas, em particular as galeras,⁴ que há diversas organizações juvenis que não têm como eixo de ação a prática de crimes. Essa observação auxilia na crítica à relação reducionista entre a criminalidade e os grupos de jovens da periferia. Além disso, cabe lembrar que as taxas de vitimização desse grupo são bem maiores que a taxa de criminalidade dessa faixa etária.

Em função dessa pluralidade, não há uma definição consensual de gangues e bandos juvenis no mundo da delinquência. Para Klein (1971), gangue é qualquer grupo de jovens percebido pelos habitantes de um bairro ou região como distinto, que se auto-identifique como tal, receba um nome próprio e peculiar e tenha cometido um apreciável número de infrações penais, a ponto de os habitantes locais e as autoridades encarregadas da preservação da ordem pública desenvolverem atitudes negativas de reprovação contra ele. Mas essas características não são consensuais entre os pesquisadores

⁴ Destacam-se, nesse caso, estudos feitos por Hermano Vianna, Regina Novaes, Michel Misse e Alba Zaluar.

e a falta de parâmetros mais precisos dificulta a sistematização de informações a seu respeito, inclusive no que se refere à mensuração das infrações cometidas por jovens.

Estudos sobre bandos e quadrilhas têm sido realizados por alguns especialistas no Brasil. Alba Zaluar, no texto “Gangues, Galeras e Quadrilhas: Globalização, Juventude e Violência”,⁵ afirma acreditar que a emergência do crime organizado no Rio de Janeiro está ligada ao desmantelamento dos mecanismos tradicionais de socialização juvenil e das redes de sociabilidade local. Um processo agravado, ainda, pelo distanciamento nas relações entre pais e filhos. Para a autora, o movimento se espalhou a partir do Rio de Janeiro, onde os antigos grupos carnavalescos envolviam bairros, segmentos populacionais rivais, pessoas de várias gerações, famílias. Já hoje, o que predomina é a influência das redes sociais do tráfico, do funk (que não reúne gerações) e das igrejas pentecostais. Cenário que provocou a destruição de várias or-

O ingresso dos jovens no mundo do crime e sua ligação com bandos e quadrilhas são alimentados pela valorização extrema do consumo na ordem social atual

ganizações vicinais e a ruptura dos laços sociais no interior da família e na vizinhança, acentuando o isolamento e o individualismo.

Sobre esse processo, o estudo do NEV considera que o ingresso dos jovens no mundo do crime e sua ligação com bandos e quadrilhas são alimentados pela valorização extrema do consumo na ordem social atual. É um processo crescente de valorização do indivíduo, na condição de sujeito-consumidor, que, em termos simbólicos, tudo pode a partir da aquisição de bens. Cabe salientar que as agências de publicidade brasileiras, que se encontram entre as melhores do mundo, têm como seu público preferencial os jovens.

Segundo Alba Zaluar, as quadrilhas e comandos são compostos de poucos membros, geralmente jovens. Têm como principais características os valores militares e aristocráticos, o machismo e a busca de enriquecimento rápido por meio de atividades ilegais/empresariais. Por sua vez, o estudo *O Diagnóstico Rápido sobre o Tráfico de Drogas*, realizado pela equipe do Observatório de Favelas, em 2001, a pedido da Organização Internacional do Trabalho (OIT), demonstrou que também deve ser considerado o forte sentimento de identidade e de orgulho por pertencer ao grupo para entender o ingresso e a permanência desses jovens nessas organizações.

⁵ Zaluar, Alba. “Gangues, Galeras e Quadrilhas: Globalização, Juventude e Violência”. In Vianna, Hermano. *Galeras Cariocas: Territórios de Conflitos e Encontros Culturais*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

Guerra de galeras

Existem outras formas de inserção violenta de adolescentes e jovens que não apresentam relação com o tráfico de drogas. A principal delas é a chamada “galera”, que diz respeito a grupos que estabelecem identidade a partir de estilos musicais, particularmente o *funk*. A maioria desses grupos é composta de estudantes e trabalhadores reunidos para tentar escapar da marca de “otário”, alguém que se submete a um salário baixo. Os grupos dão enorme importância à vestimenta, ao baile e às brigas com galeras rivais. Assim, marcam diferenças territoriais entre as comunidades e bairros. As galeras têm lideranças, mas não de forma instituída; também não têm regras explícitas ou rituais iniciáticos e não pretendem o enriquecimento dos seus membros por meio de práticas ilícitas. Mas da mesma forma que nos grupos criminosos armados, a identidade e o orgulho de pertencer a um grupo é um importante fator para o ingresso.

O culto à virilidade e o desejo de afirmação da identidade masculina, especialmente em função do contato com armas e a possibilidade de acesso a mulheres – devido a visibilidade, prestígio e acesso a bens de consumo mais caros – também são variáveis importantes no processo de ingresso no tráfico de drogas. As constatações acima, de Zalar, também aparecem na pesquisa do Observatório de Favelas.

Também em Brasília, São Paulo ou mesmo Cuiabá, há uma frequência de conflitos adolescentes de diferentes grupos sociais em locais de entretenimento e nas ruas, por onde circulam em grupo. Eles praticam agressões físicas contra inimigos, homossexuais, outros adolescentes ou mesmo contra moradores de rua. Tudo indica que a motivação dessas gangues seria a auto-afirmação, o racismo e/ou outras formas de preconceito. Existem ainda inúmeros casos registrados pela imprensa como vingança. Em geral, os confrontos e mortes são motivados por alguma rixa passada com grupos rivais.

Crianças no tráfico de drogas

As principais pesquisas feitas sobre o fenômeno da participação de criança no tráfico de drogas foram realizadas no Rio de Janeiro, visto que nessa cidade pode ser percebida uma situação mais acentuada que em qualquer outra do país. Na 2ª Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro, por exemplo, 35,5% dos atos criminosos registrados em 2001 foram classificados como envolvimento com drogas. É o delito com maior percentual nesse local, assim como nos registros do Ministério da Justiça envolvendo maiores de 18 anos. Essa situação vai na contramão do quadro nacional, onde apenas 8,7% das crianças e adolescentes submetidos a medidas socioeducativas foram enquadrados nessa infração.

Dentre as pesquisas realizadas nessa cidade, destacam-se a do Observatório de Favelas, sob encomenda da OIT/IPEC; a da ONG Viva Rio; e a do Departamento de Ciências Sociais da Escola Nacional de Saúde Pública.⁶ Todos os trabalhos foram qualitativos, devido à extrema dificuldade para dimensionar o número total de crianças e jovens empregados no tráfico de drogas. Estima-se que seja em torno de 10 mil só no Rio de Janeiro, sendo que 50% a 60% deles trabalham armados, com funções de defesa dos pontos-de-venda de drogas. Além de uma forte concentração de adolescentes entre 15 e 17 anos

⁶ Cf. nota 8.

envolvidos em atos criminosos, os dados da 2ª Vara da Infância e da Juventude revelam que a idade média da criança empregada no tráfico está diminuindo.

Todas as pesquisas destacaram a mudança ocorrida, nos últimos anos, em relação à contratação de crianças pelo tráfico de drogas. Até a primeira metade da década de 1990, esse tipo de atitude não era uma estratégia disseminada. Pelo contrário. Muitos “chefes” *não* permitiam a entrada de crianças com menos de 18 anos por temer a desaprovação da comunidade e devido à inexperiência dos jovens para o trabalho e para o enfrentamento com a polícia ou com outras facções. A partir da segunda metade daquela década, porém, foram buscando pessoas cada vez mais novas. A necessidade de maior quantidade de empregados; a percepção da criança como um indivíduo singular, definido pela capacidade ou não de exercer o ofício; sua total disponibilidade para o grupo; a capacidade de receber ordens e cumpri-las sem questionamento e o custo menor da criança, em caso de prisão ou de extorsão da polícia, foram fatores que estimularam a contratação.

A criança, em seu ingresso, é dominada pela excitação e pela adrenalina no novo cotidiano. Ela saboreia de forma bem mais intensa do que seus pares mais velhos a troca de tiros com a polícia ou com membros de outra facção e/ou a demonstração de força contra outros moradores. Por isso, muitas delas perdem a vida no primeiro ano de entrada no tráfico. A afirmação de que “quem sobrevive dois anos no tráfico, não morre mais”, embora não reflita uma verdade cabal, demonstra a necessidade de um tempo para incorporação de regras básicas de sobrevivência que as crianças recém-ingressas, muitas vezes, não têm possibilidades de adquirir.

Videogame, relógio, celular, carro...

As pesquisas mostram características importantes do fenômeno da participação de crianças no tráfico de drogas. A capacidade de adquirir bens de consumo é um fator muito relevante para o ingresso do jovem nesse universo. Importância que só cresce com o passar do tempo, já que ele vai acumulando responsabilidades e acostumando-se com o acesso a padrões de consumo abundantes. O dinheiro também é um importante instrumento para garantir a liberdade, no caso de uma eventual prisão. A extorsão é uma prática comum entre policiais que lidam com o tráfico.

Chama a atenção o forte percentual de negros e pardos nesse universo. O índice, em torno de 90%, é quase o dobro de participação de ambos os grupos no total da população brasileira, que é de aproximadamente 45%. Isso provavelmente está relacionado à maior concentração dessas camadas nos espaços sociais populares e à marginalização da atividade, na qual acabam ingressando aqueles com menor oportunidade de ascensão no mercado de trabalho formal.

A origem familiar dos entrevistados com menos de 18 anos é a cidade do Rio de Janeiro, assim como a de seus pais. Uma maioria, no entanto, é neta de migrantes, em particular de nordestinos. Significa que estamos diante da terceira geração de migrantes, perfeitamente adaptada à cidade, mas marcada pelas dificuldades enfrentadas pelos pais e avós e pelas poucas oportunidades sociais. Dentre aqueles que declararam a renda, 80% têm pais que ganham até três salários mínimos, média de remuneração dos trabalhadores residentes em favela ou um pouco abaixo.

As categorias profissionais com maior *status* nas favelas – comerciantes e funcionários públicos, em particular – têm menos filhos envolvidos no tráfico do que aquelas que reúnem os ofícios com remuneração e qualificação inferiores. A atração do tráfico, portanto, atinge crianças de todos os segmentos sociais da favela, mas os mais pobres ingressam com mais frequência na atividade.

No que concerne à escolaridade, a maior parte dos pais possui o primeiro grau incompleto. Cabe ressaltar, todavia, que os indicadores escolares dos pais dos empregados no tráfico com mais de 18 anos são piores do que os dos pais das crianças. A inserção profissional do conjunto de pais, de qualquer forma, reflete ainda baixa escolaridade e salários reduzidos. Todos trabalhavam em atividades manuais de baixa qualificação, destacando-se o ofício de doméstica e o de operário da construção civil. A maior escolaridade dos pais não se refletiu, todavia, em uma maior escolaridade dos filhos. Os maiores de idade têm uma escolaridade maior do que os mais novos. Ou seja, as crianças estão saindo da escola mais cedo do que os seus pares com mais de 18 anos.

A inserção da criança no tráfico dificulta, das mais variadas formas, a sua permanência na escola. Mesmo quando gosta da instituição, como declararam entrevistados nas pesquisas destacadas, a rotina de trabalho e as atitudes exigidas na rede social do comércio de drogas impedem a permanência. Cabe salientar, porém, que a maioria das crianças empregadas no comércio ilícito não se interessava pelo campo educacional. Os principais pontos negativos, para elas, são o excesso de disciplina e, em menor medida, a postura da diretora da instituição. A dificuldade em aprender e a falta de significado do que é ensinado são outros pontos negativos assinalados, mas em menor quantidade.

O que fica evidente é o fato de a escola exigir um padrão de comportamento que está na contramão dos interesses da vida da criança naquele momento. O tráfico exige ação, movimento, disponibilidade, ficar ligado o tempo inteiro, enquanto a escola exige cumprimento de tarefas ordenadas e sistemáticas que utilizam habilidades cognitivas pouco exercitadas tradicionalmente. Assim, embora o ponto positivo da escola mais indicado seja o fato de nela se aprender coisas novas, as disposições exigidas pelo tráfico dificultam a realização dessa atividade de forma plena.

O trabalho dos professores foi apontado como o segundo ponto mais positivo da escola para as crianças. Por outro lado, o fato de não gostar dos professores foi o motivo mais alegado para justificar a sua saída. O fato revela, sem dúvida, a importância dos professores na dinâmica da escola, em particular para as crianças em situação de risco social.

Por que uns e não outros?

Sobre os fatores responsáveis pelo ingresso de crianças no tráfico de drogas, as respostas variam de acordo com o grau, maior ou menor, de valorização do papel do indivíduo ou da estrutura social nas práticas desse. Crianças e jovens empregados no tráfico, usuários de drogas e familiares dos que se empregam no negócio apontam a opção individual como o elemento fundamental do ingresso. Assim, a identidade com o grupo, a adrenalina e, principalmente, o desejo de consumir seriam os fatores fundamentais para o ingresso da criança no comércio de drogas.

Os profissionais e lideranças comunitárias, os jovens não-usuários e, principalmente, os técnicos judiciários tendem a valorizar fatores externos ao indivíduo, como a pobreza ou a estrutura familiar. Os policiais, por sua vez, valorizam a estrutura, mas tendem a destacar também as características individuais como um fator relevante.

O ingresso no tráfico, assim como o não-ingresso, só pode ser interpretado em uma perspectiva plurifatorial. As trajetórias dos agentes dos diversos grupos sociais são encaminhadas a partir das influências recíprocas de suas características subjetivas e das redes sociais nas quais se inscrevem. Nesse sentido, a inserção em determinadas redes sociais – seja ela a família, a vizinhança, a igreja ou a escola –, a forma singular como se relacionam com os diversos grupos e com as próprias experiências, além dos valores fundamentais que norteiam a vida é que podem permitir uma melhor compreensão dos fatores que levam, por exemplo, uma criança a ingressar

A maior parte das medidas protetivas propostas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente ainda não é cumprida, o que prejudica qualquer avaliação sobre a sua efetividade

no tráfico, enquanto seus irmãos são trabalhadores. As opiniões sobre as variáveis para o não-ingresso reforçam essa hipótese. A estrutura familiar, de qualquer forma, é vista como o elemento central para que a criança tenha condições de ter uma vida distante do caminho do tráfico.

Não é possível, no entanto, desconsiderar o medo de morrer como um forte fator de restrição do ingresso no tráfico. Essa variável é mais forte do que o medo da prisão. O fato deriva da estratégia de combate ao crime utilizada pela polícia carioca, sustentada basicamente no confronto armado, em detrimento do trabalho investigativo. Aliado à ação da polícia, o enfrentamento entre facções no Rio de Janeiro tem assumido um caráter cada vez mais bélico, com o uso de armamentos cada vez mais sofisticados. Assim, o número de assassinatos de crianças e jovens empregados no tráfico só tem aumentado na região metropolitana do Rio de Janeiro e tornou-se elemento comum no cotidiano dos moradores dos setores populares.

A condição legal do adolescente com menos de 18 anos apareceu como uma importante variável para a contratação de crianças no tráfico de drogas. Esse adolescente tem no comércio de drogas um dos poucos espaços nos quais tem condições de trabalho próximas às dos adultos. Os rendimentos recebidos são mais definidos pela função do que pela idade e, no caso, a possibilidade de ascensão não obedece, necessariamente, à cronologia. O uso da mão-de-obra infanto-juvenil é mais barato no caso da internação, pois como o tempo de privação de liberdade do ado-

lescente é menor, o valor cobrado em caso de extorsão também é menor. Da mesma forma, um menor tempo internado implica um menor tempo de auxílio para o trabalhador fora de atividade.

A definição de uma determinada idade como critério fundamental para a punibilidade criminal foi um avanço na luta pelo reconhecimento dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil. O seu limite, no entanto, é que ele oferece poucos instrumentos para cercear o aumento de atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes e, principalmente, a singularidade das práticas dessa categoria social. Como a lei sustenta-se na cronologia, há um forte limite para o reconhecimento do ato criminoso e para o reconhecimento do perfil do infrator.

O risco que se corre, na conjuntura atual, é que a falta de argumentos convincentes para justificar a diferença de tratamento judicial entre um adolescente de 17 anos, 11 meses e 29 dias e outro de 18 anos e 1 dia termine por favorecer a aprovação de leis que diminuam ou flexibilizem a idade passível de punibilidade criminal. A forma de diminuir a pressão pela antecipação da idade penal é apresentar dados que demonstrem a eficiência das políticas públicas voltadas para as crianças e os adolescentes infratores e/ou se maximize aquelas que vêm tendo maior êxito.

Caberia ressaltar também que um dos papéis fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente é proteger esses cidadãos em todos os sentidos. No entanto, a maior parte das medidas protetivas propostas ainda não é cumprida, o que prejudica qualquer avaliação sobre a sua efetividade e/ou as suas limitações.

Sonho de mudar de vida

A rede social do tráfico é um jogo intrincado, que se alimenta da própria particularização social que o constrói e ao qual está submetida. Quanto mais tempo na rede e maior *status* funcional, maior o temor de sofrer as conseqüências dessa inserção. Dessa forma, os empregados que estão na posição de gerente, por exemplo, acreditam que são demasiadamente conhecidos pelos inimigos naturais, a polícia e grupos rivais para se afastarem do tráfico. Afirmam que ninguém acreditaria na sua saída ou iriam querer se vingar de enfrentamentos passados. Diante disso, a maioria afirma que a saída da rede do tráfico só pode ocorrer caso consigam guardar um bom dinheiro e mudar para outra cidade ou estado. Como a dinâmica da vida no tráfico dificulta a acumulação, o afastamento da atividade permanece como um desejo quase nunca transformado em realidade. Isso ocorre apenas em função de algum evento exterior que o afaste da rede do tráfico algum tempo. A prisão é o caso mais comum.

No que diz respeito às alternativas para a saída da rede do tráfico de drogas, as crianças e os jovens empregados, assim como seus familiares, afirmam respostas individuais como alternativas fundamentais. Guardar um bom dinheiro, que permita a montagem de um bom negócio, de preferência em outro estado, é uma solução muito presente no imaginário dos empregados. Os familiares valorizam a conquista de um bom emprego, com remuneração próxima à alcançada no tráfico. O problema fundamental é que as práticas cotidianas de gestão dos rendimentos dificultam a acumulação, assim como acidentes de percurso comuns na rede do tráfico, em particular a prisão ou a extorsão. O fato gera um círculo vicioso difícil de ser rompido.

A conquista de um bom emprego, por sua vez, esbarra no fato de a maioria não possuir uma boa qualificação profissional ou grande escolaridade, além do próprio preconceito social derivado de sua inserção no tráfico. A crença romântica de que o encontro de uma garota honesta, que goste mais dele do que do padrão de consumo que o tráfico pode oferecer, é uma alternativa para a saída da rede do tráfico comum no imaginário dos adolescentes. A alternativa vai se diluindo com o tempo, pelo menos para os homens, mesmo quando encontram esse tipo de parceira. Isso porque o casamento traz uma série de exigências econômicas que dificulta a busca de outros caminhos profissionais.

O apoio do cônjuge, no entanto, não deve ser desprezado, tendo em vista sua importância no caso de uma prisão. Nesse caso, o peso da família aumenta e é possível a criação de alternativas, tendo em vista o afastamento do cotidiano do grupo e a precariedade das condições de vida no estabelecimento penal. Isso só ocorre, comumente, quando o preso tem uma estrutura familiar que o apoie e lhe apresente alternativas logísticas e profissionais. Na maioria das vezes, todavia, o ingresso na prisão aumenta a dependência e o pertencimento do empregado em relação à rede do tráfico.

Recomendações

De forma geral, ainda há muito poucos dados que possibilitem estudar a fundo o fenômeno da violência comunitária. A melhor fonte são os registros de atos infracionais feitos pelas Varas da Infância e da Juventude de todo o país, ainda assim de difícil acesso e sem padronização.⁷ Mesmo os estudos recentes sobre o ingresso de crianças e adolescentes no tráfico de drogas, por serem baseados em abordagens metodológicas qualitativas e centrados em um território específico, não permitem uma visão global do fenômeno.⁸ Por isso, seria ideal uma sistematização de dados sobre violência comunitária, de forma mais global, e uma melhor definição conceitual para, a partir daí, realizar a identificação e a análise das práticas dos grupos criminosos organizados, como gangues, facção, quadrilha e grupo de extermínio.

Ainda levando em conta o efetivo aumento da prática de violência entre os jovens, por um lado, e o aumento da violência letal, por outro, caberia um trabalho de

⁷ Cf. estudo sobre dados da Vara de Adolescentes do Rio de Janeiro e sobre dados do Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas do Rio de Janeiro. Sento-Sé, João Trajano. “Adolescentes em Conflito com a Lei. *Boletim Segurança e Cidadania*”, CESEC, 2002.

⁸ Os referidos estudos são, na realidade, pesquisas exploratórias, baseadas em estudos de caso e em um público bastante restrito, inclusive espacialmente, visto que todos foram realizados no Rio de Janeiro. Apesar disso, são contribuições fundamentais para a compreensão do fenômeno, na medida em que inexistiam trabalhos do tipo até então. São eles: Silva, Jailson de Souza & Urani, André. *Crianças no Tráfico: Um Diagnóstico Rápido*. Brasília/Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 2001; Dowdney, Luke. *Crianças do Tráfico: Um Estudo de Caso de Crianças em Violência Armada Organizada no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003; Neto, Otávio Cruz; Moreira, Marcelo Rasga e Sucena, Luiz Fernando Mazzei. *Nem Soldados nem Inocentes: Juventude e Tráfico de Drogas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001; Há ainda um quarto estudo, do Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social (Ibiss), que não foi publicado, intitulado *Mapeamento Exploração do Trabalho Infantil no Tráfico*, de 2002.

maior fôlego que buscasse identificar as relações entre os dois fenômenos, em especial o nível de causalidade entre eles e sua vinculação com outros possíveis fatores explicativos. A questão da violência da juventude e contra ela é disseminada pela mídia, geralmente de forma equivocada. No meio acadêmico, entretanto, ela ainda é trabalhada de forma pouco sistemática e/ou desarticulada. A promoção de seminários e workshops com especialistas no tema poderiam ajudar bastante.

Vale, portanto, recomendar algumas atitudes pontuais. Uma delas é a criação, em nível internacional, de um Índice de Mortalidade Juvenil. Ele agregaria os indicadores de mortalidade juvenil como parâmetro de desenvolvimento e certamente seria instrumento valioso para sensibilizar os órgãos estatais e a sociedade para o problema.

Importante, ainda, reconhecer o ciclo de vida da criança e do adolescente como base para a construção de uma política de intervenção e para a identificação do papel dos atores que participam do fenômeno. O ponto de partida seria identificar os mecanismos geradores do fenômeno e as vítimas potenciais em cada estágio da vida. Da mesma forma, as medidas de prevenção e de proteção precisam ser específicas para cada uma dessas fases.

A redução das situações de negligência e da punição corporal contra crianças pequenas é tão importante quanto atuar preventivamente na faixa dos 11 aos 14 anos. Ações como essa, podem, por exemplo, reduzir a mortalidade de adolescentes de 15 a 18 anos, já que as origens desse fenômeno também se encontram no processo de socialização adverso ao longo da história da criança. Isto é o que foi concluído em estudo do UNICEF (lançado em 2005) sobre a violência no ciclo de vida da criança, em que se discute uma metodologia de abordagem e intervenção no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes de 0 a 18 anos.

O ideal, portanto, é a identificação de metodologias e práticas coordenadas pelas instituições da sociedade civil e/ou do Estado, que possam ser replicadas em diversos tipos de situação e território, a partir da devida sistematização, análise e avaliação. Para isso, seria necessária uma maior articulação de vários núcleos e centros de pesquisa que tratam do fenômeno da violência, em suas diversas facetas. A articulação pode se materializar na criação de uma rede de estudos e monitoramento que tenha como objeto a violência contra a criança e o adolescente. A ela caberia coletar dados, propor interpretações, além de monitorar e avaliar as ações de combate às diversas formas de violência contra o público em pauta, tendo como recorte os ciclos de vida.

Também precisamos pensar na escola. Dentre todas as instituições que atuam com a criança e o adolescente, ela é a mais cotada para ser o centro de um sistema global de direitos, tendo em vista o potencial de suas unidades para funcionar como redes socioeducativas.

A escola precisa realizar, dentro de suas possibilidades objetivas, um diagnóstico sociocultural e econômico dos alunos e da comunidade na qual está inserida. Seu objetivo seria a identificação das características sociais e estratégias escolares básicas da família. A partir do mapeamento, caberia à instituição escolar criar instrumentos que permitam o alongamento gradativo da trajetória escolar dos alunos, com o devido acompanhamento. Para cumprir esse papel, a instituição precisa ampliar a in-

fluência da rede pedagógica sobre as práticas familiares, sem ignorá-las nem estigmatizá-las. A família é pensada como parte constitutiva do processo pedagógico e elemento fundamental para garantir o melhor desempenho do aluno.

A criação de estratégias voltadas para a prevenção da violência contra a criança e o adolescente seria, na perspectiva apontada, parte efetiva da prática dos profissionais de educação. Mas ela só poderá ocorrer caso sejam criados instrumentos de ligação com as instituições comunitárias locais, que funcionem como elementos de apoio às famílias e pressão sobre elas, por um lado, e sobre as estruturas administrativas superiores, por outro.

Uma iniciativa propícia ao estabelecimento de novas redes de solidariedade seria a criação ou ampliação progressiva da ação das associações de pais, para que tenham como objetivo incorporar os alunos à dinâmica escolar e à criação de laços de solidariedade entre suas famílias. Logo, a criação de programas de longo prazo voltados para a organização de grupos de pais e de prevenção da violência familiar seria uma forma de criar estruturas para a ampliação do papel socializador da escola, principalmente a pública.

Além da escola, outras forças institucionais devem se voltar para a ruptura efetiva da violência. A construção de um programa de ação integrado, voltado para a materialização de uma nova hegemonia nesse campo, exige, antes de tudo, a elaboração de novas formas de percepção do fenômeno das violências contra as crianças e, em especial, os adolescentes. Seu objetivo seria refletir sobre os resultados das es-

Exemplos de experiências de enfrentamento

Projeto Fica Vivo!: criado em 2002 por meio de parceria que envolve o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais, a Secretaria Estadual de Defesa Social, Polícia Militar e Civil, Ministério Público e comunidade, o Fica Vivo! tem o objetivo de reduzir os índices de homicídio entre jovens de 14 a 24 anos. A partir de estudo detectando as principais localidades em que os jovens são assassinados, um núcleo do projeto é instalado na comunidade, oferecendo mobilização comunitária, oficinas de esportes e cultura e atendimento em saúde. Atualmente, são 14 núcleos na região metropolitana de Belo Horizonte e 4 no interior de Minas Gerais. Os resultados mostram uma queda na violência entre jovens nas regiões em que o projeto atua. Entre o

início de 2005 e o início de 2006, houve redução de 50% no registro de homicídios entre jovens nas áreas de Belo Horizonte atendidas pelo projeto.

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, da Universidade Candido Mendes (CESeC): criado em abril de 2000, realiza pesquisas aplicadas, consultorias e atividades de treinamento nas áreas de segurança pública, justiça e sistema penitenciário. Seu principal compromisso é contribuir para a modernização e democratização do sistema brasileiro de justiça criminal.

Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP): fundado em 1987, o NEV/USP busca a análise e a solução dos proble-

estratégias centradas na repressão ostensiva da venda e uso de drogas, associado ao enfrentamento bélico dos grupos criminosos armados. Adotada há décadas, essa estratégia só fortaleceu a expansão de uma rede que vem destruindo a sociabilidade nas grandes cidades, aumentando a violência letal contra as crianças e os adolescentes, além de aprofundar a corrupção e desorganização de variados setores do Estado. É extremamente necessário, ainda, instituir modelos de gestão integrados de segurança pública, nos quais se reúnam atores ligados à prevenção primária e à garantia de direitos da criança e do adolescente em nível municipal. Tudo isso deve levar a uma estratégia de segurança pública cujo maior pressuposto seja a preservação da vida de todos os atores sociais, tanto os envolvidos diretamente em situações de conflito com a lei como aqueles que são atingidos pelas formas mais usuais de combate e de ação criminosa, como os moradores das periferias e favelas. Ou seja, as ações de prevenção e de inteligência deveriam ter prevalência sobre as ações de combate ostensivo e bélico.

Vale ainda pensar na articulação, junto com outras instituições afins, de um programa nacional emergencial voltado para a redução da violência letal contra as crianças e contra os adolescentes. Esse programa deve conceder uma atenção especial aos jovens de famílias que, por exemplo, têm ou já tiveram integrantes empregados em grupos criminosos armados. No plano legal, cabe aprovar medidas que agravem as penas dos adultos responsáveis pela atração ou contratação de crianças e adolescentes para o tráfico de drogas.

mas ligados à questão da violência no país. Entre os temas pesquisados estão a impunidade penal, as políticas de segurança pública, a participação da comunidade na solução da violência e a visão da população em relação aos direitos humanos.

Grupo de Estudo sobre Violência Urbana: criado em 1999, em Belo Horizonte, Minas Gerais, por iniciativa de profissionais da área da saúde pública, da promoção social e do campo das pesquisas científicas, suas atividades são desenvolvidas por meio de seminários. O objetivo principal do grupo é melhorar a compreensão do fenômeno da violência, propor formas de prevenção de novos casos e aprimorar as ações das políticas públicas de atenção aos envolvidos.

Crianças e Jovens em Violência Armada Organizada (COAV): o projeto tem como principais objetivos identificar a existência de crianças envolvidas em grupos armados em regiões que não estão em guerra, produzir e divulgar informações, conscientizar a comunidade internacional e compartilhar soluções sobre o problema.

Instituto Materno Infantil Professor Fernando Figueira (IMIP): a mortalidade de adolescentes do sexo masculino entre 15 e 19 anos cresceu 617% na cidade de Recife nos últimos 17 anos. Preocupado com esse tema, o Instituto criou um grupo de estudos da violência. Seus pesquisadores estudam o assunto sob a perspectiva de prevenção aos agravos.

A fucar do mento



Quando o Estado agride a criança

Torturas, grupos de extermínio, negligência nos abrigos, descaso do Poder Judiciário: essas práticas continuam sendo rotina e vitimizam jovens em todo o país

Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (ILANUD) – com colaboração da Justiça Global

A violência em nosso país assume diversas facetas, mas uma das mais preocupantes é a institucional, aquela cometida justamente pelos órgãos e agentes públicos que deveriam se esforçar para proteger e defender os cidadãos. É uma discussão importantíssima porque, apesar de contarmos com uma Constituição democrática, o Estado brasileiro continua a fazer uso de práticas autoritárias herdadas do período da ditadura militar, em nome da manutenção da lei e da ordem – portanto, do controle social. Tais práticas afetam principalmente os grupos vulneráveis da sociedade – entre outros, crianças e adolescentes, idosos, mulheres – aos quais o Estado deve uma atenção específica em razão de suas particularidades. Por não prover essa proteção especial, o Estado brasileiro acaba mantendo inalterado o *status quo* dessa população marginalizada e excluída. Soma-se a isso a não-internalização da prática democrática (também) pela população em geral, que quando tem seus direitos desrespeitados desconhece os mecanismos legais para os fazer valer. Se os conhece, não tem fácil acesso à Justiça ou não acredita nas instituições jurídicas como meio de resoluções de conflitos.

Desenho produzido por um interno da FEBEM, do Complexo Raposo Tavares (SP), para a revista *Conheça o Outro Lado da Febem*. A imagem retrata a instituição e uma fuga de adolescentes

Nos últimos anos, houve um grande avanço no campo legislativo, com a aprovação de leis como o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, a Lei de Tortura, em 1997, e a criação de instituições de controle dos órgãos estatais, como as ouvidorias e as corregedorias. Essas leis e órgãos, no entanto, têm uma eficácia limitada e, em alguns casos, inexistente. É necessário pensar em políticas públicas capazes de efetivamente reverter a situação caótica de violência institucional do Estado brasileiro para num primeiro momento contê-la, minimizando seus perversos efeitos, e posteriormente evitá-la, eliminando-a da prática cotidiana dos agentes estatais.

Embora a situação tenha alcançado níveis alarmantes de violação dos direitos humanos da população, a sociedade civil tem se mobilizado no sentido de fazer denúncias e dar publicidade aos episódios mais gritantes de violência institucional. Na direção oposta, há muitos que buscam a solução por meio do endurecimento da legislação ou pedindo maior repressão do aparelho estatal, aumentando ainda mais a vitimização desses grupos cujos direitos já são tão desrespeitados (*veja abaixo box sobre a redução da maioria penal*).

O equívoco da maioria penal

A idade de responsabilidade penal prevista na Constituição Federal é 18 anos, ou seja, quem cometer um crime ou contravenção penal antes disso não estará sujeito às regras do Código Penal, mas às do Estatuto da Criança e do Adolescente. A razão para tanto é clara e justa: até essa idade, o ser humano é uma pessoa em condição peculiar de desenvolvimento. Dessa forma, a sanção aplicada precisa ter conteúdo pedagógico, resultando na chamada medida socioeducativa.

Ainda assim, grande parcela da sociedade considera o Estatuto benevolente com os jovens infratores e pede a redução da maioria penal para 16 ou até 14 anos. Esse pedido baseia-se em um tríplice mito que transforma o adolescente em conflito com a lei na grande causa da insegurança pública, segundo esclarece o juiz da infância e da juventude João Batista Costa Saraiva, no texto *Desconstruindo o Mito da Impunidade: Um Ensaio de Direito (Penal) Juvenil*. São os mitos do hiperdimensionamento do problema, da periculosidade do adolescente e da impunidade.

O estudioso mostra que os dois primeiros são fruto de uma manipulação de informações, em

especial por parte da mídia. Passa-se a idéia de que há cada vez mais adolescentes envolvidos com a criminalidade e de que os atos praticados por eles são a cada dia mais violentos e cruéis. Essas informações são inverídicas. Não há dados para confirmar nem o crescimento da delinqüência juvenil nem o incremento da violência. Para desmentir o mito da periculosidade, basta saber que o ato infracional típico da adolescência em conflito com a lei é o furto e o roubo.

Já o mito da impunidade deriva da idéia de que, porque não estão submetidos ao sistema penal, os jovens infratores ficam impunes da prática de um crime. Saraiva nos alerta de que a responsabilidade desses jovens, diferentemente do que se afirma, não os deixa livres da ação da lei. No caso de serem considerados culpados, recebem medidas socioeducativas compatíveis com a sua condição de pessoa em desenvolvimento e ao fato delituoso em que se envolveu. Enquanto isso não ficar claro para a sociedade, continuará havendo o movimento pela redução da maioria penal e a alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para que seja possível pensar em ações efetivas a fim de que o Estado, finalmente, se adapte aos parâmetros democráticos é urgente diagnosticar quais os âmbitos de sua atuação que se mostram mais violadores dos direitos fundamentais dos cidadãos. De forma geral, a violência institucional contra a criança e o adolescente praticada pelo Estado está presente nos abrigos, nas unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei e no comportamento arbitrário de policiais militares e civis e de membros do Poder Judiciário.

Abrigos: negligência é a principal violência

Normalmente esquecida, a violência praticada no interior de abrigos precisa de maior atenção por ser certamente tão violadora dos direitos das crianças e dos adolescentes quanto as outras formas de violência e não menos brutal.

Em grande parte dos abrigos para órfãos e/ou crianças retiradas de suas famílias por ordem judicial, a negligência é a forma mais notória de violência, segundo três pesquisas localizadas pelo ILANUD: o Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC (Serviços de Ação Continuada) do Ministério de Assistência Social, o Reordenamento de Abrigos Infanto-Juvenis da Cidade de São Paulo e o Reordenamento de Abrigos no Município do Rio de Janeiro. Essa negligência consiste no descuido, desleixo por parte da instituição, má qualidade de suas instalações físicas, carência de pessoal e, entre outras características, ausência de processo educativo. Falamos, portanto, da ação ou omissão que deixa de atender às necessidades básicas da criança e do adolescente e os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A Constituição Federal e o Estatuto atribuem papel fundamental à família na promoção da proteção integral de crianças e adolescentes. Nesse sentido, o parágrafo único do artigo 101 do Estatuto prevê que a colocação em abrigo é medida provisória e excepcional, devendo ser utilizada somente como forma de transição para a família substituta. No artigo 92, a preferência pela manutenção dos vínculos biológicos é clara. Entre as responsabilidades das entidades de atendimento está a de oferecer programas de manutenção e fortalecimento dos vínculos afetivos entre os abrigados e suas respectivas famílias de origem. Caso não seja possível o retorno da criança ou do adolescente para o convívio com a família de origem, as entidades de abrigo têm, de maneira complementar, a responsabilidade de promover a colocação em família substituta em regime de guarda, tutela ou adoção.

Os levantamentos regionais e o nacional sobre abrigos apontam, no entanto, negligência por parte das entidades de atendimento no que diz respeito a essa responsabilidade legal. As conseqüências para as crianças e adolescentes são graves: perdem seus vínculos familiares, o referencial de autoridade e a capacidade afetiva. Acabam por criar um mundo artificial no qual são absolutamente dependentes de outros. Nos relatos de pessoas que levaram crianças e adolescentes que vivem em abrigos para passarem finais de semana em suas residências foram observados alguns pontos característicos, como pedir permissão para ir ao banheiro, não saber colocar pasta na escova de dente, não conseguir sentar no sofá para assistir à televisão (pois no abrigo nunca há lugar no sofá), não levantar à noite para ir ao banheiro sem ter alguém para chamá-los (o que

os leva a urinar na cama), ser incapazes de perceber que estão sujos até que alguém tenha a iniciativa de mandá-los para o banho, não manter um comportamento socialmente adequado.¹

A permanência na instituição por tempo indefinido faz com que o abrigo passe a ser o local de moradia da criança, em vez de uma habitação provisória e excepcional, como deveria. O caráter permanente e irreversível que os abrigos adquirem para uma parcela significativa de crianças e adolescentes o torna um poderoso instrumento de segregação social.

A negligência em números

As pesquisas realizadas no país nos últimos anos tiveram como objetivo verificar a situação dos abrigos, visando adequá-los às exigências do Estatuto da Criança e do Adoles-

A permanência na instituição por tempo indefinido faz com que o abrigo passe a ser o local de moradia da criança, em vez de uma habitação provisória e excepcional, como deveria

cente. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) encarregou-se de fazer o estudo na Rede SAC.² Foram visitadas 589 unidades, o que representa mais de 20 mil abrigados. Os dados coletados revelaram a situação preocupante do universo dos abrigados. Verificou-se que em 78,4% dos casos a criança e o adolescente permanecem o tempo todo dentro da instituição. Apenas 5,8% dos abrigos adotam a metodologia de preservar os vínculos e estimular a convivência com a família de origem, oferecendo a opção de as crianças e os adolescentes ficarem sob os cuidados da instituição durante os dias da semana e retornarem para casa nos finais de semana.

O levantamento mostrou que 86,7% dos abrigados possuem família, sendo que 58,2% mantêm o vínculo com elas e 22,7% não mantêm. Apenas 4,6% realmente não têm parentes e 5,8% possuem impedimento judicial para a manutenção do vínculo. O grande percentual de crianças e adolescentes que possui família e mantém o vínculo acaba, no entanto, privado da convivência familiar pela ausência de programas de convivência. Dos 589 abrigos pesquisados, apenas 39 – uma parcela ínfima de 6,6% – realizam ações nesse sentido.

¹ Almeida, Tatiana Lima de & Motta, Maria Antonieta Pisano. In: *Dialogando com Abrigos*. São Paulo: CECIF, 2004. p.21

² Os resultados do Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC foram divulgados pelo IPEA no Colóquio Internacional sobre Acolhimento Familiar em abril de 2004. A pesquisa pode ser solicitada no seguinte endereço eletrônico: www.ipea.gov.br.

O resultado do descaso é assustador: 55,2% dos abrigados estão institucionalizados há um período que varia de sete meses a cinco anos. Desse total, 32,9% vivem dessa forma entre dois e cinco anos.

O abrigado, em geral, também não recebe incentivo para conviver com pessoas da mesma comunidade, mas que estão do lado de fora dos muros e portões, porque a instituição não utiliza serviços públicos disponíveis, como creches e centros esportivos, e também não conta com voluntários do bairro. Só 34,1% dos abrigos utilizam serviços externos disponíveis e 18,3% possuem trabalhos voluntários. Com isso, a institucionalização tem seus efeitos potencializados, quase assemelhando-se a uma instituição de privação de liberdade, uma vez que a criança e/ou adolescente tem pouco ou nenhum contato com o mundo externo.

No quesito habitação, apenas 14,9% dos abrigos foram considerados adequados. Vale dizer ainda que somente 12,6% têm instalações físicas adaptadas para pessoas com deficiência. A superlotação dos abrigos da Rede SAC não foi apontada pela pesquisa, já que 57,6% deles atendem até 25 crianças e adolescentes, o que está em conformidade com os preceitos do ECA.

Os levantamentos realizados nas capitais de São Paulo e do Rio de Janeiro demonstraram mais concretamente a negligência das entidades de abrigo. Em 2004, a pesquisa *Reordenamento de Abrigos Infante-Juvenis da Cidade de São Paulo*³ indicou que 53% das crianças e adolescentes ficam nas instituições por mais de dois anos e um mês. A pesquisa revelou, de forma desalentadora, que 65% dos jovens não têm perspectiva de desabrigamento. Entendendo o caráter provisório do abrigamento como sendo por um período máximo de dois anos, conclui-se que os abrigos do município de São Paulo não vêm respeitando, no geral, essa determinação.

A questão da lotação nos abrigos paulistas é heterogênea. A Resolução 053 de 1999 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo estipula que os abrigos devem atender a grupos de no máximo 20 crianças e adolescentes. A pesquisa aponta que os Abrigos da SAS atuam na sua maioria dentro desse limite; os abrigos da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social possuem capacidade que oscila de 5 a 150 abrigados e 47% dos abrigos particulares têm população acima do adequado.

No Rio de Janeiro, a Associação Brasileira Terra dos Homens, em parceria com o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente do Município, desenvolveu o projeto Redefinindo as Ações no Sistema de Abrigos, no qual foi apurada a situação de 1.981 crianças e adolescentes. Os resultados, divulgados em 2003, mostraram que 77% deles possuem vínculos familiares, mas diante da grave falta de investimento na política de reintegração familiar, 42% encontram-se institucionalizados entre dois e cinco anos. Há uma fatia de 15% que vive nas instituições há mais de seis. Os dados mostram uma realidade em total desacordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. O abrigo perdeu, para essas crianças e adolescentes, seu caráter provisório e excepcional.

³ A pesquisa é fruto de uma parceria entre a Secretaria de Assistência Social do Município de São Paulo, a Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – AASP-TJ/SP, o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente da PUC-SP e a Fundação Orsa.

Outras graves violações, como o confinamento, o elevado número de crianças e adolescentes por abrigo, a segregação por gênero e a filosofia correccional, também foram apontadas pela pesquisa.

Recomendações

As pesquisas revelam que os abrigos brasileiros são cenários relevantes de violência contra a criança e o adolescente, principalmente na forma de desrespeito ao caráter provisório e excepcional da medida de abrigamento, o que vai de encontro aos preceitos do ECA, que estabelecem a necessidade de promoção de programas de manutenção e fortalecimento dos vínculos familiares. Quando o retorno à família de origem é impossível, os estudos demonstram um verdadeiro desleixo por parte da instituição no que diz respeito ao fomento de programas de colocação em família substituta.

A solução para o problema exige diversas ações. Uma delas refere-se à capacitação dos profissionais dos abrigos. Além disso, é preciso que o governo, em seus mais diferentes níveis,⁴ dê instrumentos para essas instituições traçarem um diagnóstico pormenorizado dos jovens que atende, para que possam definir estratégias que promovam a convivência familiar, ainda que em família substituta.

O panorama geral não pode ser mudado por investimentos pontuais e esporádicos. Para que seja possível realizar ações voltadas para a preservação da convivência, reintegração familiar ou até colocação em família substituta da população abrigada, é preciso ter um diagnóstico, pensar em estratégias de ação, desenvolvê-las e avaliá-las.

Direito a convivência

Mesmo sendo o convívio familiar e comunitário direito garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – a separação da família e o abrigamento são medidas excepcionais –, há situações em que é indispensável a colocação da criança em um abrigo, seja em razão do abandono total dos pais e familiares, seja em razão da verificação de maus-tratos, por exemplo. Nesses casos, é necessário que haja instituições preparadas para atender crianças e adolescentes que se encontrem nessas condições. A Casa Caio, de Ribeirão Preto, cumpre o papel de atender tais crianças. Sua ação é voltada ao abrigamento de crianças soropositivas e suas irmãs (infectadas ou não pelo HIV), órfãs ou cujas famílias não tenham condições de proporcionar-lhes um desenvolvimento saudável.

A ONG Centro de Orientação, Reintegração e Assistência Social montou o abrigo em 1994 com a meta de assegurar às crianças com HIV uma moradia digna, onde elas pudessem ser alimentadas adequadamente e fossem adotados os cuidados médicos necessários, e manter o grupo de irmãos unido, minimizando a ausência familiar. Ao longo de doze anos, 270 crianças passaram pelo abrigo. Intervenções na família das crianças abrigadas possibilitaram que 62 delas retornassem ao lar. Além disso, há a preocupação com o desenvolvimento psicossocial e pedagógico dos meninos e meninas que moram na casa. No final de 2006, cerca de 70% das crianças abrigadas frequentavam uma classe regular de educação infantil ou de ensino fundamental.

Desde a década de 1990, vem se tentando solucionar o problema por meio de um estímulo exacerbado aos programas de apadrinhamento, guarda familiar e adoção, que não atingem necessariamente a raiz do problema.

É preciso que os abrigos mobilizem-se para investir nas famílias de origem das crianças e dos adolescentes. Entre as formas de se fazer isso estão os programas de renda e de trabalho, incremento da rede de creches, escolas, centros de juventude e, ainda, atendimento psicossocial para núcleos familiares em situação de vulnerabilidade.

Esses programas exigiriam menos recursos que o montante utilizado para a manutenção desnecessária das crianças nos abrigos. A pesquisa *Reordenamento de Abrigos Infanto-Juvenis da Cidade de São Paulo* mostrou que o custo médio de um abrigo gira em torno de 1.500 reais mensais. Bastaria, para começar, usar de forma sistemática os serviços gratuitos disponíveis nas comunidades, como creches e centros esportivos, e esse gasto já cairia bastante.

Polícia: assassinatos em nome da lei

A violência policial é a mais notória dentre as praticadas por agentes do Estado. Todos sabem de sua existência, apesar de não ser possível quantificá-la claramente, já que os dados referentes à segurança pública no Brasil não são confiáveis. O que não dá para questionar é que as vítimas são geralmente jovens do sexo masculino, negros ou pardos, que vivem na periferia das grandes regiões metropolitanas, conforme se verá a seguir.

A publicação da UNESCO *Mapa da Violência IV: Os Jovens do Brasil*, elaborada pelo sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz (com base em dados do SIM/DATASUS, IBGE, recolhidos no período de 1993 a 2002), forneceu dados preocupantes em relação à faixa da população com idade entre 14 e 25 anos. Segundo ela, em 1993 a taxa de homicídios contra jovens era de 34,5 homicídios em 100 mil, já maior que a relativa à da população em geral (20,3 para 100 mil). Em 2002, essa taxa aumentou drasticamente para 54,7 em cada 100 mil. Embora o período mais crítico seja aos 20 anos, quando a taxa de homicídios é de 69,1 por 100 mil, as taxas dos 15 aos 18 anos são igualmente assustadoras (*veja quadro ao lado*).

Os negros do sexo masculino são os mais atingidos. De acordo com a publicação da UNESCO, a taxa de homicídios dos jovens negros é 74% superior à taxa dos jovens brancos.

⁴ A competência originária para o atendimento em abrigo é do município, nos termos do inciso I do artigo 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Taxa de Homicídios (em 100 mil) por Idades e Faixas Etárias. Brasil - 2002

Idade/Faixa	Taxa de homicídios
0 a 4 anos	1,1
5 a 9 anos	0,7
10 a 14 anos	3,3
15 a 19 anos	42,7
15 anos	19,2
16 anos	32,9
17 anos	44,6
18 anos	50,4
19 anos	65,8
20 a 24 anos	67,7
20 anos	69,1
21 anos	67,4
22 anos	66,9
23 anos	68,7
24 anos	66,1
25 a 29 anos	58,9
30 a 34 anos	44,1
35 a 39 anos	35,3
40 a 44 anos	29,7
45 a 49 anos	23,8
50 a 59 anos	18,6
60 a 69 anos	12,1
70 e mais anos	8,1

Fonte: SIM/DATASUS (2002: Dados Preliminares).

Nas capitais e regiões metropolitanas, o problema é ainda mais sério: o índice de vitimização juvenil por homicídios criado pela UNESCO, considerando-se como jovem a pessoa de 15 a 24 anos, chega a ser três vezes maior que o do restante da população. Os dados coletados entre 1980 e 2002 demonstram claramente que a taxa de homicídios entre os jovens no período estudado passou de 30 em 100 mil para 54,5. Já a dos não-jovens praticamente não se alterou: foi de 21,3 em 100 mil para 21,7. Isso evidencia, de forma clara, que os avanços da violência homicida no Brasil, das últimas décadas, tiveram como eixo exclusivo a vitimização juvenil.⁵ São os adolescentes que estão engrossando as estatísticas de homicídios (*veja quadro abaixo*).

Os responsáveis por esses homicídios são, na sua maioria, policiais militares, que estejam em serviço ou não. No texto *Crianças e Adolescentes*, o professor Paulo Sérgio Pinheiro afirma que, segundo o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional que examinou o extermínio de crianças e adolescentes, 52% dos assassinatos ocorridos entre 1988 e 1990, em que morreram 4.661 jovens com até 17 anos, foram cometidos por vigilantes ilegais ou policiais fazendo bico em agências de segurança. O relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre a Situação dos Direitos Humanos no Brasil, de 1997, constatou que os policiais acusados de crimes eram apoiados em diversas frentes. A começar pelas investigações policiais deficientes e pela maneira indulgente com que eles eram tratados pela Justiça Militar.

A Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo disponibilizou o perfil das vítimas de homicídio policial no ano de 2000, de acordo com a faixa etária. Novamente constata-se que a população jovem é a mais vitimizada, representando 66,35% das vítimas dos policiais. Mesmo se considerarmos apenas as vítimas com menos de 18 anos, elas representam quase um quinto do total (*veja quadro abaixo*).

Os dados analisados em conjunto indicam claramente que o agente do estado responsável pela manutenção da ordem e da segurança, no exercício de suas funções, é também autor da violência letal praticada contra jovens. Infelizmente, ao longo dos anos, pouco se fez para alterar essa realidade. O argumento mais usado nos inquéritos é o de que houve resistência à prisão ou resistência seguida de morte, para o crime ser entendido como cumprimento do dever legal ou mesmo ação em sua legítima defesa. A responsabilidade passa do agressor à vítima e o agente da violência geralmente sai impune.

Segundo o Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos no Brasil, feito pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos no ano de 1997, no estado de Pernambuco, por exemplo, ocorreram 460 homicídios de jovens de até 18 anos entre janeiro de 1986 e junho de 1991. Apenas 118 foram julgados. Nos primeiros dez meses de 1994, houve 114 assassinatos de

Taxas de Homicídios - Jovem e Não-Jovem. Brasil - 1980/2002		
	Não-Jovem	Jovem
1980	21,3	30,0
1990	18,1	38,8
2000	20,8	52,1
2002	21,7	54,5

Perfil das Vítimas de Homicídio Faixa Etária - Anual 2000*	
Não-Jovem	Jovem
Menos de 18 anos	18,27%
De 18 a 25 anos	48,08%
De 26 a 35 anos	20,67%
Acima de 35 anos	12,98%

* Faixa Etária: Dados referentes às 208 vítimas de homicídios as quais temos informações sobre suas idades.

⁵ Waiselfisz, Julio Jacobo, *Mapa da Violência IV: os Jovens do Brasil*. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004, p. 73.

crianças e adolescentes e, de acordo com dados da Secretaria de Segurança, foram abertos somente 16 inquéritos. Estudo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) analisou 306 homicídios de crianças e adolescentes ocorridos no Rio de Janeiro em 1991 e verificou-se que na maioria deles havia elementos suficientes para comprovar a autoria dos culpados. No entanto, muitos desses processos foram abandonados um ano após serem instaurados e outros simplesmente desapareceram.

A paquistanesa Asma Jahangir, relatora especial das Nações Unidas sobre Execuções Sumárias e Extrajudiciais, esteve em missão no Brasil e revelou que ao ler os textos dos processos os crimes ficam evidentes. Muitas vítimas levaram tiros nas costas, disparados à curta distância – circunstância que sugere claramente uma execução. Ao entrevistar internos de centros de detenção juvenil, ela soube que 75% deles já haviam testemunhado execuções de colegas feitas pela polícia.

Ou seja, a ação policial excede claramente os limites legais, manifestando-se como claro abuso de poder. A falta de interesse em puni-los faz com que esse excesso não tenha maiores conseqüências. Os inquéritos são mal instruídos, freqüentemente arquivados e, quando levados em frente, os policiais acabam absolvidos. A falta de acesso à Justiça e a leniência com que os crimes são julgados contribuem para o quadro de impunidade e a falta de perspectiva de mudança.

Alvos dos esquadrões da morte

No Relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos pode ser conferida uma pesquisa que mostra que, em 1991, 8 mil policiais do Rio de Janeiro (ou 27% do total do efetivo do estado) já haviam sido convidados a participar de grupos de extermínio. Em outro estudo realizado no Rio de Janeiro e em São Paulo, em 1996, 76% dos entrevistados declararam crer que há esquadrões da morte compostos de policiais. O relatório comenta ainda denúncias apresentadas à Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional de que havia nada menos que 30 grupos de extermínio em Pernambuco, além de outros no Espírito Santo e em Minas Gerais. Todos formados por policiais civis e militares.

Um caso exemplar e notório desse fenômeno é o inesquecível episódio da Igreja da Candelária, ocorrido em 1993 na cidade do Rio de Janeiro. De dentro de um carro, vários homens atiraram em crianças de rua que dormiam do lado de fora da igreja. Quatro delas morreram na hora e outras quatro mais tarde. Pouco depois, os mesmos homens atiraram contra três sobreviventes, matando-os também. Três dos quatro assassinos identificados e presos eram policiais. A testemunha, um lixeiro, foi assassinada pouco depois.

Alguns grupos de extermínio ganharam enorme notoriedade no país, como os que atuaram nas cidades de Ribeirão Preto e Guarulhos, tendo como alvos adolescentes entre 12 e 18 anos. Nessa primeira cidade, segundo reportagem da revista *Época*, de 6 de março de 2003, a investigação sobre um suposto grupo de justiceiros começou após o assassinato de cinco pessoas numa mesma noite, em agosto de 2002. Os mortos eram Vanderson Mendes Anastácio, o Dunga, de 18 anos, seus dois irmãos adolescentes, um outro rapaz e um carcereiro da Polícia Civil. Segundo as investigações conduzidas pelo Ministério Público, Dunga participou da morte de um soldado da PM em 2000, durante um assalto. Recebeu medida de internação e passou um ano na Fundação para o Bem-Estar do Menor (FEBEM).

Ao retornar, participou de diversos furtos e, após um deles, foi ameaçado por policiais em patrulha. Dias depois, sua casa foi invadida por dois homens encapuzados, que executaram sua irmã de 15 anos no banheiro e o namorado dela, de 17 anos, no quintal. Dunga, a mãe e quatro irmãos fugiram. Quando voltaram, a polícia acusou Dunga e um irmão de terem matado um policial. Os dois acabaram sendo conduzidos à delegacia para se submeterem a exame residuográfico. Na volta, foram assassinados a tiros.

Casos semelhantes levaram o Ministério Público a apurar o aumento de homicídios de adolescentes na cidade. De acordo com os dados levantados, entre 1995 e 1998, 88 adolescentes foram assassinados. Outros 19 jovens que já haviam passado pela unidade de internação da FEBEM da região também tiveram o mesmo fim. A apuração concluiu que houve participação direta da polícia na execução das cinco vítimas. Em dois casos não existiam suspeitas de envolvimento de policiais. A partir dessa investigação, o promotor Marcelo Pedroso Goulart moveu uma ação civil contra o estado, a prefeitura da cidade e a FEBEM-SP por causa do assassinato em série de adolescentes. Foram contabilizados 212 homicídios, de 1995 a 2002.

Em Guarulhos, cidade da região metropolitana de São Paulo, a própria Ouvidoria da Polícia do Estado anunciou, em março de 2003, que havia fortes indícios de que grupos de extermínio formados por policiais agiam na região. O órgão havia recebido 34 denúncias de execução em 2002, nas quais 51 jovens entre 14 e 24 anos haviam sido mortos. As vítimas eram moradores pobres da periferia, alguns deles autores de pequenos delitos. De acordo com reportagem da revista *Época*, de 11 de março de 2003, a ouvidoria relatou vários casos em que a vítima era abordada por policiais, colocada em carros da polícia e depois aparecia morta ou nunca mais era vista. Além disso, os calibres das armas usadas nas execuções eram os mesmos das armas dos policiais. Muitas das vítimas foram assassinadas pelas costas com tiros na nuca e alguns corpos foram encontrados amarrados.

Na reportagem, menciona-se um dos casos levantados pela ouvidoria: o desaparecimento do adolescente Rodrigo Isac dos Santos, de 17 anos, em novembro de 2001. Segundo o pai, Elias Isac dos Santos, o filho voltava de uma danceteria, no Parque Jurema, quando foi abordado por policiais. Amigos de Rodrigo disseram que ele foi levado em um carro da Polícia Militar e nunca mais apareceu.

A pior herança da ditadura

Não se pode falar da violência policial sem mencionar a reiterada e sistemática prática da tortura, seja durante as rondas, seja durante a condução dos adolescentes suspeitos à delegacia. Apesar de termos ratificado a Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e a Convenção sobre os Direitos da Criança, além de possuímos lei específica para definir esse crime, o cotidiano de trabalho dos policiais é permeado por essa prática, usada como castigo, instrumento disciplinar ou forma de obter confissões forçadas. De acordo com o estudo *A Tortura no Brasil*, que subsidiou o trabalho do relator especial da Organização das Nações Unidas para a Tortura, Sir Nigel Rodley, em sua missão no Brasil, essa forma de opressão é bastante empregada como instrumento de apuração de crimes. Mas não se sabe

com que frequência, pois inexistem dados confiáveis a respeito do tema. O relatório anual de 2003 do Centro de Justiça Global traz um texto de Sandra Carvalho, *Direitos Humanos no Brasil 2003*, no qual se conclui que a tortura tem um caráter eminentemente social no país. Ou seja, só os socialmente vulneráveis, portanto a população economicamente desfavorecida, sofreram com a prática de tortura nas delegacias. Evidentemente, o mesmo vale para a população carcerária, uma vez que o sistema penal é absolutamente seletivo, alcançando somente os vulneráveis. Esse estudo possibilitou, ainda, a percepção de que a existência da tortura em si é um fato preocupante, uma vez que fere todo um conjunto de direitos consolidados na dignidade da pessoa humana. Mas há um agravante: ela foi banalizada em nossa sociedade. O mesmo relatório faz questão de enfatizar que o problema da tortura no Brasil ultrapassa os limites reducionistas dos que enxergam no agente público – policiais, agentes carcerários, monitores – os autores desses crimes. Segundo o documento, não podemos desprezar o peso das omissões e opções políticas em relação à tortura levadas a cabo ao longo de anos pelos três poderes nos entes federativos do Brasil.

Após a apresentação do relatório de Sir Nigel Rodley, que assinala ser a tortura no país sistemática e generalizada, o governo brasileiro lançou uma campanha contra esse crime. Mas, segundo o mesmo estudo, essa ação limitou-se a criar e manter um disque-denúncia nacional. A verdade é que parece faltar vontade política para combater a tortura.

Direitos Humanos na Segurança

Há seis anos, a Guarda Municipal de São Paulo vem desenvolvendo uma iniciativa para construir novas formas de ação no campo da segurança. Criada em 1986, com a previsão do uso de armas por seus membros, a instituição tem como atribuições a vigilância do patrimônio público da cidade de São Paulo e a colaboração na área da segurança, atuando no policiamento de escolas e parques; na retirada de vendedores ambulantes das ruas; na ronda municipal e ações afins. Em 2000, um convênio com a Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP) e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos desenvolveu um seminário sobre direitos humanos para seus integrantes. Com a duração de um mês, o seminário formava multiplicadores, encarregados de difundir as proposições do curso para os outros integrantes da corporação.

A partir de 2002, foram criadas novas propostas

curriculares, voltadas para o respeito aos direitos humanos no Centro de Formação da Guarda. O trabalho de formação passou a ser coordenado por professores universitários e técnicos sociais. Iniciativas como “técnicas de mediação de conflito” e ações de proteção à criança são introduzidas no programa curricular de formação dos novos integrantes da entidade, assim como nos cursos de ascensão na carreira. O treinamento prioriza o uso defensivo das armas e a preservação da vida.

Merece destaque o projeto Observatório Escolar em Segurança, iniciativa que objetiva construir mecanismos para a contribuição da Guarda Municipal no processo educativo das unidades escolares. São realizados encontros entre os diversos sujeitos que atuam no espaço escolar; assim como se busca integrar as ações das secretarias de Educação e de Segurança Pública.

Recomendações⁶

A adoção de um modelo de polícia comunitária é uma experiência que já se mostrou eficiente dentro e fora do país, no combate à violência policial. Trabalha-se sobre outros paradigmas, o da proximidade com a população e o respeito aos direitos humanos. É recomendável, ainda, a criação de um único órgão de informação e inteligência, sob controle do Executivo e com regimento interno único, para combater o crime organizado, prevenir e inibir a prática de delitos por agentes do Estado e subsidiar o planejamento estratégico da ação policial. Nesse contexto, é essencial a adoção de mecanismos ágeis que garantam rapidez no julgamento de processos administrativos, processos disciplinares sumários, Conselho de Disciplina ou de Justificação, de policiais que cometeram delitos. O acusado deve manter-se afastado das funções durante o curso do procedimento. Seria conveniente buscar alternativas, como o paga-

A adoção de um modelo de polícia comunitária é uma experiência que já se mostrou eficiente dentro e fora do país no combate à violência policial

mento de horas extras, para evitar os “bicos” dos policiais e priorizar o combate aos homicídios dolosos com policiamento investigativo e preventivo e repressão sistemática aos grupos de extermínio.

No que se refere à prática da tortura, há uma série de recomendações. A primeira delas é abrir um registro de custódia para toda pessoa que sofra restrição de liberdade, informando a hora e as razões da prisão, a identidade dos policiais envolvidos e outras informações relevantes. Quanto às declarações e confissões, elas só devem ter valor como prova para fins judiciais se ocorrerem na presença de um juiz e das partes, salvo como prova contra a pessoa acusada de ter obtido a confissão por meios ilícitos.

Diante de denúncias de tortura ou maus-tratos durante o processo, cabe à promotoria comprovar se a confissão foi obtida por meios lícitos. As queixas de maus-tratos e tortura devem ser processadas e investigadas com celeridade e diligência, não pela própria polícia, mas por um órgão independente, que tenha recursos próprios, um mínimo de pessoal, autoridade para controlar e dirigir a investigação, e acesso irrestrito às de-

⁶ As recomendações referentes à violência policial foram subtraídas dos relatórios anuais do Centro de Justiça Global, 2002 e 2003. Já as recomendações quanto à prática de tortura foram baseadas nas de Sir Nigel Rodley, relator especial da ONU para Tortura, constantes de seu relatório de visita ao Brasil (também no *Relatório Anual do Centro de Justiça Global*, 2002).

legacias. Para terminar, recomenda-se que haja um médico qualificado à disposição para examinar quem entra e sai em um lugar de detenção.

Centros de detenção juvenil: verdadeiras masmorras

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê as condições mínimas necessárias para executar a medida socioeducativa privativa de liberdade de um adolescente que comete um ato infracional. A internação obrigatoriamente deve diferenciar-se da pena de prisão aplicada aos adultos, priorizando-se o processo educativo. Entretanto, com raras exceções, isso não acontece no Brasil. Os prédios das unidades reproduzem a arquitetura dos presídios, e a prática de agressões físicas e psicológicas aos adolescentes é corriqueira. Há salas de isolamento, falta de higiene e não se vê sinal de um projeto pedagógico bem estruturado.

Um levantamento realizado pelo IPEA em 2003⁷ mostrou que o Brasil contava naquela época com 9.555 adolescentes em centros de detenção juvenil. Esses adolescentes, durante o período de internação, vivem em unidades com sérios problemas: falta de espaço para atividades esportivas e de convivência, péssimo estado de manutenção e higiene, poucos banheiros, infiltrações e escassez de água; algumas não permitem sequer a entrada de luz natural. Há relatos de adolescentes que dormiam no chão molhado, outros sem colchão. O estudo diz que muitas unidades ficavam em prédios adaptados – alguns eram antigas prisões.

Em todo o país surge esse quadro desolador. Na região Norte, os dados podem ser conferidos no relatório *Confinamento Cruel: Abusos contra Crianças Detidas no Norte do Brasil*, elaborado por Michael Bochenek, para a organização internacional não-governamental Human Rights Watch. Foram visitados quatro estados da região – Amapá, Amazonas, Pará e Rondônia – e um da região Nordeste – o Maranhão. O relatório conclui que um dos principais responsáveis pela violência física contra adolescentes internados é a Polícia Militar. A sua atuação, que se concentra na repressão a distúrbios e nas vistorias de rotina, é frequentemente violenta. O documento traz o relato de episódio ocorrido durante uma rebelião num dos centros de internação do Pará. Os policiais atiraram balas de borracha e soltaram gás lacrimogêneo em excesso, ferindo gravemente alguns internos. Mesmo contida a rebelião, os jovens foram obrigados a permanecer nus durante todo o dia, sentados em posição de coruja.

Outra prática abusiva identificada em todas as unidades visitadas diz respeito às condições em que o adolescente é mantido. Ao chegar à unidade, ele costuma ficar em uma cela por no mínimo cinco dias, sob alegação de estar em “período de observação”, “período de orientação”, “confinamento terapêutico” etc. O isolamento do adolescente também é utilizado como medida disciplinar. O espaço utilizado varia, podendo ser a própria cela ou outra destinada especificamente para esse fim, chamada, em algumas unidades, de “castigo”. Vale destacar que em geral os jovens ficam muito tempo trancafiados nas celas, já que não existem atividades fora delas, o que agride frontalmente as disposições contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, principalmente seus artigos 94, incisos X e XI; 123, parágrafo único; e 124, incisos XI e XII.

⁷ Silva, Enid Rocha Andrade e Gueresi, Simone. Texto para discussão n° 979. *Adolescentes em Conflito com a Lei: Situação do Atendimento Institucional no Brasil*. IPEA, Brasília, 2003.

Ainda em relação à região Norte, vale citar outro importante documento, o *Relatório da IV Caravana Nacional de Direitos Humanos*, produzido em 2001 pela Câmara dos Deputados, que abordou o atendimento da internação de jovens em diversos estados brasileiros, entre eles o Pará, onde foram visitadas quatro unidades. Em duas, que contavam com celas para isolamento, houve denúncias de agressão física e rotineiras humilhações e ameaças. Também foram relatadas a baixa qualidade e a quantidade de comida oferecida, a existência de doenças de pele e a falta de higiene e de acesso à água potável.

O mesmo relatório traz dados referentes à região Nordeste, onde foram visitadas unidades de internação em Sergipe e em Alagoas. Na primeira unidade sergipana, destinada a adolescentes do sexo feminino, não havia denúncias de maus-tratos ou tortura. Inexistia superpopulação ou infra-estrutura semelhante ao sistema prisional. Na segunda, para jovens do sexo masculino, surgiram graves denúncias de maus-tratos e tortura, além da existência de espaços destinados ao isolamento. As celas eram sujas, escuras e fétidas, a comida precária e muitos internos estavam doentes. Uma das punições utilizadas consistia em algemar o adolescente de pé numa grade externa do pátio por até 24 horas.

O pesadelo nas unidades paulistas

Em 2003, o estado de São Paulo abrigava 46,3% do total de internos do país – ou seja, 4.429 adolescentes. Com uma superlotação crônica e os mesmos vícios dos centros de detenção juvenil do país, como o uso de celas de isolamento e da tortura, esse estado da federação merece uma atenção redobrada. A realidade das unidades paulistas pode ser constatada por meio dos relatos de jovens atendidos pelo Centro de Defesa Técnico-Jurídica de Adolescentes em Conflito com a Lei (projeto desenvolvido pelo ILANUD, em convênio com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos), dos advogados dos internos e das notícias veiculadas em jornais e revistas de grande circulação no estado.

Segundo esses depoimentos, os abusos já começam na Unidade de Atendimento Inicial (UAI), conhecida pela superlotação e prática de maus-tratos – criada para comportar 62 adolescentes, chegou a abrigar mais de 700. O problema do excesso de internos

O controle social da FEBEM

Motivada pela indignação de mães e familiares de internos da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor de São Paulo (FEBEM-SP), a Associação de Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco (AMAR) foi criada em 1998 e tem como objetivo principal a ampliação e a garantia da participação dos familiares e da comunidade no processo socioeducativo e na ressocialização de internos e egressos das unidades da FEBEM. O grupo atua principalmente na fiscalização e denúncias de violação dos direitos. A fiscalização acontece tanto por meio

de visitas aos centros de internação quanto por meio de oficinas de apoio e orientação aos pais e familiares dos internos sobre seus direitos, para que eles percebam o desrespeito. A partir daí, é feita a denúncia. Além disso, a AMAR realiza um trabalho de prevenção à criminalidade na zona leste de São Paulo, com oficinas esportivas e reforço educacional. São atendidos cerca de 130 meninos e meninas por dia. A experiência da AMAR já foi replicada em três estados: Rio de Janeiro, Piauí, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal.

melhorou em 2003, quando a antiga UAI foi desativada por determinação judicial e os jovens transferidos para outro local. Mas as denúncias de maus-tratos e agressões persistem: os adolescentes são obrigados a ver televisão numa mesma posição ao longo do dia, a conversa é proibida. Caso desrespeitem as normas internas, estarão sujeitos a agressões físicas por parte dos monitores.

Nas unidades de internação, são corriqueiras as denúncias de maus-tratos e torturas, especialmente nas unidades do Complexo da Vila Maria, de segurança máxima, onde se encontram muitos adolescentes, na sua maioria reincidentes graves. A infra-estrutura prisional persiste, com o agravante de seguir o modelo arquitetônico dos Centros de Detenção Provisória (CDP) destinados a adultos. Ao contrário do previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, essas unidades são verdadeiras cadeias para adolescentes. Os adolescentes freqüentemente são vítimas de agressões abusivas de funcionários

Ao contrário do previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, as unidades de internação são verdadeiras cadeias para adolescentes

que integram o grupo chamado “choquinho”, cuja função é reprimir tumultos no momento anterior à atuação da Polícia Militar. Em 2004, morreram mais de 15 adolescentes que cumpriam a medida socioeducativa de internação na capital.

A história da FEBEM paulista, aliás, é repleta de relatos de agressões e maus-tratos aos internos. Entre as características emblemáticas, ressaltamos o já mencionado “choquinho”, os *ninjas* – indivíduos mascarados que promoviam sessões de espancamento durante a noite –, o Complexo de Franco da Rocha e de Imigrantes, famosos por terem sido palco de inúmeros confrontos entre policiais, monitores e adolescentes, e a superlotação da Unidade de Atendimento Inicial.

No dia 12 de janeiro de 2005, o então presidente da FEBEM e secretário da Justiça do Estado de São Paulo, Alexandre de Moraes, juntamente com o Ministério Público, fizeram uma visita-surpresa à unidade 41 do Complexo Vila Maria da FEBEM-SP, depois de terem sido feitas denúncias de tortura e de maus-tratos. Foram constatadas lesões nas costas e na cabeça dos adolescentes e encontrados diversos artefatos supostamente utilizados nas sessões de espancamento da noite anterior. Por essa razão, acabou sendo decretada a prisão provisória de aproximadamente 26 funcionários da entidade, acusados de torturar e maltratar os internos. Os jovens, ouvidos informalmente pelo Ministério Público e autoridades policiais, confirmaram as agressões. Dez dias depois, 202 internos fugiram pela porta da frente do complexo, sendo que 84 eram testemunhas do

episódio. Há suspeitas de facilitação de fuga por parte dos funcionários com o objetivo de prejudicar o andamento do inquérito policial contra seus comparsas.

A história se repete

Os relatos são semelhantes em outros estados. Em 2004, o Human Rights Watch elaborou outro relatório a respeito dos centros de detenção juvenil no Brasil chamado *Verdadeiras Masmorras*.⁸ Dessa vez, o assunto foi o Rio de Janeiro. De acordo com o documento, os monitores das unidades de internação são os principais responsáveis pela violência física contra os adolescentes privados de liberdade. Em todas as unidades visitadas, foram relatados casos de espancamento, fato reforçado pelos relatos dos parentes dos jovens e pelos hematomas, cortes e contusões que correspondiam às descrições de agressão física. Os monitores também ofendem verbalmente os adolescen-

Em geral, os jovens ficam muito tempo trancafiados nas celas, já que não existem atividades fora delas, o que agride frontalmente as disposições contidas no Estatuto

tes. Segundo relato dos internos, era habitual o emprego de expressões como bandido, marginal, vagabundo e ladrão. O isolamento do adolescente, a permanência durante longo tempo em posições desconfortáveis e a suspensão das visitas constituíam práticas disciplinares recorrentes nas unidades visitadas. Em relação às condições de detenção, um dos mais graves problemas era a superlotação. A falta de atividade, a baixa quantidade e qualidade da alimentação e a falta de higiene e saúde básica constituem também sérias violações. De modo ilustrativo, o relatório cita o uso da mesma roupa por até três semanas, a ausência de banheiros disponíveis durante a noite, o que obrigava os adolescentes a usarem jarros ou sacos plásticos, a epidemia de sarna, a baixa frequência de banhos e a dificuldade de acesso à água potável.

Na região Sul a situação pode ser verificada com base nos dados do *Relatório Azul 2003: Garantias e Violações dos Direitos Humanos*, elaborado pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Segundo ele, a superlotação é a principal violação aos direitos dos adolescentes internados no Rio Grande do Sul. No ano de 2003, a Comissão recebeu uma importante denúncia de violência física contra os internos da Comunidade Socioeducativa. Eles teriam sido espancados por monitores e submetidos a constrangimentos abusivos, como permane-

⁸ Bochenek, Michael; Delgado, Fernando; Hanmer, Stephen e Romanach, Helena. Relatório da Human Rights Watch. *Verdadeiras Masmorras: Detenção Juvenil no Estado do Rio de Janeiro*. volume 16, nº 7 (B). 2004.

rem ajoelhados e algemados no corredor da unidade. Segundo o relatório da IV Caravana Nacional de Direitos Humanos, que visitou cinco unidades de internação, em quatro delas havia denúncias de agressão física, tortura e maus-tratos. Nessas unidades também foi identificada a existência de celas de isolamento e, em três delas, uma população superior à capacidade da unidade.

Recomendações

Como visto, práticas que violam direitos fundamentais dos jovens internados são recorrentes nas unidades de detenção de adolescentes no Brasil. Há inúmeros relatos e denúncias feitas por entidades de direitos humanos e familiares acerca dessa situação, mas nada repercute em ações que combatam o problema.

A superlotação e a falta de espaço das unidades são pontos críticos que dão margem a abusos. Para que não se ultrapasse o número máximo de adolescentes nas unidades, deve haver um controle rígido por parte dos diretores e uma fiscalização constante do Ministério Público. Da mesma forma, para garantir um atendimento de qualidade, recomenda-se que haja um técnico para no máximo oito adolescentes.

É importante que os jovens sejam rigorosamente separados de acordo com a faixa etária, compleição física e gravidade da infração cometida, conforme estabelece o artigo 123 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Outra medida que deve ser adotada é a separação entre agentes de segurança, que cuidam apenas da parte da contenção; agentes educacionais e corpo técnico, que são profissionais com formação específica (psicólogos, assistentes sociais, entre outros); encarregados do atendimento diário dos jovens, que desenvolvem atividades pedagógicas e profissionalizantes. Essa divisão é fundamental para que não se crie uma cultura de violência dentro das instituições.

Medidas disciplinares que impliquem o confinamento do jovem em ambiente fechado ou qualquer outro castigo que possa colocar em risco sua saúde física ou mental precisam ser terminantemente proibidas. Também seria interessante criar uma espécie de ouvidoria ou sistema de apresentação de queixas independente da polícia e da direção da unidade. As denúncias seriam apuradas e os agressores

Estímulo ao bom hábito

O Centro de Internação Provisória Carlos Santos, da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE), de Porto Alegre, montou, em 2001, uma biblioteca para que os jovens lá custodiados pudessem desfrutar de novas realidades e contextos.

O espaço que abriga o projeto recebeu o nome de "Biblioteca Dona Margarida" em homenagem à monitora Margarida Teresa, que deu origem ao projeto. A biblioteca atende diariamente, de segunda a

sexta, durante todo o dia, uma média de 40 adolescentes entre 13 e 18 anos. A participação dos jovens é espontânea, incluindo alfabetizados e não-alfabetizados. Merece destaque a realização de oficinas com escritores e desenhistas. Além de ouvi-los falar, os internos são estimulados a soltar a imaginação em letras e figuras. Uma tarde por semana, a biblioteca é reservada para a visita de filhos e sobrinhos dos internos.

res responsabilizados penalmente. É importante, ainda, chamar a atenção para o aspecto legal da questão. É urgente a criação de uma lei de execuções de medidas socioeducativas, não só para uniformizar as práticas em todo o país como para reduzir as discricionariedades.

O Poder Judiciário tem um papel fundamental, na medida em que pode se esforçar para aplicar prioritariamente as medidas socioeducativas em meio aberto, evitando-se ao máximo as medidas privativas de liberdade. Estas, além de retirar o jovem do convívio familiar e comunitário, têm uma capacidade limitada de transformação da realidade. As medidas em meio aberto, se bem executadas, com um projeto pedagógico sólido e eficaz, estrutura física adequada, pessoal qualificado e em número suficiente para atender à demanda, são capazes de eliminar as circunstâncias de risco pessoal e social às quais o jovem está submetido. Dessa forma, reduzem-se as chances de reincidência e, com isso, as de superlotação, que alimenta o ciclo de violência.

Poder Judiciário: a lei não vale para o adolescente

A Constituição de 1988 contemplou o respeito à dignidade humana como um dos fundamentos do Estado e colocou as crianças e adolescentes como sujeitos de direito, garantindo-lhes proteção especial. Como qualquer outro cidadão, os jovens têm garantida pela lei a liberdade de ir e vir. A restrição a isso só pode se dar por decisão judicial, desde que tenha havido um procedimento capaz de garantir respeito aos direitos fundamentais do acusado. Trata-se do devido processo legal (*due process of law*). É uma forma de coibir ações violentas do sistema judiciário, que jamais pode atuar de forma injusta. Os instrumentos desenvolvidos para esse controle são as garantias processuais, como a necessidade de que qualquer decisão do juiz esteja baseada na lei, a ampla defesa do réu e outras exigências dispersas pelo ordenamento jurídico nacional e internacional.

Entretanto, o que se verifica também em relação à atuação do Judiciário é que a prática ainda está muito distante da teoria. A Justiça da Infância e da Juventude da cidade de São Paulo é um bom exemplo disso, devido ao volume enorme de processos que julga. Apesar dessa magnitude, ou talvez por causa dela, a atuação do Poder Judiciário, em São Paulo, nos processos que envolvem jovens suspeitos de cometer infrações, choca pelo desrespeito às garantias processuais. A violação aos direitos aparece em todas as fases do procedimento.

Sem levar em conta a apreensão policial, quase sempre violenta, a primeira violação ocorre na chegada do adolescente preso em flagrante à delegacia. É obrigatório permitir o contato imediato com a família, mas uma pesquisa do ILANUD, realizada com 2.100 adolescentes apreendidos entre junho de 2000 e abril de 2001, demonstra que apenas 50,6% tiveram a família contatada.⁹ Só nesses casos houve a possibilidade de o adolescente contar com a presença de um advogado, eventualmente chamado pela família.

A lei também determina expressamente que o jovem seja liberado quando aparecer o familiar contatado, depois de a autoridade policial verificar a gravidade do ato

⁹ Sposato, Karyna Batista, *O Direito Penal Juvenil no Estatuto da Criança e do Adolescente*, dissertação de mestrado apresentada à FADUSP, 2003, p. 138.

infracional, sua repercussão social e a necessidade de o adolescente permanecer internado para garantia de sua segurança pessoal ou manutenção da ordem pública. Ainda assim, o número de apreensões supera em larga escala o de liberações. Conforme dados do ILANUD, entre junho de 2002 e abril de 2003, 87% dos adolescentes foram internados na UAI da Febem.¹⁰

O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que, caso o adolescente não seja liberado para sua família, em 24 horas deverá ser ouvido informalmente pelo promotor de Justiça. Não há previsão legal sobre a presença de advogado nesse importante momento processual, mas mesmo quando ele está presente costuma-se negar autorização para que fale com seu cliente. A defesa do adolescente já é prejudicada logo de início, a não ser que ele fique totalmente calado – direito garantido por lei, mas raramente anunciado. Muitas vezes o acusado é aconselhado pelos técnicos da UAI a confessar até o que não fez, transmitindo-se a idéia de que assim o julgamento será abreviado e sua sentença abrandada. Com isso, não há possibilidade de defesa técnica antes da representação ou do pedido de internação provisória.

Provisório para sempre

Ponto sensível quanto às violações das garantias processuais é o instituto da internação provisória, que permite que o jovem seja colocado em um centro de detenção juvenil antes da sentença, pelo prazo máximo de 45 dias. A legislação limita a decretação da internação antes da sentença, exigindo que a medida só seja decretada excepcionalmente.

Entretanto, a internação provisória é requerida pelos promotores na maioria dos casos, alegando-se simplesmente periculosidade e desajuste social. O juiz, por sua vez, quase sempre acolhe o pedido e decreta a internação provisória sem fundamentá-la, como é exigido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Constituição Federal. A defesa só pode questionar a internação provisória depois que o juiz já tiver tomado sua decisão.

Caso o promotor de Justiça entenda haver indícios suficientes de autoria e do ato infracional, ele oferece a representação ao juiz, para que o Estado processe o adolescente. A representação, portanto, é o início do processo. O juiz a recebe e designa a audiência de apresentação. Quando o adolescente confessa a prática do ato infracional (o que acontece com muita frequência) e a defesa não tem testemunhas a apresentar, o juiz encerra a instrução (que de fato não ocorreu) e julga procedente a representação, sem designação de audiência de instrução e julgamento.¹¹ Muitas vezes o próprio juiz admite não haver outras provas além da confissão e condena o adolescente só com base em seu depoimento.

¹⁰ Relatório Final do Projeto Centro de Defesa Técnico-Jurídica de Adolescentes em Conflito com a Lei do ILANUD, 2003.

¹¹ A título de exemplo, vale observar a sentença proferida nos autos nº 015.04.8679-02: “A representação será julgada procedente. Com efeito, em audiência de apresentação os adolescentes admitiram a prática infracional e suas confissões têm respaldo nas provas indiciárias constantes dos autos, de forma que a matéria relativa ao fato se encerrou, restando apenas matéria de direito”.

Na última audiência geralmente o juiz profere a sentença, julgando improcedente a representação ou aplicando uma das medidas socioeducativas previstas no artigo 112: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação, podendo ainda aplicar a remissão. A medida mais violenta é a internação, por isso o Estatuto da Criança e do Adolescente impõe que ela seja aplicada somente em último caso e desde que o ato infracional envolva violência ou grave ameaça à pessoa ou mediante práticas reiteradas de infrações graves pelo jovem.

Apesar da clareza da lei, há adolescentes primários acusados da prática de ato infracional equiparado a tráfico de drogas que são internados. Tais sentenças são confirmadas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Um grave problema da segunda instância refere-se à demora do julgamento. Não é incomum o recurso ser julgado quando o adolescente já não pode se beneficiar com eventual reforma da decisão. Nos dois anos de atuação do Centro de Defesa do ILANUD, jamais um *habeas corpus* que impugnava decisão de internação provisória teve seu mérito julgado antes de terminar o prazo da medida socioeducativa. Também grande parte das apelações é julgada após o cumprimento da medida imposta em primeira instância, embora a Constituição preveja o princípio da presunção da inocência.

Mais violência na execução da sentença

Quando o adolescente infrator deixa de cumprir a medida socioeducativa que lhe foi imposta, de forma injustificável e reiterada, fica sujeito à internação. Evidentemente ele pode defender-se da acusação de descumprimento, isso é o que exige o princípio do contraditório que faz parte do devido processo legal. Na Justiça da Infância e da Juventude de São Paulo, isso, em geral, não é respeitado. Duas atitudes são recorrentes. A primeira delas é a mais afrontosa à garantia do contraditório: o juiz simplesmente decreta a internação-sanção sem oferecer possibilidade de justificação. A segunda, embora revestida de caráter mais garantista, decreta a internação em caráter provisório alegando que ela tem por objetivo único que o adolescente seja encontrado e ouvido em audiência para se defender.

O respeito ao devido processo legal em todo o Brasil varia bastante em razão do estado, cidade e mesmo com relação a cada magistrado em particular, suas convicções políticas e jurídicas. O caso da cidade de São Paulo é certamente paradigmático, por responder por grande parte de todos os adolescentes internados em todo o Brasil e por apresentar dezenas de violações ao devido processo legal, sendo difícil imaginar uma justiça que a supere em número de violações.

A violência psicológica na Justiça

O simples fato de um adolescente ver-se processado, com a possibilidade de receber uma medida privativa de liberdade, já é uma grande violência. As fases processuais seguem-se rapidamente. Após a já conhecida abordagem violenta realizada pelos policiais, segue-se a oitiva permeada pela violência verbal e psicológica com o promotor de Justiça, sem prévio contato com o defensor ou a família. Parte-se do princípio de que o jovem é culpado até que se prove o contrário. Antes e durante

a oitiva informal, o acusado divide-se entre confessar o ato (mesmo sendo inocente), em troca de uma suposta benevolência da Justiça, e apresentar sua versão dos fatos. Isso sem saber quais serão as conseqüências de cada opção e, na maioria das vezes, sem consultar um advogado.

Representado, o jovem é ouvido pelo juiz, na presença dos pais, igualmente desinformados. Muitos nem conseguem achar a sala correta. Os magistrados, por sua vez, costumam xingar os réus e culpar os pais pelo ato do filho. Há ainda o desrespeito ao devido processo legal e a violência nas unidades de internação. Forma-se, assim, um quadro desolador. Incrivelmente, a Justiça da Infância e da Juventude, em que pese toda a legislação nacional e internacional, é mais violenta que a Justiça Penal. Isso leva à conclusão paradoxal de que adultos acusados da prática de um crime têm mais garantias do que os adolescentes em conflito com a lei.

Incrivelmente, a Justiça da Infância e da Juventude, em que pese toda a legislação nacional e internacional, é mais violenta que a Justiça Penal

Recomendações

A violência judicial contra adolescentes em conflito com a lei decorre, dentre outras coisas, da visão de que a medida socioeducativa é boa para os jovens e, por isso, não há necessidade de garantias processuais. A afirmação seria cômica se as conseqüências não fossem trágicas. Reconhecer o caráter punitivo das medidas, sobretudo as de internação e semiliberdade, é o primeiro passo para o maior respeito às garantias processuais básicas. No plano legislativo, podem-se sugerir mudanças no texto do Estatuto da Criança e do Adolescente de modo a explicitar todas as garantias do devido processo legal previstas na Constituição Federal.

Quanto ao Poder Judiciário, é necessário que os magistrados considerem o adolescente em conflito com a lei um sujeito de direito e respeitem sua dignidade como pessoa humana. Esse respeito traria reflexos extraprocessuais, incluindo o tratamento digno aos parentes que tomam parte no processo e acompanham as audiências no fórum. No mais, um efetivo controle externo ou, se interno, eficaz e não corporativo, seria bem-vindo.

Desafios para o futuro

A violência é um fenômeno que ocorre nas mais diferentes formas nas instituições de controle social do Estado brasileiro, sendo praticada por muitos de seus funcionários

e agentes. Crianças e adolescentes abrigados são negligenciados. Faltam políticas públicas específicas para essa população e consistência nos programas de atendimento. Eles falham no momento de incentivar a manutenção dos vínculos familiares para um possível retorno à família de origem ou, ainda, quando da colocação em família substituída. Assim, para muitas crianças e adolescentes, o abrigo passa a ser um instrumento de segregação social, por seu caráter permanente e irreversível.

Outra faceta da violência institucional é o tratamento vergonhoso que os policiais dão aos jovens. Herança do período totalitário, os abusos de poder são cotidianos e a impunidade permanece por razões evidentemente corporativas. Não bastasse isso, os policiais (tanto civis quanto militares) ainda integram grupos de extermínio de adolescentes nas mais diferentes regiões do país e praticam tortura para obter as provas que desejam, durante as investigações.

A violência também está nos centros de detenção juvenil do país todo. Os dados indicam problemas graves na execução da medida socioeducativa de internação, que vão desde a ausência de um projeto efetivamente pedagógico e um péssimo estado de conservação das unidades, que não têm as mínimas condições de habitação e higiene, à prática de maus-tratos e de agressões físicas e psíquicas por funcionários. Vale lembrar ainda o isolamento em “solitária” como forma de punição por indisciplinas não regulamentadas previamente. Assim, exceto raras experiências bem-sucedidas no país, a medida socioeducativa de internação diferencia-se muito pouco da pena privativa de liberdade aplicada aos adultos.

Por fim, há a violência judicial cometida durante os processos de apuração de atos infracionais e de execução de medidas socioeducativas. O desrespeito às garantias do devido processo legal, somado à violência psicológica exercida contra o adolescente em conflito com a lei durante o processo, especialmente por juízes e promotores, leva à conclusão de que ainda não incorporamos as necessárias mudanças de paradigma trazidas com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Contrariamente às normas nacionais e internacionais, o jovem acusado da prática de um ato infracional não é visto pelo Poder Judiciário brasileiro como um sujeito de direitos e detentor, como qualquer outra pessoa, de dignidade.

Por medidas mais educativas

O Juizado da Infância e da Juventude de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, abrange mais de 60 municípios circunvizinhos à cidade. Lá não havia nenhum programa de medidas socioeducativas em meio aberto até o ano de 1994. Por meio da figura do juiz João Batista Costa Saraiva, iniciou-se na região a mobilização para a implementação de um programa de liberdade assistida e outro de prestação de serviços à comunidade. No início, o serviço foi executado por voluntários,

que tinham por função acompanhar o adolescente em todas as atividades, autorizados pelo Judiciário local. Posteriormente, o Juizado, juntamente com a comunidade local, criou a organização não-governamental Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDEDICA), atual responsável pela execução das medidas em meio aberto. A iniciativa resultou em uma redução drástica do número de adolescentes inseridos em medidas em meio fechado.

A violência institucional contra a população jovem nos deixa distantes da idéia de um Estado democrático, já que crianças e adolescentes ainda não são vistos como cidadãos sujeitos de direitos. Reconhecer que nos últimos 15 anos avançamos muito ao ratificar convenções e tratados internacionais de direitos humanos, inclusive tendo internalizado formalmente a doutrina de proteção integral à criança e ao adolescente da ONU, não é suficiente para assegurar a dignidade humana, em especial a integridade física e psicológica, dos nossos adolescentes.

Existe ainda um enorme abismo entre a lei e a prática. Por isso, as recomendações colocadas merecem ser consideradas, demonstrando que existe vontade política dos governantes brasileiros, bem como o empenho da sociedade civil para proteger integralmente a infância e a juventude brasileira.



Crianças e jovens: as principais vítimas

Trabalho na agricultura e em cultivo ilícito, exploração sexual e violência doméstica afetam de forma dramática crianças e adolescentes das áreas rurais

Por Jorge Atílio Iulianelli, coordenador do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos da KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

A violência sofrida pelas crianças e adolescentes nas áreas rurais do Brasil é a mesma que nas áreas urbanas. Não temos uma violência social e criminal rural e outra urbana, mas, sim, expressões rurais e urbanas da violência.

De forma geral, a questão da violência contra crianças e adolescentes no campo é subdimensionada. Não há estudos que façam uma análise serial do desenvolvimento da situação social das crianças e adolescentes nas áreas rurais em relação às questões do trabalho infanto-juvenil; das questões de violência de gênero (incluindo o tema da exploração sexual); nem do envolvimento de crianças e adolescentes em trabalhos perigosos (quer seja em cultivos lícitos, como sisal, cana ou uva – pela intensidade do uso de agrotóxico –, quer seja em cultivos ilícitos ou outras atividades ilícitas em zonas rurais).

A produção de dados sobre infância e adolescência no Brasil se concentra principalmente sobre as áreas urbanas. Efetivamente, o maior contingente de crianças e adolescentes vive nessas áreas. Porém, quer devido ao crescente papel econômi-

O desenho, segundo a autora, Miller, de 10 anos, quer dizer não à palmada, uma das violências de que as crianças rurais são vítimas. A ilustração é proveniente do Concurso de Desenho Infantil do LACRI

co do agronegócio, quer pela insustentável situação agrária e fundiária do país, há a necessidade de um olhar dirigido à população infanto-juvenil das áreas rurais.

No ano 2000, a população entre 0 e 19 anos nas zonas rurais era de 14.689.869 (Censo IBGE 2000) num total nacional de 68.205.937. Metade dela, 7.271.536 indivíduos, concentrava-se na região Nordeste (para a qual o total de habitantes entre 0 e 19 anos era de 21.314.433). Nessa região, 3.750.540 eram meninos e rapazes e 3.520.996 meninas e moças entre 0 e 19 anos. Segundo o UNICEF, 27,5% das crianças que vivem em absoluta pobreza estão nas zonas rurais.

Essas crianças e jovens estão submetidos a trabalho na agricultura familiar; exploração sexual, violência doméstica e trabalho em cultivo ilícito. Como efeito dessas atividades ocorrem também homicídios nessa faixa etária. E em vários casos os autores de homicídios são também jovens adolescentes.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra, em 2004, ocorreu o maior número de conflitos no campo dos últimos 20 anos (1.801), envolvendo 3% da população rural. Os homicídios de camponeses em conflitos sociais agrários aumentaram 46% em relação ao ano de 2003. Entre 1990 e 1996, foram assassinadas dez crianças e adolescentes no campo.

Os jovens sindicalistas, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em 2003, desenharam o seguinte cenário da juventude rural: desemprego muito alto, doenças epidêmicas (Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids), analfabetismo crônico, proliferação das drogas, crescente mortalidade da juventude e ampliação da violência contra a mulher.

As crianças sem-terra, os sem-terrinha, do Rio Grande do Sul, também apresentaram em 2004 várias reivindicações na área da educação no campo, como infra-estrutura adequada nas escolas, educadores habilitados e conhecedores da realidade rural, criação e ampliação de bibliotecas e condições para que a escola itinerante dos acampamentos possa ter funcionamento regular de qualidade. As crianças e adolescentes são sujeitos de direito. Sendo assim, a violência contra elas são violações de direitos. E é assim que precisam ser entendidas.

Violações de direitos

Uma situação estrutural geradora do ciclo de violência que precisa ser notada é a da deficiência no atendimento aos direitos básicos (saúde, educação e moradia) de crianças e jovens nas zonas rurais. A defasagem educacional e o analfabetismo nas áreas rurais, por exemplo, são muito preocupantes (*Tabelas 1 e 2*).

Há um déficit social no atendimento à educação nas zonas rurais muito mais acentuado que nos centros urbanos. No caso dos assentamentos do Movimento Sem Terra (MST), 31,5% dos assentamentos não têm escolas próximas. Um dos principais problemas é o da falta de transporte para deslocar mais de 160 mil crianças e adolescentes de 150 mil assentamentos e acampamentos.

Além disso, as condições de atendimento à saúde e à moradia nas zonas rurais afetam principalmente mulheres, crianças e adolescentes. Em geral, a segurança nutricional e a situação de saúde referente ao cuidado com o abastecimento de água potável e o saneamento são mais precários nas zonas rurais que nas urbanas, com efeitos incidentais para a saúde materno-infantil e para a mortalidade infantil. Ainda hoje a mortalidade infantil tem maior incidência nas zonas rurais do que nas urbanas. A precarieda-

Tabela 1		
Taxa de Distorção Idade-Série	Área Rural	Área Urbana
1ª a 4ª série	41,4%	19,2%
5ª a 8ª série	56%	34,8%
Ensino médio	59,1%	46%

Fonte: MEC/INEP Censo escolar 2005.

Tabela 2		
	Área Rural	Área Urbana
Crianças que não freqüentam a escola	10,6%	4%
Adolescentes que não freqüentam a escola	22,8%	14,6%
Crianças analfabetas	24,6%	8,8%
Adolescentes analfabetos	10,1%	2,7%

Fonte: Relatório da Situação da Infância e Adolescência Brasileira 2001.

de nas condições habitacionais e no acesso ao sistema de saúde traz efeitos nocivos para a qualidade de vida de crianças e adolescentes.

Violência invisível

Segundo a Fundação Perseu Abramo, a cada 15 segundos uma mulher é espancada (2,1 milhões de mulheres espancadas por ano) no Brasil. Essa é uma situação que aflige também as famílias rurais. (Cf. *Relatório Nacional Brasileiro sobre a Situação da Mulher*, 2002). Há, no entanto, um registro pequeno dessa modalidade de violência nas zonas rurais em decorrência do machismo e do patriarcalismo comuns a essas regiões. Além disso, praticamente inexistem Delegacias de Mulheres nas áreas rurais. Os maus-tratos contra as crianças nas zonas rurais também não têm sido registrados com incidência significativa pelos Conselhos Tutelares e pelos Conselhos Municipais das Crianças e Adolescentes.

Em Petrolina, no estado de Pernambuco, há registro de exploração sexual de crianças e adolescentes associado ao plantio de *Cannabis sativa*. Nos bregas e ximbas (prostíbulos) nos interiores do Sudeste e do Nordeste, há adolescentes entre 12 e 17 anos. A exploração sexual infanto-juvenil nas zonas rurais está associada às vias de trânsito de mercadorias. Os entroncamentos se constituem áreas de prostituição para atendimento a caminhoneiros.

Trabalho infantil

O Brasil já reduziu o número de 7 milhões de crianças que trabalhavam em atividades agrícolas em 1994 para 2.985.000 em 2002 (Cf. PNAD, IBGE). Segundo o IBGE, a população ocupada de 5 a 14 anos de idade estava mais concentrada em pequenos empreendimentos familiares, especialmente no setor agrícola, desenvolvendo trabalhos sem contrapartida de remuneração. Em 2002, a atividade agrícola detinha 59,7% das crianças ocupadas de 5 a 14 anos de idade.

No grupo etário de 5 a 9 anos, o percentual foi de 75,6% e no de 10 a 14 anos ficou em 57,3%. A pesquisa mostra que de 1992 a 2002, na faixa dos 5 aos 14 anos de

idade, a participação de meninos no trabalho caiu de 16,2% para 8,7% e de 8% para 4,3%, entre as meninas.

Acidentes e condições insalubres são comuns nas indústrias açucareiras (trabalho da safra) em Pernambuco; frutíferas, em São Paulo; em produção de carvão, em Minas Gerais, no Mato Grosso do Sul e no Pará; em plantações de sisal, na Bahia e na Paraíba; em plantações de algodão, no Paraná; em reflorestamento, em Minas Gerais, na Bahia e no Espírito Santo, onde crianças e adolescentes são usados em muitos casos para aplicar produtos químicos tóxicos.

Essa situação se agrava em diversas regiões. Por exemplo, na Bahia, na região do Mulungu, 89% de crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos trabalham em serviços rurais. As regiões Nordeste e Sul são as que mais ocupam crianças e adolescentes em atividades agrícolas (58,5% e 53,3% respectivamente).

Uma situação estrutural geradora do ciclo de violência que precisa ser notada é a da deficiência no atendimento aos direitos básicos de crianças e jovens nas zonas rurais

A Bahia lidera o ranking nacional no número de pessoas entre 5 e 17 anos que trabalham na zona rural (são 342 mil), segundo dados da Pesquisa Suplementar sobre o trabalho infantil incluídos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 (IBGE em parceria com a OIT).

Entre os estados brasileiros que mais empregam mão-de-obra infanto-juvenil, a Bahia está na segunda posição depois de São Paulo, acumulando 11% do total de trabalhadores mirins do Brasil (3,7 milhões). Ou seja, a cada 100 crianças e adolescentes baianos, 16 ainda estão no batente e têm como destino a provável exclusão social. Mesmo assustador, o número não contrasta com as médias do Nordeste (16,6%) e nacional (12,7%).

A predominância de trabalhadores infanto-juvenis na Bahia é de agricultores e domésticos. Do universo baiano de 617 mil crianças e adolescentes trabalhadores, 60% estão no meio rural (342.352) e 61 mil (11%) realizam atividades nos lares, principalmente nas zonas urbanas. O pior é que, desse mesmo total, 100 mil crianças estão fora da escola, 363 mil não recebem remuneração e são consideradas escravas, de acordo com a OIT. Estas podem ser encontradas nas variadas atividades produtivas e em todas as regiões da Bahia.

Crianças e adolescentes trabalham, em geral, em fazendas distantes dos grandes centros e em algumas usinas ou empresas afastadas. Eles executam trabalhos extremamente pesados, como cortar cana-de-açúcar ou bambu. As jornadas são em geral de 10 a 12 horas diárias e o salário é baixo. Normalmente, eles pagam caro pelas mercadorias de que pre-

cisam para seu sustento e contraem dívidas com seus patrões, que aumentam a cada dia e que obviamente não podem ser quitadas com sua baixa renda. Os fazendeiros, por sua vez, não lhes permitem abandonar o local de trabalho a menos que saldem previamente suas dívidas e há, inclusive, quem contrate pistoleiros para impedir que isso aconteça.

Os pistoleiros usam da força para cumprir o que lhes é ordenado, não sendo raros os assassinatos. Tudo isso faz com que a situação das crianças e adolescentes se transforme numa relação de escravidão e de semi-escravidão, pois, devido ao círculo vicioso de baixos salários e dívidas crescentes, eles ficam, na prática, hipotecados à fazenda pela vida toda. Além disso, é comum eles manejarem instrumentos e máquinas perigosas, sem nenhum tipo de proteção, sendo freqüentes acidentes graves de trabalho que, em geral, não são denunciados às autoridades por medo de represália da parte dos patrões.

Não há dados substantivos sobre a participação de crianças e adolescentes em cultivo de substâncias qualificadas como ilícitas no Brasil. Sabe-se que adolescentes indígenas plantam coca-epadu no Norte, na região amazônica. No Norte e no Nordeste, principalmente, há registros nos noticiários de envolvimento de crianças e adolescentes no plantio de *Cannabis sativa*. No caso do Submédio São Francisco, região chamada de Polígono da Maconha, o Ministério Público do Trabalho (5ª região) estimava, em 2003, o envolvimento de 10 mil crianças e jovens nesse cultivo.

As pesquisas desenvolvidas pela KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, uma organização que atua na região do Submédio São Francisco há dez anos,¹ oferecem um retrato da situação dos jovens envolvidos com plantio de drogas ilícitas. É no conjunto das relações da pequena agricultura familiar que se inscreve o plantio de *Cannabis*, ao menos no Submédio São Francisco. Na agricultura familiar, a participação de crianças e jovens na atividade produtiva é um elemento constante. No plantio de *Cannabis*, em geral, as crianças e jovens vão com os pais para o cultivo e a colheita. Na maioria dos casos, são meninos, maiores de 8 anos. Não há registros de meninas.²

Há, porém, um outro ingrediente que se associa a essa dimensão tradicional do trabalho. Trata-se da compulsão ao consumo. Os jovens, em geral, se integram à atividade de plantio para obter dinheiro para comprar tênis e roupa “de marca”, poder sair com mulheres e ter recursos para comprar uma moto. Essas ambições são, também, frutos da exposição aos meios de comunicação e uma situação semelhante à dos jovens nas áreas urbanas.

Segundo as informações colhidas com os próprios jovens, são amigos, parentes ou “conhecidos” que os arregimentam. Os jovens ingressam nesse tipo de atividade com

¹ Em 1999, a KOINONIA fez uma entrevista estruturada com mais de 1.500 jovens, participantes da 1ª Olimpíada da Juventude Rural do Submédio São Francisco; no mesmo ano fez entrevistas abertas com camponeses e autoridades públicas na região, ao todo mais de 30 informantes privilegiados; no ano de 2000 entrevistou, em grupos focais, jovens camponeses, e, por meio de entrevistas abertas, outras autoridades públicas, informantes privilegiados, ao todo, mais de 50 indivíduos. No ano de 2001, os jovens do Departamento de Jovens do Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco desenvolveram uma gincana, que atingiu mais de 3 mil pessoas, em sete municípios do Submédio São Francisco, com o tema “Luta pela Paz”. No mais, a KOINONIA mantém levantamento constante do material da grande imprensa, das pesquisas dos órgãos públicos e dos organismos multilaterais.

² Essas informações foram obtidas com o grupo focal em 2001.

os pais ou familiares, tios ou primos mais velhos, por exemplo. No caso da inexistência de coação, a atividade é maior no período da colheita e prensagem – em alguns casos ela é realizada na própria área de plantio. Isso não quer dizer que não existam jovens cumprindo a atividade de segurança, e, por conseguinte, armados. Porém, há uma clara distinção entre os jovens que estão na atividade de plantio e os que estão na área de segurança, sobretudo pelo uso de armas.

Os contratantes são “agentes invisíveis”. Os gerentes arregimentam localmente os trabalhadores, pagam-lhes, mas os provedores dos recursos são desconhecidos. Não foi observado até o momento, no entanto, castigo ou punição para aqueles que simplesmente deixam de participar daquela atividade laboral do plantio, colheita e prensagem de *Cannabis*. Entretanto, há também contratação, por meio de constrangimento e recurso da violência física, apenas não há registro que este seja o principal caso.

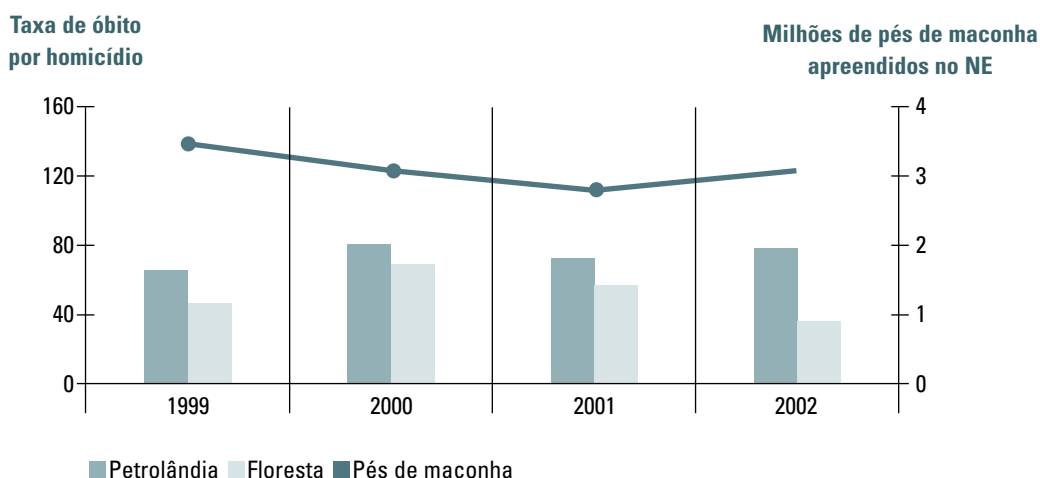
Homicídio de crianças e adolescentes nas zonas rurais

Em 2003, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, foram assassinados quatro adolescentes entre 15 e 19 anos e outros dois jovens entre 20 e 24 anos em conflitos sociais agrários. Três adolescentes sofreram tentativas de homicídio e quatro crianças e jovens foram ameaçados de morte, dentre os quais uma criança de 5 anos de idade.

Entre 1980 e 1995, foram mortas 1.384 pessoas entre 15 e 24 anos, no Submédio São Francisco, localizado entre os estados da Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. A maior parte dessas mortes esteve ligada, de alguma forma, aos processos de cultivo e repressão policial ao cultivo de maconha. Em cidades da região, como Petrolândia e Floresta, conforme cai a quantidade de pés de *Cannabis* erradicados pela Polícia Federal há também uma redução da taxa de morte por homicídio.

Pesquisadores do tema segurança pública estão cientes da relação entre repressão e aumento/diminuição de taxas de morte nos cenários urbanos, fruto, sobretudo, de con-

Relação entre Taxas de Óbitos por Homicídio e Operações da Polícia Federal



frontos entre os agentes e as populações. No caso das zonas rurais, esse é um dado novo. A queda da taxa de mortes por homicídio e a redução da repressão ao plantio – identificada pela queda da apreensão dos pés de maconha – não é coincidente com a queda ou o aumento de confrontos. As apreensões de pés de maconha não implicam confronto direto entre agentes policiais e populações.

Uma hipótese relevante, porém não comprovada, é que a diminuição da repressão permite a realização da atividade laboral e ocupa o aparato de segurança com a defesa da área de plantio de *Cannabis*. O aumento da repressão conduz ou induz à luta territorial para manutenção da quantidade de produto e a outras atividades criminosas para desfazer possíveis perdas econômicas dos agentes. De todo modo o fato é que há redução de mortes quando a operação do plantio sofre menos ação repressiva da polícia.

A tensão no campo é necessariamente uma ameaça à vida de crianças e adolescentes na medida em que eles são parte da família camponesa que luta pelo direito à terra e ao trabalho digno.

Principais agentes da violência contra crianças e adolescentes

O Estado é o principal agente em relação à violação dos direitos básicos das crianças e adolescentes camponeses. Observamos em relação às causas estruturais e aos efeitos da repressão ao plantio de cultivos qualificados como ilícitos que os agentes do Estado e suas instituições nas suas diferentes instâncias, atuam, por excesso de uso da força ou omissão administrativa, como promotores de violação de direitos.

Há uma diversidade de agentes criminosos que operam, com a participação e conivência de agentes dos aparelhos de repressão do Estado em atividades de violência sexual, laboral e homicídios contra as crianças e adolescentes das zonas rurais.

Em relação a atividades ilícitas, como exploração sexual de crianças e adolescentes e plantios qualificados como ilícitos, são diversos os agentes. No caso de exploração sexual de crianças e adolescentes no campo, os agentes são os pais e os (as) proprietários (as) de prostíbulos. Trata-se de um caso de trabalho infantil que deve ser, como todos os demais, proibido em nome da defesa e promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes; há que se fazer campanhas, sobretudo entre os caminhoneiros, concentrando esforços para erradicar essas práticas sexuais pedófilas.

No caso de participação no cultivo de *Cannabis*, os gerentes das áreas de plantio são em geral homens jovens (adolescentes entre 19 e 24 anos) ou adultos. Muitas vezes, como no caso da agricultura familiar, são os pais quem introduzem os filhos na atividade.

Famílias camponesas e empresas agrícolas da agroindústria de fruticultura, cana, sisal, uva e tabaco são responsáveis pela violência laboral – o emprego de crianças em atividades agrícolas é de responsabilidade dos pais e de empresários agrícolas. No caso da viticultura, costuma-se dizer que “as mãozinhas são menos agressivas para as uvas”. Nos sisaleiros e na cultura da cana, muitas crianças e adolescentes têm seus membros superiores deformados devido às atividades do corte e da operação das máquinas. Apesar de avanços importantes, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), ainda há muito a ser feito.

No caso da *Cannabis*, a disputa territorial entre famílias que passaram a operar o seu plantio na região do Submédio São Francisco é um risco à vida dos lavradores e

das crianças e adolescentes que atuam nessa atividade. Centenas de homicídios de crianças e adolescentes estão direta ou indiretamente relacionados ao seu plantio e à repressão contra ele naquela área. Muitos desses homicídios tiveram como seus autores jovens entre 15 e 34 anos. Os agentes de segurança das áreas de plantio são jovens que andam armados e se tornam ameaça constante para os habitantes da região. No caso dos homicídios em conflitos sociais agrários, os principais agentes são os latifundiários, empresários do agronegócio e os agentes da repressão do Estado.

Ações de superação da violência no campo

Nas três áreas indicadas: sexual, trabalho e homicídios, há poucas iniciativas de superação desse modelo de violência no campo no Brasil. Em relação aos homicídios decorrentes de conflitos sociais agrários (luta pela terra) ou de conflitos gerados pelo controle de cultivos qualificados como ilícitos não há também ações sistemáticas de superação da violência. O tema que tem recebido maior atenção de organismos governamentais e não-governamentais é o trabalho infantil, que tem obtido algum sucesso. Em relação à exploração sexual de crianças e adolescentes também há poucas iniciativas governamentais ou não-governamentais.

O Segundo Tempo, por exemplo, é um projeto governamental desenvolvido pelo Ministério do Esporte. Por meio de ações desportivas, visa favorecer uma maior ocupação do tempo social dos jovens, na região do Submédio São Francisco, no ambiente escolar. O desenvolvimento do projeto, entretanto, sofre a carência de profissionais da área de educação física. Além disso, não possui visibilidade social na região. Apesar disso, é uma iniciativa louvável de valorização do ambiente escolar e do tempo social de jovens camponeses.

Já a KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço, uma organização ecumênica de serviço, atua na região do Submédio São Francisco desde 1994, sendo que nos últimos nove anos com ênfase da formação da juventude rural. Sua ação se dá em assessoria e colaboração com o Departamento de Jovens do Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco. A ênfase da metodologia é a união de processos facilitadores da afirmação da identidade juvenil camponesa com ações lúdico-pedagógicas.

Atualmente as ações se dirigem aos jovens de 28 cidades da Bahia, Pernambuco e Alagoas,³ incluindo tanto cidades da área de atuação do Pólo Sindical quanto da Cooperativa de Pequenos Produtores de Bancos de Sementes (COPPABACS), de Alagoas. O foco das ações destina-se mais aos adolescentes camponeses, que são os mais visados para o plantio qualificado como ilícito. O principal objetivo é reforçar a identidade juvenil camponesa e favorecer o fortalecimento de processos de socialização solidários. Estimula-se a participação dos adolescentes em organizações juvenis existentes ou construídas por eles.

Os monitoramentos e avaliações internos da organização levam a crer na eficácia das ações socioeducativas em relação ao estímulo a jovens que nunca estiveram en-

³ Além de três cidades no estado do Rio de Janeiro e quatro em São Paulo, segundo dados de agosto de 2006.

volvidos com o plantio qualificado como ilícito. Alguns jovens ex-plantadores também não reingressam no plantio.

Há um conjunto de outras organizações que também atuam em relação a esse tema, como o Projeto Educar (Companheiros das Américas) e Catavento (na Paraíba), com ações preventivas voltadas para o sistema público de ensino, envolvendo diretamente educadoras e educadores.

Recomendações

A construção de um diagnóstico qualitativo das violações de direitos e de seus efeitos para a vida das famílias, crianças e adolescentes camponeses no Brasil é urgente para o enfrentamento da violência nas áreas rurais.

Educação em direitos humanos para os agentes do sistema de repressão do Estado (polícia e Judiciário) e efetivação da campanha do desarmamento nas regiões de maior intensidade de morte por homicídio também são medidas importantes a serem adotadas, assim como a melhoria no atendimento aos direitos básicos dessa população como um todo.

Em busca de alternativas

Uma série de atores sociais locais e regionais, entre os quais o Pólo Sindical do Submédio São Francisco e a Igreja Católica, sobretudo com as Pastorais de Juventude e Pastoral dos Reassentados,* uma ação das dioceses de Floresta e Afogados da Ingazeira (PE) e Paulo Afonso e Juazeiro (BA), tem desenvolvido atividades sociopedagógicas no intuito de construir projetos de desenvolvimento rural sustentável para a região.

Tanto o Pólo quanto as pastorais procuram promover três elementos de sociabilidade infanto-juvenil. Primeiramente, a afirmação da identidade rural de crianças e jovens. As atividades desenvolvidas por esses atores procuram desenvolver a auto-estima camponesa, por meio de ações lúdico-pedagógicas

e socioeducativas. Também buscam afirmar a possibilidade da participação juvenil na construção do desenvolvimento sustentável da região, sobretudo com um princípio metodológico conhecido por protagonismo juvenil. Esse princípio se afirma como a atuação juvenil no ato de planejar, realizar, avaliar e se apropriar dos resultados das atividades construídas. Por fim, procuram construir alternativas concretas de geração de emprego e renda para jovens agricultores daquela região do semi-árido brasileiro.

* Neste caso, a referência diz respeito às atividades socioeducativas, de caráter religioso, desenvolvidas pela Diocese de Floresta, sendo que a Pastoral dos Reassentados é interdiocesana e ocupa as dioceses de Juazeiro, Floresta e Petrolina.



Truculência e intolerância étnica

Originada há mais de 500 anos, a violência contra crianças indígenas é calcada em preconceitos, negação da diversidade e desrespeito aos direitos

Por Gersem Baniwa, mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB), assessor voluntário da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e do Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas do Brasil

A violência contra as crianças indígenas é marcada pela negação dos direitos a uma cidadania que reconheça e garanta o pleno exercício das suas tradições culturais. Nesse contexto, ela se dá da mesma forma que a violência sofrida pelos povos indígenas de todas as faixas etárias no Brasil. Entretanto, com um agravante: mais frágeis física e psicologicamente, carregam pelo resto da vida as seqüelas da violência, o que termina afetando o desenvolvimento de seus ideais, sonhos, aspirações e projetos de futuro individuais e coletivos.

As práticas violentas atingem meninos e meninas indígenas e se configuram de diversas formas. Por discriminação, preconceito, racismo ou ainda em situações de enfrentamento direto como conflito de terras, exemplificado com o caso das crianças macuxis da Terra Indígena Raposa Serra-do-Sol, em Roraima. Elas presenciaram a queima de suas casas e aldeias por jagunços de fazendeiros antiindígenas daquele estado contrários à homologação da terra. Outra forma de violência são os atropelamentos nas es-

Desenho de Renata Xavier, 11 anos, retratando a violência sofrida por sua comunidade, a dos índios truká. O trabalho faz parte do projeto Educação e Etnia, do Centro de Cultura Luiz Freire (PE)

tradas – também ligados à questão da terra, uma vez que se trata de comunidades inteiras que estão acampadas ao longo das estradas à espera de uma terra para morar. O acampamento das famílias indígenas nas estradas ou a migração para as periferias das cidades também deu visibilidade à violência sexual contra as crianças indígenas. Além disso, o agravamento dos conflitos fundiários e o esvaziamento de políticas sociais voltadas aos povos indígenas vêm gerando um outro tipo de violência, que tem crescido assustadoramente nos últimos anos: a morte de crianças por desnutrição.

Estudos e levantamentos sobre a forma e a frequência com que esses tipos de violência acontecem são escassos. O que há com certa abundância são dados relativos à morte de crianças por desnutrição, facilitados em parte pelo fato da questão ter sido manchete de jornais por todo o país e também pelo esforço do Ministério da Saúde, por meio da Fun-

Ao imputar nas crianças indígenas a sensação de serem constantemente discriminadas em espaços públicos, termina-se gerando um sentimento de inferioridade e de medo

dação Nacional de Saúde (FUNASA), em organizar e sistematizar esses dados para o planejamento de suas ações e para o monitoramento dos problemas. Apesar de não traçarem um panorama completo da violência, os números podem possibilitar uma visão do quadro crítico por que passam as crianças indígenas e os seus respectivos povos.

A compreensão desse quadro, entretanto, só é possível com o entendimento do processo histórico que vem marcando a relação entre os povos indígenas e a sociedade nacional. A ocupação do território brasileiro se configurou em uma enorme violência contra os nativos. Tomada de terras, escravização, conversão forçada ao catolicismo, entre outras agressões, marcaram a colonização brasileira. Dessa forma, a violência contra crianças desses povos origina-se do modelo de contato e de relações econômicas, políticas, sociais que foram se estabelecendo na base da truculência e da intolerância étnica.

A história oficial brasileira, entretanto, não mostra como esse modelo veio se reforçando. É reproduzida pela escola e pelos meios de comunicação de massa como uma continuidade de violência à memória e à história dos povos nativos do Brasil, resultando em toda forma de discriminação, preconceito e racismo de que nossas crianças e povos indígenas continuam vítimas até hoje.

Discriminação

Talvez seja por essa cultura de camuflagem histórica que, apesar de todo o aparato jurídico nacional e internacional estabelecendo o caráter pluriétnico e pluricultural do país

(veja texto *Instrumentos Jurídicos*), os povos indígenas, em particular as crianças indígenas, no Brasil continuam enfrentando sérios problemas no convívio com a sociedade nacional não indígena.

A discriminação tem origem em vários aspectos da convivência interétnica, mas essencialmente está relacionada com a intolerância à diversidade de visões de mundo e de homem. Isso implica a não-aceitação das diferentes maneiras de organização da vida individual e coletiva com ritmo e racionalidade própria e das diferentes formas de acesso ao conhecimento, aos saberes e fazeres. Com isso, ocorre a desvalorização dos padrões culturais, como a língua, os hábitos alimentares, habitacionais, os rituais, enfim o modo de ser próprio de uma cultura à qual a criança pertence. E essa desvalorização acaba impactando na hora de lidar com questões referentes a esses grupos.

Um exemplo é o fato de que na maioria das culturas indígenas não existe o conceito de juventude ou adolescência como categoria geracional cognitiva. Ou se é criança ou adulto, do ponto de vista de direitos e deveres. Um indígena de 16 anos, adolescente na visão da sociedade não indígena, poderia se sentir profundamente ofendido por não ser considerado adulto, pois estaria sendo tratado como alguém sem as responsabilidades básicas e indispensáveis a um homem dessa idade em sua cultura.

Para a antropóloga e escritora Betty Mindlin, em reportagem publicada pela *Folha de S. Paulo* em 8 de novembro de 1998, a ignorância sobre o modo de vida e a cultura dos índios favorece a discriminação. “A sociedade despreza aquilo que ignora. A verdade é que o Brasil tem dificuldades de lidar com o povo que massacrou durante séculos”, diz.

E essa dificuldade atinge praticamente a todos os setores da sociedade. A subprocuradora-geral da República Ela Wiecko de Castilho, por exemplo, responsável em Brasília por questões que envolvem índios e minorias socioculturais, reconheceu em entrevista ao jornal *Correio Braziliense*, no dia 20 de janeiro de 2003, que há racismo dentro do próprio Ministério Público. “É uma característica etnocêntrica de nossa sociedade. Muita gente pensa que nossa cultura é melhor e ponto final. Muitas vezes a sociedade não valoriza, não entende e não respeita os que são diferentes. Promotores e autoridades são produtos dessa sociedade e alguns têm esse mesmo entendimento”, afirma. Ela explica um dos frutos dessa falta de entendimento: existem povos que costumam responder ‘sim’ a todas as perguntas feitas por autoridades brancas, e muitas vezes por isso as respostas são entendidas como a confissão de crimes que não cometeram.

A mesma reportagem do *Correio Braziliense* apurou e publicou alguns exemplos de intolerância aos costumes indígenas pelo país. No Acre, um jornalista foi condenado pela Justiça por escrever em sua coluna que nem o governador havia agüentado “o mau cheiro exalado de nossos irmãos índios”. Em Santa Catarina, um prefeito incitou policiais contra índios em um programa de televisão com palavras consideradas racistas.

Impacto na infância

Na atualidade, esse tipo de preconceito está levando à prática do racismo e provocando a violência contra crianças indígenas, como o que ocorreu com uma criança macuxi, em Roraima, em 2004. Quando voltava da escola, foi assassinada por invasores da terra indí-

gena Raposa Serra-do-Sol, injustificadamente. A matéria publicada pelo *Correio Brasileiro* em 20/1/2003 mostra que na comunidade dos fulniôs, em Pernambuco, as crianças são proibidas de falar sua língua materna até mesmo nas escolas. Entre os índios trukás, no mesmo estado, as crianças são proibidas de receber nomes próprios da cultura, embora estejam livres para escolher nomes como Maicon, Caroline ou qualquer coisa parecida com a pronúncia de nomes norte-americanos. Isso porque, segundo informações dos trukás publicadas na mesma matéria, os cartórios de Cabrobó (PE) não registram nomes indígenas.

Outro fator degradante da imagem da criança indígena está associado aos clássicos preconceitos contra esses povos, como a idéia de que todo índio é preguiçoso, traiçoeiro, ladrão, malvestido e mal-arrumado. Isso acaba tornando a criança indígena extremamente vulnerável, por exemplo, na escola branca, onde será sempre a primeira suspeita ou um potencial “bode expiatório”.

Ao imputar nas crianças indígenas a sensação de serem constantemente discriminadas em espaços públicos, termina-se gerando um sentimento de inferioridade e de medo em relação aos não-índios, com sérios problemas para a vida social extratribal da criança. Isso impõe a elas um permanente conflito pessoal entre assumir e negar a sua identidade.

Uma questão de direito

Ao longo da história, os índios resistiram à escravidão e não aceitaram o ideal europeu de torná-los “civilizados”, lutando para tentar manter a sua identidade. Um fator desfavorável a essa luta foi a negação de seus direitos – mesmo aqueles estabelecidos pelo pró-

Instrumentos jurídicos

O Brasil é um dos países que dispõem de uma das melhores legislações do mundo no que tange aos direitos dos povos indígenas. A atual Constituição Federal, promulgada em 1988, versa sobre os direitos mais importantes dessa população, com significativos avanços conceituais em relação às constituições anteriores. Inaugura o reconhecimento do direito originário de posse indígena às terras que tradicionalmente ocupam, o reconhecimento da capacidade civil dos índios, o reconhecimento das suas formas próprias de organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e o direito à autodeterminação dos povos.

Para efetivar esses princípios, uma lei regulamentar deveria ter sido elaborada e aprovada logo após a promulgação da Constituição. Entretanto, desde 1990 tramita no Congresso uma proposta do Esta-

tuto das Sociedades Indígenas. A falta de regulamentação provoca uma profunda ambigüidade jurídica no país. Isso porque a lei regulamentar que continua em vigor desde 1967 contradiz os princípios constitucionais, considerando os índios relativamente incapazes e estabelecendo o princípio da tutela – no qual o Estado é o responsável legal pelas decisões e representações dos povos indígenas individual e coletivamente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, por sua vez, tem o mérito de ser um importante instrumento de defesa e promoção dos direitos das crianças e adolescentes principalmente contra qualquer tipo de abuso, como violência sexual, trabalho infantil, violência dos pais e garantia do direito a ter uma família, serviços educacionais adequados, inclusive aos deficientes, serviços de saúde e ou-

prio Estado brasileiro. Um caso típico é o que constantemente ocorre nos hospitais públicos das cidades, onde os índios são discriminados por julgarem que estes não deveriam tomar lugar dos não-índios e que teriam de procurar a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ou a FUNASA. O mesmo acontece nas escolas ou em outras repartições públicas, como se o índio não tivesse direito a também ser um cidadão brasileiro como qualquer outro.

A Constituição Federal, entretanto, afirma no seu artigo 5º que todos são iguais perante e lei, sendo direito de todos, indiscriminadamente, o direito à vida. O Estatuto da Criança e do Adolescente garante a todas as crianças e adolescentes em território brasileiro, sem nenhuma discriminação por sexo, raça, cor, língua, religião, opinião política, situação econômica, origem social ou impedimento físico, a condição de sujeito de direitos. Crianças indígenas têm, portanto, direito à saúde. Sua negação é uma violência.

A mortalidade infantil e os suicídios

A situação da saúde da população infantil indígena brasileira ganhou grande repercussão nos primeiros meses de 2005 em razão de mais de uma dezena de crianças indígenas que morreram por desnutrição no Mato Grosso do Sul. A desnutrição atinge 30% das crianças indígenas do nascimento até os 5 anos de idade.

Dados da FUNASA apontam que, nas aldeias de Mato Grosso do Sul, 27% das crianças índias, de até 5 anos de idade, estão desnutridas e que em 2004 a mortalidade infantil chegou a 60 por mil nascidos vivos, quase o triplo do índice verificado entre a população brasileira. Em 2003, o índice foi de 48 por mil nascidos vivos. A mesma marca

tos serviços necessários ao seu pleno desenvolvimento psicossocial.

Além desses dois instrumentos legais nacionais, o Brasil ratificou duas convenções internacionais que protegem, direta ou indiretamente, os direitos das novas gerações indígenas. A convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil em 2004, trouxe novidades ao aparato político e jurídico: reconheceu a designação de povos aos índios, categoria até então negada pelo Brasil; instituiu o direito de consentimento prévio informado para todos os casos em que ações, programas ou projetos possam vir a afetá-los; e garantiu o direito exclusivo dos índios na escolha de seus processos de desenvolvimento cultural, social, econômico e jurídico. Além disso, inovou ao determinar o direito de participação dos povos indígenas dos planos e programas de desenvolvimento regional e nacional.

O Brasil é também signatário da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 20 de novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil em 26 de janeiro de 1990. Essa convenção versa igualmente sobre os direitos universais das crianças, regulamentando a Declaração Universal dos Direitos Humanos no que diz respeito aos direitos da infância, como portadores de cuidados e assistências especiais para o pleno desenvolvimento de sua personalidade e caráter, tendo como base privilegiada a família e a sociedade.

Como se pode ver, não é por falta de legislação adequada que o Brasil continua violando os direitos de crianças e adolescentes em geral e indígenas em particular. Resta promover e aplicar efetivamente esses direitos.

ocorreu em 2002. No ano de 2004, porém, houve aumento de 25% no índice, que vinha caindo desde 1999, quando atingia 14 por mil nascidos vivos.

Mas é entre os xavantes que está o pior índice de mortalidade infantil indígena brasileiro. Com uma população total de 11.802 índios, dentre os quais 38% são crianças de até 9 anos de idade, apresentou o maior coeficiente de mortalidade infantil: 133,8 óbitos de crianças menores de 1 ano por mil nascidos vivos, índice 22% maior que em 2003 e 5,5 vezes maior que a média nacional. Foram 36 bebês mortos em 2004. Três das crianças morreram de desnutrição enquanto suas famílias acampavam ao lado da BR-163 para protestar contra terras ocupadas por posseiros. Mais de dez crianças foram internadas com doenças respiratórias. Em 2005, mais cinco crianças morreram de desnutrição.

O avanço da mortalidade infantil ocorreu apesar de o governo federal ter lançado, em abril de 2003, o programa Fome Zero para índios na região de Dourados, a 219 quilô-

Um aspecto que influi na questão da mortalidade infantil indígena é a visão e prática etnocêntrica das políticas públicas refletidas nas práticas de discriminação, preconceito e racismo

metros de Campo Grande, onde vivem cerca de 27 mil pessoas das etnias guaranis-kaiowás. As aldeias deles são conhecidas pelos casos de suicídio que ocorrem principalmente devido à falta de terra. Em Dourados, 11 mil índios vivem numa aldeia de apenas 3.500 hectares – área na qual podem ser assentados no máximo 200 sem-terra. Nos últimos cinco anos, 234 guaranis-kaiowás se mataram. Em 2003, uma equipe da FUNASA que visitou as aldeias constatou que 32% estavam desnutridos.

A situação dos guaranis-kaiowás mostra que no caso indígena o problema alimentar das crianças também está ligado à demarcação e homologação das terras. De acordo com a FUNAI, hoje no Brasil aproximadamente 345 mil indígenas vivem em aldeias, o equivalente a 0,2% da população brasileira. São grandes concentrações de pessoas em pequenos espaços, ao contrário do que estão acostumados em sua cultura.

Como se pode ver, a questão é complexa. A saúde das populações indígenas é resultante da interação de alguns elementos fundamentais: acesso à posse de terra; grau de contato com a sociedade nacional; liberdade para viver a sua singularidade (padrões alimentares, de educação, de moradia e de trabalho); acesso a vacinação e serviços de saúde.

Concluir que a questão da mortalidade infantil indígena seria um problema simplesmente fruto de falhas de políticas indigenistas dos governos locais ou mesmo falhas do programa Fome Zero do governo federal, por exemplo, implicaria um reducionismo falacioso. A questão da diversidade cultural por si só é um fator catalisador desse proble-

ma, o que fica mais fácil de entender quando lembramos o caso do índio kaiowá de 2 anos e 4 meses que foi encontrado morto em fevereiro de 2005 na região de Dourados: segundo relatos, sua mãe relutava em buscar atendimento médico ao filho, pois acreditava que ele tivesse sido atingido por um feitiço.

Esse caso mostra que outro aspecto que influi na questão da mortalidade infantil indígena é a visão e prática etnocêntrica das políticas públicas refletidas nas práticas de discriminação, preconceito e racismo da sociedade brasileira em geral.

Saúde nutricional

Um exemplo da irracionalidade nos métodos de trabalho adotados é o caso das ações planejadas e executadas em Dourados (MS), onde a política de emergência da FUNASA, do Ministério do Desenvolvimento Social e da FUNAI tem sido a distribuição de cestas básicas. As cestas podem ter efeito limitado também quanto à questão nutricional, uma vez que a dieta dos guaranis-kaiowás é monótona mas balanceada, como em outros povos indígenas. É composta de mandioca, peixe e três ou quatro tipos de fruta por dia. Quando essas substâncias são substituídas por arroz, macarrão e outros produtos da cesta básica, ocorre inevitavelmente um desbalanceamento. Além disso, muitas vezes acontece uma resistência aos novos tipos de alimento, tanto física quanto cultural.

O médico Douglas Rodrigues, coordenador do Projeto Xingu, da Universidade Federal de São Paulo, em depoimento publicado no jornal *Folha de S. Paulo* no dia 7 de março de 2005, afirma que é necessário observar todos esses fatores para realizar um atendimento eficaz tanto das crianças como da população indígena em geral. Há 40 anos na área, ele argumenta que, ao contrário do que foi dito por dirigentes do governo no caso da morte de crianças indígenas do Mato Grosso do Sul, a cultura não atrapalha a medicina tradicional, e sim ajuda no processo de cura.

O antropólogo Gilberto Azanha, que trabalha na região do distrito do Vale do Javari, também alerta na reportagem da *Folha de S. Paulo* para as especificidades do trabalho. Segundo ele, para os brancos, toda doença é causada por micróbios. Para os índios, não. A doença é provada por fenômenos abstratos (xamanismo) ou por forças da natureza, que exigem, portanto, tratamentos que envolvam essas forças – natureza e comunidade. “A FUNASA diz e faz coisas de cima para baixo”, afirma.

Algumas conquistas

Apesar de um cenário em que preocupa a ausência de uma política indigenista clara e coerente com os princípios constitucionais e com os anseios legítimos da população indígena, existem alguns avanços animadores em relação ao futuro das novas gerações. O primeiro está relacionado à superação do fantasma do desaparecimento progressivo dos povos. Em meados do século XX, havia previsões políticas e científicas de extinção iminente, quando se estimava que a população havia atingido uma baixa recorde de 100 mil indígenas no Brasil. Em 2002 o IBGE contabilizou mais de 700 mil pessoas. A taxa de crescimento das populações indígenas está estimada em 7,6% ao ano, seis vezes mais que a média de crescimento da população brasileira.

Entre os recentes acontecimentos que contribuíram para essa sobrevivência e recuperação demográfica estão o crescimento e o fortalecimento de organizações indígenas au-

tônomas durante a década de 1980 e 1990, o que, pela primeira vez, recuperou-os como protagonistas de sua própria luta em âmbito local, regional, nacional e internacional.

No campo da participação política, houve um considerável aumento de cargos e funções diretivas assumidas por lideranças indígenas, como secretarias estaduais, que tratam de assuntos indígenas, dezenas de conselhos federais deliberativos e consultivos, além de um número ainda maior de cargos e funções nas esferas municipais ou locais. Em 2002 foram eleitos três prefeitos e quatro vice-prefeitos indígenas além de 76 vereadores indígenas.

Junto com o crescimento da população indígena, houve certo avanço na consolidação de seus direitos e uma conquista de espaço sociopolítico legítimo na sociedade brasileira. Uma pesquisa de opinião realizada pelo IBOPE para a ONG Instituto Socioambiental (ISA), em 2000, sugere que a maioria dos brasileiros não se opõe aos direitos, principalmente quanto aos direitos territoriais. Há diferentes esforços dentro e fora do governo no sentido de formular e implementar políticas públicas mais coerentes e eficientes aos povos indígenas, com a participação deles.

Outro avanço importante na garantia de um futuro mais digno para as crianças indígenas diz respeito às conquistas territoriais, principalmente na Amazônia Legal – onde se situam 98,73% de todas as terras indígenas no Brasil. A maior preocupação é em relação aos povos indígenas de outras regiões brasileiras, que, embora representem 40% da população indígena do país, ocupam apenas 1,27% de todas as terras indígenas brasileiras.

Recomendações

O acesso à terra é apenas um dos desafios para o enfrentamento da violência contra crianças indígenas. Além disso, proteção ambiental e criação de incentivos para a produção alimentar são essenciais, por exemplo. Sem elas, não é possível garantir condições materiais que possibilitem uma vida segura e saudável. A garantia de um território também permite a manutenção e o desenvolvimento da etnicidade e da cultura.

A cultura proveniente dos povos dessas crianças deve ser respeitada e valorizada. Elas necessitam de um espaço individual, familiar, comunitário e étnico que lhes garanta auto-realização pessoal e coletiva, por meio da socialização de valores, conhecimentos e práticas da vida. Entretanto, não há a necessidade de abrirem mão de outros conhecimentos, valores e práticas da sociedade nacional e mundial.

Dessa forma, o acesso ao conhecimento deve acontecer de forma a fortalecer seu modo de vida. As tecnologias da informação podem ser excelentes meios de produção, reprodução, valorização e divulgação dos valores e conhecimentos tradicionais e modernos como recursos complementares, e não de exclusão.

A escola também tem papel importante na garantia da diversidade e no combate ao preconceito contra as crianças indígenas. Poderia apresentar e ensinar a diversidade interna, resgatando as narrativas, as perspectivas e as tradições dos diversos grupos étnicos que ocupam o Brasil. As escolas indígenas, especificamente, deveriam ser concebidas com projetos pedagógicos sensíveis à realidade cultural na qual o grupo está inserido, construídos em conjunto com a comunidade.

Órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da infância e da adolescência, como os conselhos tutelares, também devem dialogar com as lideranças indígenas, para entender suas espe-

cificidades. De outra forma, esses instrumentos que objetivam proteger os direitos da infância podem acabar negando ou gerando conflitos de direitos ao lidarem com crianças indígenas.

O respeito à identidade das culturas indígenas deve fazer parte dessas políticas públicas. Elas precisam reconhecer e valorizar os conhecimentos tradicionais de medicina e os mitos e ritos que cuidam do corpo e da alma das pessoas, por exemplo. Não é impondo costumes novos e estranhos aos índios, mesmo com as melhores intenções possíveis – como o caso da distribuição de cestas básicas –, que os graves problemas da subnutrição das crianças indígenas serão resolvidos. Políticas de educação, de geração de renda e de outras áreas também devem se basear em especificidades culturais.

Para isso, os projetos e programas voltados às crianças indígenas e aos povos a que pertencem precisam ser pensados, elaborados e executados com a participação direta deles. O diálogo pode ser o único meio capaz de produzir soluções efetivas aos muitos problemas enfrentados diariamente pelas crianças indígenas no Brasil.

Por fim, é necessário colocar realmente em prática o Estatuto da Criança e do Adolescente e os artigos da Constituição Federal referentes aos povos indígenas, para combater e punir qualquer tipo de violência que afete as novas gerações.

VIOLENCIA

POLICIA



LA PERIFERIA



O massacre dos jovens-homens-negros

Na Bahia, todo negro que vive mais de 24 anos é um sobrevivente. No confronto cotidiano entre polícia e sociedade civil, as maiores vítimas são jovens negros, o que expõe as desigualdades do país até mesmo na hora da morte

Por Vilma Reis, socióloga, educadora e coordenadora do CEAFFRO – Programa de Educação e Profissionalização para a Igualdade Racial e de Gênero do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Com um tiro de “confere” e jogados em um campo de desova. Assim são abatidos os jovens-homens-negros de Salvador. Relatos de estudiosos, autoridades e familiares repetem a mesma história: jovens de 15 a 24 anos, que não têm envolvimento com a criminalidade, trabalham durante o dia para ajudar nas despesas da casa e cursam o Ensino Fundamental à noite são mortos com um tiro fatal na testa ou na nuca e abandonados longe do bairro onde moravam, quase sempre sem nenhum documento para não serem logo identificados. As famílias, em dor, saem à procura de seus entes queridos para ao menos ter o direito de enterrá-los com dignidade.

O desenho de Fábio Mota, 19, e Marlon Maciel, 18, da Organização Sócio-Educativa Cultural Hip Hop Clá Periférico, da Bahia, é ilustrativo da violência racial que atinge o jovem negro na periferia

Jovem, homem e negro: essas três dimensões identitárias são tão indissociáveis que se torna possível usar um substantivo composto, unido por hifens, e sempre no plural.¹

Esses jovens-homens-negros que tombam diariamente são vítimas do que Florestan Fernandes denominou de *constrangimento estrutural*, mazela que afeta todos os negros na nossa sociedade de classe, que discrimina mas tem vergonha de admitir-se discriminatória. Cada jovem negro morto tem uma longa história de família: avós, mães, pais, irmãs, irmãos, namoradas, amigos, amigas e colegas de escola que sofrem e choram a sua morte. E cada um deles deixou para trás sonhos, desejos e criatividade para lidar com a diversidade e as realidades distantes que só conheciam pela TV.

Apesar de muito cedo serem expulsos da escola pelo racismo, quase todas as crianças e jovens negros mostram o desejo de pertencimento. Para eles, que passam a vida segregados e se tornam invisíveis para a sociedade, a escola pode ser o único lugar em que se sentem acolhidos, além da própria casa.

Radiografia da mortalidade em Salvador expõe preconceito

Salvador responde por uma parte significativa dos 32 mil jovens com 15 a 24 anos mortos anualmente por causas externas (homicídios, suicídios, mortes no trânsito e em outros acidentes) e por consumo de drogas, conforme números divulgados pela UNESCO e pelo UNICEF em 2005. Segundo dados publicados pelo Observatório da Violência de Salvador, entre 1997 e 2001 foram mortas violentamente 7.749 pessoas por causas externas na capital baiana. Foram em média 1.550 mortes por ano e mais de 4 por dia, e os homicídios correspondem a mais de metade dos registros. Das vítimas, 20% eram crianças e adolescentes com idade até 19 anos, e entre estes 61% tinham até 18 anos, constatou o Fórum Comunitário de Combate à Violência (FCCV), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2002.

O *Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil 2005 – Racismo, Pobreza e Violência*, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), aponta que no Brasil a taxa de homicídios para a população negra é quase o dobro da referente aos brancos (1,9 vez maior, são 46,3 mortos por 100 mil habitantes), embora a população brasileira seja composta de 46,1% de pretos e pardos e 53,3% de brancos, conforme o UNICEF divulgou em *Análise da Violência contra a Criança e o Adolescente Segundo o Ciclo de Vida no Brasil* (Global Editora, 2005).

A desproporção entre vítimas negras e brancas é maior ainda quando se consideram os dados de um estado com 82% da população negra.² Na Bahia são abatidos 21,8 jovens-homens-negros para cada 1 jovem homem branco de 15 a 18 anos, enquanto a média do país é de 1,7 para 1, atesta o Sistema de Informações sobre Mortalidade

¹ Este texto foi adaptado de um capítulo de minha dissertação de mestrado, *Atuacaiados pelo Estado: As Políticas de Segurança Implementadas nos Bairros Populares de Salvador e suas Representações, 1991-2001*, defendida em 2005 no programa de ciências sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

² Conforme o Relatório do FCCV, de 2002.

(SIM-Datasus, 2000). Os negros são 96% das vítimas de homicídios – esse contraste, o maior em todo o país, explicita o filtro racial nas mortes violentas no estado.

A Bahia tem 13,4 milhões de habitantes e taxa média de mortalidade por homicídios de 15,8 para cada 100 mil habitantes. Mas em Salvador e Região Metropolitana a taxa é de 40,2 homicídios para cada 100 mil habitantes, maior que a de países em situação de conflito armado.³

O tráfico e o alto consumo de drogas, bastante expostos na mídia como parte da atuação criminosa nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, chegaram à cena de Salvador nos anos 90.⁴ As atividades criminosas e as mortes de jovens envolvidos com drogas conforme a modalidade carioca têm sido um dos fortes argumentos para matar jovens-homens-negros sem direito a julgamento. São os grupos de matadores tolerados pelo Estado e a polícia que julgam e sentenciam.

A capital baiana reproduz o contexto de violência urbana dos grandes centros brasileiros: uma cidade urbana e multirracial mantida por distribuição desigual de recursos e zonas definidas de ocupação territorial, com espaços reservados para pobres e ricos, para brancos e negros, com condições precárias de atividade laboral e inserida na rota das cidades de entretenimento das metrópoles mundiais.

As raízes da criminalização dos negros

Na Bahia, as teorias sobre a suposta “delinqüência negro-africana” são históricas. A antropóloga Lilia Moritz Schwarcz, professora da Universidade de São Paulo (USP), afirma no livro *O Espetáculo das Raças* (Companhia das Letras, 1993), que o estado serviu de laboratório para as teorias de Cesare Lombroso, psiquiatra, médico-legista e criminologista italiano que no século XIX propôs a patologia do criminoso nato. Foram muitos os discípulos brasileiros das teorias da delinqüência nata, com destaque para Nina Rodrigues (1862-1906), médico psiquiatra e professor da Faculdade de Medicina da Bahia. O cientista foi homenageado depois com o nome de uma escola de medicina legal, a Escola Nina Rodrigues, em Salvador, que se tornou o centro do debate científico durante a primeira metade do século XX no Brasil.

Outros médicos, como Arthur Ramos e Juliano Moreira, também foram influenciados pelas teorias de Lombroso sobre a criminalização. Eles acreditavam que era possível definir o grau de demência e delinqüência dos grupos humanos com o recurso da frenologia, que consistia em localizar no cérebro as diferentes funções mentais e padrões de comportamento humano. Para eles, por meio da análise da face e da conformação do crânio era possível provar que os africanos e seus descendentes tinham maior disposição para o crime, a loucura e as piores doenças de que padecia a sociedade. Nina Rodrigues imortalizou essas teses em *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil* (1894).

³ Mir, Luiz. *Guerra Civil: Estado e Trauma*. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

⁴ FCCV, *O Rastro da Violência em Salvador – II: Mortes de Residentes em Salvador de 1997 a 2001*. Brasília/Salvador: UNICEF/Instituto Médico Legal Nina Rodrigues/UFBA, 2002. Ver ainda publicação da Comissão Justiça e Paz (CJP) da Arquidiocese de Salvador: Ribeiro e Zanneti (orgs.), *A Outra Face da Moeda: Violência na Bahia*. Salvador: CJP da Arquidiocese de Salvador, 2000.

O corpo de homens negros, elemento sagrado na cosmovisão africana, era dissecado na Faculdade de Medicina para que os jovens estudantes pudessem fazer as experiências – o que em várias instituições européias não era permitido.

Na Bahia, o cruzamento racial explicava a criminalidade, a loucura, a degeneração. Desde a sua fundação, a Faculdade de Medicina da Bahia adotou o estudo da criminalização como vocação regional, assim como a Escola do Rio de Janeiro assumiu como tarefa de destaque o combate às doenças tropicais. O crime tratado como doença foi o primeiro objeto de debate público científico sobre a humanidade negra, ressalta Lilia Schwarcz.

Agressão à tradição cultural africana

A primeira cadeia pública de Salvador foi erguida em 1646, na Praça Municipal. Com a chegada da Família Real ao Brasil, criou-se também o Corpo da Guarda Real de Polícia da Corte, que com o advento da República assumiu o lugar do que hoje conhecemos como Polícia Civil. Foi nesse período, fim do século XIX, que nasceu a dicotomia entre os sistemas civil e militar: uma polícia judiciária e uma polícia ostensiva, que antes do Império acumulava as duas funções. Como Salvador foi capital do Brasil Colônia até 1776, as primeiras políticas de manutenção da ordem pública foram originadas em território baiano.

Decapitar era a forma mais violenta de mostrar aos negros africanos ou a seus descendentes nascidos no Brasil que o poder colonial não aceitaria nenhuma insurgência dos que não tinham status de cidadão. Os primeiros momentos da antiga capital brasileira foram marcados pelos movimentos de libertação liderados por negros nascidos no Brasil, com destaque para a Revolta dos Búzios, também conhecida como Revolta dos Alfaiates ou Movimento das Argolinhas, que eclodiu com um manifesto pela liberdade em 12 de agosto de 1798. A morte do aprendiz de alfaiate Manuel Faustino, enforcado com apenas 16 anos de idade, é um marco para a ação da polícia contra a resistência negra.

Em 1835, ano da Revolta dos Malês,⁵ nasceu a Guarda Policial. A segurança pública local passou a ser responsabilidade do chefe de polícia, dirigente da força pública e da Guarda Policial, hoje desdobrada em Polícia Militar e Polícia Civil. No início do século XX, a Bahia seguiu os outros estados e criou a Guarda Civil, sob controle do Poder Executivo. Era o início dos esforços para aproximar a polícia da população, negra e pobre, que estava bastante hostil: além de sofrer o massacre de Canudos, em 1897, desde o fim do século XIX era vítima da naturalização do emprego da força contra civis. Manifestações culturais de origem africana eram perseguidas nas ruas de Salvador e criminalizadas. Símbolos fundamentais para a memória e a herança cultural e civilizatória dos negros foram negados e agredidos. A capoeira, por exemplo, era considerada uma questão criminal, e não cultural. Chegou a ser proibida em todo o território brasileiro por meio da Lei de Vadiagem, estabelecida no Código Penal de 1890. Para o historiador Carlos Eugênio Líbano Soares, da UFBA, esse foi o marco da transformação da capoeira de delito para crime.

Outra manifestação da cultura africana secularmente criminalizada foi o candomblé. Os terreiros eram invadidos por representantes da segurança pública, sob alegação de

⁵ Ver Reis, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

prática de contravenção, curandeirismo, fetichismo e feitiçaria, este último termo também historicamente demonizado e criminalizado. O Estado brasileiro deixou de agredir a religião apenas em 1976, com um decreto do governador baiano Roberto Santos. Antes desse marco legal, a maioria das casas só abria para as festas, com a licença de funcionamento fornecida pela Delegacia de Jogos e Costumes.

João José Reis, professor de história na Universidade Federal da Bahia (UFBA), lembra em seu livro *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*, que a Polícia Militar da Bahia (PMBA), criada em 1825 com a denominação Corpo de Polícia, tinha a missão de reprimir a rebelião escrava, destruindo os quilombos e os candomblés, que proliferavam nos arredores de Salvador. Algumas décadas depois, a instituição passou a amparar-se nas teorias da Escola Nina Rodrigues, em especial nas teorias eugenistas e do criminoso nato, estabelecendo no imaginário da medicina penal e legal a imagem do delinqüente como sujeito historicamente definido pelo biotipo do homem negro.

Aqui está a marca de fundação da criminalização pela raça – visão que se fez presente na Bahia e atravessou todo o século XX com status de verdade científica, afirma Carlos Antônio Costa Ribeiro em *Cor e Criminalidade: Estudo e Análise da Justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)* (Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995).

Na Bahia, “bandido” não tem vez

A Bahia é um dos poucos estados brasileiros em que um mesmo grupo político deteve o comando local nos últimos 15 anos. A falta de alternância no poder estadual, portanto de mudança de mentalidade na gestão sociorganizacional da segurança, contribuiu para sedimentar uma forma de trato com a questão da segurança pública. Alguns membros do governo admitem que isso tem mantido a Bahia como um dos estados mais atrasados em questões-chave para a mudança, como implantar ouvidorias com representação civil para fortalecer mecanismos de controle externo das ações policiais; extinguir a cultura da impunidade; controlar os métodos ilegais amplamente usados pela Polícia Judiciária, conhecida como Polícia Civil; controlar o policiamento ostensivo, sob cargo da Polícia Militar, punindo abusos cometidos por agentes de segurança do Estado.

Ana Tereza Lemos-Nelson,⁶ professora de ciências políticas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), destaca o tratamento que ainda hoje as autoridades judiciárias e policiais recebem dos governadores: “meu juiz” e “meu chefe de polícia”. Fica evidente que a estrutura de poder é dominada pelo Poder Executivo, o qual pode corromper não apenas o sistema eleitoral, mas também o combate ao crime e outras formas de controle social. Na Bahia, a polícia é tradicionalmente uma “burocracia política, pessoal e personalista, particularizada e despida de universalidade”, resalta a pesquisadora.

⁶ Lemos-Nelson, Ana Tereza. “Violência e Segurança Pública no Brasil e na América Latina. Comentários”. In: *Políticas de Segurança Pública: Dimensão da Formação e Impactos Sociais*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco (Escola de Governo e Políticas Públicas)/Editora Massaranga, 2002, pp. 67-73.

Declarações públicas de gestores de segurança – como “Na Bahia bandido não faz carreira” ou “Bandido bom é bandido morto” – fortaleceram a banalização da vida de civis por agentes do estado e grupos de extermínio. Com isso, estimularam a impunidade em casos intoleráveis, como execução sumária de pessoas sem condição de defesa, tortura de presos sob custódia do Estado, extorsão, ameaça e imposição de silêncio, e acabaram por favorecer a vulnerabilidade de testemunhas e vítimas de crimes.

Ao mesmo tempo que o governo estadual provoca essa situação de insegurança, conseguiu construir a idéia de sua absoluta isenção. Mesmo que a própria ação da Secretaria de Segurança Pública da Bahia, das organizações de direitos humanos e do Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues – um dos órgãos que compõem o Departamento da Polícia Técnica – exponha empiricamente a participação do estado por meio da presença de policiais nos grupos de extermínio, conforme matéria do jornal *Correio da Bahia*, publicada no Caderno *Aqui Salvador*, em 20 de outubro de 2004.

As brechas permissivas do estado abrem espaço para a formação de grupos criminosos envolvidos nos “negócios de matar”. Os principais agentes do alto padrão de letalidade que em Salvador vitima sobretudo jovens-homens-negros dividem-se em dois grupos, um oficial e normatizado, a polícia, e outro à margem, os grupos criminosos.

O filtro racial e social na ação da polícia

Num bairro popular de Salvador, o capitão da polícia autoriza seus comandados a atirar. Depois, impede qualquer prestação de socorro, mesmo da irmã da vítima, que é enfermeira. O jovem não pode ser levado a um hospital e os membros da comunidade o vêem sangrar até a morte. A mãe e os irmãos são obrigados a assistir a um crime passível de absolvição apenas em situação de guerra.

O depoimento foi apresentado por um jovem a Doudou Diène, relator especial da ONU sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e outras formas de intolerância. Constatou-se que, além de serem as maiores vítimas de criminosos, os jovens-homens-negros são também o principal alvo da instituição incumbida de protegê-los: a polícia.

O *Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil*, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que em 2005 destacou o tema Racismo, Pobreza e Violência, constatou que a desproporção de negros entre as vítimas mortas nas ações policiais constitui claro indício da existência de viés racista nos aparelhos de repressão brasileiros.

Essas mortes violentas resultam da criminalização motivada por raça, que domina as representações da polícia sobre quem é o sujeito suspeito. No imaginário dos policiais, o suspeito-padrão é jovem, negro, pobre, residente nos bairros populares, estudante do nível fundamental de ensino, filho de mãe solteira negra e em geral subempregado. Estudos realizados pela Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador (CJP), pelo Projeto UNI-Bahia e pelo FCCV comprovam que a idéia de jovens-homens-negros como sinônimo de perigosos tem causado danos morais e físicos a muitas pessoas sem histórico de passagem pela polícia.

Nos bairros populares, são muitas as mães que perderam um filho ou mais nessa “guerra”. Todas terminam o relato de sua história dizendo que a morte não foi apurada ou que o “caso não anda” lá na delegacia do bairro. Mesmo que a maioria dos jo-

vens-homens-negros assassinados não estivesse em conflito com a lei, quase sempre atribui-se à vítima envolvimento com o tráfico de drogas.

Esse cenário nos obriga a refletir sobre a ação institucional da polícia em Salvador. Em vez de, como instituição responsável pela segurança pública, zelar pela vida de todos os cidadãos, a polícia tem considerado a maioria negra, empobrecida e residente em bairros populares como um corpo inimigo, tratando os jovens-homens-negros como suspeitos-padrão.

A polícia que inspira medo

Fazer batidas policiais em ônibus, invadir domicílios sem mandado legal, seqüestrar pessoas, torturar presos comuns em delegacias (portanto sob custódia do Estado) e nos “banculejos” (revistas policiais em geral violentas e discriminatórias), atirar para matar, incriminar sem provas, arrolar testemunhas fraudulentas ou pessoas mobilizadas a falar sob sistema de coação. Essas e muitas atitudes ilegais incorporaram-se ao método policial cotidiano, apesar de violarem os direitos humanos. Com esse modo de operação, a polícia instala um estado de medo entre a população negra e pobre, orienta os setores economicamente privilegiados a constituir milícias particulares e não garante a segurança pública.

Jailson de Souza e Silva,⁷ do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, ressalta que as formas de atuação das polícias no Brasil explica por que temos a polícia que mais mata no mundo. Em confronto aberto com a população negra e pobre, nossa polícia em geral age com seus “inimigos” de forma letal: o número de baixas com mortes é maior do que o de ferimentos não mortais. Em Salvador, a situação não é diferente, se-

⁷ Ver o capítulo “Até Quando?” (pp. 97-115), neste volume.

Vidas perdidas

Considerando as mortes por causas externas (homicídios, suicídios e mortes no trânsito e em outros acidentes), a arma de fogo é a que mais mata no Brasil.

Segundo estudos realizados para a UNESCO pelo sociólogo argentino Julio Jacobo Waiselfisz, entre 1979 e 2003 os confrontos com armas de fogo causaram no Brasil a morte de 550 mil pessoas, das quais 44,1% eram jovens com idade entre 15 e 24 anos. Essa faixa etária representa 20% da população brasileira e 40,2% da população de Salvador. São milhares de jovens que se vêem envolvidos em confrontos com policiais no seu bairro, no Centro Histórico, nas festas populares e em outros espaços da cidade. E sem chance alguma de escapar à violência urbana, que confronta jovens-homens-negros e policiais.

Pensando no índice Anos Potenciais de Vida Perdida (APVP), esses números representam muito mais que estatísticas: têm impacto direto na vida dos jovens, que estão morrendo em plena idade produtiva. Mesmo que o drama da morte prematura e violenta não compareça nem na maioria das pesquisas nem nas páginas sangrentas da imprensa, muitas famílias desses jovens-homens-negros ficam esfaceladas e algumas nunca se recuperam.*

Diante desse cenário, em Salvador o jovem-homem-negro que vive mais de 24 anos é um sobrevivente.

* Araújo, Edna Maria de. *Mortalidade por Causas Externas e Raça/Cor: Uma Expressão das Desigualdades Sociais em Salvador, Bahia.*

gundo dados publicados em 2000 no dossiê *Violência Policial e a Relação com os Homicídios em Salvador*, da CJP: 78,1% de todas as vítimas de homicídios na capital baiana e entorno foram mortas com arma de fogo, entre 1996 e 2000. Nos estudos do FCCV, esse índice sobe para 83%, no período de 1997 a 2000.

Ao refletir sobre a legitimidade da ação das polícias militar e civil pela população, é preciso avaliar separadamente os bairros de maioria negra e empobrecida e os bairros habitados pelas classes média e alta – configuração que no contexto de Salvador é rigidamente definida por raça.⁸ Além da presença policial precária nos bairros populares e do alto grau de autoritarismo nas suas ações, há uma nítida relação entre pobreza, raça e investimento governamental em políticas públicas na capital baiana.

Essa ausência de políticas sociais nos bairros negros de Salvador mostra que muitas vezes o governo do estado está presente só por meio do aparelho repressivo. Há estudos que comprovam esse dado: para a maioria dos jovens residentes nos bairros populares de Salvador, a noção da existência de Estado se realiza apenas pela presença da polícia.⁹

As denúncias de culpabilização falsa contra jovens-homens-negros e o uso da violência em detrimento de métodos científicos têm dificultado – e em muitos casos impedido – o desenvolvimento de técnicas de investigação. Isso fragiliza bastante a Polícia Civil da Bahia em suas reivindicações por maior número de agentes e mais investimento na estruturação, além de afastar seus servidores da população. Em vez de um serviço público de segurança, grande parte da população baiana encontra medo e violência na instituição policial. Após pesquisa na Corregedoria da Polícia Civil da Bahia, a cientista política Ana Tereza Lemos-Nelson concluiu que o nível de violência desse segmento da segurança pode ser uma das chaves para o baixo índice de reclamações registradas no estado, em comparação tanto com índices nacionais como internacionais.

Faz parte do imaginário da população baiana que a Polícia Civil recorre ao trabalho de P2 e X9. O primeiro é uma modalidade de informante policial que atua sem identificação, e o segundo trata-se de um informante não policial, em geral alguém que, sob ameaça ou por ganho de proteção, trabalha como alcagüete de criminosos para auxiliar a polícia nas investigações. Embora esteja mais próxima da população nos bairros e até conheça alguns de seus moradores, a Polícia Civil é vista como violenta e possível parceira da criminalidade na região, por atuar quase sempre com muita violência e permitir que os criminosos e matadores atuem abertamente.¹⁰

⁸ Ver: Reis, Dyane Brito. *O Racismo na Determinação da Suspeição Policial: A Construção Social do Suspeito*. Dissertação de mestrado defendida na FFCH-UFBA, 2001. E também: Reis, Dyane Brito. “Negros, Brancos de Medo”. In: *Revista Textos e Contextos*, Faculdades Integradas da Bahia (FIB), 2003, pp. 108-114.

⁹ Conforme Noronha, Ceci Vilar et al. *Violência, Etnia e Cor: Um Estudo dos Diferenciais na Região Metropolitana de Salvador, Bahia, Brasil*. Salvador: ISC-UFBA/OPAS, 1998. Noronha, Ceci Vilar et al. “No Olho do Furacão: Brutalidade Policial, Preconceito Racial e Controle da Violência em Salvador”. *Afro-Ásia*, Salvador, CEAO-UFBA, n.ºs 19-20, 1997, pp. 201-226. Taparelli, Gino e Machado, Eduardo Paes. “Violência Juvenil, Infracção e Morte nas Quadrilhas de Salvador”. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n.º 165, set.-out. 1996, pp. 63-81.

¹⁰ Noronha et al., “No Olho do Furacão: Brutalidade Policial, Preconceito Racial e Controle da Violência em Salvador”.

As exceções entre a polícia

Essa imagem negativa poupa apenas as delegacias especializadas para atendimento de mulheres e de crianças e adolescentes, que para a população teriam atuação mais social que policial: a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) e a Delegacia Especializada para a Repressão de Crimes Contra a Criança e o Adolescente (DERCA).

Apesar de Salvador apresentar alto índice de ocorrências de violência doméstica e de crimes passionais contra as mulheres, só existe uma DEAM na cidade, fundada em 1986 como resultado da pressão dos movimentos de mulheres em todo o país. A legislação brasileira determina que deve haver uma Delegacia Especializada para cada 50 mil habitantes, mas em todo o estado da Bahia foram implantadas apenas quatro unidades de DEAM, segundo dados de 2004.

A ausência de políticas sociais nos bairros negros de Salvador mostra que muitas vezes o governo do estado está presente só por meio do aparelho repressivo

A DERCA desempenha papel de destaque na defesa dos direitos em Salvador, como o trabalho que desenvolveu para enfrentar a violência e o turismo sexuais na década de 1990, ao lado do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan (CEDECA). No entanto, a delegacia ainda não conseguiu reunir os meios para responder institucionalmente à violência letal, que atinge a infância e a juventude negra, sobretudo jovens a partir dos 15 anos. Em 2001, embora mais de 1.200 mortes tivessem sido registradas, houve apenas duas condenações e um réu cumprindo pena.

Em Salvador, a atuação das gestões da DEAM e da DERCA tem sido marcada pela trajetória de afirmação dos direitos humanos e diálogo permanente com os movimentos sociais locais. Talvez por isso a visão popular clássica considere as duas delegacias como lugar para a defesa social, e não propriamente como delegacias comuns, onde a polícia não resolveria os conflitos das classes populares.

Portanto, salvo esses dois exemplos, a população pobre, negra e residente nos bairros populares vê a polícia com muito medo, desconfiança e sempre a associa com o crime e a corrupção. Em 1995, a Secretaria de Segurança Pública (SSP) encomendou uma pesquisa à empresa P&A sobre a imagem das polícias militar e civil em Salvador. Os resultados foram os piores possíveis: 70% não aprovavam sua atuação, classificando-a como “ruim”. Para aproximar a polícia da população, mudar essa avaliação de desempenho na gestão da segurança pública e buscar algumas respostas para a Polícia Militar, em 1999 a SSP criou na Polícia Civil o Serviço de Atendimen-

to Policial (SAP), segundo modelo semelhante ao da Delegacia Legal, implantada no Rio de Janeiro no mesmo ano.

A SSP equipou as delegacias para o SAP, principalmente as instaladas nos bairros de classe média e alta. No entanto, não basta mudar a aparência física, ampliar o número de policiais e fortalecer o arsenal para exibir à sociedade que o policial está em situação melhor que os sujeitos em conflito com a lei. É necessário promover mudanças nas entranhas das instituições policiais, a ponto de alterar a cultura de guerra contra os criminosos – argumento oficioso que legitima a adoção de métodos ilegais por parte dos agentes de segurança. Com essa atuação, grande parte da população civil fica vulnerável e sem nenhuma chance de defesa, aumentando a distância entre o Brasil legal e o Brasil ilegal, destaca a pesquisadora Ana Tereza Lemos-Nelson.

Em geral, a população pobre, negra e residente nos bairros populares vê a polícia com muito medo, desconfiança e sempre a associa com o crime e a corrupção

Chacinas e execuções sumárias

Em 2000, o Fórum Comunitário de Combate à Violência (FCCV/UFBA), em parceria com o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), por meio da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, publicou o resultado de uma pesquisa sobre homicídios ocorridos em Salvador e Região Metropolitana, no período de janeiro de 1996 a dezembro de 1999. O monitoramento foi realizado nos jornais locais e trouxe à tona os números do drama vivido cotidianamente pelos jovens-homens-negros residentes nos bairros populares. Eram 4.284 mortos que o estado tinha de explicar. Não para a classe média, que já vê com naturalidade a morte de negros e pobres, mas para os movimentos sociais anti-racistas e as famílias daqueles jovens. Aquelas pessoas não haviam morrido em confrontos com a polícia, durante troca de tiros. Não constava nos arquivos oficiais o termo “alto de resistência a prisão”, porque a maioria das vítimas não estava em conflito com a lei – mesmo que estivesse, é importante lembrar que a polícia não se encontra acima da lei, advertem Gino Tapparelli, professor da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), e Eduardo Paes Machado, professor da UFBA.

Nesse período vulnerável da década de 1990, pode-se assumir que Salvador viveu uma “guerra” que expôs sua população entre o crime e a polícia e na qual as maiores baixas foram entre civis inocentes.

Em 1998, um delegado da Delegacia de Homicídios chegou a declarar que mais de 70% das mortes de Salvador e Região Metropolitana tinham a participação de policiais, assumindo que a Bahia tem uma polícia que atira para matar.

Mas foi muito tempo depois que o governo do estado reconheceu pela primeira vez a ação organizada de formas criminosas de matar. Em 23 de maio de 2005, ao abrir a I Conferência Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Bahia, o governador Paulo Souto, do Partido da Frente Liberal (PFL), admitiu o que as pesquisas documentam desde a década de 1990 na Bahia: a existência de grupos de extermínio cujo alvo são os jovens-homens-negros.

O governador fez a declaração em meio ao fogo cruzado após a morte de 13 jovens em Paripe, bairro localizado no Subúrbio Ferroviário, região que abrigava cerca de 400 mil habitantes em 2000, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – um sexto da população da cidade. Os 13 assassinatos tinham marcas dos crimes de extermínio e 6 vítimas eram de uma mesma família. O caso culminou na implantação de uma política especial para combater o crime de extermínio no estado, com a criação do Grupo Especial de Repressão a Crimes de Extermínio (GERCE), em 2004. O Gerce é constituído pela Inteligência Policial Civil e pela Polícia Técnica e articulado com o Ministério Público e a Justiça Criminal.

Grupos de extermínio sob investigação

No fim de 1999, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa da Bahia, após um seminário em parceria com o Sindicato da Polícia Civil da Bahia (SINDPOC), solicitou a visita de uma comissão de deputados federais para investigar a ação dos grupos de extermínio na Bahia. O pedido foi motivado pelos indícios claros de participação e omissão do poder público em relação aos assassinatos de jovens-homens-negros em Salvador e nos nove municípios da Região Metropolitana, com destaque para o bairro de Itinga, em Lauro de Freitas, e Pedreiras, em Simões Filho.

Foi um dos primeiros passos para a criação, em 2003, da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Extermínio no Nordeste, cujo objetivo era investigar a ação criminosa das milícias privadas e dos grupos de extermínio em toda a Região Nordeste.

No início de 2001, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa da Bahia havia tentado instalar uma CPI para apurar as ações dos grupos de extermínio, mas nenhum deputado da base de apoio ao governo estadual assinou o requerimento. Segundo o deputado baiano Yulo Oiticica, presidente da Comissão de Direitos Humanos, o pedido acabou arquivado por “falta de interesse e relevância social” dos deputados que não assinaram e não apresentaram nenhum nome para participar das apurações.

Alguns meses depois, Olga Regina de Souza Santiago, juíza da vara criminal de Juazeiro, apurou o envolvimento de policiais militares na morte de 181 jovens na cidade, todos de 14 a 19 anos de idade e com sinais de crime de extermínio. O caso veio a público na revista *Isto É*, na matéria “Cangaço-Chapa Branca” publicada em 4 de julho de 2001.

O modo de operação da polícia baiana, marcado pela violação aberta dos direitos humanos, teve outro encontro trágico com a juventude negra em Santo Antônio de Jesus, cidade-entroncamento que liga a Bahia a vários outros estados. Um tenen-

te da Polícia Militar conhecido como Pamponet foi indiciado como mentor de um grupo de extermínio que abateu 47 jovens-homens-negros pobres e moradores dos bairros periféricos da cidade. Foi esse episódio que levou à Bahia a relatora da Organização das Nações Unidas (ONU) para casos de Execuções Extrajudiciais, Tortura e outras Violação de Direitos Humanos. Asma Jahangir passou por seis estados durante sua visita ao Brasil, entre 16 de setembro e 8 de outubro de 2003. Vinte dias após a passagem da relatora em Santo Antônio de Jesus, o mecânico Gerson de Jesus Bispo, uma das testemunhas que lhe dera depoimento, foi encontrado morto.

A visita da relatora quebrou o silêncio imposto aos jornalistas sobre a violação dos direitos humanos na Bahia. A situação de Santo Antônio de Jesus é emblemática não só pela visibilidade que o estado ganhou no cenário nacional dos debates, mas também porque fortaleceu os processos de investigação, que, ao chegar em Salvador, eram automaticamente engavetados pela SSP e pelo Ministério Público.

Políticas de segurança para pobres e ricos, brancos e negros

As práticas adotadas em operações especiais da polícia nos bairros populares de Salvador se constituem em padrão da ação policial e explicitam mecanismos discriminatórios. Esse modelo de segurança pública baseado na suspeição policial por filtro racial, em nome da manutenção da ordem pública, tem ceifado a vida de milhares de pessoas, configurando uma desordem social patrocinada pelo Estado. Seus impactos se espalham por todos os contextos multirraciais, e Salvador, como parte da diáspora africana, não ficou imune aos resultados históricos e contemporâneos.

A Operação Beirú, implantada no bairro localizado no chamado “miolo de Salvador”, explicitou os indícios de que a formulação e a implementação de políticas de segurança pública são distintas para os bairros populares, onde vive a população negra, e para os bairros ricos, onde vivem os brancos. De 23 de julho a 23 de agosto de 1996, quando 250 policiais militares atuaram em Beirú para reprimir grupos considerados criminosos, 20 pessoas morreram: todas negras, do sexo masculino, com idade entre 15 e 35 anos.

Quando se trata de bairros populares, a ação policial parece se fundamentar no perfil racial da população,¹¹ configurada pela suspeição racial: a aparência física dos indivíduos justifica o constrangimento e a prisão. Nesses espaços, as operações são orientadas por: criminalização de jovens-homens-negros, influência do modelo de tolerância zero e auxílio da ação de grupos criminosos, identificados pelos moradores, pela imprensa e pelos próprios policiais como “justiceiros”, membros de esquadrões da morte e praticantes de chacinas.

Esse cenário não se repete nos bairros onde moram os ricos e os brancos da cidade, onde a polícia tolera muitas situações que superam todas as infrações cometidas por jo-

¹¹ O conceito de perfil racial (*racial profiling*) foi desenvolvido nos Estados Unidos pelos dirigentes do Departamento de Polícia da cidade de Nova York. Foi demonstrado por estudos de casos que constataram que a polícia se baseia na aparência física para constranger e prender.

vens negros, pobres, residentes nos cinturões de miséria. O que nos faz pensar que a ação da polícia nos bairros populares é a representação da ação mais ampla do estado em relação a jovens-homens-negros: não oferecer nada e mantê-los sob a lógica de vigiar e punir.

A existência de políticas de segurança pública diferentes parece pouco eficiente para o controle da violência urbana. Os resultados negativos também podem ser analisados sob a perspectiva das dificuldades do governo estadual em dialogar com a sociedade civil para construir políticas sociais mais participativas para a população.

O modelo de segurança pública baseado na suspeição policial por filtro racial, em nome da manutenção da ordem pública, tem ceifado a vida de milhares de pessoas

Os bairros populares refletem as contradições da cidade

Um dos principais entraves para os gestores da segurança pública é a falta de políticas de desenvolvimento para as grandes cidades brasileiras, avalia Leandro Piquet Carneiro, professor de ciência política na Universidade de São Paulo. As cidades que se expandiram sem políticas sociais urbanas sofreram graves problemas com a segurança e o crescimento da criminalidade, por isso o enfrentamento da violência e do crime impõe pensar a inclusão de todos os habitantes.

Salvador não é exceção. As famílias negras são quase sempre pressionadas a morar em becos, vielas, escadarias e ladeiras de barro, lugares tão estreitos que pode não haver espaço para passar nem uma geladeira. Suas casas, sem direito a reboco nem pintura, formam um triste espetáculo e denunciam a situação de *apartheid* vigente no próprio bairro popular. Perto dessas casas não há creches, escolas, postos de saúde – nada que nos lembre a presença do Estado, a não ser a polícia, quando invade, espanca e, muitas vezes, mata. Quarteirões disformes com casas exibindo muitas grades nas janelas e portas evidenciam o medo e a insegurança de todos que ali vivem. Essa triste arquitetura dos bairros populares acaba remetendo a grandes prisões.

Os moradores brancos, mestiços e morenos – as pessoas que têm pele clara – compõem os grupos “privilegiados” e controlam os Conselhos Comunitários de Segurança. Muitas vezes são eles que contratam os grupos de extermínio, geralmente formado por policiais, impondo assim o silêncio nos bairros negros de Salvador.

As implicações da violência simbólica na violência letal

Enquanto muitos homens negros tentam esquecer os problemas nos bares, são muitas

as mulheres negras que buscam ajuda nas igrejas evangélicas neopentecostais. Elas procuram refúgio para chorar a dor dos filhos, que tombam todos os dias com as balas tanto da polícia como dos grupos de extermínio tolerados pelo Estado. É um lugar de profundas contradições, porque muitas pessoas em conflito com a lei também têm se refugiado nessas igrejas. Vários jovens que se envolvem com a religião evangélica conseguem escapar da morte. É por isso também que muitas mães procuram a igreja: para evitar que seus filhos sobreviventes sejam assassinados. Em bairros onde a ausência do Estado se manifesta quase exclusivamente pela presença do aparato policial, pertencer a essas congregações confere uma espécie de status.

Nos bairros populares fica claro como a humanidade questionada da população negra facilita o massacre de jovens-homens-negros. A maioria das mulheres negras, sob pressão cotidiana da TV, das revistas e da escola, aprende desde pequena a se autonegar, a se mutilar, a não gostar de si mesmas – idéia que se materializa, por exemplo, no imenso número de lojas de creme para alisar cabelo. Morre-se, assim, pela negação estética.

Socializada para naturalizar as formas de violência simbólica, muitas vezes a população negra não consegue relacionar essa violência à ação letal da polícia contra os jovens-homens-negros. Os negros estão sendo preparados para não reagir e não lutar pelos seus direitos de cidadania, por meio de um processo que os desumaniza. A criminalização e a depreciação estética, entre outros aspectos, naturalizam qualquer tipo de violação de seus direitos, concluem o sociólogo francês Loïc Wacquant, professor da Universidade da Califórnia, e Vron Ware, professora de sociologia da Universidade de Yale.

Invasões: uma cidade e uma população abandonadas

Casas amontoadas, esgoto a céu aberto; ausência de política de saneamento, educação e saúde; muitas crianças sem direito a futuro. Nesses “lugares”, chamados de *invasão* em Salvador e de *favela* no Rio de Janeiro, muitos homens deixaram de ser vistos como provedores da família e os jovens crescem sem espelhos positivos. No Subúrbio Ferroviário, o desemprego atinge 60% da população, enquanto em Salvador o índice é de 28% da população economicamente ativa. O cenário dá o tom do abandono do Estado aos moradores dos bairros populares.

Com 2.440.886 habitantes, Salvador é historicamente marcada pelo grande número de invasões: a invasão do Corta-Braço, na década de 1940, na região da Liberdade; a do Pinto nos anos 1960, no bairro da Ondina, e a mais conhecida das ocupações urbanas na década de 1980, a das Malvinas. Todas foram combatidas com forte repressão policial, mas nem por isso deixaram de ser erguidas. Atualmente, as invasões representam 60% do solo ocupado da cidade e localizam-se sempre em encostas e despenhadeiros ou ao redor dos bairros de classe média.

Essa cidade “esquecida” viu os velhos centros econômicos de Salvador – o Centro Histórico, o Comércio e a Calçada – fenecerem por falta de investimentos públicos e privados. Boa parte dos empregos que proporcionavam a sobrevivência dos habitantes da Cidade Baixa foi tragada, e as indústrias fecharam as portas sem nenhuma reação do poder local.

As áreas consideradas por pesquisadores como as mais violentas da capital baiana correspondem a locais desprovidos de condições mínimas para a sobrevivência: Estrada Cia.–Aeroporto, Parque São Bartolomeu, Sussuarana, Nordeste de Amaralina, Loba-

to, Uruguai/Alagados II, Paripe/Base Naval, Coutos e Pau da Lima. Todas se localizam no chamado “miolo da cidade” e apresentam os maiores índices de homicídio em Salvador. São bairros que crescem sem nenhuma política de planejamento urbano, aprofundando as desigualdades sociorraciais.

Além do crescimento das invasões, observa-se também o deslocamento da classe média, que migra dos bairros tradicionais, no centro, para a orla marítima e a Região Metropolitana. Numa cidade com aproximadamente 500 mil desempregados e 41% dos lares chefiados por mulheres que ganham até dois salários mínimos, segundo dados de 2003 do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), as propriedades e outras marcas de opulência da classe média constituem um grande apelo para o crescimento da criminalidade. Porém o ataque a esse patrimônio não ex-

Os negros estão sendo preparados para não reagir e para não lutar pelos seus direitos de cidadania, por meio de um processo que os desumaniza

plica a violência letal que atinge majoritariamente jovens-homens-negros, porque a segregação racial não os deixa sequer atravessar as linhas de classe e de consumo que se erguem como barreiras na cidade.

O isolamento social motivado por raça e classe quebra a possibilidade de comunicação dentro da cidade, criando uma segregação entre jovens negros e brancos com conseqüências para a vida da cidade. Esta é a situação da *underclass*, que vive nos “bairros de desterro”, em “exílio interno”, como observou o sociólogo francês Loïc Wacquant ao analisar os guetos de Chicago e a periferia de Paris, em 1995.¹²

Nos bairros populares de Salvador, os jovens não têm muitos laços com o mundo de fora. Eles têm medo quando estão em contato com o mundo que os marginaliza e não tiveram os caminhos de infância que possibilitassem acesso mais fácil a emprego, relacionamentos afetivos e uma vida social mais abrangente.

Os moradores do miolo de Salvador, região “eivada” de invasões, carregam o estigma de viver num lugar de medo e desassossego. E assim, as grades que “decoram” as portas e as janelas das casas, lembrando casas-prisões, dão o triste testemunho da realidade vivida pela maioria da população. Entre a casa e a rua, o espaço da violência que tem ceifado a vida de milhares de jovens-homens-negros é a rua,

¹² Wacquant, Loïc. “Proscritos da Cidade: Estigma e Divisão Social no Gueto Americano e na Periferia Urbana Francesa”. *Revista Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, nº 43, nov. 1995, pp. 64-83.

território com leis próprias, dominado pela masculinidade manifesta quase sempre de forma violenta.

O isolamento territorial e a baixa interação entre jovens de grupos raciais diferentes evidenciam que Salvador, como todo o Brasil, é uma sociedade dividida por raças. Todas as esferas da vida estão codificadas pela cor, e os negros apreendem desde cedo a conviver com o estigma de possuir um capital simbólico negativo.

O bairro popular, moradia de pobres, negros e “invasores”, está abandonado pelo poder público. No bairro da Pituba, habitado pela classe média de Salvador, havia 16 praças públicas no fim de 2002, enquanto no miolo da cidade é possível caminhar por dezenas de bairros sem ver nenhuma área semelhante. Em toda a cidade só existem 29 pré-escolas, quase todas as creches são mantidas por movimentos comunitários e a maioria dos postos de saúde está sem equipe e medicamentos básicos. As ruas dos bairros

O isolamento territorial e a baixa interação entre jovens de grupos raciais diferentes evidenciam que Salvador, como todo o Brasil, é uma sociedade dividida por raças

populares são esburacadas, o esgoto corre a céu aberto, especialmente nas baixadas, onde vivem os mais estigmatizados. Por isso, sempre que ocorre alguma coisa de “errado” num bairro popular, o primeiro lugar a ser invadido é a “invasão”.

Segundo Angelo Serpa,¹³ professor da UFBA, as praças revelam a face de violência e abandono institucional dos bairros mais pobres de Salvador, pois a maioria dos equipamentos de lazer e diversão está nos bairros nobres e centrais, que são vigiados e têm horários de circulação determinados. Lá, as crianças e os jovens negros são monitorados pela polícia como proscritos na própria cidade. Sob o dogma do marginal nato, desde cedo são tratados como suspeitos.

A “cara da invasão” está representada nos cruzamentos da cidade, por crianças e jovens negros que limpam o pára-brisa dos carros ou vendem frutas, tabocas e flanelas. A violência foi naturalizada e a infância negra se tornou invisível no corpo desses pequenos sujeitos, que não recebem políticas de proteção nem um gesto de afeto da sociedade. É nesses momentos que a cidade apreende a idéia do jovem negro como marginal nato. Esse comportamento facilita a ação violenta da polícia no cotidiano da cidade contra os jovens-homens-negros.

¹³ Serpa, Angelo (org.). *Fala Periferia! Uma Reflexão sobre a Produção do Espaço Periférico Metropolitano*. Salvador: Editora da UFBA, 2001.

O direito de morar num bairro popular

O “linchamento social” dos moradores de bairros populares, executado pela mídia e pela polícia, fez de lugares como Calabar e Alto das Pombas os exemplos mais contundentes de bairros negros no centro da cidade que na década de 1980 tiveram de ir às ruas para defender o direito de existir. Muito mais do que o direito à moradia, o movimento ampliou a luta pela não-criminalização dos bairros populares.

Quando dizem o seu nome e endereço, os jovens dos bairros populares correm sério risco de perder uma vaga de emprego e de não estabelecer um laço afetivo – às vezes com alguém que também mora num bairro popular, tão estigmatizado quanto o seu. Quando são abordados pela polícia, dizer o nome do bairro em que residem pode ser a senha para um espancamento, conforme os depoimentos de muitos jovens de Novos Alagados.¹⁴ As pesquisas da CJP, do FCCV e de Gino Taparelli também confirmaram que ser morador de bairro popular é um dos principais agravantes para o estigma e a conseqüente morte violenta dos jovens ali residentes.

O direito de continuar vivo, informar onde mora e continuar na fila de emprego sem ser condenado relaciona-se ao direito de ir e vir, muitas vezes bloqueado por políticas públicas de segurança. Segundo levantamento do FCCV realizado em 2003, agora são os moradores dos bairros Beirú, Bairro da Paz e Nordeste de Amaralina que ocupam a cena, enfrentando a visão policial-midiática que criminaliza seus moradores.

Receita para invadir as “invasões”

Como criminalizar a população de um bairro inteiro para depois expulsá-la com a concordância da mídia, dos poderes públicos e até mesmo dos pobres de outras comunidades? A resposta é simples: as autoridades usam o argumento da violência e da criminalidade.

No Pelourinho, que concentra os principais pontos turísticos de Salvador, a criminalização da população negra foi manejada de forma a se tornar emblemática do reforço ideológico para expulsar a comunidade que morava no Centro Histórico. O poder público agiu de forma a garantir os interesses do poder econômico, que na Bahia se mantém entre os espaços público e privado. Esse processo teve início na década de 1980 e continua em curso até hoje. Como o que estava em jogo era a “limpeza étnico-espacial”, o poder local optou pela artificialidade, ressalta Marcos Uzel em *O Teatro do Bando: Negro, Baiano e Popular* (Editora e Teatro Vila Velha, 2003).

Na década de 1990, a invasão do Costa Azul foi um dos últimos embates entre a classe média e os pobres. Em 1997, a Prefeitura mediou o conflito e acabou remanejando a população local. No entanto, mesmo com toda a visibilidade do caso na mídia, continua o assédio da indústria imobiliária para ocupar outras comunidades, como a Gamboa de Baixo, localizada em frente à baía de Todos os Santos, na avenida do Contorno, onde há um projeto milionário da marina de Salvador. Como a comunidade não deixou o local espontaneamente, a polícia entrou na história para crimi-

¹⁴ Noronha *et al.*, “No Olho do Furacão: Brutalidade Policial, Preconceito Racial e Controle da Violência em Salvador”.

nalizar a população e justificar sua retirada. A mesma receita foi adotada em vários outros bairros: Nordeste de Amaralina, Santa Cruz e Vale das Pedrinhas, vizinhos dos bairros ricos do Itaipara, Pituba e Caminho das Árvores; e também em Calabar e Alto das Pombas, cercados pelo Apipema e pela Graça.

O estigma do bairro popular é tão forte que pesquisa¹⁵ realizada na Liberdade – uma das regiões mais populosas de Salvador – apresentou como principais razões para a insegurança nos bairros populares elementos como: violência do poder dos traficantes, uso de drogas, desemprego e medo social, ineficácia da polícia e insuficiência de policiais e de patrulhamento para garantir a segurança.

Porém, atribuir a violência à presença dos traficantes nos bairros populares e ao uso de drogas pelos jovens residentes se tornou uma faca de dois gumes. De um lado, pela constatação de um drama social real que destrói famílias inteiras; de outro, pelo alibi para fortalecer o discurso policial e justificar os assassinatos de jovens-homens-negros. Naturalizam-se as mortes e banaliza-se a vida, conforme acordo moral estabelecido com

¹⁵ Costa, Ivone Freyre. *Polícia e Sociedade: Gestão de Segurança Pública, Violência e Controle Social*. Salvador: Editora da UFBA, 2005.

Arte e mobilização comunitária no combate à violência

Organizados, os jovens negros têm enfrentado a violência nas suas mais variadas formas, por meio de campanhas e de projetos comunitários que envolvem arte e mobilização social.

Hip hop e transformação: A Organização Sócio-Educativa Cultural Hip Hop Clã Periférico surgiu em 2000 para conscientizar os jovens do bairro da Paz – uma comunidade de 52 mil habitantes da periferia de Salvador – sobre violência e discriminação. “Nosso grupo nasceu a partir do silêncio do Estado: as mortes e as agressões acontecem e o Estado sabe disso, mas não faz nada”, diz Tom Nascimento, 31 anos, um dos fundadores. “Já que não existem políticas públicas voltadas para o jovem, achamos que seria proveitoso fazer algo que o ajudasse a sair das ruas e ao mesmo tempo formasse uma visão crítica do problema.”

A idéia é usar os quatro elementos do hip hop (break, grafite, rap e DJ) como instrumento de resistência à violência. Duas vezes por semana, 60 ado-

lescentes de 12 a 16 anos participam de oficinas artísticas. O principal pré-requisito para fazer parte do grupo é estar na escola.

A atuação do Clã Periférico não fica restrita à arte. Mensalmente, ativistas e estudiosos do movimento negro vão à comunidade falar sobre racismo. Também há grupos de estudos sobre a história da resistência negra no Brasil.

Arte e mobilização: Em Pau da Lima, uma das maiores comunidades de Salvador, diversos grupos jovens trabalhavam para tentar conscientizar os habitantes sobre o problema da violência, mas não eram articulados.

Em julho de 2004, eles se reuniram para formar o Resistência Comunitária, que atua para combater e denunciar o racismo. “Percebemos que existe na comunidade uma carência grande de informação sobre a questão”, diz Elder Costa Santos, 21 anos, um dos fundadores da entidade.

as “pessoas de bem” e os comerciantes, que financiam o sumiço de jovens que estão em conflito com a lei ou são simplesmente suspeitos.

Recomendações

Diante desse cenário, a mobilização social é fundamental para acabar com a invisibilidade da ação violenta da polícia em relação à população negra. A Campanha Reaja ou Será Morta! Reaja ou Será Morto!, realizada por organizações do movimento negro, é uma das tentativas (*leia mais sobre a campanha e outras formas de enfrentamento no texto Arte e Mobilização Comunitária no Combate à Violência*).

Também é necessário combater o racismo institucional que atinge mídia, polícia e mercado de trabalho formando um círculo miserável, além de investir em formação e informação. Não apenas do policial, mas do oficialato como um todo e da própria juventude negra, para que ela possa ter mais condições de se proteger e de ser protegida.

A autora dedica este texto aos jovens-homens-negros que morreram em decorrência da violência causada pelo Estado e às suas mães.

O grupo, formado por 12 jovens entre 17 e 29 anos, divulga o tema para pessoas que trabalham com iniciativas artísticas na comunidade. A iniciativa já trouxe resultados: dois grupos de rap, três de teatro e um de dança passaram a inserir discussões sobre raça, gênero e violência em suas apresentações. “O discurso deles agora está bem mais politizado, o que ajuda a disseminar a informação”, diz Elder. O Resistência Comunitária também ajuda os artistas a elaborar projetos de captação de recursos. Além disso, estimula a formação de outras ações de mobilização política na própria comunidade.

Reaja ou Será Morta! Reaja ou Será Morto!: A campanha surgiu em maio de 2005 como resposta à brutalidade racial que marca a matança de jovens negros em Salvador e na região metropolitana. Envolve diversas organizações da juventude negra: PCE, Shoc Cultural, Quilombo Educacional do Orobú e Juventude Negra do Bom Juá, entre outras.

Segundo Marcus Alessandro Mawusí, um dos articuladores da campanha e coordenador nacional do Movimento Negro Unificado (MNU), a principal estratégia da mobilização é a ação nas comunidades, denunciando os grupos de extermínio e elaborando diagnósticos sobre violência a partir da vivência dos moradores dos bairros populares. Os levantamentos realizados pelas próprias comunidades e vários dados do jornal *A Tarde* e da Comissão Justiça e Paz foram levados pelos participantes da campanha ao presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), Clare Roberts, e ao relator especial da ONU sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e outras formas de intolerância, Doudou Diène.

A mobilização, segundo Mawusí, já produziu os primeiros resultados. O *Relatório sobre Formas Contemporâneas de Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância*, de Doudou Diène, apontou Salvador como uma cidade violenta na questão racial.

DIGA NÃO
AO
TRABALHO INFANTIL



Crianças e adolescentes em atividades perigosas

O Trabalho Infantil Perigoso causa danos ao desenvolvimento da criança, do adolescente e ao país. É uma violência contra esses cidadãos e cidadãs e também contra o bem público, pois contraria o Estado democrático de direito

Por Renato Mendes, oficial de projeto da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, e Anacláudia Gastal Fassa, Ph.D. do Departamento de Medicina Social da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Em 13 de dezembro de 2005, Robson, de 17 anos, morreu por causa de um acidente de trabalho. O jovem estava recolhendo bagaço de abacaxi, que seria dado ao gado, quando caiu do trator e foi atropelado pelo carro que transportava a carga. Robson havia sido um dos jovens entrevistados para o relatório *Trabalho Infantil na Cultura do Abacaxi no Município de Santa Rita (PB)*, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e a publicação foi dedicada a ele. “A morte de Robson foi além de todas as análises sobre saúde e segurança deste estudo e evidenciou, para aqueles que ainda têm dúvidas, a necessidade de ações imediatas e em caráter de urgência para

Integrante do Programa de Enfrentamento do Trabalho Infantil Doméstico do CEDECA-Emaús, em Belém, Layane Silva de Souza, de 13 anos, criou esse desenho durante uma oficina a respeito do problema

eliminar as piores formas de trabalho infantil no Brasil”, justificou Laís Abramo, diretora do escritório da OIT no país.

De novembro de 2005 a julho de 2006, mais cinco crianças e adolescentes brasileiros perderam a vida em situações semelhantes. Na zona rural de Santo Antônio da Platina, no Paraná, Carlos, de 9 anos de idade, faleceu em 12 de junho, Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, ao ser atingido por uma tesoura usada na colheita de laranja. Em Aracaju, no mesmo dia, Daiane, de 16 anos, foi vítima fatal de queimaduras ao ligar o fogão em um trailer adaptado para vender lanches, no qual ela trabalhava. Vinícius, de 16 anos, agricultor, em Uraí, Minas Gerais, Marielma, de 11 anos, babá em Belém do Pará, e Giovana, de 11 anos, trabalhadora infantil urbana, em Curitiba, também tiveram o mesmo fim trágico.

O atual sistema de monitoramento oficial não permite que se conheça a situação real do Trabalho Infantil Perigoso (TIP) no Brasil. Não se sabe nem ao menos quantos estão atualmente nessas atividades. De acordo com o artigo 5º da Convenção 182 da OIT, ratificada pelo governo brasileiro em fevereiro de 2000, esse acompanhamento deveria ser feito, mas não tem sido realizado.

As Convenções 138 e 182 da OIT – respectivamente sobre a idade mínima para admissão ao emprego e sobre as piores formas de trabalho infantil –, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente preconizam a prevenção e a eliminação do trabalho infantil. O “não-fazer”, portanto, também é uma violação dos direitos humanos e sociais, sejam eles individuais, coletivos ou difusos, de meninos, meninas e adolescentes.

Os efeitos da inserção em ocupações perigosas podem ser constatados de forma imediata e também a longo prazo: as atividades consideradas de risco podem matar ou comprometer o desenvolvimento da criança e sua futura integração a um trabalho decente quando crescer.

Além de gerar conseqüências indesejáveis para a saúde, a vida e o desenvolvimento de crianças e adolescentes, o trabalho infantil também se configura como um elemento de perpetuação do ciclo da pobreza. Funciona como um círculo vicioso: é tanto causa como conseqüência. Porque é a população menos favorecida – de baixa renda, composta de migrantes e grupos étnicos minoritários – que mais sofre com a violência da exploração da mão-de-obra infantil.

Muitas vezes, esses grupos são discriminados e, freqüentemente, não têm as oportunidades necessárias para ocupar postos de trabalho com remuneração justa. Em geral esses grupos são mais explorados, atuam em atividades de alto risco, vivem no próprio local de trabalho e têm relações trabalhistas precárias com pouca ou nenhuma proteção. Em alguns casos não recebem nem mesmo o próprio salário.¹

Para combater esse tipo de violação, é necessário saber quais são as suas características. E também conceber as políticas públicas – no amplo sentido da palavra *pública* (que é de competência da sociedade e do Estado) – sob a perspectiva de gênero, raça e etnia, pois a igualdade perante a lei acontece e se concretiza no reconhecimento das diferenças.

¹ National Research Council & Institute of Medicine. *Protecting Youth at Work: Health, Safety and Development of Working Children and Adolescents in the United States*. Washington, D.C., National Academy Press, 1998.

Nesse sentido, a OIT realizou no âmbito da Consulta Nacional sobre Violência contra a Criança e o Adolescente o estudo *Considerações à Lista de Trabalho Infantil Perigoso*, que apresenta uma nova classificação nacional das atividades consideradas perigosas para meninos e meninas (*a íntegra da matriz está no site da OIT: www.oitbrasil.org.br/ipec*). O estudo vem subsidiando a capacitação dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS) para que eles assimilem a exploração de mão-de-obra infantil como um problema de saúde pública. Assim, os profissionais podem identificar se a doença está associada ou não ao trabalho infantil e notificar, em caso afirmativo, as autoridades de proteção (*leia texto Investimento em Capacitação*).

O material produzido pela OIT também oferece pautas concretas para o debate sobre o trabalho doméstico e os trabalhos com cítricos, na cultura do algodão, do tomate e do fumo. Etapas e atividades estão sendo revistas. A classificação apontou, por exem-

Quando o trabalho infantil é a única opção para a sobrevivência, não constitui uma decisão autônoma. É imposição. A força da necessidade sobre a possibilidade. Isso é violência

plo, que no caso do tomate existe perigo de contaminação por agrotóxicos na colheita, fase antes não considerada de risco.

O estudo deve ser usado ainda em estratégias de mobilização para que a sociedade entenda os malefícios da exploração da mão-de-obra de crianças e adolescentes. Embora o trabalho infantil resulte em danos individuais e sociais, a naturalização dessa violência vem permitindo que uma parcela da sociedade o considere como uma possível solução para a situação de pobreza em que esses meninos, meninas e adolescentes se encontram. Muitos o vêem como prática a ser estimulada, e não combatida.

Assim os papéis sociais invertem-se. O dever de proteção não pode recair sobre as crianças, e sim sobre a família, a sociedade e o Estado. A elas, cabe permitir ser protegidas e desenvolverem-se para a autonomia. Quando o trabalho infantil é a única opção para a sobrevivência, não constitui uma decisão autônoma. É imposição. A força da necessidade sobre a possibilidade. Isso é a própria violência.

Marco legal

Para combater essa violação, foram criados instrumentos internacionais que delineiam as formas de atuação e de enfrentamento pelos países. Os principais são as Convenções 138 e 182 da OIT. Esta segunda, sobre Interdição das Piores Formas de Trabalho das Crianças e Ação Imediata com vista à sua Eliminação, foi ratificada por 161 países

(até julho de 2006), incluindo o Brasil. Em seu artigo 3º, define as piores formas de trabalho infantil, que abrangem:

- Formas inquestionavelmente piores: trabalho escravo, exploração sexual comercial, exploração de crianças em atividades ilícitas (alíneas a, b e c).
- Trabalho Infantil Perigoso: atividades que, pela sua natureza ou pelas condições em que são exercidas, podem prejudicar a saúde, a segurança ou a moralidade da criança (alínea d).

De acordo com o artigo 4º da Convenção 182, os tipos de Trabalho Infantil Perigoso devem ser determinados pela legislação nacional, levando-se em conta padrões internacionais e os parágrafos 3 e 4 da recomendação 190 da OIT. A recomendação estabelece que, para determinar os TIP e identificar onde eles ocorrem, devem ser considerados:

- Trabalho que expõe crianças a abusos físicos, psicológicos ou sexuais.
- Trabalho embaixo da terra ou da água, em alturas perigosas ou em espaços confinados.
- Trabalho com maquinaria, equipamento e ferramentas perigosas ou que envolva manusear ou transportar cargas pesadas.
- Trabalho em ambientes insalubres que possam, por exemplo, expor as crianças a substâncias, agentes ou processos perigosos ou a níveis de temperatura, ruído ou vibração que possam ocasionar danos à saúde.

A idade mínima brasileira

A legislação sobre a idade mínima para trabalho infantil varia muito de país para país. Aqueles que assinaram a convenção 138 da OIT têm a obrigação de estipular uma idade para a admissão no trabalho, que não deve ser inferior à da conclusão do ensino obrigatório. Mas cada nação pode estabelecer seus parâmetros. Na Inglaterra a idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho é 13 anos, por exemplo. Já em países como Suíça, Alemanha, Itália, Paraguai e Uruguai é 15 anos, segundo dados publicados no livro *Crianças Invisíveis*, da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), OIT, UNICEF e Cortez Editora.

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que a idade mínima para o trabalho é 16 anos. A partir dos 14, o adolescente pode ingressar em uma atividade remunerada, na condição de aprendiz. Já o Trabalho Infantil Perigoso (TIP) é proibido para pessoas com menos de 18 anos.

Apesar do arcabouço legal, 5,45 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalham. Desse

total, 5,6% são crianças de 5 a 9 anos e 34,2% se encontram entre 10 e 14 anos, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2005 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Não se sabe quantos meninos e meninas com menos de 18 anos estão inseridos no Trabalho Infantil Perigoso. Mas é impossível negar que, mesmo proibido, esse tipo de trabalho acontece. Segundo a PNAD de 2001, quase metade das crianças e adolescentes que trabalhavam na época usava máquina, ferramenta, instrumentos ou produtos químicos em sua atividade – grandes indicadores de TIP.

Diante desse cenário, ainda que qualquer forma de trabalho esteja proibida para meninos e meninas com menos de 16 anos – salvo a condição de aprendiz a partir dos 14 –, é importante abordar e discutir o Trabalho Infantil Perigoso e suas consequências para todas as faixas etárias. Fazer isso é estabelecer linhas para o enfrentamento de um problema que ainda compromete o desenvolvimento de muitas crianças e adolescentes no país.

- Trabalho em condições particularmente difíceis, como por longas jornadas, período noturno ou confinamento.

Diante das recomendações, o Brasil editou em setembro de 2001 a portaria nº 20, que define locais e serviços considerados perigosos ou insalubres para menores de 18 anos. Foram relacionadas 81 atividades. A lista, segundo a Convenção 182, deveria ser revisada periodicamente. A matriz elaborada pela OIT visa ser um instrumento para essa revisão. O estudo realizado para sua elaboração está subsidiando os debates sobre a análise e a revisão da lista brasileira na Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Classificar o trabalho infantil como perigoso e não-perigoso é uma tarefa complexa. Não há consenso, nem amplo conhecimento a respeito do impacto do trabalho infantil no desenvolvimento de meninos e meninas.

Alguns autores apontam que o trabalho pode ter aspectos positivos, na medida em que desenvolve disciplina, responsabilidade, autoconfiança e independência; ensina a lidar com dinheiro; proporciona modelos por meio do contato com adultos e prepara para o trabalho adulto. Contudo, pela forma como é organizado, pelas condições em que é realizado e por sua natureza, pode implicar exploração da mão-de-obra infantil e ter impacto negativo sobre a saúde e a escolarização das crianças.²

O impacto do trabalho sobre a saúde resulta da interação de todos esses fatores, que podem potencializar ou amenizar o risco. Além disso, é difícil mensurar o desgaste sofrido pelo trabalhador, que implica alterações no estado de saúde. E os estudos existentes sobre trabalho infantil e saúde são bastante limitados. Falta conhecer com profundidade os impactos do trabalho infantil sobre morbidades agudas e crônicas.³

Não existe trabalho sem risco para a criança ou o adolescente. O trabalho sempre acarreta algum nível de desgaste. Portanto, a definição de Trabalho Infantil Perigoso passa pela determinação de um nível de risco aceitável. Sistemáticamente, a humanidade amplia seus anseios por melhores condições de vida e de trabalho. Por isso, o que era aceitável há 40 anos hoje não é mais, e alguns riscos que são aceitos atualmente não o serão daqui a algumas décadas. Assim, as listas de TIP devem incluir atividades que sejam de mais alto risco, aquelas que potencialmente implicam maior impacto na saúde.

Pode-se dizer que o trabalho infantil causará mais dano quanto maior for a interferência no tempo de recreação, no descanso e na escola; quanto mais jovem for a criança; quanto maior for o número de horas diárias de trabalho; quanto mais envolver turno noturno; quanto maior for o risco resultante da natureza do trabalho, e quanto menor for o salário.⁴ Com base na observação desses elementos, será estabelecido o ponto de corte para definir trabalho perigoso e não perigoso.

² National Research Council & Institute of Medicine. *Protecting Youth at Work*.

³ Fassa, Anaclaudia Gastal. *Health Benefits of Eliminating Child Labour*. Geneva: International Labour Office, 2003.

⁴ Fassa A. G.; Facchini, L. A.; Dall'agnol M. M., Christiani, D. C. "Child Labor and Health: Problems and Perspectives", *International Journal Occupational and Environmental Health*, San Francisco, vol. 6, n. 1, 2000, pp. 55-62.

O formato da lista é outro aspecto difícil de estabelecer. Ela pode ser elaborada de acordo com as atividades econômicas, os riscos ocupacionais presentes ou os efeitos que os trabalhos podem produzir na saúde. Todas essas abordagens apresentam vantagens e desvantagens.⁵

A caracterização pela atividade econômica é a mais empregada nas legislações nacionais, pela facilidade de identificação. Porém não discrimina tarefas ou funções perigosas e não-perigosas em cada atividade, nem as diferenças de risco causadas por variações nas condições de trabalho entre empresas do mesmo ramo. Desvantagens que não são observadas quando se usam como referência os fatores de risco. O problema é que nesse caso não se leva em conta a somatória de efeitos dos diferentes riscos. Além disso, também é difícil determinar se o risco listado está presente. Muitas vezes os trabalhadores ou mesmo os supervisores não sabem exatamente a composição dos produtos utilizados no processo produtivo.

Outra forma empregada para classificar o TIP é a partir do impacto que o trabalho pode ter na saúde. A abordagem facilita a compreensão dos efeitos nocivos do trabalho e ajuda a mobilizar a opinião pública e as autoridades. Entretanto, é de difícil implementação, porque para estabelecer ações preventivas é preciso definir que tipos de exposição são capazes de provocar os danos listados. E essa é mais uma tarefa ampla e complexa.

Prioridades para a ação

Artigos científicos de pesquisadores de países desenvolvidos, principalmente norte-americanos, avaliam a associação entre trabalho infantil e acidentes. Eles apontam a mineração, a agricultura e a construção, nessa ordem, como atividades de alto risco para acidentes fatais e não-fatais. No entanto, como são baseados em dados oficiais, subestimam os acidentes ocorridos em setores informais da economia. Além disso, não detalham o risco de acidentes nas atividades econômicas de cada um dos grandes ramos produtivos. Já nos países em desenvolvimento, a maioria dos estudos apresenta importantes limitações metodológicas. Faltam informações sobre os impactos do trabalho infantil sobre morbidades agudas e crônicas.⁶

Apesar de não termos informações em abundância sobre o impacto do trabalho infantil na saúde de meninos e meninas, existe material suficiente para estabelecer prioridades para a ação. Sabe-se que em geral as crianças são mais suscetíveis que os adultos às exposições ocupacionais.⁷ Desse modo, o conhecimento sobre as associações entre trabalho ou riscos ocupacionais e danos à saúde em adultos pode fundamentar a definição das atividades de mais alto risco para crianças e adolescentes.

É importante considerar que crianças e adolescentes apresentam características funcionais e estruturais diferentes dos adultos, em termos morfológicos, fisiológi-

⁵ Betancourt, O.; Eijkemans, G.; Fassa, A. G. et al. *Criteria para Analizar el Trabajo Infantil Peligroso: Informe del Taller Técnico*. Quito, 2002.

⁶ Forastieri, V. *Children at Work: Health and Safety Risks*. 2ª ed. Geneva: International Labour Office, 2002.

⁷ Idem.

cos, bioquímicos e metabólicos. Eles diferem também nas características comportamentais e nos requerimentos nutricionais.⁸ Estudos epidemiológicos apontam que as crianças apresentam mais suscetibilidade a toxicidade por chumbo, sílica e benzeno, a calor, ruído e radiação ionizante; bem como risco maior de acidentes de trabalho. Além disso, uma vez que crianças e adolescentes estão em período de crescimento, existe grande preocupação de que possam apresentar risco aumentado de adquirir doenças crônicas pela exposição a fatores de risco ergonômicos e carcinogênicos.⁹

Com essas informações, já é possível estabelecer algumas situações de maior vulnerabilidade na infância. Devem-se exigir níveis mais altos de proteção nesses casos. A natureza maleável, vulnerável e formativa das crianças exige que os níveis de proteção sejam maiores do que os acordados para os trabalhadores adultos.¹⁰

Apesar de não termos informações em abundância sobre o impacto do trabalho infantil na saúde de meninos e meninas, existe material suficiente para estabelecer prioridades para a ação

Dessa forma, para definir a lista de Trabalho Infantil Perigoso devem-se avaliar:

- A magnitude do problema: o número de crianças e adolescentes expostos a determinada atividade, tarefa ou função.
- A probabilidade de dano: o risco de que as exposições causem problemas de saúde.
- A severidade do dano: o risco de que as exposições causem doenças graves, incapacitantes ou óbito.
- A vulnerabilidade: o fato de as crianças serem mais vulneráveis que os adultos e poderem adoecer quando submetidas a condições em que um adulto não adoeceria.

Esses critérios epidemiológicos aplicam-se ao coletivo. Assim, programas que visem reduzir o impacto do trabalho infantil sobre a saúde devem atuar principalmente em grupos de trabalhadores, e não agir apenas sob demandas individuais.

Outros aspectos também precisam ser considerados na definição de TIP. As crianças devem ser protegidas independentemente do tipo de vínculo ocupacional ou do

⁸ Idem.

⁹ Fassa A. G.; Facchini, L. A.; Dall'agnol M. M., Christiani, D. C. "Child Labor and Health: Problems and Perspectives".

¹⁰ National Research Council & Institute of Medicine. *Protecting Youth at Work*.

Trabalho infantil doméstico: triste reflexo das desigualdades do país

“Queria um futuro melhor para a minha filha”, desabafa Maria Benedita da Silva, de 33 anos. Sua filha, Marielma de Jesus da Silva Sampaio, de 11 anos, saiu em julho de 2005 de Vigia, no Pará, onde morava com a família, para trabalhar em outra cidade do interior, Colares, como babá de um bebê de 1 ano. “Eles prometeram dar o estudo, a roupa, o calçado e o médico, quando precisasse”, relembra Maria Benedita, que perdeu o contato com a filha em agosto, quando ela se mudou para Belém com os patrões.

Em novembro, Marielma foi encontrada morta por espancamento, com fraturas múltiplas e sinais de violência sexual, na casa onde trabalhava. “Só soube no IML, no registro de óbito, o que eles faziam com a menina”, conta Benedita. Com 12 costelas fraturadas, os rins e o baço amassados e marcas de queimadura, Marielma ficou irreconhecível. A própria mãe diz que teve dificuldades para identificá-la.

Em agosto de 2006, a patroa, Roberta Sandreli Rolim, foi condenada a 38 anos de prisão em regime fechado pela co-autoria do assassinato da menina. No início de dezembro, seu marido, Ronivaldo Furtado, foi julgado e condenado a 52 anos de prisão por homicídio qualificado, cárcere privado e estupro da babá. A pena deve ser cumprida em regime fechado.

“O caso da Marielma é emblemático”, afirma Celina Hamoy, coordenadora do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Emaús (CEDECA-Emaús). Apesar de proibido para crianças e adolescentes com menos de 16 anos, o trabalho doméstico é uma das formas de exploração de mão-de-obra infantil mais difundida no país. Existem 494 mil trabalhadores domésticos de 5 a 17 anos no Brasil. A maioria dos empregados domésticos é mulher (92,7%), negra (74,7%) e começou a trabalhar ainda criança.

Por trás das estatísticas, as histórias de vida revelam a reprodução do ciclo de pobreza. Em geral, o trabalho infantil doméstico traz conseqüências que impedem a criança ou o adolescente de migrar para

outros lugares sociais. Segundo pesquisa qualitativa da OIT realizada em 2002, em Belém, Belo Horizonte e Recife, 64,2% das meninas trabalhadoras domésticas ganham menos de meio salário mínimo e a jornada acima de 40 horas semanais é a realidade de 52,8% delas. O nível educacional das pessoas que tiveram o trabalho doméstico como primeira ocupação é, em média, 1,6 ano menor do que o daquelas que começaram a trabalhar em outras ocupações.

“O trabalho doméstico no Brasil é seguramente o lugar mais específico da exclusão social e do preconceito”, constata Vanda Sá Barreto, no artigo “Raça e Gênero no Trabalho Doméstico de Crianças e Adolescentes”, publicado no livro *Crianças Invisíveis* (ANDI, OIT, UNICEF, Cortez Editora). “Além disso, é nele que são construídas inúmeras maneiras ideológicas de mascaramento da exploração de meninos e meninas, tais como a naturalização desse trabalho para garotas, reforçando os papéis ditos femininos, e a postura de que é melhor a criança trabalhar do que estar na rua. Essas idéias só fortalecem o imaginário sobre a pobreza e são exemplos de formas discriminatórias na direção de gênero e raça”, conclui.

O enfrentamento do trabalho infantil doméstico implica necessariamente o combate ao racismo, ao sexismo e à omissão. “A grande falha é da sociedade”, alerta Celina Hamoy, do CEDECA-Emaús. Mesmo no caso de Marielma, que envolveu violência, ninguém denunciou. “Escutavam a garota gritando e nada foi feito”, lamenta a especialista. Segundo ela, depois da morte da menina, o CEDECA-Emaús tem recebido muitas denúncias de trabalho infantil doméstico. A grande dificuldade, no entanto, continua sendo a constatação.

Além de chamar atenção para essa triste realidade, a condenação dos patrões de Marielma mostrou, de acordo com Celina Hamoy, que, quando o Sistema de Garantia de Direitos funciona bem, a responsabilização é rápida e a impunidade, felizmente, não prevalece.

tipo de empregador. Na agricultura, por exemplo, elas trabalham em pequenas propriedades ou ajudam os pais que são contratados por produção. Na manufatura, trabalham em pequenas empresas ou em bancas caseiras subcontratadas por empresas de médio porte. Além disso, a grande maioria das crianças está inserida no setor informal da economia. Como existem evidências de que tanto o trabalho familiar¹¹ como o trabalho informal¹² podem implicar altos riscos à saúde, o que determina o nível de risco é a natureza do trabalho, e não o tipo de vínculo ou de empregador.

É preciso observar também que a criança está em desenvolvimento. Logo, os limites de tolerância (TLV) estabelecidos para o adulto não são suficientemente protetores para ela. Considerando a sua necessidade de maior nível de proteção e sua maior vulnerabilidade, a atividade deve ser considerada TIP sempre que crianças estiverem expostas a situações que excedam os limites de tolerância estabelecidos para adultos. Além disso, a própria existência desses limites deve ser um alerta para a presença de potenciais riscos ocupacionais.¹³

A necessidade de usar Equipamentos de Proteção Individual (EPI) é outro elemento que indica a presença de potenciais riscos ocupacionais. Tais equipamentos não são desenvolvidos para crianças e podem não ser suficientemente protetores, sobretudo nas situações em que elas estejam mais vulneráveis ou que o EPI tenha tamanho inadequado. Desse modo, atividades nas quais seja exigida a sua utilização devem ser consideradas TIP.¹⁴

Outro aspecto a ser levado em conta é a jornada de trabalho. Quando ela é muito longa, apresenta riscos, porque provoca fadiga, falta de concentração, entre outras conseqüências. Além disso, potencializa todas as exposições a riscos ocupacionais, sendo um elemento de extrema relevância para determinar os trabalhos infantis perigosos.

Impactos relacionados a idade, gênero e etnia

O trabalho de crianças e adolescentes varia conforme a idade, o gênero e a etnia. A inserção no mercado aumenta com a idade. Dos 5 aos 9 anos, 76,7% dos trabalhadores estão em atividade agrícola. O percentual cai para 58,7% dos 10 aos 14 anos e para 32,9% dos 15 aos 17 anos.¹⁵

O tipo de ocupação e as tarefas que eles fazem também mudam de acordo com a faixa etária, resultando diferentes tipos e intensidades de exposição a fatores de risco. No entanto, para definir o ponto de corte de idade a partir do qual algumas ocupações/ex-

¹¹ Castillo, D. N.; Adekoya N. & Myers, J. R. "Fatal Work-Related Injuries in the Agricultural Production and Services Sectors Among Youth in the United States", *Journal of Agromedicine*, vol. 6, n. 3, 1999, pp. 27-41.

¹² Dunn, K. & Runyan, C. "Deaths at Work Among Children and Adolescents", *American Journal of Diseases of Children*, vol. 147, n. 10, 1993, pp. 1044-47.

¹³ Forastieri V. *Children at Work*.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2005.

posições serão consideradas inadequadas, é preciso sintetizar a vulnerabilidade a um conjunto de exposições.

No Brasil, o percentual de meninos trabalhadores entre 5 e 17 anos é maior que o de meninas. Em geral, comércio e serviços domésticos são atividades predominantemente femininas, enquanto o trabalho em construção, serviços não domésticos e manufatura são predominantemente masculinos.¹⁶ Mesmo para adultos, reconhece-se que a divisão sexual do trabalho faz com que os homens sejam inseridos em tarefas que demandam força física, enquanto as mulheres têm tarefas monótonas e repetitivas, que requerem longas jornadas.¹⁷

Dessa forma, meninos e meninas podem, em determinadas situações, sofrer riscos particulares. As meninas, por características próprias da relação entre os gêneros, apresentam risco aumentado de sofrer abuso físico e sexual, quando comparadas aos meninos. Já os meninos apresentam maior risco de acidentes quando exercem a mesma atividade. Porém isso não significa que as meninas possam trabalhar com máquinas perigosas e que os meninos possam ficar em situação de isolamento.

Ainda que sejam fundamentais para definir políticas públicas de combate ao trabalho infantil, gênero e etnia não são centrais na definição de Trabalho Infantil Perigoso. São as diferenças na forma de inserção no trabalho que têm maior relevância para determinar os riscos e seus potenciais danos à saúde.

Instrumento para a ação

Diante da magnitude do problema e da necessidade de estabelecer prioridades, em 2002 o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (Ipec) da OIT organizou em Quito, no Equador, uma reunião latino-americana de especialistas para discutir os critérios para definição de TIP. O grupo técnico fez uma proposta de lista de exposição zero: atividades ou exposições que deveriam ser consideradas totalmente inaceitáveis para crianças. A lista inclui, entre outros itens:

- Asbesto ou amianto
- Sílica
- Isocianatos
- Benzeno, tolueno, xileno, estireno
- Outros cancerígenos do grupo 1 e 2A da lista da Agência Internacional para Pesquisa sobre Câncer (IARC)
- Mercúrio
- Organoclorados
- Organofosforados
- Trabalho embaixo da terra

¹⁶ Facchini, L. A.; Fassa, A. G.; Dall'Agnol, M. M.; Maia, M. F.; Christiani, D. C. "Individuals at Risk: The Case of Child Labor". In: Heymann, Jody (org.). *Global Inequalities at Work: Work's Impact on the Health of Individuals, Families, and Societies*. Nova York: Oxford, 2003.

¹⁷ Dall'Agnol, M. M. *Trabalho e Saúde na Indústria de Alimentação de Pelotas: Uma Questão de Gênero?* Dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) em 1995.

- Trabalho embaixo da água
- Trabalho noturno
- Trabalho em altura ou sem proteção
- Trabalho com substâncias em altas temperaturas
- Horas extras
- Radiações ionizantes
- Máquinas ou ferramentas sem proteção
- Explosivos
- Armas de fogo
- Contato com sistemas, circuitos e condutores de corrente elétrica não protegidos

Ainda que sejam fundamentais para políticas públicas de combate ao trabalho infantil, gênero e etnia não são centrais na definição de Trabalho Infantil Perigoso

No mesmo ano, outro grupo de especialistas de vários países – membros dos programas Ipec (OIT) e Safework (Organização Mundial da Saúde, OMS) – reuniu-se em Genebra para conceber uma estrutura ideal para uma lista de Trabalho Infantil Perigoso. Esse modelo, de múltiplas entradas, proporcionaria uma visão geral das diferentes abordagens sobre o impacto do trabalho infantil. A estrutura da matriz é composta de setor/atividade, tarefa, risco ocupacional e efeito na saúde.¹⁸

Ao marcar o ponto de entrada, a matriz possibilita a cobertura de, entre outros elementos: maiores grupos possíveis de riscos, setores completos, todas as tarefas similares em diferentes setores, todos os produtos ou processos que causem determinados problemas de saúde. Isso proporciona aos usuários, autoridades competentes e outros parceiros um panorama amplo e acessível, útil para fazer comparações.

Avaliação da lista brasileira

A lista brasileira, estabelecida pela portaria nº 20, que define locais e serviços considerados perigosos ou insalubres para menores de 18 anos, baseia-se nas ocupações consideradas perigosas para o trabalhador adulto e em outras listas existentes sobre Trabalho Infantil Perigoso. Em sua elaboração, o perfil do trabalho infantil no Brasil parece não ter sido considerado, pois constam ocupações que aqui não são grandes emprega-

¹⁸ Eijkemans, G. *Final Report of the Preparatory Expert Meeting on Hazardous Child Labour: A Joint ILO (IPEC and Safework) and WHO Consultation*. Genebra: International Labour Office, 2002.

doras de crianças, como o trabalho em empresas de geração e transmissão de energia. Já setores que empregam muitas crianças no país, como o de serviços, não estão adequadamente representados.

Além disso, a lista enfatiza a inclusão de ocupações que apresentam riscos mais concretos, tendo em vista que são os mais conhecidos. Riscos psíquicos e relacionados à organização do trabalho foram pouco considerados e constituem um problema de difícil solução, em virtude da carência de estudos que identifiquem os riscos psíquicos em diferentes ocupações e seus impactos sobre a saúde.

Com a matriz proposta pela OIT, pode-se solucionar outro problema da portaria nº 20: a mistura de ocupações, tarefas e riscos em itens diferentes ou em um mesmo item. Além disso, ela ajuda a modificar itens que abordam ocupações com riscos e danos diferentes e a unificar ocupações e tarefas com riscos e danos similares tratadas em itens diferentes. Atualmente, a lista de TIP não tem nenhum tipo de ordenação, mas seria desejável que tivesse. Ao empregar a matriz, ela poderia ser ordenada por ramo produtivo, atividade/tarefas e, dentro desses dois itens, por nível de risco.

A matriz é um exercício para demonstrar, com estudos fundamentados, que danos imediatos e em muitos casos irreversíveis são gerados pelo trabalho realizado de forma inadequada, no momento e em condições impróprias. Quebra-se o ciclo vital de desenvolvimento e compromete-se a inclusão social. De qualquer idade, gênero, raça ou etnia.

Investimento em capacitação

Atraso no crescimento, anemia grave, problemas de pele, sofrimento psicológico. Diversos sintomas podem indicar que a criança e/ou o adolescente estão sendo vítimas de exploração de mão-de-obra. Para conhecer o problema e elaborar políticas adequadas, em 2004 o Ministério da Saúde tornou compulsória, por meio da portaria 777, a notificação de agravos à saúde de crianças e adolescentes decorrentes do trabalho. Apesar da obrigatoriedade, na prática isso ainda não vem sendo feito. A maioria dos profissionais de saúde desconhece a relação entre doença e inserção de meninos e meninas no mercado de trabalho. Além disso, não sabe como agir caso a violência seja detectada.

Com o objetivo de ajudar profissionais de saúde e outros atores da área de infância e adolescência a identificar e combater o trabalho infantil, em 2006 o Ministério da Saúde lançou, em parceria com a OIT,

a publicação *Módulos de Auto-Aprendizagem sobre Saúde e Segurança no Trabalho Infantil e Juvenil*. Os órgãos também vêm realizando capacitações em todos os estados brasileiros.

Temas como trabalhos perigosos e insalubres, atividades domésticas e contaminação por agrotóxicos estão presentes no manual. “Foi a primeira vez que tive contato com esse problema”, conta Dione Cavalcanti, clínica-geral que atende no sistema público e participou do curso de capacitação realizado no Distrito Federal. Ela afirma que a oficina abriu seus olhos para a questão. Quando atende um jovem da Estrutural – a maior ocupação ilegal do Distrito Federal –, por exemplo, agora ela fica atenta a sinais de doenças dermatológicas, uma das principais conseqüências da atividade de em lixões, comum na localidade. “Passei a ter outro enfoque na minha abordagem com os pacientes.”

Quando o país constrói seu progresso com os calos das mãos de suas crianças, sem dúvida compromete o projeto democrático. Isso porque a democracia se fragiliza quando a cidadania se dá por virtuosidade do indivíduo, e não pelas possibilidades e condições de acesso aos bens públicos. O Estado violenta o seu bem protegido – as suas crianças. Exatamente o contrário dos compromissos legais e políticos assumidos pelo Brasil ao assinar as Convenções 138 e 182 da OIT. A partir deles, o debate sobre a violência contra crianças e adolescentes impõe uma obrigação ética de reduzir com continuidade e de forma sustentável o trabalho infantil no Brasil.

Recomendações

A ausência de dados sobre o Trabalho Infantil Perigoso dificulta o seu enfrentamento. É preciso estimular as instituições universitárias a desenvolver linhas de pesquisa e extensão na área de saúde e segurança do trabalho que investiguem a exploração de crianças e adolescentes. É necessário também regulamentar mecanismos de notificação e encaminhamento de casos de trabalho infantil identificados ao SUS, para adoção das medidas de proteção adequadas.

Também deve-se estimular o debate legislativo sobre as sanções e penas cabíveis em caso de violação dos direitos da criança no âmbito do trabalho infantil. E divulgar nas escolas, em linguagem acessível, os estudos sobre as conseqüências do trabalho infantil para a saúde das crianças, com ênfase na perspectiva de gênero, raça e etnia.

Rede de apoio

A dificuldade em identificar a exploração de mão-de-obra infantil e juvenil é a principal barreira, mas não a única. “Verificamos que, após o reconhecimento do problema, existem entraves para afastar a criança do trabalho infantil. Não se conhece a legislação e as políticas públicas referentes ao tema”, diz Carmen Raymundo, assistente social do Programa de Atenção Integral à Saúde do Adolescente, do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Nesa/Uerj), órgão responsável pelo conteúdo do manual e pelas capacitações. Por esse motivo, a publicação aborda também os caminhos que podem ser seguidos após detectar a exploração.

“A idéia é construir uma rede intersetorial que dê suporte aos procedimentos que sucedem à identificação do trabalho infantil”, diz Carmen. Por isso, a distribuição do material e as capacitações não são

realizadas apenas com profissionais de saúde. Diversos atores participam dos cursos: conselheiros tutelares, agentes comunitários, funcionários de escolas, profissionais do Ministério Público, entre outros.

No Distrito Federal, esse tipo de abordagem vem funcionando. Dione Cavalcanti conta que, após a capacitação, os 40 integrantes do grupo continuaram mantendo contato e debatendo formas de dar visibilidade ao assunto. Liderados pela médica, passaram a trabalhar o tema no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador. A proposta é construir um ambulatório específico para lidar com o problema. Para isso, a equipe da Secretaria de Saúde do Distrito Federal deve ser capacitada ainda em 2006. O Ministério da Saúde prevê que 2 mil profissionais de saúde e integrantes da sociedade civil de todo o país passem pelo curso e, assim como Dione, se tornem multiplicadores do tema.



VIOLÊNCIA

- Todo ato que transponha os direitos do ser humano ou que confronte a integridade física e moral do mesmo

Um processo de construção coletiva

Em agosto de 2005, especialistas, representantes do governo e de organizações da sociedade civil se reuniram por três dias em São Paulo para debater as diversas formas de violência que afetam crianças e adolescentes brasileiros. Além de discutir objetivamente o tema, os atores apresentaram recomendações concretas e práticas para enfrentar a violência

Nas últimas décadas, a violência contra crianças e adolescentes tem sido tratada isoladamente e enfrentada de forma localizada por diferentes gestores e pesquisadores. A falta de sintonia e o caráter muitas vezes solitário dos projetos acabam dificultando a sua replicação e a mensuração dos resultados. Como consequência, o impacto na redução dos índices de traumas e lesões é baixo.

Embora as violências sofridas por crianças e adolescentes sejam diversas, todas são da mesma natureza: partem da lógica adultocêntrica; da assimetria de poderes entre adultos e crianças e da negação da criança e do adolescente como sujeitos de direitos. Como a violência contra a mulher, contra os negros ou contra os indígenas, a violência contra a criança é uma prática extremamente arraigada na sociedade.

Um dos indicadores mais visíveis disso é o aumento, nos últimos 25 anos, dos índices de violência contra a criança no Brasil e no mundo – incremento significativamente maior que o registrado na população em geral. Esse cenário leva a uma ques-

Representante dos adolescentes e jovens, a estudante Beatriz Caitana da Silva, de 20 anos, fez questão de mostrar na sua ilustração o envolvimento – e a participação – do grupo durante a Consulta Nacional

tão importante: é possível construir uma política de enfrentamento à violência que, tendo a criança como centro, seja capaz de reduzir os altos índices de violação registrados nos últimos anos?

Realizada em agosto de 2005,¹ a Consulta Nacional sobre a Violência contra a Criança e o Adolescente buscou respostas concretas para essa indagação. O encontro significou um marco na história de luta contra a violência no Brasil.

Em São Paulo, durante três dias, mais de 450 pessoas – especialistas e representantes de diversos setores da sociedade, dos governos municipais, estaduais e federal e de organizações independentes – debateram e apresentaram propostas e ações de enfrentamento que podem ter papel transformador na vida de crianças e adolescentes.

Entre os expositores da conferência de abertura estava Paulo Sérgio Pinheiro, professor e especialista em direitos humanos designado pelo secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, para coordenar o Estudo Global sobre a Violência contra Crianças.² Em sua apresentação, Pinheiro destacou duas graves realidades com alta prevalência em quase todos os países do mundo. A primeira delas é a prática de castigos físicos e psicológicos como método educativo e disciplinador. A segunda é a impunidade nos assassinatos de crianças e adolescentes cometidos em grande parte pelos próprios agentes do Estado.

Em relação ao Brasil, o especialista ressaltou a existência de excelentes estudos e análises, além de experiências e iniciativas, como a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Exploração Sexual. Segundo Pinheiro, cabe ao Estado implementar na prática a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989). A sociedade civil, por sua vez, deve contribuir com a “revolução de atitudes”, com a “mudança cultural”. Já as famílias precisam saber que “palmada já era”.

Também presente à abertura da Consulta Nacional, Marie-Pierre Poirier, representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no Brasil, trouxe dados que demonstram a intensidade do problema. Se, por um lado, nos últimos anos diminuíram os óbitos provocados por doenças e falta de saneamento básico no país, por outro houve aumento da violência em todas as faixas etárias. Em 2002, as mortes violentas (acidentes, afogamentos e homicídios) representaram 17% dos óbitos de crianças de 1 a 4 anos, 38% das mortes de crianças de 5 a 9 anos e 58% do total de mortes de

¹ A Consulta Nacional sobre a Violência contra a Criança e o Adolescente aconteceu em São Paulo, de 23 a 25 de agosto de 2005, na sede do Parlamento Latino-Americano (PARLATINO). Estimulados pelo contexto internacional de realização do Estudo Global sobre a Violência contra Crianças, a Consulta Nacional foi uma iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência da República e ministérios do governo federal; Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil, Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Mundial da Saúde/Organização Pan-Americana de Saúde (OMS/OPAS), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Joint United Nations Programme on HIV/AIDS (UNAIDS), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).

² O Estudo do secretário-geral das Nações Unidas sobre a Violência contra Crianças (www.violencestudy.org) é uma ação em nível mundial iniciada em 2001. O documento analisou a violência cometida contra as crianças de todos os países do mundo e traz recomendações sobre o que pode ser feito para conter essa violência.

crianças e adolescentes de 10 a 17 anos. “Estamos reunidos com uma missão difícil e urgente. Juntos, precisamos buscar formas de garantir que cada criança e adolescente brasileiros cresça sem violência”, enfatizou Marie-Pierre Poirier.

Durante sua apresentação na Consulta Nacional, a estudante Beatriz Caitana da Silva, de 20 anos, representante de jovens e adolescentes, elencou os pontos que considera fundamentais para o combate à violência contra a criança e o adolescente:

- Que a família seja o foco das políticas de combate à violência.
- Que o Estado proteja a criança e o adolescente e não seja o seu algoz.
- Que as ações de combate à violência valorizem iniciativas culturais, uma educação para valores, um currículo escolar adequado ao nosso tempo, capaz de desenvolver a reflexão crítica dos alunos, atraindo-os para a discussão de temas ligados à criança e ao adolescente.

A luta contra a violência depende da conquista da cidadania de jovens e adolescentes, que são tratados pela sociedade como “mini-seres humanos”

- Que o Estatuto da Criança e do Adolescente seja inserido como tema transversal nas escolas e na sociedade, como forma de universalizar o seu conhecimento.
- Que as políticas públicas busquem o combate à pobreza, por meio do desenvolvimento de ações de geração de renda para as famílias.

Na avaliação do especialista independente Paulo Sérgio Pinheiro, a luta contra a violência depende da conquista da cidadania de jovens e adolescentes, que são tratados pela sociedade como “mini-seres humanos”. Para ele, é preciso reconhecer os jovens e as crianças como seres capazes de ter acesso à plenitude dos direitos. Do contrário, eles continuarão a sofrer com a violência praticada cotidianamente no Brasil.

Além de contribuir para a retomada do debate sobre a violência no país e de trazer subsídios para o Estudo Global das Nações Unidas, a Consulta Nacional teve o mérito de reunir inúmeras análises e informações que podem ajudar a formular instrumentos para uma política pública de prevenção e redução da violência contra crianças e adolescentes.

No Brasil, a Consulta Nacional confirmou o envolvimento do governo e da sociedade civil no contexto internacional de mobilização das Nações Unidas para a elaboração do Estudo Global sobre a Violência contra Crianças, lançado em outubro de 2006, na Assembléia Geral das Nações Unidas.

O Estudo do secretário-geral das Nações Unidas (www.violencestudy.org) é uma ação mundial iniciada em 2001. O objetivo foi analisar a violência contra as crianças de todos os países e indicar sugestões sobre o que pode ser feito para contê-la.

Uma das questões primordiais destacada na Consulta Nacional, por Flavia Piovesan, diz respeito à necessidade de reconhecer a criança e o adolescente como sujeitos de direitos em peculiar condição de desenvolvimento.

Segundo a procuradora do estado de São Paulo, embora a atual concepção de direitos humanos tenha levado séculos para ser construída, os direitos das crianças e dos adolescentes só ganharam alguma visibilidade no final da década de 1980.

A partir de então, começou a emergir esse novo paradigma que, no campo jurídico, baseia-se na Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada por 192 países. No caso brasileiro, o país conjuga os parâmetros da Convenção com a Constituição de 1988 e com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Durante a Consulta, Flavia Piovesan também destacou o valor da diversidade para a defesa, proteção e promoção dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes.

A contribuição dos adolescentes

A ilustração que abre este capítulo é de Beatriz Caitana da Silva, de 20 anos, e é representativa da importância que os adolescentes tiveram na Consulta Nacional sobre a Violência Contra a Criança e o Adolescente.

Beatriz falou na abertura da Consulta como representante do grupo e, ao ser convidada para ilustrar o capítulo, fez questão de mostrar o envolvimento e a contribuição dos jovens.

Ao todo, 23 adolescentes, incluindo indígenas e quilombolas, das cinco regiões brasileiras, estiveram na Consulta Nacional. Em algumas ocasiões foram observadores. Em outras, relatores. Participaram de todas as oficinas e rodas de debate opinando, sugerindo e construindo juntamente com os adultos propostas e ações de enfrentamento à violência.

Durante a Consulta Nacional, os jovens também conversaram por cerca de duas horas com o especialista independente Paulo Sérgio Pinheiro sobre violência no Brasil e no mundo, estrutura da ONU, educação, cidadania e Estatuto da Criança e do Adolescente. A entrevista foi publicada na edição de outubro de 2005 da revista *Viração* (www.revistaviracao.com.br). Além disso, segundo Beatriz Caitana, todas as noites eles se reuniam no hotel para dialogar, interagir e avaliar os resultados da Consulta e formas de dar continuidade às ações já desenvolvidas em seus estados.

As propostas

“Acreditamos que é possível transformar nossa realidade e que todos somos atores e autores conjuntos dessa transformação”, afirma o documento *Pauta de Propostas dos Adolescentes como Contribuição para a Consulta Nacional sobre a Violência contra a Criança e o Adolescente*. “Assim sendo, legitimamos nesta carta a idéia de que acreditamos que essa violência será transformada a partir de ações conjuntas de crianças e adolescentes, jovens, adultos e idosos que acreditam neste presente e num futuro com paz”, conclui o documento.

A carta, assinada em 24 de agosto de 2005 pelos adolescentes participantes da Consulta Nacional, traz uma série de propostas de ações de combate e enfrentamento da violência. São elas:

1. Que o governo e a ONU implementem programas ou fundos giratórios para as escolas e os movimentos que estão ligados direta ou indiretamente à causa da violência contra a criança e o adolescente, utilizando a arte como importante ferramenta e valorizando a cultura de cada criança e adolescente.
2. Que o governo e a sociedade se comprometam com uma formação de qualidade para professores e educadores, garantindo uma educação de qualidade.

Segundo ela, fatores como etnia e condição social fazem com que os impactos da violência sejam desiguais, incidindo mais sobre algumas crianças do que sobre outras.

Jailson Silva, diretor do Observatório de Favelas e consultor do UNICEF, ressaltou a importância de uma releitura das práticas de prevenção à violência e dos conceitos empregados. Sem essas releituras de conceitos e práticas, não será possível reduzir a equação que distancia cada vez mais os números galopantes de violências e acidentes de crianças dos programas de prevenção.

Uma das contribuições nesse sentido é a abordagem intitulada Ciclo de Vida, elaborada pelo UNICEF, que tem como um dos principais objetivos superar, tanto no campo conceitual como no prático, as perspectivas setoriais e fragmentadas de intervenção e redução da violência. “A idéia de trabalhar por ciclo de vida visa atender um dos princípios do Sistema de Garantia de Direitos, que é a intersetorialidade

3. Que a agenda de proposições garanta recursos para o desenvolvimento de projetos públicos e ações da sociedade civil para a democratização da educação formal, educação para valores, projetos de educação para a participação, tendo como pilar a família.
4. Que a agenda de proposições garanta financiamento de projetos sociais desenvolvidos por ONGs.
5. Que a agenda de proposições garanta a realização de conferências regionais e/ou municipais para discutir a violência com espaço de troca de experiências em nível local e conferência nacional.
6. Que a agenda de proposições garanta o apoio a atividades de integração entre crianças e adolescentes junto com suas famílias nas escolas, proporcionando espaços de discussão com as comunidades carentes e estimulando as famílias a ter uma visão crítica sobre a violência.
7. Que os organismos internacionais financiem estudos que visem ao conhecimento do perfil daqueles que praticam a violência.
8. Que a ONU reserve uma cota de seu orçamento para ser investida na realização de encontros com adolescentes e jovens protagonistas para avaliação dos programas de combate à violência bem como a elaboração de novas estratégias de enfrentamento.
9. Que seja criado um fundo para divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente nas escolas e na comunidade em geral.
10. Que o Estatuto seja inserido na grade curricular das escolas como tema de fundamental importância para crianças e adolescentes.
11. Que o governo crie espaços de discussões políticas para a construção e implementação das poucas políticas existentes para adolescentes, tais como participação dos jovens no mercado de trabalho.
12. Que sejam criados espaços de formação para as famílias, potencializando os valores adormecidos na sociedade como instrumento de integração das gerações e ressignificação sociocultural, quebrando os diversos mitos que a sociedade apresenta sobre a criança e o adolescente.
13. Que sejam referenciadas na agenda de proposições iniciativas de controle social efetivo referentes ao tratamento dado pela mídia à criança e ao adolescente.
14. Que a ONU disponibilize fundos para investimentos em projetos que visem assegurar os princípios ideológicos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

e a articulação de políticas públicas em prol da criança e do adolescente”, afirmam Jailson Silva e Helena Oliveira no livro *Análise da Violência contra a Criança e o Adolescente segundo o Ciclo de Vida no Brasil* (Global Editora, 2005), lançado durante a Consulta Nacional. “Compreender e considerar os processos diferenciados de desenvolvimento psicossocial desse sujeito de direito é um desafio para todos os setores das políticas públicas”, concluem.

Nas páginas seguintes são apresentadas as análises feitas por especialistas³ sobre as diversas formas de violência contra crianças e adolescentes, as experiências de enfrentamento, as recomendações e as propostas que podem transformar a realidade brasileira.

Violência doméstica

De acordo com a apresentação feita por Aparecida Gonçalves, gerente dos programas de Combate à Violência contra as Mulheres e de Igualdade de Gênero nas Relações de Trabalho, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República, a violência doméstica é considerada pela maioria da sociedade uma discussão privada, e não pública. Na percepção de Aparecida, só será possível enfrentar o problema quando se criar uma política nacional que contemple a prevenção, a assistência e o combate, inclusive por meio de uma legislação própria. Segundo Aparecida, a violência doméstica é fruto das relações de poder estabelecidas na sociedade entre homens e mulheres, negros e brancos, crianças e adultos.

Coordenadora do Laboratório de Estudos da Criança (LACRI) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), a psicóloga Maria Amélia Azevedo, uma das principais estudiosas do assunto, chamou a atenção para o fato de a violência doméstica implicar, de um lado, a transgressão do poder e do dever de proteção do adulto. De outro, a “coisificação” da infância, a negação de direitos para crianças e adolescentes.

A violência doméstica tornou-se prática disseminada na sociedade, como parte dos processos educacionais. Segundo Maria Amélia, o fenômeno é extenso, grave, desigual e endêmico e há vários entraves para seu combate efetivo.

O primeiro é a falta de compromisso da universidade, especialmente nos cursos relacionados às áreas de saúde, justiça, educação e ciências sociais. O segundo é a insuficiente priorização das estratégias de prevenção e a fragilidade das redes de intervenção no enfrentamento desse tipo de violência. Por último, os programas e projetos de prevenção têm, em geral, deixado intactas as raízes do fenômeno, optando por trabalhar na superfície, nos sintomas e nas consequências em curto e em médio prazos.

Outra dificuldade diz respeito à obtenção de dados confiáveis e sistematizados, como pesquisas e estatísticas oficiais. Em geral, os registros e as notificações são feitos sem padronização e não há estatísticas que garantam o monitoramento eficaz das políticas de redução da violência.

Simone Diniz, da Faculdade de Saúde Pública da USP, ressaltou a importância de aprofundar o debate sobre o que fazer com os agressores, na maioria das vezes do sexo mas-

³ Os especialistas são citados com os cargos que ocupavam na época em que foi realizada a Consulta Nacional. Os dados das experiências de enfrentamento também são os que foram apresentados durante o encontro por seus representantes.

culino. Segundo ela, no Brasil a violência doméstica é considerada um delito de pequeno potencial ofensivo, interpretação também incorporada muitas vezes pelos juízes. Muitos agressores acabam, portanto, sendo condenados – quando são – a penas alternativas, como pagamento de cestas básicas. Ficam impunes, apesar de não ser isso o que está na lei. Daí, a necessidade de uma nova legislação sobre violência, como a que foi proposta por um consórcio de entidades ligadas ao movimento feminista (Lei Maria da Penha).⁴

A pesquisadora chamou a atenção para a importância de criar penas compatíveis e de avaliar a sua efetividade, como já acontece em outros países. Segundo ela, é urgente comparar como cada pena, uma vez aplicada, ajuda para que aquela agressão não se repita.

Durante os debates, abordou-se ainda a necessidade de programas de atendimento mais sistêmicos, que envolvam toda a família vítima da violência.

A violência doméstica tornou-se prática disseminada na sociedade, como parte dos processos educacionais. O fenômeno é extenso, grave, desigual e endêmico

Experiências de enfrentamento

Embora seja muito difundido em outros países, o acolhimento familiar ainda é pouco conhecido no Brasil. Aqui, em geral é usada a institucionalização das crianças – ou seja, a colocação em abrigos. Uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostrou que mais de 20 mil crianças brasileiras vivem em instituições. A maioria delas tem, comprovadamente, uma família.

Durante a Consulta Nacional sobre a Violência contra a Criança e o Adolescente, foram apresentadas duas experiências de sucesso que apontam alternativas ao abrigamento.

Coordenado pela ONG Associação Brasileira Terra dos Homens, em parceria com a prefeitura do Rio de Janeiro, o Projeto Famílias Acolhedoras existe desde 1997 e coloca crianças vítimas de violência doméstica sob a guarda temporária de outra família. A iniciativa se distingue da adoção e segue a linha da desinstitucionalização de crianças.

⁴ A Lei nº 11.340 foi sancionada quase um ano após a realização da Consulta Nacional, em 7 de agosto de 2006, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e foi batizada com o nome de Maria da Penha em homenagem a uma vítima da violência doméstica, a biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes. Com a nova lei, a violência contra a mulher deixa de ser caracterizada como crime de menor potencial ofensivo, e a pena de detenção para crimes de violência doméstica passa de seis meses a um ano para de três meses a três anos. Também ficou determinada a extinção das penas pecuniárias, em que os agressores eram condenados ao pagamento de multas ou cestas básicas.

O principal objetivo do projeto é trabalhar o potencial de revigoramento dos laços familiares. A criança e as famílias de origem e substituta passam periodicamente por acompanhamento psicossocial. O sucesso do programa depende – e muito – da relação entre os profissionais e as famílias.

A segunda experiência foi o Projeto SAPECA – Serviço Alternativo de Proteção Especial à Criança e ao Adolescente. Realizado pela prefeitura de Campinas (SP), o projeto também é direcionado a crianças vítimas de violência doméstica. Segundo Jane Valente, coordenadora do programa, o “primeiro trabalho” é entender os problemas da família de origem e permitir, ao mesmo tempo, que a criança possa ter convivência familiar e comunitária garantida.

O acompanhamento das famílias de origem e acolhedoras é feito de forma estreita e integrado com a comunidade e com outros serviços. Pela experiência alcançada nesses últimos anos, a inclusão da família natural na rede de proteção aumenta consideravelmente a

Durante a Consulta Nacional, foram apresentadas duas experiências de acolhimento familiar. Muito difundida em outros países, a prática ainda é pouco conhecida no Brasil

chance de crianças e adolescentes voltarem a viver em paz nos seus lares verdadeiros. Desde 1997, o SAPECA atendeu 38 crianças. Desse total, 17 ainda estão em acolhimento, 12 retornaram à família natural, 6 foram encaminhadas à adoção e 3 retornaram ao abrigo.

Recomendações e propostas

Para enfrentar a violência doméstica, os participantes da Consulta Nacional apresentaram as seguintes propostas:

- Maior empenho das prefeituras na melhoria da qualidade dos serviços oferecidos pelos conselhos tutelares no atendimento, na notificação e no encaminhamento das crianças vítimas de violência doméstica.
- Redução do número de abrigos e de crianças abrigadas e aumento de programas de reintegração das crianças às suas famílias de origem.
- Compromisso de fazer com que os projetos de enfrentamento assumam a família da vítima como parceira principal na prevenção, deixando de lado as propostas de atendimento somente às vítimas.
- Abolição legal da violência moderada, da punição corporal e dos castigos na educação e socialização de crianças. Isso deverá ser feito por meio de uma nova legislação e mais campanhas na sociedade.

- Incentivo às estratégias de capacitação para profissionais que lidam com vítimas da violência e de sensibilização dos pais para uma educação não violenta.
- Maior intercâmbio de experiências de redes locais de atendimento e prevenção à violência.
- Revisão orçamentária para as políticas de prevenção nos três níveis governamentais.
- Fortalecimento dos sistemas de notificação das violências ocorridas no âmbito doméstico.

Violência na escola

Não faz tanto tempo assim, os castigos na escola eram freqüentes, o rigor na disciplina extrapolava a função educativa e as relações sociais não tinham nada de democráticas. Ao longo dos anos, muita coisa mudou, mas o ambiente escolar continua a ser um espaço em que a prática da violência atinge alunos e professores.

Foi esse o retrato traçado por especialistas como a socióloga Miriam Abramovay, coordenadora do Observatório de Violências nas Escolas – Brasil; Ricardo Henriques, titular da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação (MEC), e Simone Assis, do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (CLAVES) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) durante a Consulta Nacional sobre a Violência contra a Criança e o Adolescente.

Segundo pesquisa realizada pelo Observatório, 45% dos alunos de escolas públicas brasileiras afirmaram que não conseguem se concentrar direito no estudo devido à violência. De acordo com a pesquisadora, tanto alunos como professores estão expostos ao problema. E não se trata apenas da violência física, mas também da institucional (mecanismos inerentes à instituição escolar, processos de repetência, de abandono escolar e de evasão, por exemplo), simbólica (humilhação e apelidos pejorativos, decorrentes de relações hierárquicas) e a chamada microviolência (atos de incivilidade considerados sem importância, mas que podem deixar seqüelas). Portanto, concluiu Miriam, a escola brasileira está longe de ser um espaço democrático e igualitário.

Durante a realização da Consulta Nacional, um dos temas mais debatidos foi a necessidade imediata de maior abertura das escolas à comunidade. Já existem projetos em andamento que prevêm o acesso de moradores às dependências escolares durante o fim de semana, mas esses programas ainda são pequenos diante da enorme demanda da sociedade. Aos professores, caberia maior interação com as comunidades que vivem nos arredores das unidades de ensino. De acordo com a análise de Ricardo Henriques, é fundamental transformar a escola numa rede sociopedagógica na qual se promova, além do ensino, o aspecto social.

Para Henriques, a escola pública no Brasil ainda é uma “máquina de exclusão”. Segundo ele, os estudantes são submetidos a um processo de homogeneização de subjetividades. O representante do MEC discutiu também a importância da formação dos professores nos cursos de licenciatura e de pedagogia e o papel desses profissionais e da família no tema violência na escola. Durante sua apresentação, abordou ainda o Escola que Protege, programa de formação desenvolvido pelo MEC voltado para os profissionais da escola e os pais dos alunos. Seu principal objetivo é melhorar o olhar e a identificação de situações de violência por parte dos professores, que em geral não têm nenhum treinamento para isso.

Henriques também destacou em sua exposição a importância do conceito de diversidade como meio de melhorar o nível de ensino. Isso significa a garantia da valorização do indivíduo e de sua singularidade dentro da escola.

Entre os aspectos abordados na Consulta Nacional, também merece destaque o conceito de resiliência, que é a capacidade de superar as dificuldades. Quanto mais protegido for o indivíduo, mais resiliente ele se torna. “A proposta é que a escola promova tutores de resiliência, que a comunidade crie esses tutores e que a família se torne tutora de resiliência”, defendeu Simone Assis, do CLAVES, da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Experiências de enfrentamento

Os programas Abrindo Espaços e Escola Aberta – resultado de parcerias entre o MEC, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e governos estaduais – consistem em abrir as escolas nos fins de semana, transformando-as em espaços públicos para oficinas educativas e atividades de lazer, quebrando a rotina e a rigidez do ambiente escolar.

Como as escolas notificam e detectam a violência

Instituições da área de educação devem comunicar ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos (Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 7º). Caso as comunicações não sejam efetuadas, os responsáveis estão sujeitos a procedimentos de apuração e administração, passíveis, inclusive, de aplicação da pena de multa de 3 a 20 salários de referência.

Apesar da lei, apenas 8% das 4.150 escolas públicas de Educação Infantil e Ensino Fundamental de 20 municípios brasileiros recorrem ao Conselho Tutelar quando os alunos apresentam sinais de violência intrafamiliar. A maioria delas apela ao coordenador pedagógico e/ou anota o fato no livro de registro de ocorrências.

Em geral, não há consenso sobre os critérios para decidir quando um evento deve ou não ser encaminhado ao Conselho Tutelar. E é alto o índice (75%) dos estabelecimentos de ensino que acham importante esclarecer os casos de violência doméstica antes de levá-los ao Conselho Tutelar ou a outro órgão de proteção.

Isso é o que mostra o estudo “Sistemas de Notificação e Detecção da Violência em Escolas Públicas – Propostas para Integração entre Projetos Políticos, Pedagógicos e o Sistema de Garantias de Di-

reitos”, cujos resultados parciais foram apresentados durante a Consulta Nacional, no Memorial da América Latina, em São Paulo, em 2005. A pesquisa foi iniciada em 2004 e concluída em 2006 pelo Centro de Referência às Vítimas da Violência (CNRVV), do Instituto Sedes Sapientiae, de São Paulo.

Escolas têm dificuldade em falar de violência

Na escola, segundo o estudo, as agressões mais frequentes ocorrem entre alunos. Também é importante a proporção de agressão de alunos contra professores ou funcionários (37% e 25%, respectivamente). Na opinião dos entrevistados, são bastante raros os eventos agressivos partirem da equipe da escola.

“Existe dificuldade de ver o agente educacional como agressor”, conclui Dalka Chaves de Almeida Ferrari, que coordenou a pesquisa com Cecília Noemí Morelli Ferreira de Camargo. “A agressão vinda dos alunos ou dos pais é muito mais percebida que a do agente.”

As coordenadoras da pesquisa acreditam, no entanto, que essa forma de violência está presente nos estabelecimentos de ensino de forma camuflada. “Há dificuldade em falar de violência, de se ver

Os resultados obtidos entre 2000 e 2005 demonstraram que os projetos tiveram repercussão altamente positiva. Em primeiro lugar, a abertura da escola nos fins de semana possibilitou o surgimento de uma relação de afetividade entre os frequentadores (os jovens e as comunidades) e o ambiente estudantil. A medida reduziu a níveis próximos do zero o índice de depredação das escolas.

Em geral, fazem parte do programa as escolas públicas que funcionam no entorno de favelas e em regiões com elevadas taxas de violência. Essas comunidades passaram a dar proteção à escola, reconhecendo que aquele era o único espaço do bairro que a família, os filhos e os amigos teriam para frequentar no fim de semana, praticar esportes ou brincar. As pessoas passaram a reconhecer a escola como um espaço delas.

Outra experiência interessante apresentada na Consulta Nacional foi o Projeto Grêmio em Forma, que surgiu de uma constatação do Instituto Sou da Paz, de São Paulo: a necessidade de trabalhar políticas de prevenção à violência como um contraponto às políticas nacionais de segurança pública pautadas na repressão.

As primeiras experiências foram realizadas em três escolas públicas localizadas em

como agressor”, conclui Cecília Camargo. Uma prova disso é o índice de ausência de respostas a essa indagação do estudo: 54%.

De modo geral, a violência contra crianças e adolescentes afeta 75% das escolas pesquisadas. A mais freqüente, segundo o estudo, é a violência social (22,49%): ausência de condições sociais relacionadas a alimentação, acesso aos cuidados com a saúde, matrícula e freqüência à escola. Em seguida, vêm a violência física (21,69%) e a psicológica (17,27%). Embora todas as escolas percebam que a exploração sexual é freqüente, ela aparece pouco nas estatísticas (2,01%). As coordenadoras do estudo atribuem esse índice ao fato de essa forma de violência estar “revestida pelo pacto do silêncio”.

Na maioria das escolas, professores e funcionários não estão capacitados para detectar sinais de violência doméstica. Diante de mudanças abruptas no comportamento de uma criança – atitude que pode ser indicativa desse tipo de agressão –, o comportamento mais freqüente é chamar os pais (88%), muitas vezes os principais agressores. “Para boa parte das escolas, a ação se limita a isso”, alerta Cecília Camargo. Além do conhecimento do Sis-

tema de Garantia de Direitos não estar totalmente difundido, a sua aplicação é muito incipiente, devido à própria dificuldade inerente ao tema.

Grande parte dos estabelecimentos de ensino não tem programas de prevenção nem de capacitação. “Apesar de a maioria das escolas ter projeto político-pedagógico, ele não consegue dar conta do enfrentamento das questões da violência”, conclui o relatório do estudo. No entanto, Dalka Ferrari chama a atenção para um movimento pequeno, mas interessante, de mudança nesse cenário: a abertura das escolas para a comunidade nos fins de semana.

Porém, de forma geral, a carência de recursos e o despreparo das escolas ainda são grandes. “Há muita desinformação em relação ao que poderia ser feito”, observa Cecília Camargo. Praticamente um quinto dos estabelecimentos de ensino (17,5%) admitiu desconhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente – situação que o estudo classificou como bastante grave e emblemática. Constata-se, assim, a necessidade de programas que divulguem a lei nas escolas, muitas vezes os únicos locais em que as crianças poderiam ter proteção e aprender modelos de conduta não violentos.

pleno bolsão de violência do Jardim Ângela, Capão Redondo e Jardim São Luís, distritos que eram chamados de “Triângulo da Morte”, em São Paulo, e apresentavam os maiores índices de criminalidade em uma região urbana do Brasil. Nesses locais, verificou-se que a participação dos alunos na gestão da escola diminuía os índices de violência e criava um novo mecanismo de diálogo.

A valorização do grêmio estudantil gerou resultados bastante satisfatórios, melhorando, inclusive, o desempenho escolar. A experiência mostrou que o grêmio serve como mecanismo de mediação, evitando que pequenos conflitos degenerem para a violência. O grêmio se tornou uma espécie de arena de discussão, espaço para o jovem dizer o que pensa sobre a escola sem receio de sofrer retaliações por expor sua opinião.

Recomendações e propostas

Para enfrentar a violência na escola, os participantes da Consulta Nacional apresentaram as seguintes propostas:

- Abertura das escolas às comunidades como uma política pedagógica e educacional das secretarias de Educação.
- Transformação da escola em pólo de prevenção – espécie de ponto de referência e integração entre unidades de saúde, comunidades e o ambiente estudantil.
- Colaboração das escolas com órgãos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, fazendo o registro e notificando casos de violência doméstica sofrida pelos alunos.
- Adoção, pelas escolas, de projetos de convivência escolar que usem as técnicas de mediação de conflito.
- Desenvolvimento de ações programáticas, por parte do MEC, dirigidas às famílias de adolescentes escolares.
- Promoção de tutores de resiliência dentro das escolas como estratégia de redução da violência sofrida pelos adolescentes.
- Disseminação do conceito de direitos sexuais e reprodutivos por meio de cartilhas distribuídas nas escolas.
- Elaboração, por parte da escola, de seu próprio diagnóstico de violência, junto com professores, comunidades e alunos. A partir desse diagnóstico, a instituição deve elaborar um projeto de convivência escolar, usando técnicas de mediação de conflito.

Violência institucional

Praticada pelo Estado por meio de seus órgãos e agentes, a violência institucional ocorre indiscriminadamente nos centros de internação de adolescentes, nos abrigos e nas ruas.

Em geral esquecida, a violência no interior de abrigos foi um dos pontos centrais da apresentação de Aline Yamamoto, pesquisadora do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (ILANUD).

O principal problema que ela levantou foi que, para uma parcela significativa de crianças e adolescentes, os abrigos deixaram de ter caráter provisório (de até dois anos) e excepcional para se transformar em local de moradia. Segundo a pesquisadora, 65% dos abrigados brasileiros não têm perspectiva de sair das instituições.

O cenário, segundo ela, reflete, entre outras questões, a falta de programas que estimulem a manutenção e o fortalecimento dos laços familiares ou que promovam a co-

locação da criança em família substituta. Até hoje, não foram formuladas políticas públicas de atenção ao abrigado que lhe garantam o direito ao convívio familiar e comunitário, essencial para o desenvolvimento da criança.

Outro ponto preocupante, de acordo com a especialista, é a atuação do Poder Judiciário. Em vez de combater a violência, ele se transformou em perpetuador da violência contra o adolescente. As medidas aplicadas pelos juízes não são proporcionais aos atos cometidos pelos jovens. Recorre-se com frequência à internação provisória, há lentidão para julgar um recurso e na prática não existe garantia ao duplo grau de jurisdição. As decisões aplicadas pelos juízes dificilmente são reformadas nos tribunais superiores. Na outra ponta, verifica-se o elevado grau de impunidade nos homicídios cometidos por policiais contra adolescentes, em sua maioria negros, moradores da periferia das grandes regiões metropolitanas.

Para uma parcela significativa de crianças e adolescentes, os abrigos deixaram de ter caráter provisório e excepcional para se transformar em local de moradia

A violência policial foi o tema da apresentação de Silvia Ramos, do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), da Universidade Candido Mendes, do Rio de Janeiro. “Um Estado que não controla o uso excessivo da força policial se deixa representar como violento e injusto”, ressaltou. “O policial é o Estado fardado na esquina.”

Os homicídios cometidos por policiais, que recebem o nome de *auto de resistência* ou *mortes em confronto*, têm aumentado expressivamente no país. Em 2003, nos 50 estados norte-americanos, a polícia matou 370 pessoas. Em 2004, 1.749 pessoas foram oficialmente mortas pela polícia em apenas três estados brasileiros: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Para Silvia Ramos, além de os números serem altíssimos, há no Brasil o que ela chama de “cor, classe social e geografia da morte”. Jovens de 15 a 19 anos são os mais atingidos pela violência policial. A maioria é negra (64%) e pobre. As ações policiais dentro das favelas são mais que duas vezes mais letais do que as ações fora dela.

Consultora do UNICEF, Nena Macedo destacou o resultado de uma pesquisa sobre a capacitação de profissionais de instituições como Polícia Civil, Polícia Militar, guardas municipais, abrigos e unidades socioeducativas. Segundo a pesquisadora, o principal objetivo do estudo foi levantar em que medida as capacitações contribuem para uma nova prática profissional e até onde elas são suficientes para uma mudança de cultura em relação à criança e ao adolescente.

Das 130 instituições que responderam ao questionário, pouco mais da metade, 71, realizava cursos de formação. Dessas, praticamente a metade depende de financiamento para a continuidade dos programas. Poucas experiências foram incorporadas como políticas de formação.

“É preciso que as organizações sejam preparadas para avaliar e reavaliar suas práticas, seus procedimentos e normas; formar policiais, guardas e monitores educadores críticos e emocionalmente amadurecidos para lidar com questões cotidianas; sistematizar e padronizar suas rotinas profissionais e, por fim, adotar a ética de justiça e cidadania como princípios norteadores das políticas públicas na construção da cultura de paz”, concluiu a pesquisadora.

Durante a Consulta, discutiu-se a necessidade de criar uma série de sistemas de cobrança do Estado e de fortalecimento dos mecanismos de controle da sociedade civil

Durante o debate, abordou-se, entre outros temas, a necessidade de rediscutir a metodologia e as formas de medição de resultados e impactos dessas capacitações. Para os participantes, em geral, é preciso formar mais e melhor. Discutiu-se também a necessidade de criar uma série de sistemas de cobrança do Estado e de fortalecimento dos mecanismos de controle da sociedade civil como forma de enfrentamento à violência institucional.

Experiências de enfrentamento

Os projetos apresentados no painel de violência institucional tiveram como abordagem comum a inovação e o potencial de replicação em outras regiões e cidades. O primeiro projeto destacado foi o Artigo 1º, da organização não-governamental Conectas Direitos Humanos, de São Paulo.

Criado em agosto de 2003, o projeto promove advocacia estratégica em direitos humanos, em âmbito nacional e internacional. Focado nos adolescentes que estão em conflito com a lei, o principal objetivo é responsabilizar o Estado e seus administradores pelas violações perpetradas contra esses jovens. Recentemente, dois processos acompanhados pela ONG tiveram resultado favorável. O Estado foi condenado a pagar indenização às famílias de dois jovens mortos nas dependências da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM).

O outro projeto apresentado tem o sugestivo nome de Fica Vivo!. Seu objetivo é o controle de homicídios de adolescentes em Belo Horizonte e interior de Minas Gerais por meio do favorecimento da organização comunitária entre os jovens.

Criado em 2002, a partir da análise dos elevados índices de mortalidade e criminalidade registrados em pesquisas feitas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o Fica Vivo! é coordenado pela Superintendência de Prevenção à Criminalidade da Secretaria de Defesa Social do estado de Minas Gerais.

O trabalho é realizado por ações preventivas, como oficinas educativas, culturais e profissionalizantes.

Recomendações e propostas

Para enfrentar a violência institucional, os participantes da Consulta Nacional sobre a Violência contra a Criança e o Adolescente apresentaram as propostas abaixo.

Em relação à transparência:

- Criação de observatórios das ações do Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público com o objetivo de reduzir as práticas de impunidade.
- Criação de sistema nacional de dados sobre a violência para compreender e enfrentar melhor o fenômeno.
- Criação de bancos de projetos previamente avaliados e validados como referências na promoção dos direitos juvenis.
- Qualificação e maior transparência nas informações sobre os processos judiciais, que incluem dados sobre mortes de crianças e adolescentes provocadas pela polícia e crimes não esclarecidos.
- Controle social das empresas de segurança privada.
- Aumento do controle social da polícia por meio de ouvidorias independentes e com investigadores próprios.

Em relação à formação:

- Capacitação de qualidade, em parceria com as universidades, para agentes atuantes nas unidades de execução de medidas socioeducativas, e que inclua os recortes de gênero, raça, etnia, renda, classe social e geração.
- Formação continuada – e de qualidade – para técnicos de organizações não-governamentais e agentes públicos das diversas áreas (prevenção, repressão, investigação etc.) voltadas para a promoção e a garantia dos direitos humanos, com conteúdos críticos e metodologias participativas.

Em relação ao aprimoramento e à articulação do sistema de justiça e da segurança pública:

- Qualificação dos processos investigativos da polícia (capacitação e aparelhamento), com o objetivo de promover a atuação técnica e científica.
- Imediato reordenamento institucional das medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei.
- Garantia de dotação orçamentária para programas e políticas públicas.
- Reordenamento institucional das medidas socioeducativas.
- Garantia imediata de serviços de reparação de danos, voltados para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas com direitos violados.
- Moção de repúdio contra a FEBEM-S P, como principal referência de violação dos direitos humanos de adolescentes em cumprimento de medida de privação de liberdade.

- Ratificação, pelo Congresso Nacional, da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, das Nações Unidas.
- Elaboração de um estudo nacional sobre impunidade.

Violência comunitária

Que princípios precisam ser reforçados e ressaltados para diminuir a violência comunitária? Quais são as reais perspectivas de mudança? Como os jovens podem atuar, não apenas como receptores, mas também como protagonistas das políticas que ajudarão a mudar essa triste realidade? Esses foram alguns dos principais temas levantados durante o debate sobre violência comunitária na Consulta Nacional sobre a Violência contra a Criança e o Adolescente.

Cíntia Freitas, coordenadora de projetos de drogas e HIV/Aids do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), enfatizou que o jovem é hoje a maior

Os diagnósticos que associam a venda e o consumo de entorpecentes à criminalidade não são suficientes para explicar a violência nacional

vítima da violência. Segundo ela, essa vulnerabilidade é freqüentemente reflexo do contexto de violência a que ele está exposto, muitas vezes associado ao uso de drogas lícitas e ilícitas. Esse contexto provoca desistências escolares e quebra de laços afetivos, situações deflagradoras de mais exclusão e vulnerabilidade.

Em seguida, Paulina Duarte, diretora de prevenção e tratamento da Secretaria Nacional Antidrogas, desfez mitos como “toda violência é gerada por drogas” ou “usuários de drogas são responsáveis pela violência” e deu ênfase aos fatores de proteção. Segundo a especialista, eles podem ser conquistados com políticas públicas que promovam saúde, prevenção universal e seletiva, atenção básica, tratamento e reinserção social, ampliação e articulação de redes sociais.

Gey Espinheira, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), ressaltou, por sua vez, que os diagnósticos que associam a venda e o consumo de entorpecentes à criminalidade não são suficientes para explicar a violência nacional. “São as drogas e os traficantes que, aparentemente, despedaçam o Brasil. Mas é o Brasil institucional, corrompido, que despedaça a sua gente, na violência cotidiana da urbanização precária, dos serviços de baixo atendimento e da cumplicidade das forças de segurança com a criminalidade estabelecida em todos os níveis nas comunidades brasileiras, sobretudo nos bairros e zonas populares das cidades grandes e médias do país”, afirmou.

Para Espinheira, o crime organizado só existe porque há participação de setores do Estado. “Transformar as drogas como base da violência é não querer ver o significado da economia das drogas como fator estruturante de certas estruturas de poder, de corrupção e de lucro”, defendeu. Para ele, a causa central da violência no país é a brutal desigualdade social em que vivemos.

Posição que também foi defendida por Nancy Cardia, coordenadora do Núcleo de Estudos de Violência (NEV), da Universidade de São Paulo (USP). Segundo ela, a desigualdade social é um dos fatores que mais contribuem para a elevação das taxas de homicídio. Durante a Consulta, Nancy Cardia expôs dados de uma pesquisa do núcleo feita de 1980 a 2002 com crianças e adolescentes de até 19 anos de todos os estados brasileiros. De acordo com a pesquisadora, a maior concentração de homicídios ocorre principalmente em comunidades populares e da periferia, com alta taxa de desemprego, nenhum acesso à cultura e pouco controle social, onde as vítimas são os adolescentes e jovens moradores. Por isso, uma das saídas que ela indica para o enfrentamento do problema é a criação e execução de políticas públicas de acesso de qualidade aos padrões básicos do serviço público e privado a essas comunidades.

Experiências de enfrentamento

Os dois projetos apresentados no painel de violência comunitária tiveram como abordagem o trabalho realizado com o público adolescente que já se encontra em situação vulnerável nos espaços comunitários. Uma das experiências discutidas durante a Consulta foi a da Associação Lua Nova, organização não-governamental de Araçoiaba da Serra (SP) cuja missão é fortalecer a auto-estima, a cidadania e o direito à maternidade de jovens mães em situação de risco social.

A organização trabalha para inserir novamente as jovens mães na comunidade. Seu principal objetivo é torná-las responsáveis pelo próprio processo de transformação. O projeto busca dar mais poder às participantes a partir de ações que as ajudem a superar as adversidades, garantindo-lhes sustentação social e econômica.

O segundo projeto, o Galera Nota 10, surgiu em 2002 em Manaus como resposta ao crescimento da violência. Por meio de diálogo e práticas não repressivas, o projeto, executado pelo governo do estado do Amazonas, incentiva a participação de adolescentes e jovens em situação de risco social em atividades desportivas, artísticas, culturais e socioeducativas, promovendo a sua inclusão e a construção plena de sua cidadania.

Recomendações e propostas

Para enfrentar a violência comunitária, os participantes da Consulta Nacional apresentaram as seguintes propostas:

- Prioridade a projetos de enfrentamento implementados e desenvolvidos em níveis locais, de forma interinstitucional e integrada.
- Elaboração de estratégias de prevenção que levem em conta as potencialidades dos atores envolvidos no processo.
- Criação de um prêmio com a chancela das Nações Unidas a ser atribuído à instituição que se destacar na redução da violência comunitária.

- Incentivo à formação de grêmios estudantis nas escolas públicas e práticas de mediação pacífica de conflitos como forma de fortalecimento da cidadania e participação de crianças e adolescentes.
- Criação de mecanismos para o acompanhamento e a fiscalização das propostas estabelecidas na Consulta Nacional.

Violência sexual

Participantes do debate sobre violência sexual na Consulta Nacional sobre a Violência contra a Criança e o Adolescente ressaltaram que um dos grandes desafios nessa área é a falta de integração das ações e de monitoramento das diversas iniciativas. A ausência de dados é grave. Há grande escassez de pesquisas de abrangência nacional sobre a violência sexual praticada. Quase sempre, os estudos são feitos no âmbito regional, sem atualização periódica, o que impede a definição de parâmetros e a construção de um retrato preciso sobre o que ocorre no Brasil.

No âmbito estrutural, o governo brasileiro assume três linhas prioritárias para o enfrentamento da questão: o combate à impunidade, a adequação do marco legal e a integração setorial das diversas políticas públicas em andamento. Para que essas três vertentes atinjam os resultados esperados, ressaltaram os debatedores, é fundamental criar novos canais de recebimento de denúncias.

Neide Castanha, do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, ressaltou a existência de duas “dimensões” do problema bastante distintas: a violência sexual interpessoal e a exploração sexual. Enquanto na violência sexual interpessoal o gênero e o poder são fatores-chave, na exploração comercial é preciso integrar o conceito de redes criminosas. “Portanto, aí vão se configurar pontos estratégicos extremamente distintos quanto ao conjunto de ações, proposições e iniciativas do enfrentamento”, afirmou ela.

Socorro Tabosa, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República, comentou, entre outros pontos, os trabalhos da Comissão Intersetorial de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual. Segundo ela, as prioridades da comissão, nesse momento, são o combate à impunidade, a adequação do marco legal e a integração das políticas públicas. A comissão é formada por representantes de 14 ministérios e secretarias, do Congresso Nacional – por meio da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente –, do Superior Tribunal de Justiça, do Ministério Público do Trabalho, de organismos internacionais e da sociedade civil.

Já Gorete Vasconcelos, representante do Instituto WCF-Brasil, falou do trabalho da organização internacional no Brasil. Com a missão de promover e defender os direitos e a integridade física, psicológica e moral das crianças e adolescentes, a WCF tem, segundo ela, como objetivo principal o rompimento do ciclo da violência. Entre 1999 e 2005, a organização participou de 53 projetos em 16 estados brasileiros e estabeleceu como desafio incentivar a construção, a sistematização e a avaliação de novas metodologias, estabelecer parcerias intersetoriais e investir na formação de agentes públicos.

Outro assunto lembrado foi a importância do tratamento do tema pelas escolas,

de forma correta e abrangente. As abordagens sobre sexualidade não devem se limitar a explicações sobre doenças sexualmente transmissíveis e métodos anticoncepcionais, mas também devem incorporar discussões sobre o direito à sensação de prazer e sobre a capacidade de os jovens recusarem uma relação indesejada.

Uma das formas de garantir que a escola incorpore o tema da violência sexual é auxiliar na formação de professores, para que sejam difundidos os conhecimentos relativos à proteção de crianças e adolescentes, o reconhecimento de sinais de violência sexual e a garantia de um correto encaminhamento dos eventuais casos de violência sexual.

A estratégia de capacitar os professores de acordo com o Sistema de Garantia de Direitos permanece prioritária. A capacitação dos conselheiros tutelares foi ou-

As abordagens sobre sexualidade nas escolas não devem se limitar a explicações sobre doenças sexualmente transmissíveis e métodos anticoncepcionais

tro aspecto discutido, uma vez que há registro de situações em que os próprios conselheiros acabam por agir contra os direitos da criança e do adolescente, em vez de protegê-los.

Experiências de enfrentamento

Os projetos Rompendo o Silêncio e Pró-Paz Integrado foram as duas experiências de enfrentamento à violência sexual apresentadas no encontro. O primeiro é desenvolvido em São Luís e tem como foco a estruturação de um sistema de atendimento interdisciplinar e multiprofissional da vítima e a responsabilização do explorador.

O Pró-Paz Integrado é realizado na região metropolitana de Belém e tem o desafio de proporcionar um atendimento humanizado capaz de evitar a revitimização de crianças e adolescentes. O projeto atende, também de forma interdisciplinar, não só vítimas da exploração sexual, mas também crianças que sofreram outros tipos de violência.

Apesar de usar metodologias distintas, as experiências do Maranhão e do Pará demonstram a importância de dar prioridade a um atendimento humanizado, que assegure o efetivo resgate de direitos das crianças. Também chamam a atenção para a necessidade de um sistema articulado em nível local. A maior dificuldade assinalada em ambos os projetos foi o envolvimento da escola como um dos atores articulados no sistema.

Recomendações e propostas

Para enfrentar a violência sexual, os participantes da Consulta Nacional apresentaram as seguintes propostas:

- Reconhecimento, pelo Poder Judiciário, dos laudos periciais expedidos por profissionais da área médica nos processos criminais relativos à violência sexual.
- Avaliação das atribuições dos programas que atuam nessa área, e, em particular, revisão das competências do Programa Sentinela na perspectiva do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).
- Reformulação do sistema Disque-Denúncia para o estabelecimento de um modelo que evite a superposição de denúncias.
- Trabalhar de maneira integrada contra o problema da subnotificação, intensificando as campanhas de esclarecimento sobre a violência sexual.
- Construção de um sistema nacional de informações que possibilite a unificação dos dados.
- Criação de um Código Nacional de Violência, à semelhança do Código Internacional de Doenças (CID), que estabeleça padrões de atendimento dos profissionais da área de saúde.
- Apoio às pesquisas focadas no perfil dos agressores/exploradores, em articulação com organismos de cooperação internacional.
- Sistematização de práticas comprovadamente eficazes, especialmente com as famílias que vivenciam as dinâmicas de violência sexual.
- Investimento técnico-financeiro em metodologias estratégicas na área de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e Tráfico Internacional de Pessoas.

Violência na mídia

A violência é uma das áreas de cobertura mais prejudicadas do jornalismo brasileiro em relação aos direitos da infância e da adolescência. Em geral, a imprensa apenas descreve os atos violentos sem analisá-los ou apontar soluções para o problema. Também não aborda, em sua maioria, características sociais e étnicas de agressores e vítimas de atos violentos. Não há um retrato do Brasil que mostre como essa violência é estrutural e incide mais centralmente sobre determinados segmentos da população. Esse foi o cenário apresentado por Veet Vivarta, secretário-executivo da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI).

Durante a Consulta Nacional sobre a Violência contra a Criança e o Adolescente, o conferencista apresentou resultados de algumas pesquisas realizadas pela ONG sobre a visibilidade do tema. De acordo com os estudos, a cobertura sobre crianças e jovens como agentes e vítimas de agressões costuma ser apenas descritiva e superficial. Em 2001, dos 1.140 textos analisados pela ANDI na pesquisa Balas Perdidas, cerca de 80% foram construídos a partir de boletins policiais. Apenas 5,2% dos textos apresentavam possíveis soluções para o problema e só 2,5% mencionaram questões de ordem legislativa.

De 1996 a 2004, a presença do tema infância na mídia aumentou quase 1.150%. Isso significa que, diferentemente de alguns anos atrás, hoje há pelo menos espaço garantido para o debate de algumas questões centrais para essa agenda. Outra boa notícia é que há certa limitação no crescimento dos textos sobre violência e que os índices

que medem a qualidade da cobertura também estão melhorando. Em 2001, numa escala de 0 a 100, a média geral foi de 30 pontos. Um ano depois, havia subido para 40.

Vivarta terminou sua participação falando da importância de investir em educomunicação, visando a uma leitura crítica dos meios por parte de crianças, adolescentes e adultos. Segundo ele, todos os países que conseguiram resultados concretos nessa questão apostaram na formação do público, da audiência.

Segundo Christina Carvalho Pinto, presidente do Grupo Full Jazz, a criança e o adolescente são, provavelmente, os mais vulneráveis à exposição continuada de estereótipos pela mídia. Para ela, os meios de comunicação vivem em situação “esquizofrênica”: veiculam, ao mesmo tempo, produtos tanto de alta quanto de baixa qualidade. De acordo com Christina Carvalho Pinto, a presença de boas produções é resultado da pressão da sociedade, de grupos de consumidores – postura que foi defendida pela palestrante, assim como a educação de todos os atores que vão se envolver com processos de mídia.

No que diz respeito às notícias sobre crianças e jovens como agentes e vítimas de agressões, a cobertura da mídia, em sua maioria, é apenas descritiva e superficial

Experiências de enfrentamento

Fundado por um grupo de jornalistas mobilizados pelo assassinato de uma colega, o Movimento Estado de Paz – Uma Ação pela Vida surgiu na Bahia, em 2001. As ações da ONG são centradas no tripé articulação, mobilização, e monitoramento e formação.

Integrado por radialistas, jornalistas e estudantes de comunicação, o movimento atua em parceria com organizações sociais. Um de seus principais compromissos é mapear, apoiar e divulgar o trabalho e as iniciativas positivas de organizações empenhadas no enfrentamento da violência.

Outras duas experiências apresentadas na Consulta Nacional foram o projeto Agente Jovem, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, destinado a adolescentes entre 15 e 17 anos em situação de vulnerabilidade, e a revista *Viração*.

Em relação ao Agente Jovem, foi destacada uma iniciativa relacionada ao investimento em comunicação: o desenvolvimento de um jornal mural produzido pelos jovens atendidos pelo projeto. Ao divulgar o que estão fazendo, os adolescentes não só facilitam a comunicação entre eles como estimulam que outros jovens façam o mesmo.

Criada em março de 2003, a revista *Viração* também tem como principal diferencial dar vez e voz aos jovens. A publicação é feita por eles, para eles e a partir deles. Alunos de Ensino Fundamental e Médio, estudantes de comunicação social e de ou-

tras áreas e adolescentes em conflito com a lei, inclusive, integram o chamado Conselho Editorial Jovem, o Virajovem.

Em 2004, a revista ganhou o Prêmio do Programa de Valorização de Iniciativas Culturais, da prefeitura de São Paulo, e o Prêmio Don Mario Pasini Comunicatore, concedido pela agência de notícias Misna e a Associação Cuore Amico, em Roma, Itália. Também foi semifinalista do Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo.

Recomendações e propostas

Para enfrentar a violência na mídia, os participantes da Consulta Nacional apresentaram as seguintes propostas:

- A criação, em caráter de urgência, de um fórum permanente de discussão sobre a interface mídia-violência, envolvendo todos os setores da sociedade (governo, sociedade civil, agentes de segurança pública, academia, agências internacionais e setor privado). A idéia é que esse fórum seja responsável pela construção de uma agenda que estabeleça parâmetros e sugestões, tais como:
 - Fortalecimento dos mecanismos de monitoramento e avaliação do binômio comunicação-violência.
 - Investimento em ensino e pesquisa na área de comunicação em graduação e pós-graduação.
 - Instituição de um fundo nacional para pesquisas em violência e comunicação.
 - Definição de referências para as políticas de comunicação em relação à violência no país.
 - Destinação de verbas públicas voltadas para a produção e a disseminação de informações sobre violência.
 - Criação de políticas públicas estatais destinadas à educação para a mídia nas escolas e organizações da sociedade civil.

Violência no trabalho

Um dos pontos abordados pelos participantes envolvidos nessa discussão diz respeito à condescendência com que o trabalho infantil ainda é visto no Brasil. Tanto o trabalho doméstico nos grandes centros urbanos quanto o trabalho rural ainda estão amplamente disseminados no país.

Leonardo Oliveira, diretor do Departamento de Fiscalização do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego e coordenador da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, lembrou que no caso da criança e do adolescente “a violência não é ‘no’ trabalho e sim ‘o’ trabalho”. Segundo ele, é o fato de trabalhar que acaba gerando conseqüências na saúde – inclusive na estrutura física e nos sistemas imunológico e nervoso – dessas crianças e adolescentes.

Na percepção de Renato Mendes, oficial de projetos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), quando o trabalho é realizado por crianças e adolescentes, deixa de ser uma força transformadora para se tornar expropriadora e dominadora.

Para ele, o trabalho infantil não é só conseqüência da pobreza. Começa a ser causa dela. Trata-se de uma “expropriação” dos direitos da criança e do adolescente que gera uma série de violências. As mais imediatas dizem respeito a sua saúde,

vida e integridade moral, psíquica e física. Em longo prazo, ele impede que a criança se desenvolva e se qualifique de forma adequada para o mercado de trabalho. “Ela se transforma, no mundo adulto, em uma mão-de-obra desqualificada”, observou o especialista.

Os participantes da Consulta Nacional sobre a Violência contra a Criança e o Adolescente reconheceram o trabalho infantil como uma violação contra os direitos fundamentais e ressaltaram a importância do enfoque de gênero e de raça para o enfrentamento do problema.

Vilma Reis, coordenadora do CEAFFRO – Educação e Profissionalização para a Igualdade Racial e de Gênero, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), lembrou que para uma política ser bem-sucedida no Brasil “tem que abordar cor, gênero e região”. Categorias que, segundo ela, muitas vezes, não ganham visibilidade nos debates.

A especialista também chamou a atenção para a necessidade de combater o trabalho infantil doméstico, que, segundo ela, articula as categorias de gênero e de raça. No Norte do Brasil, ele emprega principalmente meninas indígenas. No Nordeste e no Semi-Árido, as meninas negras são as principais vítimas.

Os participantes da Consulta Nacional ressaltaram a importância do enfoque de gênero e de raça para o enfrentamento do trabalho infantil

“Quando falamos em trabalho infantil doméstico, estamos falando de violência sexual, de violência psíquica”, alertou Vilma Reis. De acordo com ela, 47% das meninas que estão no trabalho infantil doméstico não vão à escola e um terço delas está submetido a uma situação de extrema violência.

“O trabalho infantil doméstico é uma forma de morte simbólica dramática”, enfatizou. Segundo a especialista, muitas das jovens atendidas no CEAFFRO chegam com a “voz seqüestrada”, com “medo de seu cabelo e da sua boca”. “O Brasil precisa quebrar a naturalização da exploração de qualquer tipo de trabalho infantil”, defendeu. “Essa é uma tarefa de toda a sociedade brasileira. Não aceitamos que o Brasil continue agindo como se não entendesse o que está acontecendo.”

Experiências de enfrentamento

As duas experiências de enfrentamento apresentadas durante a Consulta Nacional foram a do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e a do Programa de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Sentinela), ambos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Desenvolvido a partir de 1996, o PETI tem como objetivo assegurar o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes em seu convívio familiar e comunitário, retirando-os da situação de trabalho.

O programa age em duas frentes: a geração de renda e a contrapartida financeira para a família que mantiver as crianças nas escolas. O PETI atua basicamente em municípios pequenos e tem como foco a família. As ações socioeducativas são um dos principais diferenciais do programa, conforme apontado na Consulta Nacional.

Criado em 2001 com o objetivo de cumprir as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, o programa Sentinela tem como público-alvo crianças, adolescentes e suas famílias que se encontram em situação de violência sexual – a qual abrange tanto o abuso como a exploração sexual comercial.

As ações do programa são desenvolvidas pelos centros ou serviços de referência nos municípios, onde são realizadas ações de apoio psicossocial e jurídico às crianças e adolescentes vitimizados.

Recomendações e propostas

Para enfrentar a violência no trabalho, os participantes da Consulta Nacional apresentaram as seguintes propostas:

- Definição de competências na fiscalização do trabalho infantil doméstico e urbano informal.
- Definição de uma proposta pedagógica inclusiva para os adolescentes saídos do PETI.
- Criação de estratégias e iniciativas governamentais para retirar os adolescentes do trabalho no tráfico.
- Fortalecimento das Delegacias Regionais do Trabalho.
- Definição de indicadores de violência (Sistema Nacional de Monitoramento da Violência).
- Implementação efetiva da Lei nº 10.639, de 2003, que determina o ensino de cultura africana e afro-brasileira no Ensino Fundamental e Médio.
- Retomada do trabalho em rede entre as agências das Nações Unidas tendo o Comitê Interagências para Violência a função de analisar a inter-relação entre as diferentes violências setorializadas.
- Abordagem das questões de gênero, raça e etnia e dos aspectos regionais nos estudos sobre violência no trabalho.

Violência racial e étnica

Durante praticamente todo o século XX, o discurso da democracia racial impediu que fossem formuladas políticas públicas para resolver a questão da discriminação. Essa tendência, segundo Douglas M. de Souza, secretário-adjunto da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), só foi revertida nas duas últimas décadas do século passado, quando o Estado começou a medir, pelo critério étnico-racial, a diferença dos indicadores sociais.

Recentemente, a discussão sobre políticas públicas para o enfrentamento do racismo foi um dos temas centrais do debate na Consulta Nacional sobre a Violência contra

a Criança e o Adolescente. Para o secretário-adjunto, a sociedade ainda desconhece ferramentas já criadas nesse sentido. O Plano Nacional de Segurança Pública é uma delas. Quando assina o plano, o governador, segundo Souza, compromete-se a promover os Centros de Referência de Igualdade Racial. Construídos com a participação e a vigilância da sociedade civil, eles poderiam ter um papel importante no combate ao racismo institucional. “A sociedade desconhece o dinheiro que está disponível para isso e não fiscaliza”, lamenta. É desses centros que pode surgir, segundo ele, a discussão de formação de policiais, ação importante para combater a vitimização dos jovens negros pela polícia.

Outro ponto importante levantado durante a Consulta diz respeito à violência com motivação racial nas escolas. O secretário estadual da Justiça e Defesa da Cidadania de São Paulo, Hédio Silva Júnior, chamou a atenção, na sua conferência, para o fato

Durante a Consulta Nacional, levantou-se a necessidade de diálogo entre as culturas negra e indígena e a importância das cotas como política de ação afirmativa

de que não existe nenhuma preparação por parte dos profissionais de educação para responder de forma didática aos casos de racismo que com frequência acontecem nas salas de aula. Segundo ele, as discriminações mais marcantes para a maioria da população negra encontram-se nas relações com a polícia e com a escola. A trajetória escolar acidentada das crianças negras representa, de acordo com o secretário, um fardo freqüentemente tão pesado que elas acabam abandonando o colégio.

Gersem Baniwa, assessor voluntário da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e do Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas, trouxe para a discussão as diversas formas de violência que afetam os índios no país. Segundo ele, a própria concepção histórica, que credita a descoberta do Brasil aos brancos, é uma violência. Outro foco de preconceito e de racismo diz respeito à cultura, à tentativa de eliminar as tradições para torná-los “iguais” ao brasileiro em geral. “Essa pressão para que os índios comecem a se guiar por princípios que não são os seus valores e as suas tradições vem desde a escola. Há uma negação de cidadania enquanto cidadania diferenciada”, enfatiza.

Durante o debate, levantou-se ainda a necessidade de diálogo entre as culturas negra e indígena e a importância das cotas como política de ação afirmativa para reverter a injustiça social. “Se há 4% de negros nas universidades, 0% de indígenas e 96% de brancos, temos que acabar com a cota de 96% e tirar a população indígena do zero”, defendeu Douglas de Souza, da SEPPIR.

Experiência de enfrentamento

Capacitar os indígenas para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes. Esse foi o principal objetivo da experiência apresentada neste painel durante a Consulta Nacional.

Trata-se de um subprojeto do Programa de Ações Integradas para o Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial e o Tráfico para os Mesmos Fins de Meninos, Meninas e Adolescentes em Pacaraima (RR), promovido pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Os principais alvos das ações foram professores de escolas indígenas, agentes de saúde e lideranças de três aldeias bem próximas do centro urbano: Boca da Mata, Sabiá e Santa Rosa.

Por meio de oficinas, foram discutidas questões como tráfico de mulheres, trabalho infantil, violência sexual e violência étnica. Depois dessas dinâmicas, eram realizados debates. No final, os próprios índios elaboraram uma série de sugestões na tentativa de minimizar o grave problema hoje enfrentado pelas aldeias que estão próximas da área urbana do município de Pacaraima. Entre as sugestões apresentadas, há desde a implantação do Ensino Médio nas escolas das aldeias, para evitar a migração dos jovens, até a necessidade de levar a discussão sobre violência para assembleias indígenas.

Recomendações e propostas

Para enfrentar a violência étnico-racial, os participantes da Consulta Nacional apresentaram as seguintes propostas:

- Observância, pelos poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e pelo Ministério Público, da aplicação rigorosa do Estatuto da Criança e do Adolescente com respeito aos princípios das comunidades indígenas e negras (quilombolas) e seus estatutos próprios.
- Implementação de políticas públicas contextualizadas em relação às comunidades indígenas e negras, com metodologias participativas e orçamentos próprios.
- Implementação de políticas de formação de agentes públicos responsáveis pela execução de programas e ações com as comunidades negras e indígenas, de modo que possam lidar respeitosa e com as diferenças étnicas e raciais.
- Aplicação, nos conselhos dos direitos e tutelares, de processos de eleição e gestão participativos que contemplem a presença das comunidades indígenas, negras e minorias locais.
- Ampliação do controle social em relação à educação de crianças e adolescentes das comunidades indígenas e negras (quilombolas), para o fortalecimento da identidade étnica.
- Priorização de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico-social dos povos indígenas e negros.
- Maior atuação do Ministério Público em processos de culpabilização dos exploradores de crianças e adolescentes negras e indígenas.
- Fortalecimento das entidades da sociedade civil organizada que lutam por esses segmentos para que possam ampliar seu poder de pressão, fazendo com que os recursos sejam devidamente utilizados e voltados para políticas públicas.

- Agilização dos poderes públicos na definição dos territórios indígenas e quilombolas.
- Melhoria na qualidade das informações veiculadas na mídia sobre a formação da opinião pública em relação às comunidades indígenas e negras.
- Dar o devido destaque, nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, às questões de violência relacionadas a raça e etnia com o devido acompanhamento das Nações Unidas.
- Inclusão, nas pautas de aprofundamento das discussões, da temática “violência em nome da religião enquanto violência étnico-religiosa com recortes das questões de poder”.

Moções de repúdio

- Repúdio à violência policial praticada contra grupos étnicos minoritários.
- Repúdio à violência no campo praticada contra comunidades indígenas e quilombolas.
- Repúdio ao estado de Roraima, por ser emblemático nas violações de direitos contra a comunidade indígena.

Uma plataforma de metas e ações para enfrentar a violência

Surgida do consenso dos participantes da Consulta Nacional, a Plataforma Brasileira de Metas e Ações de Redução da Violência contra a Criança e o Adolescente tem como objetivo tornar-se referência programática das ações para os diferentes órgãos e instituições que atuam no país

A Plataforma Brasileira de Metas e Ações de Redução da Violência contra a Criança e o Adolescente foi a recomendação mais importante da Consulta Nacional sobre a Violência contra a Criança e o Adolescente. Oito Grupos de Trabalho – organizados por tipo de violência: doméstica; sexual; racial e étnica; na escola; na comunidade; na mídia; nas instituições; e no trabalho – tiveram como tarefa propor ações e metas bem como listar responsabilidade para os principais atores envolvidos (governos, sociedade civil, agências das Nações Unidas, setor privado).

Seguindo um roteiro e uma metodologia previamente estabelecidos, os oito grupos formaram as principais linhas temáticas da Plataforma Brasileira. Ao final do encontro, todos os participantes deliberaram pela formação de um pequeno grupo de instituições composto dos organizadores da Consulta (governo, sociedade e ONU) – o qual se responsabilizou pela criação de mecanismos de articulação da Plataforma, que contribuirá para a efetivação das recomendações dos Grupos de Trabalho.

Segundo conclusão dos participantes da Consulta Nacional, para atingir as metas e superar o dramático quadro de desigualdade no Brasil, é vital romper a dinâmica de violência que caracteriza a sociedade brasileira. O alcance desse objetivo exige uma formu-

lação mais sofisticada das estratégias e de indicadores adequados para reduzir o fenômeno até a sua eliminação. Nesse contexto, a Plataforma Brasileira surgiu com a proposta de ser uma referência programática das ações entre os diferentes órgãos e instituições (governamentais ou não) que atuam no enfrentamento e na redução da violência contra a criança e o adolescente no país.

A Plataforma Brasileira pressupõe ações coletivas, por isso exige um processo mais abrangente e continuado de articulação das instituições que lidam com o fenômeno, sendo essencial que essas organizações se reconheçam como integrantes de um processo de afirmação política no campo dos direitos humanos e que possam ter condições para avaliar os cenários de enfrentamento apresentados na atualidade. Também é fundamental identificar os principais desafios e formular políticas adequadas ao enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente, além de realizar a devida avaliação sobre a implementação do Sistema de Garantia de Direitos. Nesse sentido, a Plataforma Brasileira torna-se também um espaço de diálogo importante para a reflexão coletiva sobre os impactos das iniciativas.

Principais conclusões e recomendações da Consulta Nacional sobre a Violência contra a Criança e o Adolescente

O Brasil participou da consulta regional latino-americana e o produto final dos três dias de trabalho subsidiou a preparação do relatório mundial.

Na carta, lida no encerramento da Consulta, foram adiantadas de forma resumida algumas recomendações reconhecidas de forma suficientemente consensual pelos Grupos de Trabalho, que contaram com a participação efetiva de representantes de diferentes setores e regiões do país.

De forma geral, o documento reafirmou os compromissos da iniciativa Um Mundo para as Crianças e a Declaração do Milênio das Nações Unidas, no eixo da proteção contra os abusos e toda forma de violência.

Algumas das principais propostas dos oito Grupos de Trabalho:

- Criação de mecanismos que facilitem e estimulem a participação da sociedade civil nas iniciativas de construção de uma cultura da paz.
- Capacitação específica dos atores governamentais e não-governamentais para a substituição de práticas violentas que vitimam crianças e adolescentes por práticas baseadas nos direitos humanos e na democracia.
- Reconhecimento efetivo – pelos governos em seus três níveis – dos conselhos dos Direitos como único espaço reconhecido pela Constituição Federal como ente deliberativo, formulador e controlador das políticas e ações governamentais e não-governamentais.
- Fortalecimento das capacidades operacionais, de recursos humanos, técnicos e financeiros dos conselhos tutelares.
- Estruturação e operacionalização de sistemas de informação que permitam monitorar e direcionar as ações protetivas e de garantia de direitos.
- Consolidação e fortalecimento das escolas como espaços democráticos de construção da paz, pelos alunos e pelas comunidades.

- Implementação de ações de apoio às famílias para a adoção de práticas educativas e de cuidados que não envolvam o uso de violência (seja ela psicológica, física, sexual) ou de negligência.
- Respeito nas práticas institucionais à diversidade de gênero, cultural, étnica e regional que caracteriza as sociedades.
- Implementação efetiva das medidas socioeducativas em meio aberto e a garantia do caráter educativo na aplicação das medidas socioeducativas privativas de liberdade.
- Intercâmbio e potencialização das boas práticas de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes.
- Apoio e fortalecimento das redes locais de serviços e organizações direcionadas para a proteção e a garantia da integridade e dos direitos de todas as crianças.
- Desenvolvimento de iniciativas que garantam a integração dos veículos de comunicação nos esforços de proteção e fortalecimento de práticas não violentas de educação e cuidado de crianças e adolescentes.
- Fortalecimento dos mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação da implementação dos recursos governamentais direcionados à infância e à adolescência.
- Reconhecimento do documento elaborado pelos adolescentes que participaram deste evento como texto portador de diretivas a ser consideradas na implementação dos esforços futuros.
- Maior articulação das agências internacionais na mobilização de recursos e implementação de ações de redução da violência.

No encerramento dos trabalhos, as instituições participantes consideraram que, além de subsidiar o relatório do secretário-geral das Nações Unidas sobre a Violência contra Crianças, os resultados obtidos durante a Consulta podem e devem servir a uma ampla plataforma brasileira de ações e metas consideradas fundamentais para a redução da violência contra a criança e o adolescente no país. Nessa perspectiva, os organizadores da Consulta se responsabilizam por criar mecanismos de articulação e interlocução que contribuam para a efetivação dessas recomendações.

Os personagens da Consulta Nacional sobre a Violência contra a Criança e o Adolescente

*Em agosto de 2005, cerca de 450 pessoas participaram da Consulta Nacional debatendo e apresentando propostas e ações de enfrentamento da violência. Nesta e nas próximas páginas, há uma relação de alguns dos principais atores presentes e a programação completa do evento**

Mesa de Abertura

Luiz Soares Dulci – Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência

Carlos Lopes – Coordenador residente da ONU

Marie-Pierre Poirier – Representante do UNICEF no Brasil

Paulo Sérgio Pinheiro – Especialista independente para o Estudo Mundial sobre Violência contra a Criança

Hélio Silva Júnior – Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania do estado de São Paulo

Ricardo Henriques – Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação (MEC)

Oswaldo Russo – Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Patrícia Saboya Gomes – Coordenadora da Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e do Adolescente

*A lista considera os cargos que as pessoas ocupavam na época em que a Consulta Nacional foi realizada.

Beatriz Caitana da Silva - Estudante, representante de adolescentes e jovens
José Fernando da Silva - Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)
Amadeu da Costa Ribeiro - Diretor-geral da sede do Parlamento Latino-Americano (PARLATINO)

Conferências

Flavia Piovesan - Procuradora do Estado de São Paulo, conferencista
Maria do Carmo Brant de Carvalho - Coordenadora-geral do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), moderadora
Jailson de Souza e Silva - Coordenador-geral do Observatório de Favelas e consultor do UNICEF, conferencista
Helena Oliveira - UNICEF, moderadora
Hélio Silva Júnior - Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania do estado de São Paulo, conferencista
Jacqueline Pitanguy - Diretora da ONG Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA-RJ), conferencista
Flávia Oliveira - Jornal *O Globo*, moderadora

Mesas-redondas

Violência Doméstica

Maria Amélia Azevedo - Laboratório de Estudos da Criança (LACRI/IPUSP), palestrante
Simone Diniz - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo (USP), palestrante
Aparecida Gonçalves - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPEM), palestrante
Sandra Silva - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), moderadora

Violência na Escola

Miriam Abramovay - Observatório de Violências nas Escolas – Brasil, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), palestrante
Ricardo Henriques - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação (MEC), palestrante
Simone de Assis - Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (CLAVES) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), palestrante
Dalka Ferrari - Centro de Referência às Vítimas da Violência (CNRVV), do Instituto Sedes Sapientiae, de São Paulo, palestrante
Silvio Kalustian - UNICEF, moderador

Violência Institucional

Silvia Ramos - Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), da Universidade Candido Mendes, do Rio de Janeiro, palestrante

Aline Yamamoto - Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (ILANUD), palestrante

Nena Macedo - UNICEF, palestrante

Renato Rosseno - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (ANCED), moderador

Violência Comunitária

Cíntia Freitas - Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), palestrante

Paulina Duarte - Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), palestrante

Nancy Cardia - Núcleo de Estudos de Violência (NEV) da Universidade de São Paulo (USP), palestrante

Gey Espinheira - Universidade Federal da Bahia (UFBA), palestrante

Cristina Elster - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), moderadora

Violência Sexual

Neide Castanha - Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, palestrante

Socorro Tabosa - Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República, palestrante

Gorete Vasconcelos - Instituto WCF-Brasil

Fabiana Gorenstein - Ministério do Turismo, moderadora

Violência na Mídia

Veet Virvarta - Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), palestrante

Christina Carvalho Pinto - Grupo Full Jazz, palestrante

Bernardo Kucinski - Subsecretaria de Comunicação Institucional (SECOM), moderador

Violência no Trabalho

Leonardo Oliveira - Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), palestrante

Renato Mendes - Organização Internacional do Trabalho (OIT), palestrante

Vilma Reis - CEAFFRO - Programa de Educação e Profissionalização para a Igualdade Racial e de Gênero, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), palestrante

Gilbert Scharnik - Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania (IIDAC/YBNEWS), moderador

Violência Racial e Étnica

Douglas M. de Souza - Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), palestrante

Gersem Baniwa - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), palestrante

Ruy Pavan - UNICEF, moderador

Painéis de projetos

Violência Doméstica

Projeto Famílias Acolhedoras – Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro/Associação Brasileira Terra dos Homens (RJ)

Projeto SAPECA – Serviço Alternativo de Proteção Especial à Criança e ao Adolescente – Prefeitura de Campinas (SP)

Moderação: Jacques Schwarzstein – UNICEF

Violência na Escola

Programa Abrindo Espaços – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

Projeto Grêmio em Forma – Instituto Sou da Paz (SP)

Moderação: Alison Sutton – UNICEF

Violência Institucional

Art. 1º – Conectas Direitos Humanos

Fica Vivo! – Secretaria de Defesa Social do estado de Minas Gerais

Moderação: Túlio Kanh – Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo

Violência Comunitária

Associação Lua Nova (SP)

Galera Nota 10 – Secretaria da Juventude (SEJ) do estado do Amazonas

Moderação: Fábio Atanásio – UNICEF

Violência Sexual

Rompendo o Silêncio (MA)

Pró-Paz Integrado (PA)

Moderação: Graça Gadelha – Partners of the Americas

Violência na Mídia

Movimento Estado de Paz – Universidade Federal da Bahia, Sindicato dos Jornalistas (BA)

Agente Jovem – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Revista *Viração* – Projeto Viração da Associação de Apoio a Meninas e Meninos da Região Sé de São Paulo

Moderação: Ângela Santos – TV Cultura

Violência no Trabalho

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Programa de Enfrentamento à Violência Social contra Crianças e Adolescente (Sentinela) – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Moderação: Eliana Almeida – UNICEF

Violência Racial e Étnica

Programa de Ações Integradas para o Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial e o Tráfico para os Mesmos Fins de Meninos, Meninas e Adolescentes em Pacaraima (RR) – Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Moderação: Ruy Pavan – UNICEF

Grupos de trabalho

Violência Doméstica

Coordenação: Sônia Nascimento – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM)

Coordenação: Sandra Silva – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA)

Violência na Escola

Coordenação: Gabriela Athias – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

Violência Institucional

Coordenação: Ruy Pavan – UNICEF

Violência Comunitária

Coordenação: Fábio Atanásio – UNICEF

Violência Sexual

Coordenação: Fabiana Gorenstein – Ministério do Turismo

Violência na Mídia

Coordenação: Veet Vivarta – Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI)

Violência no Trabalho

Coordenação: Renato Mendes – Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Violência Racial

Coordenação: Nena Macedo – Consultora UNICEF/Instituto Companheiros das Américas – EDUCAR

Programação cultural e agenda paralela

Apresentação musical do grupo de Hip-Hop Minas da Rima (SP)

Lançamento de livros

Lançamento do documentário *Até Quando?*, com debate

Exposição de fotografias

Debate sobre o referendo do desarmamento

Roda de conversa dos adolescentes com Paulo Sérgio Pinheiro

Encerramento

Gleicielle Holanda - Alagoas

Carlos Pedro - Pernambuco

Paulo Sérgio Pinheiro - Especialista independente para o Estudo Global sobre a Violência contra a Criança e o Adolescente

Marie-Pierre Poirier - Representante do UNICEF

Beto Cury - Secretário Nacional da Juventude

Cíntia Freitas - Coordenadora de projetos de drogas e HIV/Aids do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC)

Graça Gadelha - diretora nacional de programas de Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes e Tráfico de Seres Humanos (ESCCA-TSH) da Partners of the Americas

Daniela Mercury - Embaixadora do UNICEF